

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2010-2015
REVISÃO 2013/2014**



Versão do PDI homologada no Conselho Universitário em 2014.

Dirigentes

Reitoria: **Prof. João Natel Pollonio Machado**

Vice-Reitoria: **Prof^o. Griseldes Fredel Boos**

Pró-Reitoria de Administração: **Prof. Udo Schroeder**

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante: **Prof^o. Maria José Carvalho de Souza Domingues**

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura: **Prof. Marcos Rivail da Silva**

Coordenadoria de Comunicação e Marketing: **Prof^o. Márcia Regina Bronnemann**

Coordenadoria de Planejamento: **Flávia Keller Alves**

Coordenadoria de Assuntos Estudantis: **Luis Valdemir Coelho de Bragas**

Coordenadoria de Relações Internacionais: **Prof. David Colin Morton Bilsland**

Biblioteca Universitária: **Darlan Jevaer Schmitt**

Escola Técnica do Vale do Itajaí: **Prof. Víctor César da Silva Nunes**

Rádio e Televisão Educativa: **Prof. Paulo Roberto Brandt**

Procuradoria Geral: **Sidnei Antonio Bernardy**

Instituto FURB de Serviços, Pesquisa e Inovação: **Prof. Paulo César de Jesus**

Diretores das Unidades Universitárias

Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras: **Prof^o. Marilene de Lima Körting Schramm**

Centro de Ciências Exatas e Naturais: **Prof. Geraldo Moretto**

Centro de Ciências Humanas e da Comunicação: **Prof. Clóvis Reis**

Centro de Ciências Jurídicas: **Prof. Antonio Carlos Marchiori**

Centro de Ciências da Saúde: **Prof. Cláudio Laurentino Guimarães**

Centro de Ciências Sociais Aplicadas: **Prof^o. Arnaldo Rosa de Andrade**

Centro de Ciências Tecnológicas: **Prof. Dagoberto Stein de Quadros**

Coordenadoria de Planejamento (COPLAN)

Coordenação/ Planejamento (PDI): **Flávia Keller Alves**

Planejamento Orçamentário: **Carla de Cássia Nardelli Vieira**

Planejamento de Espaço Físico: **Ariana Karine Brandt Knop**

Informações estratégica e Sistema de Custeio por Atividades e Precificação: **Mauro Schramm, Barbara Sabrina Rovigo Salvador e Ana Lúcia Tomaz**

Sinalização: **Gilberto Cristóvão**

Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (COPERA-PDI)

Indicados pela Reitoria

Prof. Marcos Rivail da Silva

Técnica-Administrativa **Flávia Keller Alves** – Coordenação

Indicados pelas Unidades Universitárias

Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras – **Profª. Maria Luci Bittencourt**

Centro de Ciências da Saúde – **sem indicação**

Centro de Ciências Exatas e Naturais – **Prof. Antônio Carlos Tavares**

Centro de Ciências Humanas e da Comunicação – **Prof. Leonardo Brandão**

Centro de Ciências Jurídicas – **Profª. Maria Aparecida Bernart Laux**

Centro de Ciências Sociais Aplicadas – **Prof. Ciel Antunes de Oliveira Filho**

Centro de Ciências Tecnológicas – **Prof. Moacir Marcolin**

Indicado pela Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante (ETEVI)

– sem indicação

Indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPES)

Técnica-Administrativa **Neli Branco De Miranda**

Indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE)

Acadêmico **Anderson Venzon (até 2013) e Francielle Schmitz**

Representantes da Comunidade Externa

Secretaria Municipal de Educação – **Rosemari Propst Soares**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – **Ivan Patricio Veja Farfan**

Editoração e Revisão

Organização - **Flávia Keller Alves**

Revisão ortográfica - **Henriette Kellermann Prust**

Formatação - **Biblioteca Universitária**

NOTA EXPLICATIVA

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a necessidade de introduzir, como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior (IES), o seu planejamento estratégico, sintetizado no que se convencionou denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI é um documento que faz parte do processo do credenciamento ou credenciamento periódico de IES, ou autorização de cursos superiores de graduação, tecnológicos ou sequenciais, ou credenciamento de instituição para a oferta de Educação a Distância, ou autorização de cursos fora de sede para as universidades. A lei ainda estabelece que as instituições deverão apresentar seus PDIs a cada 5 (cinco) anos, tendo em vista o período de vigência estabelecido pela legislação vigente.

Nesse contexto, a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) recebeu nos dias 04, 05 e 06 de agosto de 2010 a Comissão Verificadora para Avaliação Externa de Instituição de Educação Superior (Resolução nº 107/2007/CEE – Decreto nº 1097, publicado no Diário Oficial do Estado nº 18.307, de 22 de fevereiro de 2008), nomeada através da Portaria nº 12/2010/CEE/SC. Através da visita *in loco* e utilizando-se das orientações contidas no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, essa comissão avaliou a Instituição, descrevendo em formulários específicos as fragilidades em cada uma das dimensões em que a Universidade é avaliada e atribuindo conceitos, de 0 a 5, onde 5 representa a excelência. Ao término do processo de avaliação, a Comissão Verificadora para Avaliação Externa emitiu um parecer, que, entre outras considerações, concluiu que:

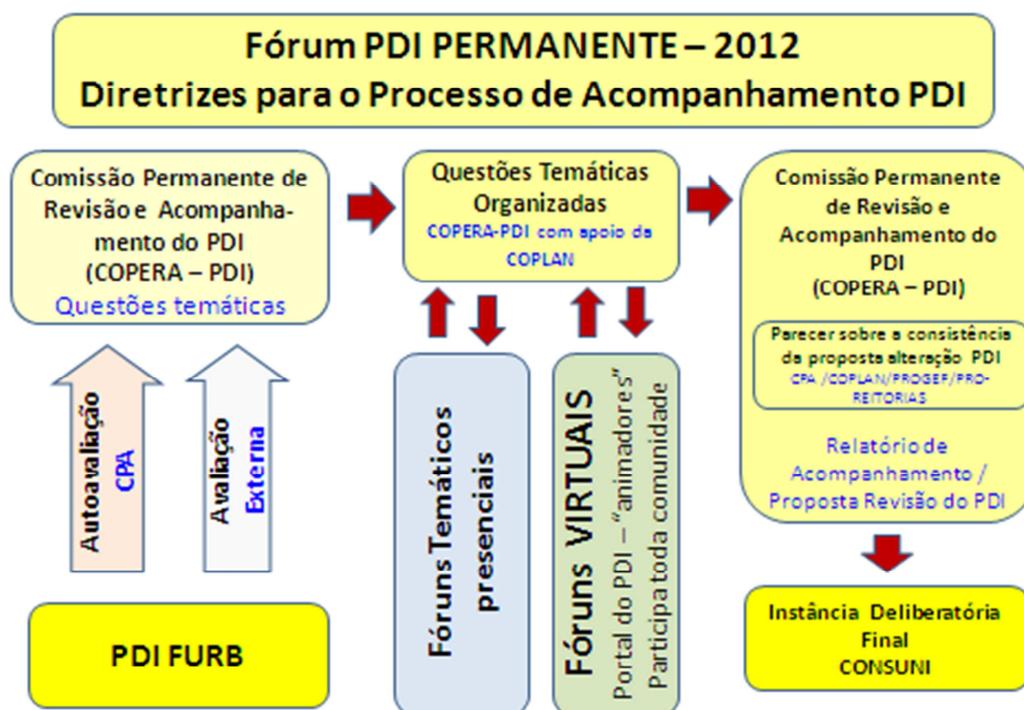
...o referido PDI apresentado à Comissão Verificadora foi aprovado Ad Referendum do Conselho Universitário, na condição de ser submetido à apreciação na próxima sessão.

... No contexto do indicador “Missão e PDI”, a comissão analisou os objetivos, metas e ações estabelecidas para a organização universitária em análise. Verificou-se que estes aspectos guardam coerência, assim como indicam possibilidades de execução. Considerando que o PDI refere-se ao período de 2010-2015, entende-se que a instituição estabelecerá mecanismos específicos para o acompanhamento das ações estabelecidas, definindo prazos e mecanismos de acompanhamento.

Dessa forma, na sessão solene do Conselho Universitário (CONSUNI) do dia 16 de junho de 2011, com vistas a atender as recomendações da Comissão de Avaliação Externa, deliberou a necessidade de iniciar um processo de revisão e atualização do PDI 2010 – 2015, com amplo envolvimento e participação da comunidade universitária.

Em julho de 2012, o CONSUNI aprovou as Diretrizes de Revisão e Acompanhamento do PDI da FURB, conforme figura 1, e aprovou a criação da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI (COPERA-PDI) e seu regulamento (sua composição, coordenação, competências e funcionamento), por meio da Resolução 30/2012.

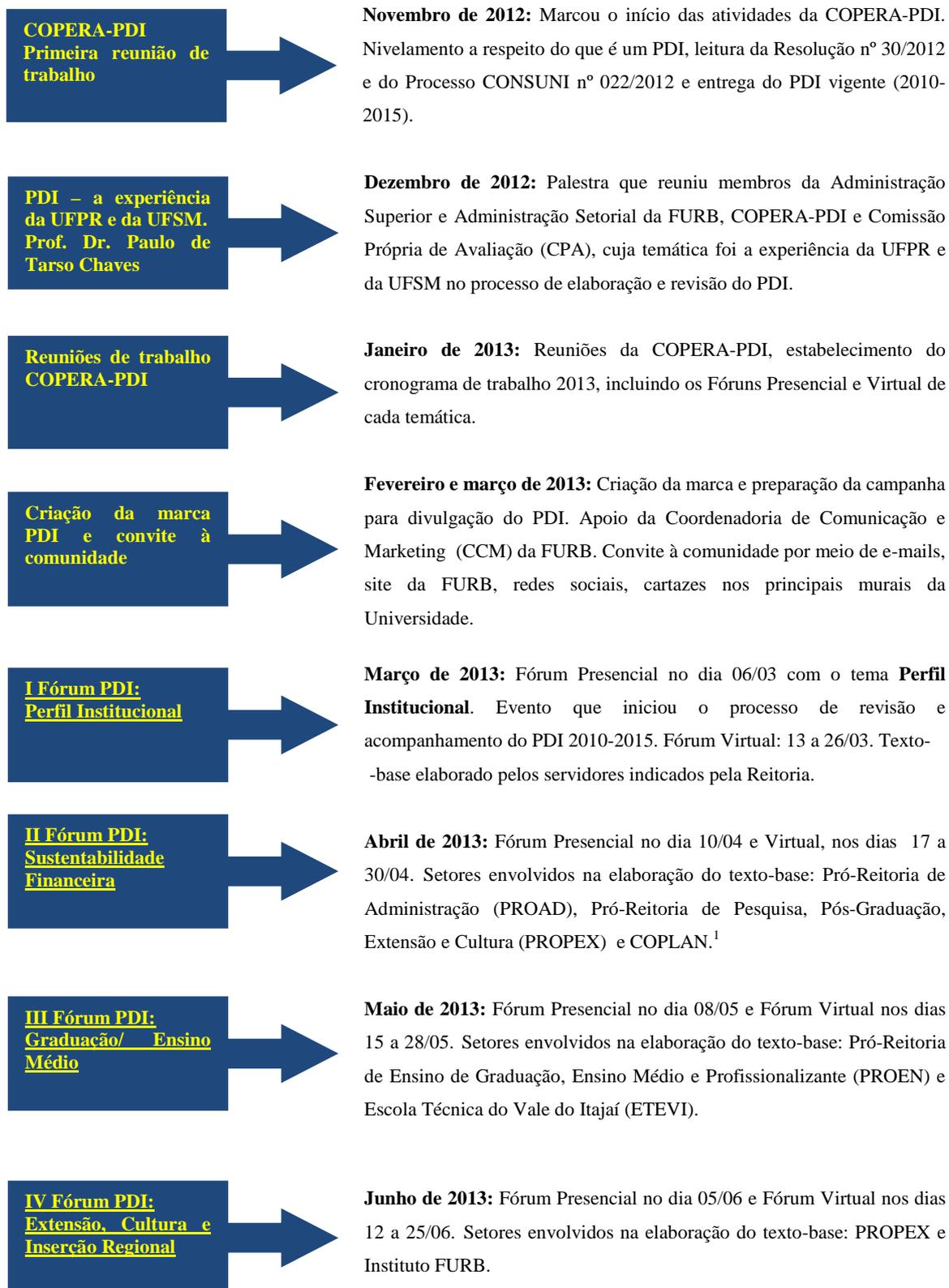
Figura 1 – Proposta de processo para realização do fórum permanente do PDI



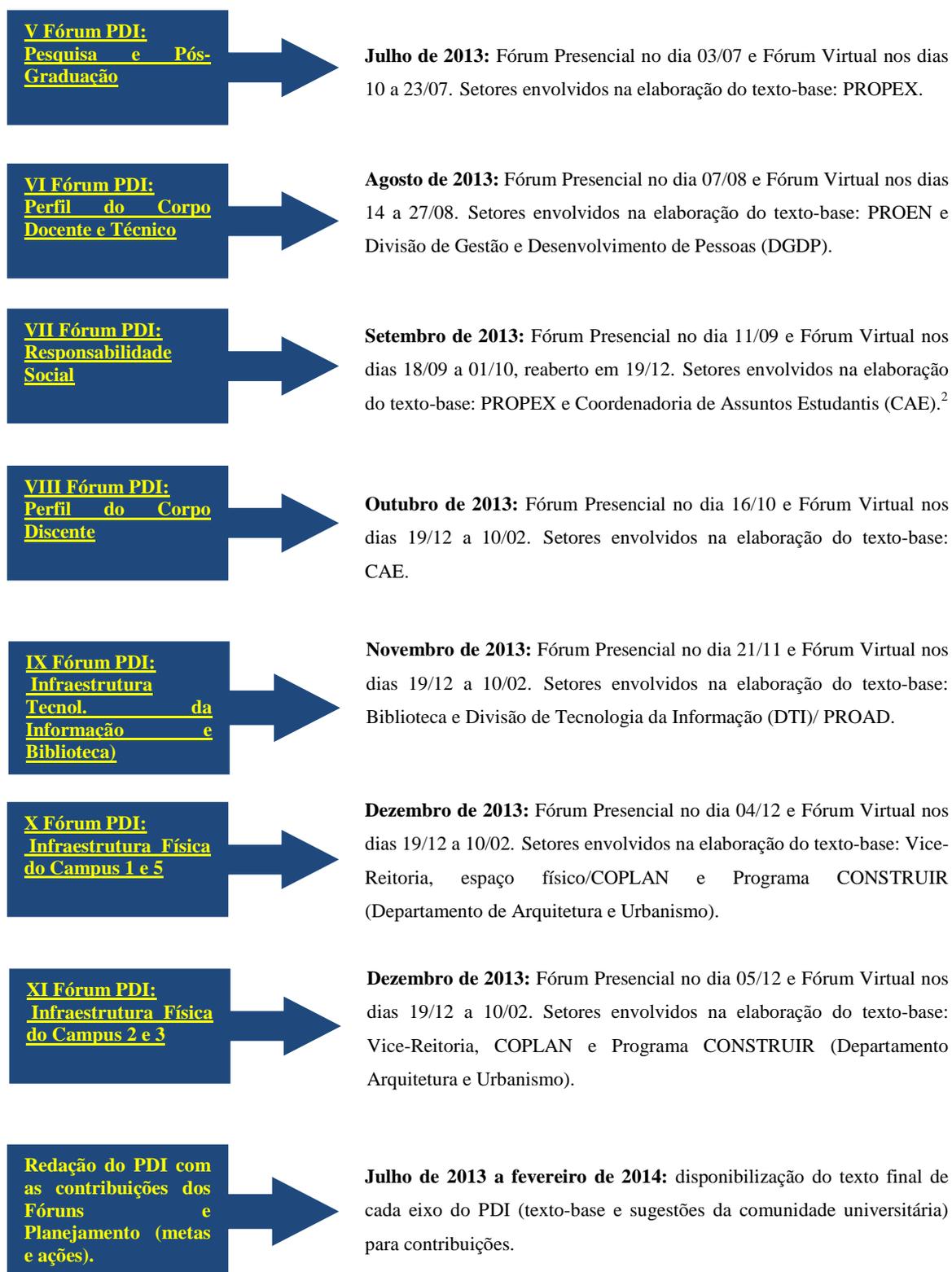
No dia 03/12/2012, com o intuito de trocar experiências com outras IES, a Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) convidou os gestores da Administração Superior e Setorial da FURB a participar de uma palestra com o Coordenador de Planejamento da Universidade Federal do Paraná (UFPR), prof. Dr. Paulo de Tarso Chaves. Além de relatar como se deu o processo de elaboração e revisão do PDI da UFPR, o palestrante também descreveu a experiência da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e se colocou à disposição da FURB para contribuir nesse processo.

Assim, ao final de 2012, a COPERA-PDI iniciou seus trabalhos, estabelecendo um cronograma de trabalho para 2013 e, em 06/03/2013, com o fórum presencial **Perfil Institucional**, a FURB iniciou o processo de revisão e acompanhamento do PDI 2010-2015.

A sensibilização da comunidade universitária envolveu uma série de ações, coordenadas pela COPERA-PDI e apoiada pela COPLAN, apresentadas a seguir:



¹ O texto Sustentabilidade Financeira foi inserido no Eixo Sustentabilidade/Responsabilidade Fiscal.



² O eixo Responsabilidade Social foi transformado em SUSTENTABILIDADE, compreendendo os temas Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental – proposto pela Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA) e Responsabilidade Fiscal – proposto pela COPLAN/orçamento). Por isso, o fórum virtual foi reaberto em dezembro para que a comunidade pudesse se manifestar sobre o assunto.

O PDI da FURB que ora se apresenta é um processo em contínua construção e representa o início de um ciclo de desenvolvimento e crescimento institucional baseado nos anseios da nossa comunidade universitária.

APRESENTAÇÃO

As universidades são instituições complexas e dinâmicas, que se constroem no dia a dia, do que resulta sua beleza – uma obra inacabada e construída por muitas pessoas, de diversas matizes e tendências.

A “revisão” do PDI da FURB foi uma acertada decisão do Conselho Universitário, pois além da ampliação da discussão desse por uma maior parcela da comunidade acadêmica, propiciou uma adequação e alinhamento a outros documentos essenciais, como os instrumentos do SINAES e a própria autoavaliação institucional. Na verdade apresenta-se como um novo PDI, mas com uma vida curta, finalizando em 2015.

Outro avanço foi a colocação de metas e indicadores a serem alcançados e os responsáveis pela execução das ações estratégicas. Toda a Universidade foi contemplada com a mesma importância, desde a ampla discussão, no CONSUNI, sobre a missão, a visão e os valores, até os investimentos a serem feitos na estrutura.

Agradecemos a todos os envolvidos na construção do PDI, aos setores administrativos, aos gestores setoriais e superiores e aos estudantes pelo seu empenho, e, em especial, aos membros do CONSUNI e à Coordenadoria de Planejamento, pela compilação e sistematização das inúmeras colaborações que alicerçam este documento.

Esses avanços permitem uma Universidade que vai além das exigências legais dos órgãos que nos regulamentam, refletindo, sim, uma Universidade dinâmica, viva e efervescente, peculiar de sua natureza. E o melhor, mal tendo concluído este trabalho de revisão, debruçar-nos-emos sobre uma nova etapa, o PDI 2016-2020, o qual tem um ponto de partida e um caminho muito bem trilhado neste documento.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau
Gestão 2011-2014

PREFÁCIO

As universidades transformam as pessoas, habilitam-nas como profissionais, promovem-nas como cidadãos. Isso é bom e é recíproco, pois, como toda organização, também as universidades são transformadas pela atuação daqueles que as compõem. Nós – os discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, os colaboradores internos e externos, os gestores – construímos hoje o que será nossa universidade amanhã.

A FURB programa seu futuro referenciada numa trajetória de êxito em prol do avanço educacional, científico, tecnológico e de inovação em Santa Catarina. Credencia-se por histórica participação para que Blumenau e municípios da região tenham alcançado os maiores valores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, acima da média Brasil. Uma inserção elogiável e que deve ser mantida, um desafio! No Brasil de enormes desigualdades sociais, com o nível de escolaridade avançando mais lentamente que o desejado e perigosa dependência da economia globalizada, programar ações para médio e longo prazos é trabalhar com incertezas.

Nesta primeira metade do século, a população brasileira em idade universitária diminui. Ao mesmo tempo, o Plano Nacional da Educação 2010-2020 eleva o percentual de investimento do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação, e também esse, pouco a pouco, aumenta. Assim, permanecendo os programas governamentais dos anos recentes, e cumprindo-se a Lei, os recursos para a educação dos brasileiros tendem a aumentar.

Terá sucesso quem tiver programado bem suas ações e os investimentos que fará, e, não menos importante, pensado nos fatores de risco e em como atuar diante de cenários alternativos.

O *PDI 2010 – 2015* da FURB, por seu conteúdo diagnóstico, legal e propositivo, constitui a referência-mestre da Universidade, um portfólio de orientações para o dia a dia dos gestores e a pedra de ângulo do planejamento estratégico.

Estão de parabéns todos os que participaram da elaboração do PDI! Após tamanho esforço, o documento pode parecer produto final. Na verdade, PDIs não são fim, mas meio. No presente caso, o instrumento pelo qual a comunidade FURB estabelece as bases para a natural e permanente transformação de sua Universidade: em sintonia com seu tempo, a região e o país, uma universidade cada vez mais humana, profissional e cidadã.

Prof. Paulo de Tarso Chaves
Coordenador de Planejamento da Universidade
Federal do Paraná 2009-2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	ix
PREFÁCIO.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiv
LISTA DE FIGURAS.....	xxii
LISTA DE QUADROS.....	xxiii
LISTA DE TABELAS.....	xxv
1 PERFIL INSTITUCIONAL.....	26
1.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU.....	26
1.1.1 Primeiras manifestações pelo ensino superior em Blumenau.....	26
1.1.2 Década de 1960: instalação do ensino superior em Blumenau.....	27
1.1.3 A Carta de Ibirama: um símbolo de integração no Vale do Itajaí.....	28
1.1.4 Ano de 1968 e década de 1970.....	29
1.1.5 A década de 1980: Universidade reconhecida.....	30
1.1.6 Década de 1990.....	31
1.1.7 A FURB no 3º milênio.....	32
1.1.8 FURB 2014: 50 anos.....	35
1.2 INSERÇÃO REGIONAL DA FURB.....	36
1.2.1 Caracterização geográfica e econômica da região do Vale do Itajaí – Mesorregião.....	37
1.2.2 A realidade educacional da Mesorregião do Vale do Itajaí.....	39
1.2.3 A presença da FURB na Mesorregião do Vale do Itajaí.....	40
1.3 FILOSOFIA INSTITUCIONAL.....	40
1.3.1 Missão.....	41
1.3.2 Visão.....	41
1.3.3 Valores.....	41
1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	42
1.5 FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO.....	45
1.6 OBJETIVOS.....	45
2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	46
2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	46
2.2 MONITORAMENTO DO CUMPRIMENTO DO PDI.....	52
3 POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	55
3.1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....	55
3.1.1 Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos Gerais Norteadores das Práticas Acadêmicas da Instituição.....	55
3.1.1.1 Princípios do ensino.....	56
3.1.2 Diretrizes para o Ensino.....	59
3.1.2.1 Aprendizagem como foco do processo.....	59
3.1.2.2 Educação geral.....	60
3.1.2.3 Flexibilização.....	60
3.1.2.4 As tecnologias digitais.....	61
3.1.3 Organização Didático-Pedagógica da FURB.....	62
3.1.4 Políticas para o Ensino.....	63
3.1.4.1.1 Desenvolvimento do Ensino Médio e Profissionalizante.....	64
3.1.4.2 Ensino de Graduação Presencial.....	68
3.1.4.2.1 Avaliação discente.....	70
3.1.4.2.2 Desenvolvimento da Graduação.....	71
3.1.4.3 EaD.....	77
3.1.4.3.1 Da construção de políticas e práticas de EaD.....	77

3.1.5	Política de Extensão.....	81
3.1.5.1	Desenvolvimento da Extensão	83
3.1.6	Política de pesquisa.....	86
3.1.6.1	Fomento à Pesquisa.....	93
3.1.6.2	Desenvolvimento da Pesquisa.....	94
3.1.7	Políticas de Pós-Graduação.....	96
3.1.7.1	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	96
3.1.7.2	Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	98
3.1.7.3	Desenvolvimento da pós-graduação.....	99
3.1.8	Política de Cultura	102
3.1.8.1	Abrangência Cultural	103
3.1.8.2	Desenvolvimento da Cultura.....	105
3.1.9	Políticas de Inovação	108
3.1.9.1	Desenvolvimento da Inovação	110
3.2	POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE.....	112
3.2.1	Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).....	117
3.2.2	Desenvolvimento da Internacionalização e Mobilidade.....	117
3.3	COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	119
3.3.1	CCM.....	119
3.3.1.1	Programa Interação	119
3.3.1.2	Revista Escolha Certa.....	120
3.3.1.3	Redes Sociais.....	120
3.3.2	Jornalismo FURB	121
3.3.3	Edifurb e Livraria Universitária.....	121
3.3.4	Revistas Científicas.....	122
3.3.5	RTE.....	122
3.3.5.1	FURB FM: uma rádio diferenciada.....	123
3.3.5.2	FURB TV	124
3.3.5.3	TV Universitária (TUB).....	125
3.3.6	Ouvidoria	125
3.3.7	Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na área de comunicação.....	126
3.3.8	Portal da Transparência	127
3.3.9	Desenvolvimento da Comunicação com a Sociedade	128
3.4	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	132
3.4.1	Divulgação dos cursos da FURB	132
3.4.2	Interação FURB	132
3.4.3	Formas de ingresso no ensino superior na FURB.....	132
3.4.4	Assuntos estudantis e estímulos à permanência	134
3.4.5	Organização Estudantil	141
3.4.6	Intercâmbios.....	145
3.4.7	Acompanhamento dos Egressos	145
4	SUSTENTABILIDADE.....	149
4.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL	151
4.2	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	154
4.3	RESPONSABILIDADE FISCAL	166
4.3.1	PPA, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual na FURB.....	166
4.3.2	Sustentabilidade Financeira	168
4.3.2.1	Prestação de Serviços	170
4.3.2.2	Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI.....	171
5	POLÍTICAS DE GESTÃO	178

5.1	POLÍTICAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES DOCENTES E TECNICO-ADMINISTRATIVOS	178
5.1.1	Corpo Docente	180
5.1.2	Corpo Técnico-Administrativo	182
5.1.3	Política de capacitação e qualificação dos docentes e técnico-administrativos.....	183
5.1.4	Avaliação de desempenho dos servidores	186
5.1.4.1	Avaliação de desempenho docente	186
5.1.4.2	Avaliação de desempenho do servidor técnico-administrativo.....	187
5.2	CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA	193
5.2.1	Constituição e Organização Administrativa	194
5.2.1.1	Órgãos de deliberação coletiva	194
5.2.1.1.1	CONSUNI.....	194
5.2.1.1.2	CEPE	196
5.2.1.2	Órgão executivo	196
5.2.1.3	Unidades de Ensino Médio e Universitárias	199
5.2.1.3.1	Unidades Universitárias	199
5.2.1.3.2	Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.....	199
5.2.1.4	Organograma Geral da FURB.....	200
5.2.2	Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI	200
5.2.3	Gestão por Processos	203
6	INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL.....	206
6.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA	206
6.1.1	PDEFI	209
6.1.1.1	Macrozoneamento: princípios e diretrizes gerais.....	210
6.1.1.2	Diretrizes gerais de integração da Política de Espaço Físico da Universidade com as políticas urbanas municipais: Distrito Universitário e Mobilidade.....	210
6.1.1.3	Diretrizes gerais para a Política de Espaço Físico da Universidade	213
6.1.1.3.1	Identidade e concentração das áreas de conhecimento	213
6.1.1.3.3	Diversificação de ofertas de serviços	215
6.1.1.4	Diretrizes gerais para a gestão da Política de Espaço Físico da Universidade: elaboração, implantação e gestão do PDEFI	216
6.1.2	Desenvolvimento da infraestrutura física	218
6.2	INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	228
6.3	INFRAESTRUTURA DE BIBLIOTECA	241
6.3.1	CMU	248
6.3.2	Desenvolvimento da Biblioteca	250
	REFERÊNCIAS	253

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AA – Agente Ambiental
- AACC – Atividade Acadêmico-Científico-Cultural
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
- AEE – atendimento educacional especializado.
- AMMVI - Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí
- APCN – Aplicativo para Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação
- APP – Associação de Pais e Professores (da ETEVI)
- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- BIOTRANS – Biotransformação e Catálise Enzimática
- BLUSOFT – Pólo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
- BU – Biblioteca Universitária Martinho Cardoso da Veiga
- C&T – Ciência e Tecnologia
- CA – Centros Acadêmicos
- CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAPII – Comitê de Avaliação da Propriedade Intelectual e Inovação
- CC – Conceito de Curso
- CCEAL – Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras (antes CCE)
- CCEN – Centro de Ciências Exatas e Naturais
- CCHC – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação
- CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
- CCM – Coordenadoria de Comunicação e Marketing
- CCS – Centro de Ciências da Saúde
- CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CCT – Centro de Ciências Tecnológicas
- CE – Coleção Especial (obras da biblioteca)
- CEE – Conselho Estadual da Educação
- CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CEOPS – Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFE – Conselho Federal de Educação
CG – Coleção Geral (obras da biblioteca)
CI – Conceito Institucional
CISGA – Comitê de Implantação do Sistema de Gestão Ambiental
CMA – Coordenadoria do Meio Ambiente
CMU – Centro de Memória Universitária
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional
COMUT – Comutação Bibliográfica
CONSAD – Conselho de Administração
CONSUNI – Conselho Universitário
COPERA-PDI – Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI
COPLAN – Coordenadoria de Planejamento
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CPCM – Comissão Permanente da Carreira do Magistério
CR – Coleção de Reserva (obras da biblioteca)
CREDUC – Crédito Educativo Municipal
CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais
CSC – Central de Serviços Consolidados
CsF – Ciência sem Fronteiras
DA – Diretório Acadêmico
DAC – Divisão de Administração do Campus
DACP – Divisão de Administração Contábil e Patrimonial
DAEX – Divisão de Apoio à Extensão
DAF – Divisão de Administração Financeira
DAM – Divisão de Administração de Materiais
DAP – Divisão de Apoio à Pesquisa
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCN – Departamento de Ciências Naturais
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNGEB – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica

DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DIC – Divisão de Cultura
DME – Divisão de Modalidades de Ensino
DOC\$ – Documentos (sistema de gerenciamento eletrônico de documentos)
DPE – Divisão de Políticas Educacionais
DPG – Divisão de Pós-Graduação
DRA – Divisão de Registros Acadêmicos
DSC – Departamento de Sistemas e Computação
DTI – Divisão de Tecnologia da Informação
EaD – Educação a Distância
EDECON – Escola de Educação Continuada (da FURB)
Edifurb – Editora da Furb
EGP – Escritório de Gestão de Projetos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ERP – *Enterprise Resource Planning* (sistema integrado de gestão empresarial)
ESMESC – Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina
ETEVI – Escola Técnica do Vale do Itajaí
FACEB – Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau
FAEX – Fundo de Apoio à Extensão
FATBlu – Desenvolvimento de Processos e Produtos da Área Farmacêutica, Ambiental e de Alimentos com Uso de Biomassa
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FATTEX – FURB Aplicação de Tecnologia Têxtil
FECAM – Federação Catarinense de Municípios
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FITUB – Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
FUB – Fundação Universitária de Blumenau
FUC – Festival Universitário da Canção
FUCCA – Festival Universitário da Canção, Cultura e Arte
FUMDES – Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
FUNAPES – Fundo de Apoio à Pesquisa
FUNDOSOCIAL – Fundo de Desenvolvimento Social

FUNPIVI – Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
GAD – Grupo Ocupacional Administrativo
GAM – Grupo Ocupacional Apoio e Manutenção
GEPERS – Grupo de Estudo e Pesquisa em Representações Sociais
GEPNIF – Grupo de Estudos com Produtos Naturais de Interesse Farmacêutico
GNM – Grupo Ocupacional Técnico de Nível Médio
GNS – Grupo Ocupacional Nível Superior
GPBet – Grupo de Pesquisa em Produção de Bioetanol
GPPEE – Grupo de Processamento Eletrônico de Energia
GPETEL – Grupo de Pesquisa em Energia e Telecomunicações
GRI – Global Report Initiative (Iniciativa de relatório global)
GT – Grupo de Trabalho
HEV – Hospital Escola Veterinário da Fundação Universidade Regional de Blumenau
HU – Hospital Regional Universitário
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDD – Indicador de Diferença Entre os Desempenhos Observado e Esperado no ENADE
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituição de Ensino Superior
IGC – O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPS – Instituto de Pesquisas Sociais
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPTB – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau
ISBN – International Standard Book Number (Número Padrão Internacional de Livro)
IVGP – Índice de Variação Geral de Preços
LAC – Laboratório de Análises Clínicas
LAI – Licença Ambiental de Instalação
LAO – Licença Ambiental de Operação

LAP – Licença Ambiental Prévia
LCC – Laboratório de Computação Científica
LCI – Laboratório de Computação e Informática
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEA – Laboratório de Ensino e Aprendizagem
LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MEES – Mapa Estratégico da Educação Superior
MIPE – Mostra Integrada de Pesquisa, Ensino e Extensão
MS – Ministério da Saúde
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NDLTD – *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (Biblioteca Digital em Rede de Teses e Dissertações)
NEICA – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Criança e do Adolescente
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NUPEX – Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária da FURB
NUPOF – Núcleo de Políticas de Formação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAEX – Programa de Apoio à Extensão
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PATT – Política de Temas Transversais
PCASP – Plano de Contas Aplicável ao Setor Público
PD – Plano Departamental
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDEFI – Plano Diretor de Espaço Físico
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação
PET – Programa de Educação Tutorial
PIB – Produto Interno Bruto
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIDL – Programa Interuniversitário de Distribuição de Livros
PIPA – Programa de Inclusão e Permanência Acadêmica
PIPe – Programa de Incentivo à Pesquisa
PMB – Prefeitura Municipal de Blumenau
PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPCB – Projeto Pedagógico dos Cursos de Bacharelado
PPCI – Projeto Pedagógico dos cursos de Idioma
PPCL – Projeto Pedagógico dos Cursos de Licenciatura
PPCS – Projeto Pedagógico dos Cursos Sequenciais
PPCST – Projeto Pedagógico dos Cursos Superiores de Tecnologia.
PPEaD – Projeto Pedagógico para o Ensino a Distância
PPGCC/FURB – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FURB
PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental
PPGEF – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PPP – Projeto Político-Pedagógico
PPPG – Projeto Pedagógico dos Programas de Pós-Graduação
PRO\$ – Abertura e Tramitação de Processos.
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROAP – Programa de Atualização Permanente
PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante

PROEP – Programa de Educação Permanente
PROERC – Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias
PROESDE – Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional
PROGEF – Procuradoria Geral da FURB
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
PROPEP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPEX – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura
PSPS – Processo Seletivo Público e Simplificado
R – Reconhecimento de Cursos
RI-FURB – Repositório de Produção Intelectual da FURB
RR – Renovação do Reconhecimento de Curso
RSA – Responsabilidade Socioambiental
RTE – Rádio e Televisão Educativa
RU – Restaurante Universitário
SciELO – *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha)
SED – Secretaria de Expediente e Documentação
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SEGEPE – Secretaria de Gestão de Pessoas
SELMAG – Grupo de Pesquisa em Sistemas Eletromagnéticos e de Energia
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SGBD – Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
SGU – Sistema de Gestão Universitária
SIGMEES – Sistema Informacional de Gestão Integrada do MEES
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINETEC – Síntese e Tecnologia
SIPEX – Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão
SPC – Sistema de Proteção ao Crédito
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TA – Técnico-Administrativo
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TI – Tempo Integral
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TPH – Tempo Parcial Horista

TTD – Tabela de Temporalidade de Documentos

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

VPN – Virtual Private Network (Rede Privada Virtual)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proposta de processo para realização do fórum permanente do PDI.....	v
Figura 2 – Sede própria - inauguração dos três primeiros blocos.....	28
Figura 3 – Vista aérea do Campus 1 da FURB. Local: Antônio da Veiga, nº 140 - Bairro: Victor Konder – Blumenau/SC. Data: 1974. Fotógrafo: Marek.	30
Figura 4 – Vista aérea do Campus 1 da FURB. Data: 1988. Acervo: CMU – Arquivo da FURB.....	30
Figura 5 – Vista aérea do Campus 1 da FURB. Data: 10/2006. Fotógrafo: Ingo Penz.....	30
Figura 6 – Vista do pátio da Oficina Mecânica da Estrada de Ferro de Santa Catarina (E.F.S.C.), aparecendo dois galpões – Campus II. Local: rua São Paulo, nº 3250 - Bairro: Itoupava Seca – Blumenau/SC. Data: Aproximadamente 1970. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.....	30
Figura 7 – Visita às instalações do Campus 2 por Comitativa Portuguesa. Destaque: Laboratório do IPTB. Local: Laboratório de Análise de Combustível - Campus 2. Data: 27/01/2006. Fotógrafo: Ricardo Silva.	30
Figura 8 – Vista aérea do Campus 2 da FURB. Local: rua São Paulo, nº 3250 - bairro: Itoupava Seca – Blumenau/SC. Data: 10/2006. Fotógrafo: Ingo Penz.	30
Figura 9 e 10 – Passeata em prol da federalização da FURB. Participaram estudantes, membros do SINSEPES (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau), Membros do Comitê FURB Federal e servidores da Universidade. Destaque: Chegada dos participantes ao ponto de concentração. Local: Campus 1 - FURB - Blumenau. Data: 12/08/2011. Fotógrafos: Daniel Zimmermann e Leo Laps, respectivamente.....	34
Figura 11 – Divisão de Santa Catarina em mesorregiões.....	37
Figura 12 – Mesorregião do Vale do Itajaí em microrregiões.....	38
Figura 13 - Maquete do Centro de Inovação Catarinense em Blumenau. Fotos: Daniel Zimmermann	110
Figura 14 – Estrutura Organizacional da FURB.	194
Figura 15 – Organograma FURB	201
Figura 16 – Construção dos Blocos A, B, C do Campus 1 em 1969.....	206
Figura 17 – Distritos Universitário, Turístico e de Inovação.	211
Figura 18 – Identidade/ nomenclatura proposta para os campi.....	213
Figura 19 – Ambiências da FURB	214

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programação de festividades do cinquentenário do FURB.....	35
Quadro 2 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao planejamento e avaliação institucional	53
Quadro 3 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao Ensino Médio.....	65
Quadro 4 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao Ensino Superior.....	72
Quadro 5 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Extensão.....	84
Quadro 6 - <i>Stricto Sensu</i> : Áreas de Concentração, Linhas e Grupos de Pesquisa.	89
Quadro 7 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Pesquisa	95
Quadro 8 – Mestrados e Doutorados: Conceito CAPES	98
Quadro 9 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>	100
Quadro 10 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Cultura	106
Quadro 11 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Inovação.....	111
Quadro 12 - Acordos/Convênios Internacionais FURB	112
Quadro 13 – Mobilidade Acadêmica – Estudantes Encaminhados ao Exterior – 2013	114
Quadro 14 - Mobilidade Acadêmica – Estudantes Estrangeiros Acolhidos – 2013.....	116
Quadro 15 – Programa Ciência sem Fronteiras – Estudantes Enviados 2013.....	117
Quadro 16 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à internacionalização e mobilidade	118
Quadro 17 – Revistas Científicas Eletrônicas	122
Quadro 18 – Programas Produzidos pela FURB FM	123
Quadro 19 – Programas Produzidos Pela FURB TV	124
Quadro 20 – Projetos institucionais na área da comunicação	126
Quadro 21 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à comunicação com a sociedade	129
Quadro 22 - Processos de ingresso no ensino superior na FURB	133
Quadro 23 – Programas de apoio financeiro (bolsas de estudo)	135
Quadro 24 – Programas de apoio financeiro (bolsas diversas)	136
Quadro 25 – Programas de apoio financeiro (financiamento estudantil)	139
Quadro 26 – PIPA	141
Quadro 27 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao relacionamento com os estudantes	146
Quadro 28 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade social e ambiental	159
Quadro 29 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade fiscal..	172
Quadro 30 - Organização da Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.....	178
Quadro 31 – Regulamentação dos planos de carreira dos servidores e Estatuto.....	179
Quadro 32 – Critérios de ingresso e progressão na carreira docente.....	181
Quadro 33 – Critérios de ingresso e progressão na carreira de TA.....	182
Quadro 34 – Plano de qualificação do servidor.....	185
Quadro 35 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoas	189
Quadro 36 – Estatutos e regimentos da Universidade.....	193
Quadro 37 - Composição e atribuições do CONSUNI.....	195
Quadro 38 – Composição e atribuição do CEPE.....	196
Quadro 39 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à constituição e organização administrativa e acadêmica.....	202

Quadro 40 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à gestão de projetos e gestão de processos.....	204
Quadro 41 – Unidades da Fundação Universidade Regional de Blumenau.....	208
Quadro 42 – Prioridades e Diretrizes para Macrozoneamento por Campus	218
Quadro 43 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física.....	221
Quadro 44 – Grupos de trabalho e gestão dos processos de TIC	228
Quadro 45 – Grupos de trabalho e gestão dos processos de TIC	230
Quadro 46 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação	233
Quadro 47 – Composição e atribuição do CEPE.....	242
Quadro 48 – Prazos para empréstimos de obras.....	243
Quadro 49 – Serviços relacionados com o empréstimo de obras	243
Quadro 50 – Serviços relacionados com o empréstimo de obras para estudantes de EaD-FURB.....	244
Quadro 51 – Serviços oferecidos pela Biblioteca.....	244
Quadro 52 – Serviços oferecidos pela Biblioteca.....	245
Quadro 53 – Serviços oferecidos pela biblioteca	246
Quadro 54 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Biblioteca.....	251

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos de graduação ofertados pela FURB	42
Tabela 2 – Cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	43
Tabela 3 – Cursos de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> e Conceito na CAPES.....	44
Tabela 4 – Resumo Atividades Culturais (2010 – 2012).....	44
Tabela 5 – Conceitos da Avaliação Externa da FURB – Agosto 2010.....	48
Tabela 6 – Conceitos da Autoavaliação da FURB – 2009-2011	50
Tabela 7 – Resumo do Ensino Médio (2010 - 2013).....	64
Tabela 8 – Cursos de Graduação Ofertados pela FURB	68
Tabela 9 – Dados de Pesquisa (2013).....	86
Tabela 10 – Projetos de Pesquisa em Execução (2008-2013).....	86
Tabela 11 – Grupos de Pesquisa Cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por Área (2009-2013).....	93
Tabela 12 – Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	97
Tabela 13 – Resumo Atividades Culturais (2010 – 2012).....	104
Tabela 14 – Programa Interação FURB (2008-2013)	119
Tabela 15 – Vagas preenchidas x matriculados com cadastrado no Interação.....	120
Tabela 16 – Comparativo de resultados das ações do Interação	120
Tabela 17 – Redes Sociais	121
Tabela 18 – Resumo das Receitas (2010-2012)	168
Tabela 19 – Resumo das Despesas (2010-2012).....	168
Tabela 20 – Evolução da despesa orçamentária (2009-2012)	169
Tabela 21 – Servidores da FURB (2009-2013).....	179
Tabela 22 – Docentes por categoria funcional (2009-2013)	180
Tabela 23 – Docentes em TI, parcial e horistas (2009-2013).....	180
Tabela 24 – Titulação dos docentes (2009-2013).....	183
Tabela 25 – Titulação de servidores técnico-administrativos (2009-2013)	184
Tabela 26 – Participação na Formação Institucional – 2013 I	185
Tabela 27 – Participação na Formação Institucional – 2013 II.....	185
Tabela 28 – Áreas de terrenos e áreas construídas por campus da FURB (2013).....	207
Tabela 29 – Protocolos de Espaço Físico*	210
Tabela 30 – BU em números (2010-2013)	241
Tabela 31 – Composição do acervo e de algumas atividades desenvolvidas pelo CMU.....	248
Tabela 32 – Composição de acessos ao endereço eletrônico do CMU	249

1 PERFIL INSTITUCIONAL

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, denominada FURB, é uma pessoa jurídica de direito público interno e integrante da administração pública Indireta do município de Blumenau, na forma de autarquia municipal de regime especial. Trata-se de uma instituição **multicampi**, detentora de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sujeita ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

1.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU ³

A FURB, situada no Vale do Itajaí, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é fruto de um movimento comunitário iniciado em 1953, que resultou na criação, pela Lei Municipal nº 1.233, de 5 de março de 1964, da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau (FACEB). Em 20 de dezembro de 1967, pela Lei Municipal nº 1.458, instituiu-se a Fundação Universitária de Blumenau (FUB). Na mesma ocasião, pela Lei Municipal nº 1.459, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Blumenau e de Ciências Jurídicas de Blumenau, sendo essas unidades integrantes da já nomeada fundação.

Essas iniciativas, pioneiras no estado, além de contribuírem para o desenvolvimento da região, romperam com a monopolização do ensino superior exercido pela Capital do Estado, criando uma alternativa para a formação do capital humano. Com muito esforço coletivo, a FURB foi instituída pela Lei Municipal nº 1.557, de 14 de dezembro de 1968, reconhecida como universidade pelo Ministério da Educação pela Portaria Ministerial nº 117, de 13 de fevereiro de 1986, e com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010.

1.1.1 Primeiras manifestações pelo ensino superior em Blumenau.

Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras manifestações públicas em defesa da implantação do ensino superior em Blumenau. O movimento que deu origem, em 1964, à

³ Histórico resumido da implantação e desenvolvimento da FURB elaborado pelas servidoras Liane Kirsten Sasse e Vanessa Lischeski, em junho de 2014, a partir do texto “*Breve Histórico da Universidade Regional de Blumenau*”, organizado pela BU, Centro de Memória Universitária (CMU), editado em 2012. Aprovado pelo CONSUNI por meio do Parecer nº 12/2014 ao Processo nº 11/2014.

FACEB, embrião da FURB, deve ser entendido no contexto de reivindicações pelo ensino superior no estado, em expansão, e sua interiorização, e não somente como um ato isolado resultado do sonho particular de algumas pessoas.

Essas manifestações articuladas à Câmara de Vereadores e à União Blumenauense de Estudantes levaram o debate para dentro da sociedade e ocuparam espaços nas rádios, no interior das escolas e nos clubes de serviço⁴.

1.1.2 Década de 1960: instalação do ensino superior em Blumenau.

Em 05 de março de 1964, promulgou-se a Lei Municipal nº 1.233, que criou a FACEB. Inicialmente mantida financeiramente pelo Poder Público, a FACEB não cobrava mensalidades dos seus estudantes e as aulas eram ministradas no prédio da Escola Barão do Rio Branco.

A aula inaugural, proferida pelo professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Alcides Abreu, aconteceu apenas no dia 02 de maio de 1964, data esta reconhecida como sendo a da fundação oficial da FURB. No ano seguinte, as atividades são transferidas para o Grupo Escolar Júlia Lopes de Almeida, escola mantida pelo governo estadual, onde permaneceu até 1969.

Em 1967, foram criadas mais duas faculdades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas. Concomitantemente à criação dessas duas faculdades, a Lei Municipal nº 1.458 de 20 de dezembro de 1967 criou a FUB, mantenedora das três faculdades então existentes. Essa mesma lei criou também o Conselho Curador e o Conselho Administrativo da Fundação e incluiu o Hospital Santo Antônio em sua estrutura.

Devido ao aumento dos cursos e dispersão dos mesmos em espaços diversos, em janeiro de 1968 foi criado o Movimento Pró-Sede Própria, cujo principal objetivo era angariar fundos para a construção dos três primeiros prédios da Instituição, por meio da venda de rifas. Em abril de 1968 inaugurou-se junto à entrada do Campus I, o marco no qual se pode ler “Juntos construímos a nossa Universidade”.

O Movimento Pró-Sede Própria atingiu seus objetivos no dia 02 agosto de 1969, quando foram inaugurados os três primeiros prédios (blocos A, B e C), atualmente pertencentes ao Campus 1 da FURB (logo após, em 1971, foi construído um quarto bloco, o

⁴ Segundo Luiz Antônio Soares e Sueli Petry, “nessa fase, por meio de programas de rádio e manifestações pelos corredores dos colégios, o objetivo de criar faculdades se torna mais sólido com uma crescente ampliação de interessados no assunto” (In. **Uma contribuição para a história da FURB**, 1992, p. 16).

Z, mais tarde incorporado ao Bloco A). Além disso, ao envolver diversos municípios do Vale do Itajaí nesse movimento, contribuiu de maneira fundamental para a compreensão da importância de uma universidade regional para o desenvolvimento da região.

Figura 2 – Sede própria - inauguração dos três primeiros blocos.



Através da janela do piso superior é possível visualizar parte do acervo da biblioteca, cuja primeira sede foi no Bloco A. Local: Rua Antônio da Veiga, nº 140 – bairro Victor Konder. Data: 02/08/1969.

Fonte: CMU – Arquivo da FURB

Ao término da década de 1960, Blumenau contava com os seguintes cursos superiores: Faculdade de Ciências Econômicas: Economia (1964); Faculdade de Ciências Jurídicas: Direito (1968); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Letras (1968) com habilitações em Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, Língua Alemã e respectivas Literaturas e Língua Francesa e respectivas Literaturas; Matemática (1968) - Licenciatura e Bacharelado; Química (1968) - Bacharelado; Pedagogia (1968); História Natural (1968), atual Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado.

1.1.3 A Carta de Ibirama: um símbolo de integração no Vale do Itajaí

A cidade de Blumenau, reconhecida como polo econômico da região e tendo sido o primeiro município a criar sua faculdade, atuou como um catalizador de esforços, contribuindo para o surgimento e organização de faculdades nos demais municípios ainda na década de 1960, especialmente em Brusque e Rio do Sul.

Nesse sentido, foi realizado o I Encontro Intermunicipal Pró-Ensino Superior no Vale do Itajaí, realizado na Cidade de Ibirama, em 05 de outubro de 1968. O principal resultado desse encontro foi a redação da “Carta de Ibirama”.

1.1.4 Ano de 1968 e década de 1970

Em 24 de dezembro de 1968, o prefeito Carlos Curt Zadrozny assinou a Lei nº 1557, modificando a Lei nº 1458 de 1967 e instituindo a FURB, uma entidade de direito público cujos objetivos eram a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior. Essa lei vinha ao encontro dos princípios da “Carta de Ibirama”, pois previa a participação, por convênios de integração, de outros municípios mediante as “Divisões Universitárias”.

Em continuidade aos planos de expansão e diversificação de cursos, em 11 de dezembro de 1972, com a Lei nº 1894, é criada a Faculdade de Engenharia de Blumenau. Logo mais, em maio de 1974, pela Lei nº 2001, foi instituída a Faculdade de Educação Física e Desportos. Também em 1972 foi criado o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), depois renomeado para Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB).

Em 22 de julho de 1974, pela Lei nº 2.016, altera-se a denominação da Fundação Universidade Regional de Blumenau para Fundação Educacional da Região de Blumenau, sem, entretanto, alterar a “marca” FURB. A citada lei, no seu art. 3º, prevê que, após o reconhecimento como universidade, restabelecer-se-ão plenamente os dispositivos da Lei nº 1.557, a qual a denominava universidade.

No final da década, a FURB contava com diversos novos cursos superiores: Ciências Contábeis (1972), Administração (1973), Engenharia Civil (1973), Engenharia Química (1973), Educação Física (1974) e Educação Artística (1974).

A partir da década de 1970, a FURB consolidou-se definitivamente como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Para além de sua expansão física com os novos campi (Campus 2, na Itoupava Seca, e o Campus de Gaspar) e com a construção de novos blocos no Campus 1 (bloco Z, em 1971, e blocos D, E e F, em 1974), houve o incremento das modalidades de ensino oferecidas pela Instituição no decorrer dessa década. Em 1974, é instalado o Laboratório de Línguas, que passou a atuar como escola de idiomas da Universidade. Em 1980, iniciam as atividades da Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí, a qual, em 1981, muda sua nomenclatura para Escola Técnica Vale do Itajaí (ETevi). Atualmente a ETevi está consolidada como a escola de ensino médio da Universidade.



3



4

Figura 3 – Vista aérea do Campus 1 da FURB. Local: Antônio da Veiga, nº 140 - Bairro: Victor Konder – Blumenau/SC. Data: 1974. Fotógrafo: Marek.



5

Figura 4 – Vista aérea do Campus 1 da FURB. Data: 1988. Acervo: CMU – Arquivo da FURB.

Figura 5 – Vista aérea do Campus 1 da FURB. Data: 10/2006. Fotógrafo: Ingo Penz.

Figura 6 – Vista do pátio da Oficina Mecânica da Estrada de Ferro de Santa Catarina (E.F.S.C.), aparecendo dois galpões – Campus II. Local: rua São Paulo, nº 3250 - Bairro: Itoupava Seca – Blumenau/SC. Data: Aproximadamente 1970. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.



7



8

Figura 7 – Visita às instalações do Campus 2 por Comitativa Portuguesa. Destaque: Laboratório do IPTB. Local: Laboratório de Análise de Combustível - Campus 2. Data: 27/01/2006. Fotógrafo: Ricardo Silva.

Figura 8 – Vista aérea do Campus 2 da FURB. Local: rua São Paulo, nº 3250 - bairro: Itoupava Seca – Blumenau/SC. Data: 10/2006. Fotógrafo: Ingo Penz.

1.1.5 A década de 1980: Universidade reconhecida

Em 19 de outubro de 1982, a Lei Municipal nº 2876 consolidou a legislação referente à FURB. Em setembro de 1985, a Universidade recebeu a visita de uma comissão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), visando verificar as condições da Instituição para o seu reconhecimento. Foi a última etapa de um longo caminho iniciado nos meados da década de 1970. No dia 6 de novembro desse mesmo ano, o Conselho Federal de Educação (CFE) reconheceu a FURB como **universidade**. O credenciamento por parte do MEC aconteceu no dia 13 de fevereiro de 1986, quando foi publicada a Portaria Ministerial nº 117; com esse reconhecimento ministerial, a mantenedora passou a denominar-se novamente Fundação

Universidade Regional de Blumenau, nossa conhecida FURB, conforme previa o artigo 3º da Lei nº 2016 de 22/07/1974. A instalação oficial da Universidade aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1986, com a presença do ministro da educação Marco Antônio de Oliveira Maciel. Na mesma data foi inaugurado o prédio próprio da Biblioteca Universitária Martinho Cardoso da Veiga (BU), no Campus 1.

No que diz respeito à estrutura física, além da construção do prédio da Biblioteca, outras importantes obras foram realizadas, como a construção do Complexo Esportivo, em 1982, além da ampliação e construção dos blocos B, C e G (1981) e do bloco R (1988).

No decorrer da sua trajetória, ampliou atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando serviços especializados e de interesse público, como o Projeto Crise (1983), o qual deu origem ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em 1995. Nessa década, também foi criado o Instituto de Pesquisas Sociais (IPS).

No campo da extensão cultural, a FURB inaugurou a sua editora, a Editora da Furb (Edifurb), em 1986, e promoveu, em 1987, a primeira edição do Festival Universitário de Teatro, atual Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB).

No final da década de 1980, a FURB contava com diversos novos cursos superiores, especialmente na área das Ciências Humanas: Ciências Sociais (1987), Serviço Social (1987), História (1987), Turismo e Lazer (1988), e na área das Ciências Exatas: Ciências da Computação (1988).

1.1.6 Década de 1990

A década de 1990 iniciou-se atendendo a antigos anseios da comunidade universitária, como, por exemplo, o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, como o primeiro mestrado da Instituição, o de Educação, criado em 1991. Nessa mesma década são criados ainda os mestrados de Administração e Engenharia Ambiental (ambos em 1998) e Desenvolvimento Regional (1999).

Nesse período, houve também a expansão dos grupos estáveis de cultura, somando-se ao já existente Grupo de Teatro Phoenix (1974) o Coro (1992), o Grupo de Danças Folclóricas (1994), a Orquestra (1999) e a Camerata de Violões (2000). Em 1992, foi lançado o projeto da Universidade para 3ª Idade, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte (1993), passando, em 1994, a denominar-se Programa de Atualização Permanente (PROAP), e atualmente denominado Programa de Educação Permanente (PROEP).

No início de 1990, foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Medicina. Iniciou-se, também, a discussão a respeito da criação de um Hospital Universitário, cujas atividades tiveram início em 2012.

Em 1999, com a expansão dos cursos na área da saúde, a Universidade inaugurou diversas clínicas (Odontologia, Psicologia e Fisioterapia), visando servir de campo de estágio para os estudantes e prestar atendimento à comunidade, seguindo o exemplo do Serviço Judiciário (1972) e do Ambulatório (1995), transferido para o Campus 5 em janeiro de 2014. Já em 2007, foi inaugurada a Clínica de Nutrição.

Investiu-se no aprimoramento da estrutura para as práticas esportivas na FURB, com a construção do Ginásio de Esportes, em 1992, e do Ginásio-Escola, em 1997, junto ao Complexo Esportivo; como resultado, a Universidade passou a manter e incentivar ainda mais equipes esportivas e atletas.

Em 1994, ocorreu a criação do Núcleo de Rádio e Televisão e, em 2003, o canal de rádio FURB FM entrou no ar.

Em 1995, pela Lei Municipal Complementar nº 80, a FURB foi incluída como órgão autônomo na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal. A década de 1990 registrou, além do surgimento dos mestrados, a maior expansão dos cursos de graduação da Universidade. Ao final dos anos noventa, a FURB contava com diversos novos cursos superiores: Secretariado Executivo Bilíngue (1990), Licenciatura em Artes Visuais (1990), Medicina (1990), Engenharia Elétrica (1990), Comércio Exterior (1991 – posteriormente denominado Curso de Tecnologia em Comércio Exterior), Arquitetura e Urbanismo (1992), Comunicação Social (1992), Teatro (1992), Fisioterapia (1994), Engenharia Florestal (1995), Psicologia (1995), Música (1995), Ciências da Religião (1997), Moda (1997), Odontologia (1998), Farmácia (1999) e Engenharia de Telecomunicações (1999).

1.1.7 A FURB no 3º milênio

O terceiro milênio iniciou para a FURB repleto de desafios, não apenas no plano acadêmico, mas também no político. A Universidade ingressou em uma nova fase. A expansão dos cursos de graduação, na década anterior, deu lugar à consolidação dos programas de pós-graduação, por meio da oferta de novos cursos de Mestrado em: Química, 2002; Engenharia Elétrica e Ciências Contábeis, ambos em 2005; Engenharia Química, 2007; Ensino de Ciências Naturais e Matemática, 2008; Engenharia Florestal, 2010; Saúde Coletiva, 2012; e, além desses, o Mestrado em Transformadores de Potência, oferecido em convênio

com a empresa WEG, a partir de 2010) e cursos de Doutorado em: Ciências Contábeis e Administração, 2008, o primeiro da Instituição; Desenvolvimento Regional, 2011, cuja aula magna foi proferida em agosto de 2012; e Engenharia Ambiental, 2013, cuja aula magna foi proferida em março de 2014.

Em 2005, a FURB foi credenciada pelo MEC para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância e, em 2008, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Magistrados Catarinenses, a Fundação Fritz Müller e a Universidade firmaram um convênio que possibilitou a abertura de uma extensão da Escola de Magistratura no campus da FURB. Já em 2009, por meio de convênio firmado entre o Governo Federal, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e as universidades do Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a FURB passou a participar do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Esse programa contemplava, inicialmente, somente as instituições federais de ensino superior, porém, após diversas negociações, a ACADE foi inserida no programa, sendo, portanto, o único sistema de instituições de educação superior não federal inserido no projeto.

Em 2010, foi criada a Escola de Educação Continuada (EDECUN), agregando os cursos sequenciais da FURB. A EDECUN, a partir de 2013, passou a fazer parte do Instituto FURB, assim como os cursos de especialização e os serviços que eram prestados pelos três institutos de pesquisa (IPTB, IPA e IPS).

Muitos foram os investimentos na ampliação e reestruturação da estrutura física da FURB nesse período. Em 2001, a Universidade adquiriu e equipou o Campus 3, o qual abriga diversas clínicas e laboratórios da área da saúde, bem como os cursos na área da Computação e turmas de *lato sensu*. Em 2003, foi inaugurado o novo prédio do Núcleo de Prática Jurídica (antigo Fórum do Município de Blumenau), órgão de coordenação e supervisão do Estágio Orientado de Prática Jurídica do Curso de Graduação em Direito e do Serviço Judiciário. Em 2007, foi inaugurado o Complexo Aquático, utilizado nas atividades didático-pedagógicas dos cursos de Educação Física e Fisioterapia e pelos demais acadêmicos e servidores da Instituição como mais uma opção para a prática desportiva. A “piscina”, como esse complexo é popularmente conhecido, era outro pleito antigo da comunidade acadêmica.

No caminho dos intercâmbios internacionais, foram muitas as ações da Universidade nesse período.

Em março de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 743/2010, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal, a FURB reorganizou sua

estrutura administrativa e passou à condição de autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, sendo aplicadas as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal.

Contudo, o maior desafio (e talvez o mais antigo pleito, não apenas da comunidade acadêmica, mas de toda a região) que os anos 2000 trouxeram à FURB foi a criação das condições técnicas e o convencimento político visando à federalização da Universidade.

No final de 2002, foi oficialmente criado o Comitê Pró-Federalização da FURB, o qual passou a reunir representantes da sociedade civil e da comunidade acadêmica em defesa da federalização da FURB por meio da incorporação da sua estrutura, dos servidores e dos estudantes. Em 2008, o Comitê realizou um plebiscito junto à comunidade do Vale do Itajaí, procurando ouvi-la a respeito do assunto. Nesse plebiscito, a grande maioria dos votantes manifestou-se favorável a essa federalização. Ao longo dos anos, várias ações e movimentos foram realizados por gestores, políticos, Comitê e comunidade em geral.

Em 2011, a luta pela federalização se intensificou, agora na proposição de uma Universidade Federal do Vale do Itajaí. Contudo, o resultado não foi o esperado: o MEC anunciou a expansão da UFSC em Blumenau a partir de uma sede própria. Ressalta-se que a FURB continua reivindicando a ampliação do número de vagas públicas e gratuitas.



Figura 9 e 10 – Passeata em prol da federalização da FURB. Participaram estudantes, membros do SINSEPES (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau), Membros do Comitê FURB Federal e servidores da Universidade. Destaque: Chegada dos participantes ao ponto de concentração. Local: Campus 1 - FURB - Blumenau. Data: 12/08/2011. Fotógrafos: Daniel Zimmermann e Leo Laps, respectivamente.

Fonte: CMU

Na primeira década do terceiro milênio, a FURB criou os seguintes cursos superiores: Engenharia de Produção (2000), Tecnologia em Eletromecânica em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (2000), Sistemas de Informação (2001), Design (2003), Enfermagem (2003), Nutrição (2004), Medicina Veterinária (2006), Tecnologia em Marketing (2009), Letras – Língua Alemã (2009), Biomedicina (2012), Engenharia de Alimentos (2013), Engenharia Mecânica e Jornalismo (2014).

Em 25 de junho de 2014 foi inaugurado o Hospital Escola Veterinário da Fundação Universidade Regional de Blumenau (HEV), infraestrutura importante para as aulas práticas do curso de Medicina Veterinária. Os animais são oriundos da comunidade acadêmica e de proprietários carentes que necessitam de atendimento veterinário clínico e cirúrgico.

1.1.8 FURB 2014: 50 anos

A FURB completa 50 anos de existência ofertando mais de 50 cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnólogos), diversos cursos de especialização, 11 programas de mestrados e 03 de doutorado, com reconhecida atuação nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e atividades culturais. É meio século de história no qual a Instituição se consolidou como polo de conhecimento, reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global.

O cinquentenário da FURB ficou marcado por uma programação de festividades, no decorrer do ano de 2014, que incluiu:

Quadro 1 - Programação de festividades do cinquentenário do FURB

Data	Eventos	Observação
27 de Abril	Concerto com a Orquestra da FURB	Abertura das festividades dos 50 anos – no Teatro Carlos Gomes, Blumenau
05 de Maio	Exposição Construção Olhares e Memórias 50 Anos de História da Nossa Universidade	Exposição comemorativa FURB 50 anos
07 de Maio	Sessão solene da Assembleia Legislativa de Santa Catarina	Homenagem aos 50 anos da FURB, no Teatro Carlos Gomes, Blumenau
10 de Maio	Jantar dançante para os servidores da FURB	Associação Recreativa da ARTEX
23 e 24 de Maio	Festival Universitário da Canção, Cultura e Arte (FUCCA)	Parque Vila Germânica, Blumenau
11 de Junho	Sessão solene da Câmara dos Vereadores de Blumenau: homenagem aos 50 anos da FURB	Auditório Padre Orlando Maria Murphy, BU, Campus I da FURB
04 de Julho	Lançamento do Selo Correios Comemorativo aos 50 anos da FURB	Salão Angelim – BU – FURB
06 de Julho	Concerto com a Orquestra da FURB	Sociedade Cultura Artística – SCAR, Jaraguá do Sul
05 à 30 de Agosto	Exposição: Vasta Vida - artista Nilton de	Salão Angelim – BU – FURB

	Aguiar Borges - no Salão Angelim, FURB	
17 de Agosto	Concerto com a Orquestra da FURB.	Centro Empresarial, Brusque.
02 de Setembro	Desfile de 164 anos do Aniversário de Blumenau.	Rua XV de Novembro.
07 de Setembro	Concerto com a Orquestra da FURB	Igreja Luterana, Centro, Timbó
09 de Setembro à 04 de Outubro	Exposição: VivenciAR-TE - artista Maria Salette Engels Werling.	Salão Angelim – BU – FURB
17 de Setembro	Abertura da 8ª Mostra Integrada de Pesquisas, Ensino e Extensão (MIPE) – Palestra “AVANÇOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NA FURB: um olhar sobre os 50 anos da Universidade” com a Doutora Stela Maria Meneghel – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	Auditório Padre Orlando Maria Murphy, BU, Campus I da FURB
09 a 26 de Outubro	FURB na 31ª Oktoberfest	Desfiles da Rua XV de Novembro e com a Kinderhaus na Vila Germânica
14 de Outubro à 08 de Novembro	Exposição: Do Urbano ao Íntimo - artista Pamela Pimentel dos Reis	Salão Angelim – FURB
09 de Novembro	Concerto com a Orquestra da FURB	Fundação Cultural, Rio do Sul
18 de Novembro à 13 de Dezembro	Exposição: Mais do Mesmo – artista Coletivo Libertos	Salão Angelim – BU – FURB
23 de Novembro	Culto ecumênico "Agradecer 50 anos"	Local a definir
A definir	Lançamento do livro “FURB 50 anos”	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

1.2 INSERÇÃO REGIONAL DA FURB⁵

Em 1964, por lei municipal, a comunidade de Blumenau instituiu, por esforço próprio, a sua universidade pública, fundada em bases comunitárias. No ano de 1969, a FUB - atual FURB, por meio do seu Instituto de Planejamento e Processamento de Dados, elaborou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), no qual foram apresentados projetos viáveis e necessários para o desenvolvimento dos municípios, para demandas por melhorias físicas e sociais. A partir da necessidade de promover a integração e a organização dos municípios da Região do Médio Vale do Itajaí, em 23 de julho de 1969, os prefeitos foram convidados para os atos de discussão e aprovação do estatuto que, em assembleia geral de constituição realizada em 2 de agosto de 1969, nas dependências da Universidade, aprovou o Estatuto Social e, assim, fundou a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI).

A AMMVI foi a oitava associação microrregional a ser instituída, o que fortaleceu o movimento municipalista catarinense e colaborou para a fundação da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), em 1980. Atuando em prol dos 14 municípios do Médio Vale do Itajaí (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho,

⁵ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Parecer nº 12/2014 ao Processo nº 11/2014.

Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó), a AMMVI defende os pleitos municipalistas junto às esferas de governo, órgãos de fiscalização e entidades representativas, de forma que a autonomia municipal seja assegurada.

Atualmente, a AMMVI é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é promover a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem, regendo-se por seu estatuto, e sua sede localiza-se em Blumenau, cidade polo da região metropolitana. A relação da AMMVI com a Universidade se dá por meio da participação da entidade no CONSUNI – um membro representante – bem como da participação de servidores da FURB na profissionalização das administrações públicas municipais, ou seja, em capacitações, cursos e reuniões dos colegiados, promovidas pela associação.

1.2.1 Caracterização geográfica e econômica da região do Vale do Itajaí – Mesorregião

O estado de Santa Catarina está dividido em seis mesorregiões, a saber: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí. Esse arranjo constituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011) define as mesorregiões de Santa Catarina, conforme a Figura 11:

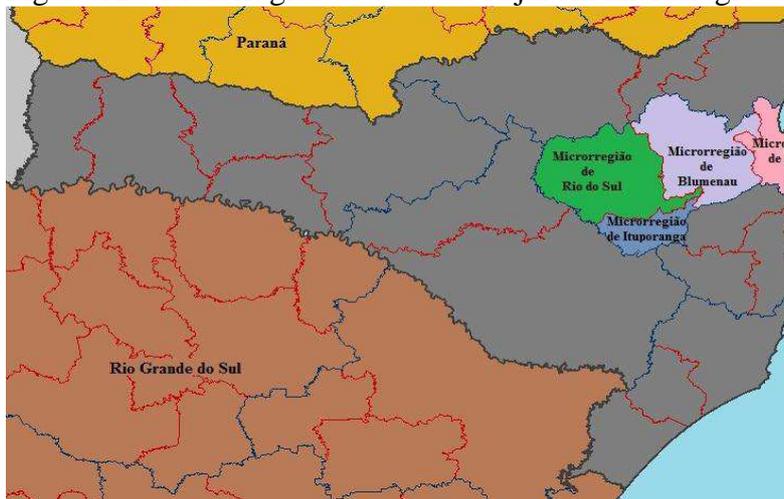
Figura 11 – Divisão de Santa Catarina em mesorregiões



Fonte: Adaptado de IBGE (2011)

A Mesorregião do Vale do Itajaí integra quatro microrregiões denominadas como Microrregião de Blumenau, Microrregião de Itajaí, Microrregião de Ituporanga e Microrregião de Rio do Sul (Figura 12).

Figura 12 – Mesorregião do Vale do Itajaí em microrregiões.



Fonte: Adaptado de IBGE (2011)

A Microrregião de Rio do Sul abrange o maior número de municípios, seguida pelas microrregiões de Blumenau, Itajaí e Ituporanga, respectivamente. No entanto, a maior população está na Microrregião de Blumenau, representando 44,9% da Mesorregião, contra apenas 13,8% de Rio do Sul. A representatividade da Mesorregião do Vale do Itajaí em termos populacionais sobre Santa Catarina é expressiva. Nessa mesorregião, tem-se 24,15% da população catarinense.

Em termos econômicos, os dados referentes ao PIB per capita não são publicados anualmente pelo IBGE. Os dados mais recentes referem-se a 2008, sendo que a Microrregião de Blumenau apresentou o maior PIB per capita da mesorregião, com R\$17.443,69.

A Microrregião de Itajaí apareceu em segunda posição com PIB per capita de R\$16.252,07, seguida por Rio do Sul, com R\$15.903,50 e Ituporanga, com R\$15.096,21. A média do PIB per capita da Mesorregião, considerando os dados de todas as cidades, é de R\$16.380,13.

Além do PIB per capita, há de se considerar a remuneração média dos empregados formais das microrregiões da Mesorregião do Vale do Itajaí em 31 de dezembro de 2009, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2010).

A remuneração média dos empregados formais na Mesorregião é de R\$1.089,05. Na Microrregião de Blumenau, teve-se a maior remuneração média da Mesorregião

(R\$1.366,16), valor 25% superior ao dado geral. A Microrregião de Itajaí apresentou a segunda maior remuneração, com R\$1.097,93. Nas demais, a remuneração média foi inferior à média microrregional: R\$1.021,83, na Microrregião de Rio do Sul e R\$954,54, na Microrregião de Ituporanga.

A cidade de Blumenau possuía, em 2010, IDH = 0,806, sendo a 25ª posição entre os municípios do Brasil. Rio do Sul possuía IDH = 0,802; Itajaí, IDH = 0,795 e Ituporanga, IDH=0,748.

Diante do exposto e considerando que o IBGE estabeleceu a divisão regional do Brasil em mesorregiões e a definição de ações e programas para atender as demandas regionais específicas de cada região, é importante situar os espaços de atuação da FURB na dimensão da Mesorregião do Vale do Itajaí.

1.2.2 A realidade educacional da Mesorregião do Vale do Itajaí

Segundo o INEP, 2010, no fim de 2010, havia 308.266 estudantes devidamente matriculados nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio na Mesorregião do Vale do Itajaí. No fim de 2010 havia, segundo o INEP, um contingente de 188.100 estudantes matriculados no ensino médio na Mesorregião do Vale do Itajaí, dos quais uma parcela deve ser convertida em ingressantes no ensino superior em futuro próximo, cerca de dois ou três anos. Especial atenção ao município de Blumenau, sede da FURB, que contribui com 19,16% (59.054) dos aptos ao ingresso no ensino superior. Segue-se a Blumenau o município de Itajaí, com 12,29% (37.888) nessa condição de escolaridade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 determinou a oferta de educação superior mínima a 30% da faixa etária de jovens entre 18 e 24 anos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2009 apenas 14,4% desse contingente encontrava-se matriculado em graduação no Brasil, índice aquém da meta determinada pelo PNE desde 2001. Em Santa Catarina, ainda segundo o IPEA (2010, p.31), havia 19,2% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentando o ensino superior. Apesar de o índice catarinense apresentar-se superior ao percentual geral, ainda assim, passados oito anos, não atende às metas do PNE. Pelo cenário por ele delineado, considerando os dados do INEP, dos 120.166 estudantes cursando os anos finais do ensino fundamental em 2010, na Mesorregião do Vale do Itajaí, ao menos 30% daqueles com idade entre 18 e 24 anos devem ser convertidos em ingressos no ensino superior, para que se cumpram as metas estabelecidas. Nessa perspectiva, é importante observar a participação percentual de jovens de 18 a 24 anos em cada um dos 54 municípios integrantes da Mesorregião do Vale do Itajaí.

Os percentuais de jovens entre 18 e 24 anos residentes em cada um dos municípios de abrangência da Mesorregião do Vale do Itajaí estão pouco dispersos. Essa faixa etária representa, em média, 11,84% da população local, com um desvio padrão reduzido de 1,40%, coeficiente de variação reduzido de 11,8% do desvio padrão em relação à média. Esse comportamento deve ser traduzido, em certa medida, numa demanda regular de jovens nessa faixa etária por ensino superior residentes nos municípios da mesorregião. Que se pese o fato de os percentuais se referirem a qualquer jovem na faixa etária em questão e não apenas àqueles que estão em processo de formação básica.

Estimando que 120.166 estudantes concluam o ensino, pela determinação do PNE, as IES da região devem oferecer ao menos 36.050 vagas; no entanto, isso não é realidade na região.

Além disso, o Censo Populacional 2010 (IBGE, 2011) corrobora a insuficiência de vagas para o cumprimento do PNE. Conforme a estatística, a Mesorregião do Vale do Itajaí contabiliza 1.509.273 habitantes. Destes, aproximadamente 11,84% estão na faixa etária de 18 a 24 anos, o que corresponde a 178.698 jovens.

1.2.3 A presença da FURB na Mesorregião do Vale do Itajaí

Atualmente, a FURB assume papel de grande geradora de conhecimento, adotando uma postura inovadora; ofereceu, em 2013, 42 cursos de graduação, abrangendo todas as áreas do conhecimento. Nesse nível, conta com 10.500 estudantes, com o compromisso de inserção social, suprimindo as necessidades profissionais da Mesorregião do Vale do Itajaí e outras.

Quanto ao *stricto sensu*, a FURB oferece 11 cursos de mestrado e 02 de doutorado, todos recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério de Educação.

1.3 FILOSOFIA INSTITUCIONAL⁶

A filosofia institucional da FURB está estabelecida em sua missão, visão e valores.

⁶ Aprovado no CONSUNI por meio do Processo nº 028/2013, Parecer nº 024/2013/CONSUNI.

1.3.1 Missão

Promover o ensino, a pesquisa e a extensão, fomentando o desenvolvimento socioeconômico sustentável e o bem estar social.

1.3.2 Visão

Ser universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global.

1.3.3 Valores

Comprometimento:

- a) com a transparência nos processos e atos institucionais;
- b) com a participação democrática das comunidades interna e externa nas políticas e decisões institucionais;
- c) com a valorização dos discentes e dos servidores;
- d) com a formação integral do ser humano;
- e) com a democracia, com a ética e com a pluralidade;
- f) com o desenvolvimento social e sustentável;
- g) com a manutenção da sua identidade e tradição;
- h) com respeito à natureza e a todas as formas de vida.

Efetividade:

- a) como universidade pública;
- b) na socialização do conhecimento e de tecnologias;
- c) na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- d) na integração e inserção comunitária.

Inovação:

- a) nos processos de humanização;
- b) nos processos de ensino-aprendizagem, de pesquisa e extensão;
- c) nas soluções para atendimento às demandas da sociedade.
- d) nos processos de internacionalização;
- e) na gestão acadêmica e administrativa.

1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A FURB, instituição pública municipal, é uma das mais representativas instituições de ensino superior do sul do Brasil. Seu desenvolvimento tem sido intenso, com atuação no ensino de graduação, pós-graduação, médio e profissionalizante, na pesquisa e na extensão, abrangendo as grandes áreas do conhecimento (Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes).

Com cinco campi distribuídos em cerca de 94 mil m² de área construída, a FURB oferece cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnólogos) conforme Tabela 1, cursos de especialização, conforme Tabela 2, e programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, conforme Tabela 3:

Tabela 1 – Cursos de graduação ofertados pela FURB

Centro / Curso	Titulação
Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras (CCEAL)	
Artes Visuais	Licenciatura
Educação Especial	Licenciatura
Letras	Licenciatura em Inglês/Português
	Licenciatura em Espanhol/Português
Licenciatura em Alemão	Licenciatura
Música	Licenciatura
Pedagogia	Licenciatura
Teatro	Licenciatura
Centro de Ciências Exatas e Naturais (CEEN)	
Ciência da Computação	Bacharelado
Ciências Biológicas	Bacharelado
	Licenciatura
Licenciatura em Computação	Licenciatura
Matemática	Licenciatura
Química	Bacharelado
Sistemas de Informação	Bacharelado
Centro de Ciências Humanas e da Comunicação (CCHC)	
Ciências da Religião	Licenciatura em Ensino Religioso
Ciências Sociais	Bacharelado
	Licenciatura
Comunicação Social	Bacharelado
História	Licenciatura
Moda	Bacharelado
Serviço Social	Bacharelado
Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)	
Direito	Bacharelado
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	
Biomedicina	Bacharelado
Educação Física	Bacharelado
	Licenciatura
Enfermagem	Bacharelado
Farmácia	Bacharelado

Centro / Curso	Titulação
Fisioterapia	Bacharelado
Medicina	Bacharelado
Medicina Veterinária	Bacharelado
Nutrição	Bacharelado
Odontologia	Bacharelado
Psicologia	Bacharelado
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA)	
Administração	Bacharelado
Ciências Contábeis	Bacharelado
Ciências Econômicas	Bacharelado
Secretariado Executivo Bilíngue	Bacharelado
Tecnologia em Comércio Exterior	Tecnólogo
Tecnologia em Marketing	Tecnólogo
Turismo e Lazer	Bacharelado
Centro de Ciências Tecnológicas (CCT)	
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado
Design	Bacharelado
Engenharia de Alimentos	Bacharelado
Engenharia Civil	Bacharelado
Engenharia de Produção	Bacharelado
Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado
Engenharia Elétrica	Bacharelado
Engenharia Florestal	Bacharelado
Engenharia Química	Bacharelado
Tecnologia em Processos Industriais	Tecnólogo

Fonte: Divisão de Registros Acadêmicos (DRA)/ PROEN, Relatório de Atividades 2012 da COPLAN.

Tabela 2 – Cursos de pós-graduação *Lato Sensu*

Unidade Universitária/ Curso de Especialização
CCEAL
- Educação e Interculturalidade e o Bem Viver
- Educação Musical
- Alfabetização e Letramento
CCEN
- Tecnologias para o Desenvolvimento de Aplicações WEB
CCHC
- Filosofia
- Negócios da Moda
CCJ
- Direito Público - Módulo 1 - Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC)
- Direito Aplicado - Módulo 2 - ESMESC
CCS
- Gestão Hospitalar e Serviços de Saúde
CCSA
- Assessoria Executiva Empresarial
- Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal
- Marketing Digital e Redes Sociais Web - Turma 1
- Contabilidade e Gestão Tributária
- Finanças e Controladoria
- Gestão Universitária
- Gestão de Pessoas
- Gestão Empresarial
CCT
- Projeto de Arquitetura Sustentável: Conservação e Uso

Unidade Universitária/ Curso de Especialização
- Racional de Recursos Naturais
- Engenharia de Produção
- Engenharia de Segurança do Trabalho

Fonte: Divisão de Pós-Graduação (DPG), da PROPEX

Tabela 3 – Cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* e Conceito na CAPES

Descrição	Conceito Capes
Mestrado em Administração	4
Mestrado em Ciências Contábeis	4
Mestrado em Desenvolvimento Regional	5
Mestrado em Educação	4
Mestrado em Engenharia Ambiental	4
Mestrado em Engenharia Elétrica	2
Mestrado em Engenharia Florestal	3
Mestrado em Engenharia Química	3
Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática	3
Mestrado em Química	3
Mestrado em Saúde Coletiva	(2013)
Doutorado em Ciências Contábeis e Administração	5
Doutorado em Desenvolvimento Regional	4
Doutorado em Engenharia Ambiental	4

Fonte: Divisão de Apoio à Pesquisa (PROPEX) - Relatório de Atividades 2012 (COPLAN)

A Universidade promove, ainda, a disseminação da Cultura e da Arte, por meio de apoio institucional à música, teatro, danças e esportes, conforme pode ser observado na Tabela 4:

Tabela 4 – Resumo Atividades Culturais (2010 – 2012)

Atividades	2010	2010/ Atendidos	2011	2011/ Atendidos	2012	2012/ Atendidos
Exposições						
Científicas	--	--	2	420	03	161
Artísticas	07	1.428	6	631	09	981
Fotográficas	08	826	08	750	07	829
Evento de lançamentos de livros	02	145	02	180	07	383
Apresentações de dança*	44	130.600	29	80.000	13	44.570
Apresentações musicais						
Não vinculadas aos grupos de Extensão	03	430	07	480	05	569
Orquestra da FURB	09	4.000	14	4.648	10	6.400
Camerata de Violões	16	1.125	24	5.350	19	2.755
Coro Universitário	08	1.410	18	2.150	21	7.700
Apresentações teatrais	07	450	20	3.450	17	1.450
Intervenções artísticas	07	660	--	--	--	--
Oficinas	--	--	--	--	01	17
Palestras	--	--	01	--	01	23
Performances	--	--	01	60	--	--
Recital de poesias	01	70	01	60	--	--
Encontros culturais	01	80	--	--	--	--
Encontros acadêmicos	01	150	01	90	--	--
Mostra de vídeo/cinema	--	--	--	--	05	236
Seminários/simpósios	--	--	--	--	01	90
Sub total atividades da Divisão		141.374	134	98.269	119	66.164

Festival de Teatro*						
Espetáculos/apresentações	42	20.160	41	19.500	36	9.798
Oficinas/ workshop	10	220	13	280	14	453
Palestras (conversas)	03	240	06	600	03	320
Mostra de vídeo	05	360	01	160	04	200
Análise de espetáculos	08	720	12	1.450	12	1.320
APORTA (Encontro Estudantil de Artes Cênicas) – Fresta Regional	-	-	01	28	01	45
Jornada	01	156	01	148	01	152
Sub total Festival		21.856	75	22.166	71	12.288
TOTAL	185	163.230	209	120.435	190	78.452

* A partir de 2012 passamos a computar o público nos eventos culturais a partir de dados concretos de público presente e não pela capacidade dos lugares onde eles aconteciam. Além disso, no caso do FITUB, houve a redução de um dia de evento.

Fonte: Divisão de cultura (DIC) / PROPEX - Relatório de Atividades 2012 (COPLAN)

Apesar do tamanho, da multiplicidade de suas ações e do volume de seu orçamento, a Instituição conta com um modelo de administração racional, com alto índice de informatização, tanto em suas atividades fins como atividades de apoio, modelo este construído, progressivamente, ao longo de sua história.

1.5 FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO

A FURB assegura em seu estatuto (Resolução nº 35/2010) as seguintes finalidades:

- a) promover as atividades de ensino superior, médio e profissionalizante, de pesquisa, de extensão e de serviços, de forma permanente e abrangente;
- b) propiciar o desenvolvimento da cidadania, incrementar propostas e realizações, pesquisa institucional, visando ao desenvolvimento regional e global, científico, tecnológico, cultural, com vista ao bem-estar e à valorização do ser humano;
- c) promover a divulgação científica, tecnológica e artístico-cultural, visando colocar o conhecimento sistematizado para o desenvolvimento e transformação da sociedade.

1.6 OBJETIVOS

A visão de “Ser universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global” requer o desenvolvimento de objetivos e metas para cada uma das dimensões pedagógicas e administrativas da FURB, que serão detalhados nos eixos desse PDI.

2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL⁷

A avaliação é um processo inerente ao desenvolvimento contínuo das instituições. Nesse sentido, a avaliação não se deve restringir apenas a uma coleta de dados, mas deve constituir-se em um dos processos dos quais a Universidade dispõe para analisar e planejar e/ou reorganizar ações, na medida em que subsidia intervenções a partir dos resultados obtidos, objetivando qualificar as atividades de ensinar e aprender.

Assim, a avaliação é projeto, processo, implantação de ações e análise de seus resultados. Esse conjunto de procedimentos avaliativos sempre está vinculado à tomada de decisões. Esse é o caráter político-pedagógico da avaliação. Ela emite juízos de valor sobre a instituição, seus projetos e processos.

2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004, estabelece o SINAES, constituído com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

- a) a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- b) o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

⁷ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Processo nº 05/2014.

- c) o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- d) participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Para a avaliação das instituições, são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. Os resultados da avaliação constituem o referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

2.1.1 Avaliação Institucional Externa

A avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação do MEC e nos relatórios da autoavaliação, elaborados pela CPA. Sendo assim, nos dias 04, 05 e 06 de agosto de 2010, a Universidade Regional de Blumenau (FURB) recebeu a visita *in loco* da Comissão Verificadora para a Avaliação Institucional Externa, constituída pela Portaria CEE/SC nº 12, de 09 de março de 2010, para o processo de Avaliação Institucional Externa, visando à renovação do credenciamento da Universidade.

Utilizando-se da escala do SINAES, foram atribuídos conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, para os indicadores de desempenho institucional de cada uma das dez dimensões avaliadas, resultando em um conceito final para a Instituição. O Conceito Institucional (CI) da FURB na avaliação externa de 2010 foi 3,92.

As dimensões avaliadas e os respectivos conceitos estão evidenciados na Tabela 5 –

Tabela 5 – Conceitos da Avaliação Externa da FURB – Agosto 2010.

DIMENSÕES DO SINAES	FURB
1 – Missão e PDI	3,50
2 – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-Graduação	4,00
3 – A responsabilidade social	4,75
4 – A comunicação com a sociedade	4,00
5 – Políticas de Pessoal, Carreira do Corpo Docente e Técnico-Administrativo	3,33
6 – Organização e gestão da FURB, funcionamento e representatividade dos colegiados, participação da comunidade universitária nos processos decisórios	4,50
7 – Infraestrutura física, de biblioteca e de TIC	4,20
8 – Planejamento e avaliação	4,33
9 – Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos	4,00
10 – Sustentabilidade financeira	3,67
RESULTADO GERAL	3,92

Fonte : organizado pela COPLAN

O Relatório Final da Avaliação Institucional Externa foi aprovado pelo Parecer CES/CEE nº 186, de 28/09/2010 e publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nº 18.985, de 07/12/2010, p. 4, com o seguinte texto: “Aprova o Relatório de Avaliação Institucional Externa, realizada na Universidade Regional de Blumenau – FURB; **pela continuidade do enquadramento da IES na categoria de Universidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos**, findo o qual, deverá ser procedida nova Avaliação Externa, no município de Blumenau, Parecer nº 186, aprovado em 28/09/2010”.

2.1.2 Autoavaliação Institucional

A FURB implantou e começou a desenvolver o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela Comissão de Avaliação Institucional (COMAVI), constituída por um grupo de professores de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria nº 59/1995. Contudo, em função dos pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não terem sido atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços, em 2005, em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição resolveu integrar-se ao SINAES, proposto pelo MEC, conforme Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, pois se

percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

A Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004 dispõe que cada IES,, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. As CPAs devem ser constituídas por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação.

Seguindo a orientação do SINAES, a FURB, por meio da Resolução nº 14/2005, complementada pela Resolução nº 20/2005, reformulou o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau (PAIURB) e instituiu a CPA. Essa comissão é composta por representantes dos diversos segmentos da comunidade interna, sendo sete docentes – um para cada centro –, dois representantes da Reitora, dois representantes discentes indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), dois servidores técnico-administrativos indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPES) e dois membros da sociedade civil organizada, cujos nomes ficam registrados no INEP.

A partir da institucionalização da CPA, o processo de avaliação institucional ficou sob a responsabilidade das seguintes instâncias:

- a) CPA, como órgão coordenador e sistematizador do processo de autoavaliação da Instituição;
- b) COPLAN, como órgão da administração responsável por assessorar a CPA no desenvolvimento das ações necessárias para implementar o processo de avaliação institucional da Universidade.
- c) Reitoria, no sentido de disponibilizar recursos humanos especializados, condições físicas, materiais e equipamentos, bem como acesso às informações necessárias à realização dos trabalhos da CPA.

Dessa forma, desde a institucionalização do processo de autoavaliação na FURB com base no SINAES, a CPA publicou três relatórios de autoavaliação (referentes aos períodos de 2001-2005, 2006-2008 e, o último, 2009-2011) e dois outros relatórios denominados *Balanço Crítico*, referentes aos dois primeiros processos autoavaliativos. Nesse sentido, os resultados obtidos e publicados no Relatório de Autoavaliação 2009-2011 são resumidos na Tabela 6:

Tabela 6 – Conceitos da Autoavaliação da FURB – 2009-2011

DIMENSÕES DO SINAES	FURB
1 – Missão e PDI	3,30
2 – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-Graduação	3,19
3 – A responsabilidade social	3,38
4 – A comunicação com a sociedade	3,15
5 – Políticas de Pessoal, Carreira do Corpo Docente e Técnico-administrativo	3,06
6 – Organização e gestão da FURB, funcionamento e representatividade dos colegiados, participação da comunidade universitária nos processos decisórios	3,91
7 – Infraestrutura física, de biblioteca e de TIC	3,22
8 – Planejamento e Avaliação	3,21
9 – Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos	2,95
10 – Sustentabilidade financeira	3,22
RESULTADO GERAL	3,25

Fonte: organizado pela COPLAN

Além do diagnóstico institucional, outro resultado significativo obtido pela CPA em 2013, foi a elaboração da proposta de um instrumento próprio de autoavaliação. Cabe ressaltar que a FURB utilizou nos processos de autoavaliação 2001-2005 e 2006-2008 os indicadores estabelecidos no instrumento denominado de Avaliação Institucional para as IES do Sistema ACADE, elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da ACADE, em 2005. No terceiro processo, referente a 2009-2011, com o intuito de qualificar o trabalho de avaliação, a CPA revisou os indicadores de desempenho que vinha utilizando, alinhando-os com aqueles utilizados pelo MEC – comissão externa –, permitindo uma visão mais detalhada da realidade da Universidade.

As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos documentos do processo de autoavaliação, como demonstrado na Figura 1, estão incorporadas no planejamento de metas e ações deste PDI.

2.1.3 Avaliação dos Cursos de Graduação

A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Essa avaliação, utilizando procedimentos e instrumento específico, dentre os quais obrigatoriamente as visitas *in loco*

por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, resultam na atribuição de conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

2.1.3.1 Conceito do Curso (CC)

O CC é o conceito obtido na verificação *in loco* realizada por Comissão Avaliadora designada pelo Conselho Estadual de Educação, com a finalidade de regulação/supervisão. O CEE/SC dá legalidade, validade e legitimidade aos cursos, através da publicação de atos ou decretos de reconhecimento ou de renovação do reconhecimento. A periodicidade acompanha o ciclo avaliativo do SINAES.

2.1.3.2 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O CPC é um conceito atribuído pelo MEC e publicado anualmente, calculado para cada curso avaliado nas áreas contempladas na avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). É a média ponderada de diversas medidas relativas à qualidade de um curso, considerando a nota dos concluintes e dos ingressantes no ENADE, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) no ENADE, a qualidade do corpo docente, a infraestrutura e a organização didático-pedagógica. O conceito preliminar constitui elemento de referência nos processos de avaliação, para subsidiar a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

2.1.3.3 ENADE

A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação é realizada mediante aplicação do ENADE, que afere a apropriação, por parte dos estudantes, dos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O ENADE é aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso; essa aplicação vem acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados. Esse exame é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo

inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A avaliação do desempenho dos estudantes de cada curso no ENADE também é expressa por meio de conceitos, ordenados na escala de cinco níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

2.1.4 Avaliação educacional

Na Universidade, a avaliação educacional tem por finalidade acompanhar as atividades de ensinar e aprender, assumindo função de diagnóstico, regulação e projeção dos processos curriculares. No que diz respeito a esse caráter e a essa função da avaliação educacional, compreende-se que as ações avaliativas no âmbito do ensino devem ser articuladas, focando as atividades discente, docente e de implementação dos projetos pedagógicos dos cursos, para se poder, além de consolidar uma cultura avaliativa comprometida com a busca permanente da qualidade do processo ensino-aprendizagem, ter um *feedback* constante entre o que planejamos, executamos e necessitamos reorganizar.

A metodologia adotada pela FURB para avaliação discente e docente encontra-se descrita no Eixo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Eixo Políticas de Gestão, respectivamente.

2.2 MONITORAMENTO DO CUMPRIMENTO DO PDI

“O planejamento organizacional é orientado por objetivos e pela avaliação do processo de planejamento e seus resultados, guiados por critérios”, conforme ressalta Souto-Maior (2012, p. 97). Nesse sentido, o monitoramento crítico do PDI da FURB só se inicia com a apropriação das metas e objetivos institucionais por sua comunidade universitária. As metas estabelecidas no PDI somente serão alcançadas, se estiverem alinhadas com as ações propostas no planejamento setorial e com o comprometimento do corpo docente e técnico-administrativo.

Entende-se que, a utilização dos resultados obtidos nos processos de avaliação, tanto internos quanto externos, para a revisão do PDI é uma estratégia de melhoria contínua da Instituição.

Quadro 2 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao planejamento e avaliação institucional

Objetivo I – Monitorar o cumprimento das metas do planejamento institucional (PDI) e setorial (Plano Departamental)						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
1) Possibilitar a apropriação do PDI pela comunidade interna	1) Publicar o PDI no site da FURB;	PDI publicado	COPLAN	2014	-	
	2) apresentar o PDI para os servidores em suas unidades de trabalho;	Nº de servidores envolvidos.	COPLAN	2014	-	
	3) apresentar o PDI para os discentes nas semanas acadêmicas dos cursos.	Nº de estudantes envolvidos	COPLAN/PROEN	2014	-	
2) Monitorar e avaliar o alcance das metas estabelecidas no PDI, anualmente	1) Participar do Projeto Mapa Estratégico da Educ. Superior (MEES) – parceria com a Univ. Federal de Santa Catarina (UFSC), utilizando o Sistema Informacional de Gestão integrada do MEES (SIGMEES) como ferramenta de monitoramento do PDI;	SIGMEES implantado	COPLAN/ COPERA-PDI	Fev. 2014	Agosto 2014	
	2) avaliar anualmente o alcance das metas estabelecidas no PDI;	Relatório anual ao CONSUNI	COPERA-PDI	Dez. 2014	-	
	3) relatar, no CONSUNI, o alcance das metas, com avaliação e recomendações da COPERA-PDI;		COPERA-PDI			
	4) dar publicidade aos resultados alcançados.	Resultados publicados.	COPERA-PDI			
3) Monitorar e avaliar o alcance das metas estabelecidas no Plano Departamental, anualmente	1) Institucionalizar o planejamento de todos os departamentos da FURB (Plano Departamental);	Planos Departamentais aprovados no CEPE	COPLAN/ PROEN	2014	2015	
	2) avaliar anualmente o alcance das metas estabelecidas no Plano Departamental.	Relatório anual ao CONSUNI	COPLAN			
Objetivo II – Consolidar os processos de avaliação institucional (externos e internos)						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
4) Qualificar a representação externa da CPA para o biênio 2014-2016	1) Elaborar uma proposta de alteração na Resolução 14 e 20/2005, especialmente no que diz respeito à composição da CPA (representação externa);	Proposta submetida ao CONSUNI	COPLAN/ CPA	2014	2014	
	2) aprovar a Resolução no CONSUNI.	Proposta aprovada NO CONSUNI	COPLAN/ CPA	2014	2014	
5) Institucionalizar o Instrumento de Autoavaliação da FURB	1) Aprovar, no CONSUNI, a proposta de Instrumento de Autoavaliação Institucional	Instrumento de Autoavaliação aprovado	CPA	2014	2014	

		no CONSUNI.				
6) Ampliar o conhecimento sobre o processo de autoavaliação institucional para 100% dos servidores da FURB	1) Qualificar a página da CPA no site da FURB;	Página atualizada.	CPA	2014	2014	
	2) realizar reuniões com os setores da FURB divulgando o trabalho da CPA.	Reuniões realizadas.	CPA	2014	2015	
		Servidores envolvidos.				
7) Institucionalizar o Processo Reconhecimento (R) e Renovação do Reconhecimento (RR) de Cursos (PROEN)	1) Mapear e descrever o Processo de R de Cursos;	Processo descrito	PROAD/ PROEN	2014	2014	
	2) mapear e descrever o Processo de RR de Cursos;	Processo descrito	PROAD/ PROEN	2014	2014	
	3) definir as ações (pré e pós) a serem tomadas nos processos de RR de Cursos.	Ações definidas	PROEN	2014	2014	
8) Revisar os instrumentos e critérios de avaliação de ensino pelo discente	1) Discutir com os gestores os resultados do processo de avaliação do ensino 2013/2, tendo como referência 2013/1;	Resultados discutidos	PROEN	2014	2014	
	2) atualização/adequar o instrumento de avaliação de ensino aplicado em 2013/2.	Instrumento revisado	PROEN	2014	2014	
9) Definir o % de respostas dos discentes no processo de avaliação do ensino	1) Comprometer os coordenadores de curso pelo % de respostas dos discentes;	% de respostas dos discentes	PROEN	2014	2014	
	2) utilizar os resultados da avaliação do ensino no planejamento dos cursos e no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas;	Resultados incorporados no planejamento	COPLAN/PROEN	2014	2014	
	3) dar publicidade aos resultados alcançados, especialmente aos discentes.	Publicação dos resultados da avaliação.	PROEN	2014	2015	
10) Descrever e consolidar as ações para o ENADE	1) Definir ações (pré e pós) de aproximação da FURB com estudantes e docentes envolvidos no ENADE;	Ações planejadas	Coordenações de colegiados de cursos/ NDEs/ PROEN	2014	2014	
	2) divulgar ciclo anual do ENADE.	Ciclo divulgado	PROEN	2014	2014	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

3 POLÍTICAS ACADÊMICAS

Entendem-se como políticas acadêmicas aquelas estabelecidas para o ensino médio, o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa e a extensão. A essas políticas, foram acrescentadas as diretrizes para inovação e cultura. As políticas acadêmicas abrangem, ainda, as Políticas de Comunicação com a Sociedade, de Atendimento ao Estudante, bem como as Políticas para Internacionalização e Mobilidade, as quais também são apresentadas a seguir.

3.1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)⁸

O PPI é constituído pelas Políticas para o Ensino Médio, o Ensino de Graduação e de Pós-graduação, a Pesquisa e a Extensão. A essas políticas, foram acrescentadas as diretrizes para inovação, cultura, internacionalização e mobilidade.

3.1.1 Princípios Filosóficos e Técnico-Methodológicos Gerais Norteadores das Práticas Acadêmicas da Instituição

A universidade constitui uma das instâncias sociais que contribui para os processos de formação e escolarização, sendo um dos espaços de produção de conhecimento para transformação da sociedade. Pelo fato de ser agente responsável pela produção de conhecimento promovedor de transformação social, ela é regida pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa indissociabilidade reside no fato de as dimensões serem articuladas pela intencionalidade pedagógica que envolve estudantes e docentes na tarefa de investigar e analisar o contexto sociocultural para contribuir com a coletividade.

Compreendendo a universidade como um local de “[...] produzir e difundir ciência, arte, tecnologia e cultura” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 81), a Política de Ensino expressa no currículo formal precisa estar em consonância com essa missão. O currículo não é um meio neutro de transmissão/construção de conhecimento, é um forte instrumento de regulação moral e social dos indivíduos (BERNSTEIN, 1996), como também nele se constroem as subjetividades.

Produzir e difundir ciência, arte, tecnologia e cultura é organizar currículos que precisam pautar-se pela promoção da educação geral. Conforme Pereira (2000), essa

⁸ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Processo nº 05/2014.

formação pretende assegurar aos estudantes aquisição de conhecimentos, habilidades e hábitos do pensamento, para uma apreciação crítica dos modos de conhecimento existentes, como são criados, utilizados e o que podem significar para os sujeitos na sua individualidade e para coletividade.

Nesse sentido, o currículo deve oferecer mais compatibilidade com o contexto do mundo contemporâneo, dando ênfase à formação cultural humanística, à internacionalização, à criatividade, à inovação, às práticas inter/multi/transdisciplinares, isto é, à articulação diferenciada de saberes.

3.1.1.1 Princípios do ensino

Os princípios institucionais para o ensino, em seus diferentes níveis e modalidades, pautam-se pela intencionalidade pedagógica da comunidade acadêmica da FURB, visando ao desenvolvimento humano integral, ancorado por valores éticos, sociais, culturais e políticos, assim delimitados:

3.1.1.1.1 Democracia e Direitos Humanos

Uma sociedade democrática implica o exercício integral da cidadania para a construção social dos sujeitos. A igualdade e a desigualdade entre os sujeitos se constituem como desafios diante da crescente diversidade social, política, religiosa, étnica, econômica e cultural do mundo em constante mudança.

A universidade está comprometida nos processos de formação que integram ensino, pesquisa e extensão, com os direitos humanos fundamentais da sociedade universitária, a saber: direito à vida, à liberdade, ao respeito, à convivência acadêmica, à solidariedade ética e à educação. O comprometimento com a promoção, a proteção, a defesa e a garantia desses direitos envolve também os direitos individuais e coletivos de opinião e de deliberação que respeitem os contextos da realidade, da historicidade e dos interesses dos sujeitos, de modo a contribuir para o estabelecimento da equidade social e cultural, com fundamento no princípio da dignidade humana e da alteridade.

Nessa direção, a universidade tem a função de formação crítica, com base no respeito à diversidade, de forma a promover dialeticamente a significação da inclusão e da exclusão, no sentido de superação para os interesses e objetivos do todo social. Trata-se do desenvolvimento em um processo de formação continuada para o convívio social,

contribuindo para a construção, socialização e efetivação do conhecimento científico e cultural. Os sujeitos de uma sociedade democrática assumem, como cidadãos críticos, seus deveres em relação à organização político-social e não somente a sua função como profissional.

3.1.1.1.2 Ética e Cidadania ambiental

A compreensão da ética e da cidadania ambiental passa pela relação sujeito-diálogo-vivência, construída nas bases de um processo de formação. O atributo “ambiental” à cidadania busca demarcá-la em um campo político de valores comprometidos e mobilizados por práticas ambientalmente sustentáveis.

Para a prática da ética e cidadania ambiental, pressupõe-se por parte da universidade uma percepção mais ampla – sistêmica, interdisciplinar, solidária - da vida em sua biodiversidade, incluindo o ser humano, estimulando diálogos e esforços para o exercício do pensamento crítico e reflexivo quanto aos valores e costumes relativos aos seres entre si e em seus múltiplos ambientes.

Com base nessa dimensão, entende-se como responsabilidade da universidade mobilizar seus sujeitos – no ensino, na investigação e nos trabalhos com a comunidade - para a produção e a socialização de conhecimentos e tecnologias, nas diferentes esferas de formação. Para tanto, os desafios dos contextos sócio-históricos locais e planetários e a prática da ética e da responsabilidade ambiental devem ser considerados.

A Universidade compromete-se com a formação de cidadãos com competências para avaliar as consequências de suas ações no ambiente e exercer a ética e a cidadania ambiental no mundo do trabalho e nas diversas relações socioculturais. Atua com segmentos sociais, no intercâmbio de conhecimentos e tecnologias em desenvolvimento ambiental sustentável e na revisão de práticas causadoras de impacto no contexto socioambiental.

Nesse sentido, a Universidade compromete-se com uma formação que leve em consideração os direitos ambientais dos diversos grupos sociais, atuais e futuros, e desenvolva sensibilidade e afeição pela natureza e por todas as formas de vida, independente da sua utilidade para os seres humanos. Como parte desse processo, a Universidade realizará esforços no sentido de diminuir ao mínimo plausível o uso de animais vivos em atividades e experiências com fins didáticos, providenciando sua substituição por métodos alternativos, desenvolvendo, inclusive, pesquisas que balizem essa transição.

3.1.1.1.3 Relações étnico-sociais

Uma universidade a qual tem por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica deve reconhecer o conhecimento como resultante da produção social, principalmente com base no princípio da democratização e do respeito às diferenças.

Nesse sentido, políticas de ações afirmativas foram introduzidas na sociedade para garantir os direitos dos cidadãos, superando as dificuldades de acesso à educação de qualidade para atender às demandas do mundo contemporâneo. Essas políticas também têm por objetivo identificar e superar as manifestações de preconceitos e discriminações, estabelecendo novas relações entre diferentes grupos étnico-sociais e provocando mudança de atitude para a constituição de uma sociedade democrática.

Os movimentos socioculturais organizados têm combatido, historicamente, as manifestações baseadas na defesa da hierarquização entre diferentes grupos ou indivíduos, defendendo que a superação pode concretizar-se por meio de uma educação democrática e de qualidade para os cidadãos, marginalizados ou não.

Diante desse compromisso, a Universidade estabelece novas relações, envolvendo a articulação entre políticas públicas, os movimentos sociais e as práticas pedagógicas efetivas, para superar as desigualdades e respeitar as singularidades, o que significa incluir ao invés de excluir e qualificar as relações.

3.1.1.1.4 A Formação Crítica

A universidade busca preparar cidadãos para a vida em comunidade e, também, para a inserção no campo de trabalho, frente às exigências locais, regionais e globais.

A formação crítica e a independência intelectual visam a promover concepções de ser humano e sociedade com compromisso ético-político para a construção de novos conhecimentos que contribuam para a emancipação humana.

Ser crítico implica analisar os elementos componentes do contexto. Portanto, o senso crítico exige um grau de compreensão amplo sobre os condicionantes intrínsecos às relações de poder e às contradições que as permeiam. Significa apropriar-se dos conhecimentos científicos, analisando-os como produções sociais, elaboradas em tempos e espaços históricos específicos.

A formação crítica do estudante exige uma leitura de mundo sustentada por princípios científicos, éticos, políticos, estéticos, artísticos e culturais, os quais são apropriados pelos sujeitos que aprendem. À medida que os conceitos formativos fazem sentido e trazem significado, desafiam e impulsionam a compreender e intervir nos contextos, articulando conhecimentos teórico-práticos.

Para empreender essa formação, é necessária uma concepção de ensino a qual problematize e compreenda que aprender é estar envolvido na interpretação e não apenas na contemplação e reprodução dos conhecimentos; uma concepção a qual valorize a ação, a reflexão, a inquietação, a incerteza, ou seja, que parta da realidade para problematizar o conhecimento e trabalhe na perspectiva de provocar a autonomia intelectual de estudantes e professores.

Essa formação traz uma apropriação para os sujeitos que, na relação com o mundo em si e com o mundo do trabalho, podem contribuir efetivamente para a transformação qualificada dos contextos nos quais estão inseridos.

3.1.2 Diretrizes para o Ensino

Amparados nos princípios norteadores do ensino na FURB e nas legislações pertinentes, define-se as diretrizes que orientam e orientaram o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de graduação na modalidade presencial: licenciatura, bacharelado e superior de tecnologia; o Projeto Político-pedagógico da Escola de Ensino Médio; o Projeto Pedagógico dos Programas de Pós-Graduação (PPPG), o Projeto Pedagógico dos Cursos Sequenciais (PPCS), o Projeto Pedagógico dos Cursos de Idioma (PPCIs) e o Projeto Pedagógico para a EaD (PPEaD). Nesse sentido, os projetos citados devem contemplar, considerando suas especificidades, as seguintes diretrizes:

3.1.2.1 Aprendizagem como foco do processo

Ter a aprendizagem como foco do processo educacional implica pensar os espaços e tempos escolares e as interações sociais as quais neles se estabelecem. Assim como o currículo, a aprendizagem também é um fenômeno social construído sempre no plano das interações, as quais promovem aprendizagens para sujeitos educativos – professor e estudantes –, na medida em que trocam experiências, produzem/reproduzem conhecimentos, avaliam, planejam e replanejam.

Um currículo que direciona o foco para a aprendizagem é um currículo que descentraliza o papel do professor e do conteúdo, cuja centralidade concebeu o ensino como atividade unilateral, fragmentada, linear e cumulativa, propondo a contextualização, o diálogo e a articulação entre os diferentes saberes e sujeitos. Focar o processo na aprendizagem exige formação contínua e ênfase na autonomia.

3.1.2.2 Educação geral

A complexidade e os desafios do mundo contemporâneo exigem sujeitos preparados para agir de modo crítico, criativo, sensível, autônomo, com capacidade de comunicação, que compreendam as necessidades sociais, as responsabilidades das diferentes áreas, e dominem habilidades de pesquisa de forma cooperativa e com uma visão multicultural (PEREIRA, 2007).

Nesse contexto, como expressão e forma de conhecimento, a formação geral, amplia a leitura de mundo e contribui para o conhecimento de si e da realidade, para o exercício da cidadania, da criatividade, da reflexão e da crítica. A educação geral é tida, ainda, como a preparação mais necessária para uma vida de contínua aprendizagem, pois oferece uma formação conceitual e não uma formação prática utilitarista.

A formação geral deve oportunizar, aos sujeitos do processo ensino-aprendizagem, o acesso aos processos culturais e artísticos da comunidade.

3.1.2.3 Flexibilização

A flexibilização curricular é uma das diretrizes que devem nortear a organização do trabalho pedagógico nas diferentes áreas do conhecimento, especialmente no ensino de graduação. A flexibilização deve oferecer ao estudante a possibilidade de construir seu processo formativo, criando espaços de interação entre pares de áreas de conhecimento, bem como com outras áreas do saber. É, portanto, um processo de constituição da autonomia intelectual, o qual desafia o acadêmico a assumir a corresponsabilidade por sua formação.

Para a flexibilização dos currículos é necessário criar tempos e espaços de formação, revendo a linearidade e a hierarquização das estruturas curriculares.

Na escola de ensino médio, conforme preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB), a organização do percurso formativo deve ser construída considerando, além dos componentes curriculares centrais obrigatórios, os

flexíveis e variáveis (§ 3º do art.13). Assegura, também, que a parte diversificada pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados colegiadamente (§ 1º do art. 15).

3.1.2.4 As tecnologias digitais

Na contemporaneidade, a inserção das tecnologias de informação e comunicação nos espaços sociais afeta significativamente as relações pedagógicas, em especial o modo como se aprende (VEEN E VRAKKING, 2009).

A interatividade como nova modalidade de comunicação pode alterar a relação entre professor e estudante (SILVA, 2010), facilitando a aproximação e interação entre os sujeitos.

Com a inserção das tecnologias digitais na construção do currículo, é possível realizar uma articulação interativa entre situações de informação, situações de interação e situações-produção, que permitirá aos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem atuarem em uma lógica de produção de saberes (CANÁRIO, 2006).

Assim, surgem outros campos de possibilidades de informação e comunicação nos quais a aprendizagem e o conhecimento acontecem por meio de múltiplas conexões, escolhas e modificações diante da diversidade de informações. Os sujeitos se deparam com um universo multidirecional de informação e comunicação, no qual são coautores e podem intervir nas informações, permitindo um movimento rizomático do conhecimento (SILVA, 2010).

3.1.2.5 Internacionalização

Das mudanças que atingem a educação, parte delas é resultante das influências dos organismos internacionais e podem estar vinculadas a fatores como as relações entre Estado e universidade e a construção de políticas educacionais regionais e de internacionalização das instituições de educação. A internacionalização envolve a relação entre os países, entre culturas e entre os contextos global e local, sendo uma ação que pode aprimorar a qualidade do ensino e da pesquisa.

As ações de internacionalização têm por objetivo consolidar a cooperação por meio de parcerias universitárias, favorecendo o intercâmbio de estudantes e a iniciativa de adaptação de estruturas e conteúdos curriculares e metodologias de ensino entre ambas as instituições,

incluindo a dupla diplomação dos estudantes pelas instituições internacionais. No ensino médio, por meio do estudo de língua estrangeira, a escola irá atender às características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e da internacionalização de toda ordem de relações, conforme estabelecem as DCNGEB no §2º do art.15.

O item 3.2 desse PDI trata especificamente da internacionalização e da mobilidade, relatando as ações já instituídas/realizadas pela Universidade nas relações internacionais, bem como projetando seus anseios para o período de vigência desse documento.

3.1.3 Organização Didático-Pedagógica da FURB

A organização didático-pedagógica dos cursos da FURB, atendendo aos princípios e diretrizes para o ensino, pauta-se na definição de desenhos curriculares que garantam:

- a) inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares;
- b) oportunidades diferenciadas de integralização curricular;
- c) atividades práticas;
- d) atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs);
- e) atividades transversais;
- f) estágios obrigatórios e não obrigatórios;
- g) incorporação de avanços tecnológicos.

3.1.4 Políticas para o Ensino

3.1.4.1 Ensino Médio

A Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante (ou ETEVI), nos termos da Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010, é uma instituição com autonomia didática, administrativa e disciplinar, vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, para ministrar o ensino médio e a educação profissionalizante da FURB, observando-se a legislação vigente.

Sua história inicia em 1974, ano em que a FURB realizou um estudo sobre a viabilidade da implantação de um curso de qualificação de mão de obra para o setor primário. Os resultados foram positivos e evidenciaram a possibilidade de implantação do curso Técnico em Agropecuária. Partindo dessa constatação, foi criada a **Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí**.

Em outubro de 1974, a Cia. Souza Cruz doou à FURB o Campo Experimental, com 86.100 m², situado no município de Gaspar. O curso Técnico em Agropecuária foi implantado seis anos depois e o Campo Experimental foi utilizado para o desenvolvimento das atividades práticas dos estudantes: hortaliças, culturas anuais, pecuária e fruticultura.

Em 1981, a Escola passou a se chamar **Escola Técnica do Vale do Itajaí (ETevi)** e passou por ampliação, para atender à demanda da comunidade. No ano de 1986, a ETEVI teve seu reconhecimento e foram criados os cursos Técnicos em Eletrônica Digital e Colegial, esse último, equivalente ao ensino médio.

Com o desenvolvimento tecnológico do país e a era da informática, o curso Técnico em Agropecuária sofre com a baixa demanda e é desativado em 1990. Logo em seguida, foi criado o curso Técnico em Processamento de Dados, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico do Vale do Itajaí, pois ofereceu oportunidades de trabalho e de prestação de serviços a toda comunidade.

A partir do ano 2000, além de uma nova linha pedagógica, a Escola iniciou um processo de internacionalização para a participação dos estudantes em intercâmbios de estudos, por intermédio de convênios com várias escolas de diversos países. A partir de 2001, a ETEVI encerra a oferta de cursos técnicos, permanecendo somente o ensino médio.

Em 2009, a Escola voltou esforços para atender a duas solicitações antigas: a eleição para a Direção, até então indicada pela Reitoria, e a inclusão da ETEVI como uma Unidade de Ensino da Universidade, deixando de ser mantida pela Fundação, o que realmente aconteceu com a aprovação das leis complementares 743, 744, 745 e 746/ 2010.

O ensino médio se integra à Universidade pela Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante e atualmente conta com aproximadamente 500 estudantes, proporcionando contato com o ambiente universitário e toda a estrutura da FURB. O ensino médio é acompanhado pela PROEN e pela Direção da Unidade que, em conjunto com a comunidade escolar, elaboraram e instituíram as políticas de ensino médio, coordenando-as e supervisionando-as.

Tabela 7 – Resumo do Ensino Médio (2010 - 2013)

Estudantes	2010		2011		2012		2013	
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim
Matriculados	482	471	487	475	483	462	499	472
Formados	131		153		107		138	

Fonte: Censo Escolar MEC (organizado pela ETEVI)

As políticas institucionais para o ensino médio são orientadas pelas DCNGEB e pelo seu Projeto Político Pedagógico (PPP), aprovado nos conselhos da própria unidade, no qual se destaca como objetivos gerais:

As políticas institucionais para o ensino médio são orientadas pelas DCNGEB e pelo seu PPP, aprovado pelos conselhos da própria unidade, no qual se destacam como objetivos gerais:

- a) oferecer condições para que o estudante se desenvolva de forma responsável e autônoma, visando despertar a consciência crítica, para que possa interferir na realidade social;
- b) garantir os conhecimentos científicos e tecnológicos, de forma interdisciplinar, com vistas ao prosseguimento de seus estudos e, conseqüentemente, ao seu sucesso;
- c) orientar e preparar o estudante para a dimensão social do trabalho e para a construção de competências que lhe permitam o seu ingresso e aprimoramento profissional.

3.1.4.1.1 Desenvolvimento do Ensino Médio e Profissionalizante

As propostas de desenvolvimento para o ensino médio para o período de vigência deste PDI estão no quadro 3:

Quadro 3 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao Ensino Médio

Objetivo III – Qualificar as atividades de Ensino Médio e Profissionalizante da ETEVI						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
11) Discutir as políticas para o ensino médio em nível nacional, regional, estadual e na FURB	1) Criar Fórum Permanente do Ensino Médio	- ETEVI como “Colégio de Aplicação; - extensão da ETEVI para a ensino fundamental; - políticas nacionais para educação básica.	ETEVI/PROEN			
12) Qualificar o quadro do magistério de ensino médio	1) Identificar, anualmente, vacância nas disciplinas do currículo do ensino médio;	Vagas de processo seletivo, aposentadorias exonerações	ETEVI/PROEN	2014	2015	ETEVI
	2) analisar a necessidade de profissionais: psicólogo escolar e “especialistas em educação”: orientador pedagógico, orientador educacional e administrador educacional;	Relação número de estudantes e profissionais	ETEVI/PROEN	2014	2015	
	3) estimular a participação de professores na formação continuada e em projetos ou programas de pesquisa e extensão, nas mais diversas áreas, em consonância com as políticas da FURB, inclusive de pós-graduação;		ETEVI/PROEN/DGDP	2014	2015	
	4) incentivar intercâmbios nacionais e internacionais culturais entre professores e estudantes;	Política de Intercâmbios e Mobilidade da FURB	ETEVI/PROEN/CRI	2014	2015	
	5) participar da formulação de políticas (resoluções) no âmbito da FURB, prioritariamente, as que venham contemplar o ensino médio.	Revisão das políticas existentes e participação ativa em formulações futuras	ETEVI/PROEN/Reitoria	2014	2015	
13) Estabelecer política para o ensino de línguas estrangeira no ensino médio	1) Propor carga horária e metodologia de ensino diferenciados para a língua estrangeira de espanhol;		ETEVI/ FURB Idiomas	2014	2015	

	2) criar uma série-piloto para o ensino de espanhol diferenciado;		ETEVI/ FURB Idiomas	2014	2015	
	3) ofertar outras línguas estrangeiras como optativas;		ETEVI/ FURB Idiomas I	2014	2015	
	4) incentivar intercâmbio para a aprendizagem das línguas inglesa e espanhola.		ETEVI/ CRI	2014	2015	
14) Estabelecer uma política de acompanhamento da evasão escolar	1) Acompanhar estudantes com potencial para evasão, através de contatos com a família;		ETEVI (Direção)	2014	2015	
	2) acompanhar os estudantes pela equipe pedagógica		ETEVI (equipe pedagógica)	2014	2015	
	3) criar e ampliar a política de bolsas de estudo (ensino médio);			2014	2015	
	4) acompanhar os estudantes com dificuldade de aprendizagem, além da recuperação de estudos e laboratórios e, com a psicologia escolar, dos estudantes com problemas de comportamento;		ETEVI (orientação educacional e professor apoio)	2014	2015	
	5) assessorar os professores no cumprimento da Política de Ensino;		ETEVI (coordenação pedagógica)	2014	2015	
	6) assessorar os professores no auxílio das dificuldades didático-pedagógicas;		ETEVI (coordenação pedagógica)	2014	2015	
	7) efetivar a Política de Inclusão.					
15) Qualificar o corpo discente	1) ampliar as campanhas de conscientização sobre o trânsito, drogas, doenças, entre outras;		ETEVI/ PROEN/ PROAD Psicologia Escolar	2014	2016	
	2) continuar oferecendo atividades pedagógicas para que o estudante se desenvolva de forma responsável e autônoma, visando despertar a consciência crítica, para que possa interferir na realidade social;		ETEVI/ PROEN/ PROAD Psicologia Escolar	2014	2016	
	3) garantir os conhecimentos científicos e tecnológicos, de forma interdisciplinar, com vistas ao prosseguimento de seus estudos e,		ETEVI/ PROEN/ PROAD Psicologia Escolar	2014	2016	

	consequentemente, ao seu sucesso;					
	4) orientar e preparar o estudante para a dimensão social do trabalho e para a construção de competências que lhe permitam o seu ingresso e aprimoramento profissional.		ETEVI/ PROEN/ PROAD Psicologia Escolar	2014	2016	
16) Investir na infraestrutura do ensino médio	1) Melhorar a estrutura e o espaço físico da ETEVI, com espaço adequado e seguro;		ETEVI/ PROAD/ Associação dos Pais e Professores (APP)	2014	2016	
	2) instalar catraca para presença eletrônica;		ETEVI/ PROAD/ APP	2014	2016	
	3) construir uma secretaria conjugada com todos os espaços para a equipe diretiva e pedagógica, sala de professores e de estudos;		ETEVI/ PROAD/ APP	2014	2016	
	4) comprar armários para os estudantes.		ETEVI/ PROAD/ APP	2014	2016	
17) Institucionalizar processo de avaliação das atividades de ensino médio e profissionalizante	1) Estabelecer indicadores de desempenho para avaliação das atividades da ETEVI	Qualidade de Ensino	ETEVI/PROEN	2014	2015	
18) Criar cursos técnicos presenciais	1) Elaborar Projeto Pedagógico de Curso Técnico (PPC) a serem ofertados pela ETEVI;	Demanda Regional	ETEVI/PROEN	2014	2015	
	2) estudar a possibilidade de ingresso no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).					
19) Elevar o desempenho dos estudantes da ETEVI no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	1) Qualificar as ações pedagógicas	Desempenho no ENEM	ETEVI/PROEN	2014	2015	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.1.4.2 Ensino de Graduação

O ensino de graduação se desenvolve nas Unidades Universitárias por meio dos cursos de graduação na modalidade presencial com grau em Licenciatura, Bacharelado e Superior de Tecnologia, com o objetivo de formação acadêmica e profissional. As políticas institucionais para os cursos são orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Cursos de Graduação e, internamente, definidas em cinco dimensões que são diretrizes para os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e garantem os princípios filosóficos e técnico-metodológicos definidos nesse PPI, a saber:

- a) Dimensão 1: Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação (PPG) organizado em três eixos:
 - Eixo 1: Projeto Pedagógico dos Cursos de Bacharelado (PPCB);
 - Eixo 2: Projeto Pedagógico dos Cursos de Licenciatura (PPCL);
 - Eixo 3: Projeto Pedagógico dos Cursos Superiores de Tecnologia (PPCST).;
- b) Dimensão 2: Projeto Pedagógico dos Programas de Pós-Graduação (PPPG);
- c) Dimensão 3: Projeto Pedagógico dos Cursos Sequenciais (PPCS);
- d) Dimensão 4: Projeto Pedagógico dos Cursos de Idioma (PPCI);
- e) Dimensão 5: Projeto Pedagógico para a EaD (PPEaD).

Os projetos previstos para cada uma das dimensões são regulamentados pelos conselhos superiores da FURB. Na Tabela 8 são apresentados os cursos de graduação ofertados pela FURB, o número de vagas por curso e o respectivo turno:

Tabela 8 – Cursos de Graduação Ofertados pela FURB

Curso	Titulação	Vagas	Turno
CCEAL		400	-
Artes Visuais	Licenciatura	40	N
Educação Especial	Licenciatura	80	N
Letras	Licenciatura em Inglês/Português	40	N
	Licenciatura em Espanhol/Português	40	N
Licenciatura em Alemão	Licenciatura	40	N
Música	Licenciatura	40	N
Pedagogia	Licenciatura	80	N
Teatro	Licenciatura	40	N
CCEN			
Ciência da Computação	Bacharelado	120	M/N
Ciências Biológicas	Bacharelado	60	M/N
	Licenciatura	40	M/N
Licenciatura em Computação	Licenciatura	40	N
Matemática	Licenciatura	50	N
Química	Bacharelado	105	M/N

Curso	Titulação	Vagas	Turno
Sistemas de Informação	Bacharelado	80	N
CCHC			
Ciências da Religião	Licenciatura em Ensino Religioso	60	N
Ciências Sociais	Conforme Resolução	50	N
Comunicação Social	Bacharelado	100	M/N
História	Licenciatura	40	N
Moda	Bacharelado	80	N
Serviço Social	Bacharelado	100	N
CCJ			
Direito	Bacharelado	400	M/N
CCS			
Biomedicina	Bacharelado	80	N
Educação Física	Bacharelado	90	M/N
	Licenciatura	90	M/N
Enfermagem	Bacharelado	80	M/V
Farmácia	Bacharelado	60	M
Fisioterapia	Bacharelado	80	M/N
Medicina	Bacharelado	80	I
Medicina Veterinária	Bacharelado	80	I
Nutrição	Bacharelado	80	M/N
Odontologia	Bacharelado	60	I
Psicologia	Bacharelado	100	M/N
CCSA			
Administração	Bacharelado	350	M/N
Ciências Contábeis	Bacharelado	100	N
Ciências Econômicas	Bacharelado	100	N
Secretariado Executivo Bilíngue	Bacharelado	60	N
Tecnologia em Comércio Exterior	Tecnólogo	100	N
Tecnologia em Marketing	Tecnólogo	50	N
Turismo e Lazer	Bacharelado	80	N
CCT			
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	100	M
Design	Bacharelado	100	N
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	100	M/N
Engenharia Civil	Bacharelado	200	M/V
Engenharia de Produção	Bacharelado	100	M/N
Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	80	M/N
Engenharia Elétrica	Bacharelado	150	N
Engenharia Florestal	Bacharelado	80	M/N
Engenharia Química	Bacharelado	150	M/N
Tecnologia em Processos Industriais	Tecnólogo		

Legenda: M – Matutino
V – Vespertino
N – Noturno
I – Integral

Fonte: Divisão de Registros Acadêmicos (DRA)/ PROEN, Relatório de Atividades 2012/COPLAN.

O ensino de graduação é acompanhado pela PROEN, órgão da Administração Superior, cuja competência é elaborar e introduzir, em conjunto com as coordenadorias de colegiados de cursos de graduação, as políticas de ensino de graduação, ensino médio e profissionalizante da Universidade, coordenando-as e supervisionando-as. Nos cinquenta anos

de existência da FURB, foram diplomados mais de 50.000 profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento.

3.1.4.2.1 Avaliação discente

Partindo do pressuposto que o ensino-aprendizagem é um processo de construção e reconstrução do conhecimento, e que essa ação interfere diretamente na formação do sujeito, a avaliação da aprendizagem discente necessita estar articulada aos objetivos educacionais, pois é por meio de instrumentos avaliativos que professores e estudantes podem coletar dados sobre o alcance desses objetivos.

A avaliação da aprendizagem deve ir além da medida e da classificação, resultado da ação unilateral de docente para discente, ou seja, deve acompanhar e regular as atividades de ensino e aprendizagem como elemento de constante reflexão e tomada de decisões sobre a organização do trabalho docente, assumindo um caráter formativo (HADJI, 2001).

A partir da concepção de avaliação educacional que orienta os processos de ensinar e aprender, **os cursos explicitam em seus PPCs os procedimentos e critérios de avaliação** que melhor possibilitem visualizar o alcance dos objetivos educacionais almejados no perfil de formação do acadêmico. Esses procedimentos e critérios devem ter como base os objetivos do curso, o perfil profissiográfico desejado, as competências e habilidades definidas pelas DCN e os princípios de formação apontados no PPI.

Considerando que a aprendizagem acontece em contexto, na interação professor-estudante e estudante-estudante, propõe-se a adoção de formas diferenciadas de avaliação, contemplando instrumentos individuais, coletivos (em grupo) e autoavaliação, com o intuito de possibilitar diferentes leituras sobre as aprendizagens alcançadas.

Nesse sentido, **no plano de ensino-aprendizagem**, o docente deve prever no mínimo três instrumentos de avaliação, contemplando as orientações institucionais e os procedimentos e critérios de avaliação adotados no PPC.

Os instrumentos de avaliação, com seus respectivos critérios avaliativos bem definidos e explícitos, devem ser trabalhados no sentido de propiciarem a professores e acadêmicos retorno quanto ao alcance dos objetivos educacionais propostos no plano de ensino. Ao ser aplicado o instrumento de avaliação, cabe ao professor, após sua correção e análise, fazer o retorno ao estudante, apontando êxitos e fragilidades demonstrados pelos resultados. O retorno deve possibilitar ao acadêmico a reelaboração da atividade avaliativa realizada, uma vez que a função da avaliação é regular o processo de ensino-aprendizagem, promovendo o

replanejamento das metodologias de ensino, bem como as estratégias de estudo. Nesse sentido, o prazo de retorno dos instrumentos de avaliação deve ser adequado à reelaboração das ações de ensino-aprendizagem, respeitando as características e o tempo de cada disciplina, devendo ser estabelecido nos PPC.

Caso haja problemas nos procedimentos de correção, os acadêmicos têm o direito de recorrer ao docente, ao Colegiado de Curso, ao Conselho de Centro e ao CEPE.

3.1.4.2.2 Desenvolvimento da Graduação

As propostas de desenvolvimento para a área de graduação no período de vigência deste PDI estão evidenciadas a seguir, tomando por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA 2009-2011, e as rupturas identificadas no Planejamento da Reitoria.

Destaca-se, para o período de vigência deste PDI, a intenção da Universidade de discutir com a comunidade universitária a oferta de cursos na modalidade Educação a Distância (EaD), sua viabilização e suas estratégias.

Quadro 4 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao Ensino Superior

Objetivo IV – Consolidar as políticas para o ensino de graduação, sequenciais e tecnólogos						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
20) Revisar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	1) Definir comissão para revisão do PPP da graduação com foco no eixo geral;	Comissão instituída	PROEN	2013	2014	
	2) criar os PPCS;	PPC aprovado no CEPE	PROEN	2014	2014	
	3) revisar os PPCSTs;	PPC aprovado no CEPE	PROEN	2014	2014	
	4) instituir fórum permanente sobre a Política das Licenciaturas;					
	5) revisar a Política das Licenciaturas, visando a aproximar e articular os currículos dos cursos;	Política aprovada	PROEN	2014	2014	
	6) elaborar, atualizar e adequar os PPCs;	PPC aprovado	PROEN	2014	2014	
	7) inserir Educação Inclusiva como componente curricular nos PPCs das Licenciaturas;					
	8) encaminhar proposta ao CEPE;	PPI aprovado	PROEN	2014	2014	
	9) inserir a extensão nos PPCs.	PPC aprovado no CEPE	PROEN/Chefia Divisão de Apoio à Extensão (DAEX)	2014	2014	
21) Institucionalizar a oferta de disciplinas semipresenciais	1) Definir os critérios envolvidos na oferta das disciplinas semipresenciais;	Manual aprovado	PROEN	2014	2014	
	2) elaborar e aprovar manual para oferta das disciplinas semipresenciais;		PROEN	2014	2014	
	3) dar publicidade ao manual para oferta das disciplinas semipresenciais.		PROEN	2014	2014	
22) Qualificar o processo de elaboração e atualização dos PPCs	1) Definir o processo de elaboração de PPCs (licenciaturas, superior de tecnologia, bacharelados e Medicina);	Processo aprovado	PROEN	2014	2014	
	2) divulgar o processo e adequar os PPCs;		PROEN	2014	2014	
	3) definir o fluxo (tramitação) de PPCs e outros processos via <i>Enterprise Resource Planning</i> (ERP).		PROEN	2014	2014	

23) Institucionalizar as diretrizes de desenvolvimento e uso das metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem	1) Definir a Política de Apoio ao uso de TICs no Ensino (presencial);	Política aprovada	PROEN	2014	2014	
	2) implementar a Política de Apoio para Uso de TICs no Ensino (presencial);		PROEN	2014	2014	
	3) capacitar docentes, servidores e assessores pedagógicos para o uso de novas ferramentas (TICs);	Formação institucional	Divisão de modalidades de ensino (DME) e PROEN	2014	2014	
	4) criar fórum para debate a respeito de novas tecnologias de ensino-aprendizagem;		DME e PROEN	2014	2014	
	5) qualificar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).		DME e PROEN	2014	2014	
24) Ampliar a apropriação dos PPCs por parte dos professores e dos discentes	1) Tornar os PPCs públicos no site da FURB;	PPC publicado	PROEN	2014	2014	
	2) promover a discussão dos PPCs na formação institucional;	Nº de professores envolvidos	PROEN	2014	2014	
	3) introduzir questões que tratem do PPC do curso nos processos seletivos de docentes (do quadro e do Processo Seletivo Público e Simplificado (PSPS));	Conteúdo inserido no Edital dos concursos	PROEN e PROAD	2014	2014	
	4) divulgar os PPCs aos discentes;	PPCs publicados	PROEN	2014	2014	
	5) criar mecanismos que permitam uma participação mais significativa (dos estudantes) tanto na elaboração, quanto na adequação e revisão do PPC.	Participação dos estudantes	PROEN	2014	2014	
25) Institucionalizar a Política de Temas Transversais (PATT)	1) Inserir os temas transversais nos PCCs;	Resolução de Temas Transversais aprovada no CEPE	PROEN	2014	2014	
	2) inserir a Educação Inclusiva (inclusão social) nos Temas transversais;					
	2) incentivar projetos e ações que desenvolvam o tema direitos humanos;		PROEN	2014	2014	
	3) incentivar projetos e ações que desenvolvam o tema educação ambiental;		PROEN	2014	2014	
	4) incentivar projetos e ações que desenvolvam a temática étnico-racial.		PROEN	2014	2014	
26) Criar sistema de legislação e normas educacionais	1) Criar um sistema eletrônico de normas e legislação educacionais internas e externas;	Sistema instituído	PROEN	2014	2014	
	2) definir um servidor técnico para		PROEN	2014	2014	

	acompanhar diariamente as legislações externas e internas.					
Objetivo V – Qualificação das atividades acadêmicas						
27) Implementar o Projeto FURB – Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) nota 4	1) Analisar o relatório de avaliação institucional (Externa/2010) e autoavaliação da CPA (2009/2011);	Projeto instituído	PROEN	2014	2014	
	2) acompanhar a visita <i>in loco</i> de comissões externas de avaliadores, relatando (síntese por escrito) os pontos fracos e fortes detectados;		PROEN	2014	2014	
	3) auditar os PPCs dos cursos, tendo como referência a Política de Ensino e o ciclo do SINAES (considerar os aspectos regulamentares de estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), objetivos do curso, ementas, DCN, reconhecimentos e renovação de reconhecimentos);		PROEN	2014	2014	
	4) acompanhar a revisão periódica e reestruturação didático-pedagógica dos cursos;		PROEN	2014	2014	
	5) simular a avaliação externa dos cursos de graduação, para identificar possíveis fragilidades e realizar suas adequações;		PROEN	2014	2014	
	6) definir estratégias administrativas e pedagógicas, tendo como meta a média 4 (mínimo).		PROEN	2014	2014	
28) Construir organizações curriculares inovadoras	1) Criar um GT com assessores e coordenadores para discutir currículos inovadores;	GT instituído	PROEN	2014	2014	
	2) ampliar os processos de flexibilidade curricular;	Flexibilidade curricular instituída	PROEN	2014	2014	
	3) possibilitar aos discentes a integralização, em seu currículo, de disciplinas de livre escolha de qualquer curso da FURB.		PROEN	2014	2014	

29) Construir proposta de internacionalização dos currículos e da FURB Idiomas	1) Elaborar a Política de Internacionalização da FURB;	Política institucionalizada	PROEN/CRI	2014	2014	
	2) elaborar uma proposta de proficiência em língua estrangeira – inglês de forma flexível.		PROEN/CRI	2014	2014	
30) Ampliar e qualificar os grupos dos Programas de Educação Tutorial (PET)	1) Ampliar o número de PETs na FURB, conforme editais do MEC	Número de programas PET.	PROEN	2014	2015	
31) Qualificar e ampliar o uso do AVA	1) Instalar o Moodle 2,6 no servidor da FURB para testes (piloto);	Ambiente de Aprendizagem Virtual qualificado	PROEN	2014	2014	
	2) realizar visitas técnicas na UFSC e no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) para verificação da estrutura envolvida em seus AVAs e conhecer as funcionalidades do Moodle;		PROEN	2014	2014	
	3) realizar fórum para discussão das opções verificadas;		PROEN	2014	2014	
	4) definição do cronograma do projeto de implantação e início das atividades.		PROEN	2014	2014	
Objetivo VI – Consolidar a assessoria pedagógica e técnica para as unidades universitárias e CAE/ Atendimento Educacional Especializado (AEE)						
32) Consolidar o trabalho de assessoria pedagógica e técnica para as unidades, a CAE e para o AEE	1) Definir assessor pedagógico para todas as unidades e CAE/AEE;	Assessoria pedagógica e técnica institucionalizada	PROEN	2014	2014	
	2) definir, considerando as normas da FURB, as atividades específicas do trabalho de assessoria pedagógica;		PROEN	2014	2014	
	3) divulgar para as direções das unidades, das coordenações de cursos e para as presidências dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) as funções legais do assessor pedagógico;		PROEN	2014	2014	
	4) definir com os servidores técnicos que atuam na Divisão de Políticas Educacionais (DPE), suas responsabilidades de assessoria técnica por unidade/curso;		PROEN	2014	2014	
	5) divulgar para direções de unidades, coordenações de cursos, assessorias		PROEN	2014	2014	

	pedagógicas e presidências de NDEs os nomes dos servidores técnicos referência.					
Objetivo VII – Expansão acadêmica qualificada da FURB						
33) Expandir e consolidar novos cursos	1) Consolidar o curso de Jornalismo (lançado em 2014/1);	Curso consolidado	Colegiado do Curso/ PROEN	2014	2015	
	2) consolidar o curso de Engenharia Mecânica (lançado em 2014/1);	Curso consolidado	Colegiado do Curso/ PROEN	2014	2015	
	3) tramitar o curso de Geografia (licenciatura) nos conselhos competentes;	Curso aprovado	Comissões específicas/ PROEN	2014	2014	
	4) tramitar o curso de Física (licenciatura) nos conselhos competentes;	Curso aprovado	Comissões específicas/ PROEN	2014	2014	
	5) tramitar o curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública nos conselhos competentes;	Curso aprovado	Comissões específicas/ PROEN	2014	2014	
	6) tramitar o curso de Superior de Tecnologia em Gestão de Saúde Pública nos conselhos competentes;	Curso aprovado	Comissões específicas/ PROEN	2014	2014	
	7) definir a expansão por meio de novos cursos de graduação (tecnólogo, licenciaturas e bacharelados), pesquisando as demandas.	Expansão definida	COPLAN/PROEN	2014	2014	
34) Buscar o credenciamento da FURB para cursos EaD e definir a oferta dos mesmos	1) Elaborar o projeto de oferta dos cursos a distância em diferentes níveis de ensino;	Projeto aprovado	PROEN	2014	2014	
	2) realizar fóruns presenciais e virtuais (Fórum PDI) sobre estratégias para a temática EaD e semipresencial;	Fóruns realizados	COPERA-PDI/PROEN	2014	2014	
	3) definir o modelo EaD da FURB;	Projeto aprovado	PROEN	2014	2014	
	4) buscar o credenciamento para EaD junto ao MEC;		PROEN	2014	2014	
	5) analisar a viabilidade de ofertar cursos de graduação na modalidade EaD.		PROEN	2014	2014	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.1.4.3 EaD

Em 28 de março de 2014 foi instituída a *Comissão para Elaboração da Política de Educação a Distância da FURB*, conforme Portaria nº. 450/2014. A referida comissão, em maio de 2014, concluiu a proposta *Da construção de políticas e práticas de EAD*, em consonância com as diretrizes da Resolução nº 07/2010, de 26 de fevereiro de 2010 - que dispõe sobre a oferta de cursos a distância na FURB, incluindo as disciplinas com carga horária parcial ofertadas nesta modalidade; e baseou-se nas orientações dispostas no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a oferta de EaD no Brasil.

3.1.4.3.1 Da construção de políticas e práticas de EaD⁹

A FURB, na condição de universidade regional, sustenta o compromisso de suprir demandas profissionais e sociais identificadas em sua região. Por meio dos avanços tecnológicos de modelos comunicacionais, essas demandas converteram-se em demandas ampliadas geograficamente, facilitando o acesso ao ensino superior de regiões interiorizadas do Estado – e até mesmo do país. Baseada em princípios de qualidade do ensino, a FURB pretende proporcionar, por meio da EaD, o acesso de novas demandas ao ensino de qualidade e à experiência adquirida ao longo de seus 50 anos de existência, prevendo a integração da EaD com o ensino presencial, modalidade de excelência da Instituição.

Considerando que o desenvolvimento tecnológico tem permitido criar estratégias pedagógicas diferenciadas, a FURB vem desenvolvendo atividades na modalidade semipresencial, oportunizando uma inovação como modalidade de ensino e aprendizagem em que o estudante e professor promovem o ensino superior direcionado à competência de gerar conhecimento. É por isso que a FURB concebe a EaD como uma modalidade de ensino na qual a mediação didático-pedagógica baseia-se no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o que amplia os tempos e espaços de ensinar e aprender.

A EaD da FURB tem como concepção a formação por meio da aprendizagem autônoma do sujeito, cuja construção do conhecimento acontece a partir da interação de professores e estudantes, diante da utilização de mídias síncronas ou assíncronas. Envolve momentos não presenciais e presenciais, a fim de garantir a qualidade do processo educacional.

⁹ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Processo nº 07/2014.

Nesse ínterim, os fundamentos que orientam os projetos de EaD na FURB vêm sendo construídos em atendimento a alguns parâmetros delimitados no presente documento e no PPP da Instituição. Há uma equipe multidisciplinar, formada por professores e servidores técnico-administrativos, que, permanentemente, atua na elaboração de projetos e na execução de ações de formação e avaliação dos processos e produtos, elaborando e reelaborando as plataformas teóricas que dão as diretrizes para as atividades a distância na Instituição.

As políticas das modalidades de ensino da FURB estão sob a responsabilidade da DME, ligada à PROEN. A DME executa melhorias e operacionaliza funcionalidades que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem do AVA, bem como desenvolve políticas de formação docente para a elaboração de estratégias e orientações sobre o uso de tecnologias na prática pedagógica.

O interesse pela EaD na FURB remonta a meados da década de 1990. A partir do ano de 2006 houve a introdução de 20% da carga horária de algumas disciplinas a distância e, posteriormente, com a introdução de algumas disciplinas de graduação inteiramente nesse formato. De forma conveniada, a FURB ofertou, nesse mesmo período, cursos de pós-graduação *lato sensu* inteiramente a distância. Atualmente, após passar por formação específica ofertada pela FURB e mediante o cumprimento de diretrizes institucionais, os docentes estão autorizados a cumprir parte da carga horária de disciplinas a distância. A FURB disponibiliza, também, uma complementação disciplinar em duas áreas: Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior.

O sucesso da adoção de práticas de EaD permite e fundamenta o estabelecimento de objetivos de ampliação das oportunidades de acesso à educação promovidas pela Universidade, alinhando-se ao cumprimento da missão institucional no que diz respeito à promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Por meio do fortalecimento do ensino nessa modalidade educacional, pretende-se buscar elementos que permitam o avanço em projetos de inovação educacional, acompanhando o desenvolvimento de novas tecnologias educacionais disponíveis no mercado e verificando a possibilidade de sua utilização na realidade local.

Além disso, manter-se-ão as estratégias de uso da EaD no ensino presencial, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 07/2010, de 26 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a oferta de cursos a distância na FURB, incluindo as disciplinas com carga horária parcial ofertadas nesta modalidade. Para tal, os aspectos pedagógicos devem ser integrados com os aspectos tecnológicos, por meio do uso das TICs.

Entende-se que, além do uso das TICs, as ações para a consolidação da EaD na FURB devem estar alinhadas à perspectiva da oferta de um ensino de qualidade, articulado com pesquisa e extensão. Assim, a Instituição estabelece como meta principal na EaD, para o período de vigência deste documento de orientação, organizar ações que permitam à Universidade fazer uso das experiências prévias já mencionadas para investir no desenvolvimento de cursos de licenciatura, bacharelados, graduação tecnológica, pós-graduação e extensão nessa modalidade.

Com a articulação dos investimentos em cursos na modalidade EaD, objetiva-se expandir as possibilidades de acesso da população às vagas no ensino superior, concretizadas principalmente pela utilização dos polos de apoio presencial – alinhados ao uso de mídias síncronas e assíncronas. Dessa forma, a Instituição envolve-se na busca pela redução das desigualdades inegavelmente derivadas da falta de acesso ao ensino/educação de qualidade no país, considerando o cumprimento de ações de responsabilidade social, presentes em todo o histórico da Instituição e expressas, principalmente, nos projetos de extensão.

Os estudos serão realizados na modalidade a distância, contemplando atividades presenciais, sobretudo para fins de avaliação, e atividades a distância, conforme o Projeto Pedagógico do Curso, e expressas nos Planos de Ensino das Disciplinas.

Para tal, prevê-se o desenvolvimento de reflexões e ações sobre EaD na FURB que deverão, preferencialmente, ocorrer a partir das diretrizes:

- a) a produção de materiais didáticos deve contemplar os princípios da interatividade, produzidos por equipe multidisciplinar;
- b) para promover a interação entre estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos, serão constituídas salas de aula virtuais a partir do *software* específico. Essas salas virtuais estarão alocadas nesse sistema e distribuídas no AVA, gerenciado pela DME;
- c) a avaliação da aprendizagem deverá ser estabelecida no modelo pedagógico a ser construído pela Instituição para a EaD, promovendo o permanente acompanhamento dos estudantes, resguardando a prevalência das avaliações presenciais sobre as avaliações a distância;
- d) os processos de avaliação institucional serão executados em conformidade com o PAIURB, em atuação desde 2005, que deverá observar as especificidades dessa modalidade de ensino em seus processos avaliativos;
- e) deve ser garantida a acessibilidade, na sede e nos polos de apoio presencial, para estudantes com deficiências e com necessidades educacionais especiais,

por meio da extensão da atuação do Programa de Inclusão e Permanência Acadêmica (PIPA), e observadas as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;

- f) as Políticas de Pessoal da Universidade deverão ser estendidas à equipe multidisciplinar envolvida na modalidade de EaD. Preferencialmente, far-se-á uso da equipe docente do quadro efetivo da FURB, que será preparada para atuação na modalidade pela DME.

Os polos de apoio presencial, necessários para o desenvolvimento da EaD serão, em um primeiro momento, estabelecidos por meio de parcerias e convênios com outras IES e/ou secretarias municipais de educação. A implantação desses polos levará em consideração as demandas regionais com relação à localização geográfica dos estudantes e ao perfil profissiográfico em ascensão no mundo do trabalho, prevendo a articulação entre a Universidade e o mercado de trabalho.

Partindo dessas diretrizes, articuladas com o cumprimento das orientações estabelecidas no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância - 2007, a FURB pretende ampliar o seu rol de ações na modalidade de EaD, oportunizando o acesso à educação por meio de um modelo pedagógico consolidado e de qualidade.

3.1.5 Política de Extensão

A Política de Extensão da FURB regulamenta o processo de interação entre Universidade e Sociedade, indissociado do ensino e da pesquisa, visando ao desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental), por meio do intercâmbio científico, cultural e tecnológico, com uma perspectiva crítica e transformadora (art. 1º da Resolução nº 24/2004).

A Política de Extensão é regida pelos seguintes princípios:

- a) gestão democrático-participativa;
- b) desenvolvimento do ser humano na sua integralidade e diversidade, respeitado o meio ambiente;
- c) valorização dos direitos fundamentais e dos direitos humanos;
- d) produção e/ou socialização do conhecimento;
- e) ética e justiça na relação universidade-sociedade-ambiente, considerando os interesses de humanos e não humanos;
- f) interdisciplinaridade nas ações de extensão universitária;
- g) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- h) regionalidade nas ações;
- i) caráter público na condução das ações da extensão.

A Política de Extensão tem os seguintes objetivos:

- a) promover a interação transformadora entre a Universidade, a sociedade e o ambiente;
- b) contribuir para o desenvolvimento sustentável;
- c) incentivar a expressão da diversidade cultural, artística, científica, tecnológica, desportiva e filosófica;
- d) estimular e promover o respeito multicultural;
- e) contribuir na dinamização da formação acadêmica;
- f) consolidar as ações de extensão, a partir da perspectiva da ética.

A FURB, como universidade, tem o compromisso legal e social de estender seus diálogos, reflexões e conhecimentos para além de suas estruturas físicas. O reconhecimento da relevância das atividades de extensão na FURB remonta a sua própria história e origem como instituição comunitária. Sua Política de Extensão está baseada no conceito de extensão universitária definido pela Política Nacional de Extensão, compreendido como “[...] processo

educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

A trajetória da extensão na FURB está relacionada a um processo evoluído de um vínculo não formal com a sociedade para uma relação de maior compromisso com o atendimento e demandas sociais, levando, inclusive, à criação de estrutura específica em 1977: a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias (PROERC). Posteriormente, esta Pró-Reitoria foi condensada com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP), passando a se chamar PROPEX. Desde 21 de maio de 2004, a IES conta com a Resolução 24/2004 que estabelece, em âmbito interno, a Política de Extensão.

A FURB reconhece a extensão universitária como o principal eixo para articulação e transformação da sociedade e da educação brasileira e é por intermédio dela que a FURB visa a contribuir significativamente no seu entorno, tanto na construção como na socialização do conhecimento, para intervenção na sociedade. Esse compromisso da FURB implica na adoção de procedimentos os quais visem à participação direta ou indireta, contribuindo para a criação e inserção de políticas de promoção e garantia de valores democráticos, não restritivamente como detentora dos saberes e das técnicas, mas como difusora da reflexão/ação, objetivando o desenvolvimento social justo, interligando o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade.

A FURB, em sua Política de Extensão, assume três diretrizes fundamentais perfilhadas e em consonância com o Plano de Extensão Universitária, definidas na Política Nacional de Extensão:

- a) Interação dialógica entre Universidade e Sociedade;
- b) Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) Interdisciplinaridade.

A extensão universitária na FURB é um processo dinâmico, educativo, cultural e científico e se desenvolve por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outras ações e atividades acadêmicas que discutem alternativas e meios de produção, inovação e transferência de conhecimentos, com vistas à ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país.

A Resolução nº 24/2004, que instituiu e regulamenta a Política de Extensão na FURB, definiu as seguintes áreas temáticas para a proposição de programas e projetos dentro das áreas de abrangência da Universidade: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

3.1.5.1 Desenvolvimento da Extensão

As propostas de desenvolvimento para a área de extensão no período de vigência deste PDI estão evidenciadas a seguir e tomam por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA 2009-2011, e as rupturas identificadas no Planejamento da Reitoria.

Destaca-se a intenção institucional de fortalecer os laços com a comunidade da região e com a execução das políticas públicas. Dessa forma, a Universidade, por meio de seus programas e projetos de extensão, pode alterar indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), vigentes até 2015, e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), vigentes a partir de 2016.

Quadro 5 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Extensão

Objetivo VIII – Consolidar a efetividade das ações de extensão da FURB como forma de fortalecer os laços com a comunidade da região e as políticas públicas existentes e/ou a implementação de políticas novas						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
35) Melhorar a abrangência e efetividade das ações de extensão	1) Capacitar e estimular coordenadores dos programas/projetos de extensão a captarem recursos externos;	Recursos externos captados	DAEX/ PROPEX	2104	2015	
	2) estimular o envolvimento de servidores técnico-administrativos nos projetos de extensão, por meio de critérios previstos nos editais;	Número de servidores envolvidos em projetos de extensão	DAEX/PROPEX	2014	2015	
	3) estimular a pesquisa integrada com a extensão como critério para qualificação dos projetos apresentados nos editais e nos relatórios de avaliação;	Número de projetos com evidente integração entre pesquisa e extensão.	Divisão de Apoio à Pesquisa (DAP) /DAEX/ /PROPEX	2014	2015	
	4) realizar pagamento por serviços extraordinários (quando for o caso), para programas/projetos de extensão que geram receitas (ex. prestação de serviços);	Resolução CONSUNI	Instituto FURB/ PROPEX/DAEX	2014	2015	
	5) ampliar a oferta de cursos de extensão EDECON de 500 estudantes em 2009 para 3.000 estudantes em 2014.	Número de cursos de extensão ofertados	Instituto FURB/ CCM	2014	2015	
36) Ampliar a divulgação das ações de extensão da FURB	1) Divulgar as ações de extensão	Número de ações de extensão divulgadas	DAEX/PROPEX e CCM	2014	2015	
37) Ampliar a prestação de serviço por meio dos laboratórios específicos	1) Fortalecer as ações de prestação de serviços via Instituto FURB	Quantidade de serviços prestados e/ou recursos captados (R\$) via prestação de serviços.	Instituto FURB	2014	2015	
38) Qualificar e ampliar as funcionalidades do Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão (SIPEX) para a extensão	1) Aprimorar o processo de submissão de projetos;	SIPEX qualificado	DAEX/PROPEX e DTI	2014	2015	
	2) implantar formulários para a elaboração de relatórios <i>online</i> ;		DAEX/PROPEX e DTI	2014	2015	
	3) definir relatórios de acompanhamento gerencial.					

39) Inserir a extensão nos PPCs	1) Pautar a extensão nos projetos pedagógicos dos cursos;	Extensão pautada nos PPCs	PROPEX e PROEN	2014	2014	
	2) acompanhar a definição/revisão dos PPCs		PROPEX e PROEN	2014	2014	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.1.6 Política de pesquisa

Por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a Universidade fomenta a contínua formação do seu quadro docente e discente, colaborando não só no desenvolvimento de um perfil, mas também na excelência dos resultados obtidos por meio da realização de seus projetos, os quais têm sido largamente aplicados na sociedade. Contando com recursos humanos de reconhecida qualidade, as atividades de pesquisa da Universidade visam a colaborar para o desenvolvimento social e aumentar o campo de reflexões acadêmicas. Os dados da pesquisa referentes ao ano de 2013 estão apresentados na Tabela 9:

Tabela 9 – Dados de Pesquisa (2013)

Pesquisa	2013
Nº de Programas/ projetos	582
Nº de Pesquisadores	170
Nº de Programas de iniciação científica	05
Nº de Estudantes envolvidos	363

Fonte: DAP (PROPEX) /Sistema de Dados Estatísticos da ACAFE

A Política de Pesquisa na FURB tem como viés orientar as ações a serem desenvolvidas pelos grupos atuantes nesse campo do conhecimento. A formação dos servidores para essa atividade, principalmente docentes, é também dependente dessa, pois deve ser orientada de acordo com as necessidades da Universidade. Outro aspecto importante na Política de Pesquisa da FURB é a internacionalização, cada vez mais presente nas ações dos grupos de pesquisa, e que visam, principalmente, a levar a Universidade a um patamar de reconhecimento internacional.

A pesquisa na FURB está alicerçada em princípios e critérios sobre os quais se deve dar a produção do conhecimento científico e tecnológico, seguindo normas éticas de pesquisa em seres humanos e animais e indissociada do ensino e da extensão. As atividades são convergentes com a Política de Graduação e Pós-Graduação e com as diretrizes nacionais, visando ao sustentável desenvolvimento social, econômico e ambiental. A Tabela 10 apresenta os projetos de pesquisa desenvolvidos por área do conhecimento e por curso:

Tabela 10 – Projetos de Pesquisa em Execução (2008-2013)

Centro / Departamento	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CCEAL	34	49	51	42	53	44
Artes	4	5	2	-	4	7
Educação	21	32	37	30	38	29
Letras	9	12	12	12	11	8
CCEN	233	246	238	197	187	169

Centro / Departamento	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ciências Naturais	123	126	117	101	98	81
Física	10	12	12	4	4	10
Matemática	19	22	17	11	11	8
Química	71	72	76	66	60	55
Sistemas e Computação	10	14	16	15	14	15
CCHC	42	57	58	49	62	72
Ciências Sociais e Filosofia	9	12	12	8	13	18
Comunicação	16	16	15	17	10	15
História e Geografia	13	19	18	14	18	24
Serviço Social	4	10	13	10	21	15
CCJ	11	11	10	8	10	11
Direito	11	11	10	8	10	11
CCS	39	48	61	62	63	63
Ciências Farmacêuticas	20	28	30	24	26	30
Educação Física e Desporto	4	3	4	3	2	2
Enfermagem	-	-	1	2	4	4
Fisioterapia	8	6	9	14	9	7
Medicina	2	3	8	13	15	10
Medicina Veterinária	-	-	-	-	-	6
Odontologia	4	7	8	6	6	4
Psicologia	1	1	1	-	1	-
CCSA	50	51	47	59	60	61
Administração	33	31	25	33	27	28
Contabilidade	8	9	10	17	25	24
Economia	9	11	12	9	8	9
CCT	174	174	161	147	161	162
Arquitetura e Urbanismo	43	43	45	32	28	26
Engenharia Civil	12	17	9	13	19	17
Engenharia de Produção e Design	5	14	10	5	3	5
Engenharia Elétrica e de Telecomunicações	25	19	25	27	28	32
Engenharia Florestal	28	32	33	34	36	37
Engenharia Química	61	49	39	36	47	45
TOTAL GERAL	583	636	626	564	596	582

Fonte: Sistema: Projetos de Pesquisa – Relatório: Projeto

Observações: projetos de pesquisa em execução em cada ano.

A Política de Pesquisa da FURB é regida pelos seguintes princípios norteadores:

- a) produção e socialização do conhecimento;
- b) interdisciplinaridade nas ações da pesquisa universitária;
- c) internacionalização da atividade;
- d) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- e) transparência e ética na condução das ações de pesquisa;
- f) universalidade no atendimento às demandas dos diferentes setores da sociedade;
- g) autossustentação da pesquisa frente ao planejamento estratégico institucional;
- h) envolvimento de novos docentes nos grupos de pesquisa;

- i) atividade de pesquisa como sendo o principal mecanismo do desenvolvimento científico-tecnológico;
- j) formação de recursos humanos qualificados nos programas de pós-graduação e na iniciação científica.

O desenvolvimento da pesquisa na FURB procura, ainda, atender a objetivos:

- a) integrar as atividades universitárias, baseado na tríade ensino-pesquisa-extensão;
- b) contribuir para o desenvolvimento sustentável da região e do país;
- c) contribuir para a inserção comunitária das ações da Instituição;
- d) gerar condições para a implantação e consolidação de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- e) produzir novos conhecimentos nas diversas áreas do saber;
- f) promover a difusão do conhecimento para a sociedade por meio de ensino e extensão, publicações, divulgação em meios de comunicação, eventos e transferência de produtos ao mercado;
- g) valorizar as iniciativas de pesquisa e os pesquisadores envolvidos;
- h) gerar condições para a autossustentação das atividades de pesquisa por meio do estímulo e apoio à captação de recursos e de cooperações nacionais e internacionais;
- i) resguardar a Instituição e os pesquisadores nas questões relativas à propriedade intelectual de sua produção;
- j) valorizar o círculo virtuoso envolvendo a iniciação científica, a pós-graduação e os grupos de pesquisa;
- k) contribuir para o desenvolvimento, consolidação, sustentabilidade e visibilidade da Instituição.

Na FURB, as ações de pesquisa acontecem por meio de sujeitos e copartícipes, com os quais a Universidade se relaciona no desenvolvimento de projetos de pesquisa dos grupos e das linhas de pesquisa.

Os sujeitos são os docentes e servidores técnico-administrativos, aptos a desenvolverem atividades de pesquisa e os copartícipes são o setor público, o setor privado, a sociedade civil organizada e a comunidade acadêmica interna e externa.

Quadro 6 - *Stricto Sensu*: Áreas de Concentração, Linhas e Grupos de Pesquisa.

Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Área de Concentração	Linha de Pesquisa	Grupos de Pesquisa
Mestrado em Administração	Gestão de Organizações	Estratégia e Competitividade	Estratégia e Competitividade de Organizações
			Gestão Universitária e Ensino Superior
			Empreendedorismo, Inovação e Competitividade em Organizações
			Gestão da Informação e do Conhecimento
		Inovação e Gestão Tecnológica	Gestão Universitária e Ensino Superior
			Cultura Organizacional e Inter-relacionamento com seus Atores
Cultura, Comportamento Organizacional e Sustentabilidade	Empreendedorismo, Inovação e Competitividade em Organizações		
	Gestão da Informação e do Conhecimento		
Mestrado em Ciências Contábeis	Controladoria	Contabilidade Gerencial	Pesquisas em Controladoria e Sistemas de Informações
			Pesquisas em Controle Gerencial
		Contabilidade Financeira	Pesquisas em Técnicas de Análise Contábil e Gerencial
			Pesquisas em Teoria da Contabilidade e Contabilidade Internacional
Doutorado em Ciências Contábeis e Administração	Controladoria	Contabilidade Gerencial	Pesquisas em Controladoria e Sistemas de Informações
			Pesquisas em Controle Gerencial
		Planejamento e Controle Organizacional	Pesquisas em Técnicas de Análise Contábil e Gerencial
			Pesquisas em Cultura Organizacional e Inter-relacionamento com seus Atores
	Gestão das Organizações	Estratégia de Competitividade	Pesquisas em Estratégia e Competitividade de Organizações
			Pesquisas em Gestão Universitária e Ensino Superior
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento Regional Sustentável	Estado, Sociedade e Desenvolvimento no Território.	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente
			Núcleo de Políticas Públicas
			Estudo sobre a Integração Regional e Blocos Econômicos

			Patrimônio Cultural, Memória e Desenvolvimento Regional.
			Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional.
			Ethos, Alteridade e Desenvolvimento.
			Núcleo de Estudos da Tecnociência.
			Estado, Sociedade e Relações Jurídicas Contemporâneas.
		Dinâmicas Socioeconômicas no Território	Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional
			Grupo de Pesquisa Estudos Midiáticos Regionais
			Estudos Linguísticos e Literários
			Recuperação de Áreas Degradadas
			Análise Ambiental através do Geoprocessamento
Mestrado em Educação	Educação	Linguagem e Educação	Linguagem e Constituição de Sujeitos
		Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais	Filosofia e Educação - Educogitans
			Grupo de Estudo e Pesquisa em Representações Sociais (GEPERS)
			Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Criança e do Adolescente (NEICA)
		Processos de Ensinar e de Aprender	Educação Inclusiva
			Formação e Atuação Docente
			Aprendizagem e Desenvolvimento na Perspectiva Histórico-Cultural
Mestrado e Doutorado em Engenharia Ambiental	Tecnologia e gestão ambiental	Tecnologias e gestão de resíduos	Cultivo e Aplicação de Fungos Micorrízicos arbusculares – Rede Glomeronet
			FATBlu - Desenvolvimento de processos e produtos da área farmacêutica, ambiental e de alimentos com uso de biomassa.
			Saneamento e hidrologia ambiental
		Gestão de ambientes naturais e construídos	Desenvolvimento de metodologias analíticas para monitoramento e controle ambiental
Mestrado em Engenharia Elétrica	Sistemas de Energia	Eletrônica Aplicada e Telecomunicações	Grupo de Pesquisa em Energia e Telecomunicações (GPETEL)
		Eletrônica Industrial	Grupo de Processamento Eletrônico de Energia (GPEE)
		Sistemas Elétricos de Potência	Sistemas Eletromagnéticos e de Energia (SELMAG)

			GPETEL
Mestrado em Engenharia Florestal	Conservação e Produção Florestal	Silvicultura e Manejo de Recursos Florestais	Manejo de Recursos Florestais
		Conservação e Restauração de Ecossistemas Florestais	Manejo de Recursos Florestais Diversidade de Psylloidea no Brasil Cultivo e Aplicação de Fungos Micorrízicos Arbusculares – Rede Glomeronet
Mestrado em Engenharia Química	Desenvolvimento de Processos	Modelagem, Simulação, Controle e Otimização de Processos	Modelagem, Simulação, Controle e Otimização de Processos
		Processos da Indústria de Petróleo, Gás e Combustíveis Alternativos	Derivados de Petróleo, Biocombustíveis e Química dos Recursos Naturais
		Processos de Engenharia Bioquímica e de Alimentos	Desenvolvimento de Processos e Produtos Farmacêuticos, Ambientais e de Alimentos
Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática	Ensino e Aprendizagem de Ciências e Matemática	Didática das Ciências Naturais e Matemática	Processos e Métodos no Ensino e na Aprendizagem
			Estudo em Tecnologia Educacional
			Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Educação Matemática
		História e Fundamentos Filosóficos das Ciências Naturais e da Educação Matemática	Ensino de Ciências Naturais e Matemática GEPERS
Mestrado em Química	Físico-Química	Eletroquímica Aplicada	GEAME
		Monitoramento e Controle Ambiental	
		Tratamento e Uso de Águas, Efluentes e Resíduos.	Grupo de Biotransformação e Catálise Enzimática (BIOTRANS).; FURB Aplicação de Tecnologia Têxtil (FATTEX); GEAME
	Química de Processos Têxteis	FATTEX	
	Química Orgânica	Derivados de Petróleo, Biocombustíveis e Biorefinaria	Grupo de Pesquisa em Produção de Bioetanol (GPBet); BIOTRANS/ FATTEX – Produção de Bioetanol
		Métodos e Processos Biocatalíticos	BIOTRANS; FATTEX
Melhoramento e Desenvolvimento de Materiais		GPBet; GEAME; FATTEX; Síntese e Tecnologia (SINETEC)	
		Química de Produtos Naturais	SINETEC Estudo biológico de plantas utilizadas com fins

			terapêuticos no entorno do Parque da Serra do Itajaí-SC. Grupo de Estudos com Produtos Naturais de Interesse Farmacêutico (GEPNIF)
		Síntese e Propriedade de Compostos Bioativos e de Coordenação	SINETEC Estudo biológico de plantas utilizadas com fins terapêuticos no entorno do Parque da Serra do Itajaí-SC
Mestrado em Saúde Coletiva	Cuidado, Educação e Trabalho	Epidemiologia em serviços de saúde	Grupo Catarinense de Epidemiologia de Medicamentos Estudo dos Determinantes de Saúde
		Promoção à Saúde e Integralidade do Cuidado	Núcleo de Excelência Clínica Aplicada à Atenção Básica Grupo de Estudos em Doenças Crônicas
		Educação, Comunidade e Processo de Trabalho na Saúde	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Saúde

Fonte: DAP (PROPEX)/Dados fornecidos pelos Programas de Pós-Graduação.

Tabela 11 – Grupos de Pesquisa Cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por Área (2009-2013)

Área	2009	2010	2011	2012	2013
Ciências Agrárias	4	3	3	5	5
Ciências Biológicas	12	9	10	8	11
Ciências da Saúde	15	11	13	13	12
Ciências Exatas e da Terra	11	10	10	9	8
Ciências Humanas	15	15	14	15	16
Ciências Sociais e Aplicadas	21	20	19	17	18
Engenharias	16	14	14	13	13
Linguística, Letras e Artes	2	2	2	2	2
TOTAL GERAL	96	84	85	82	85

Fonte: DAP (PROPEX)

No processo de organização da pesquisa na FURB, os grupos de pesquisa formam a base para o estabelecimento de convênios, projetos de pesquisa, programas de pós-graduação e de extensão, desenvolvimento e transferência de tecnologia. As linhas de pesquisa representam temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si.

Por fim, o acompanhamento da pesquisa é processado de modo contínuo e abrange aspectos qualitativos e quantitativos das ações desenvolvidas, integrando-se ao processo de avaliação institucional da Universidade e sendo realizado de acordo com o tipo de projeto de pesquisa.

3.1.6.1 Fomento à Pesquisa

A FURB possui diversos programas institucionais de fomento à pesquisa, tais como:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/ FURB/CNPq;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) / CNPq.
- Programa de Incentivo à Pesquisa (PIPE/Artigo 170).

Além disso, existem outras modalidades de bolsas, tais como bolsas de pesquisa de projetos aprovados em agências de fomento, bem como as bolsas de pesquisa para pós-graduação ofertadas pela FURB (Resolução nº 56/2008) e pela CAPES (bolsas de demandas).

3.1.6.2 Desenvolvimento da Pesquisa

As propostas de desenvolvimento para a área de pesquisa para o período de vigência deste PDI toma por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA 2009-2011, e as rupturas identificadas no Planejamento da Reitoria.

Quadro 7 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Pesquisa

Objetivos IX – Fortalecimento das atividades de pesquisa na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
40) Qualificar o registro da produção científica da FURB	1) Desenvolver uma sistemática de registro da produção científica e tecnológica da Universidade;	SIPEX qualificado	DAP/PROPEX	2014	2015	
	2) integrar o SIPEX com o CVLattes;	Sistemas integrados	DAP/PROPEX	2014	2015	
	3) desenvolver uma sistemática de avaliação da produção científica e tecnológica da Universidade;	SIPEX qualificado	DAP/PROPEX	2014	2015	
	4) desenvolver formação continuada para o aperfeiçoamento do lançamento de informações no currículo Lattes;	Docentes capacitados	DAP/PROPEX	2014	2015	
	5) incentivar os docentes para a publicação de trabalhos em revistas indexadas.	Artigos publicados	DAP/PROPEX	2014	2015	
41) Ampliar a captação de recursos por parte dos pesquisadores para viabilizar seus projetos	1) Registrar os projetos enviados aos órgãos de fomento (não somente os aprovados), para a Instituição saber o seu desempenho como proponente de projetos;	SIPEX qualificado	DAP/PROPEX e DTI	2014	2015	
	2) incentivar os grupos de pesquisa a desenvolverem projetos de pesquisa com captação de recursos externos.	Docentes capacitados	DAP/PROPEX	2014	2015	
42) Qualificar e ampliar as funcionalidades do SIPEX para a pesquisa	1) Aprimorar o processo de submissão de projetos;	SIPEX qualificado	DAP/PROPEX e DTI	2014	2015	
	2) implantar formulários para a elaboração de relatórios <i>online</i> ;	SIPEX qualificado	DAP/PROPEX e DTI	2014	2015	
	3) definir relatórios de acompanhamento gerencial.	SIPEX qualificado	DAP/PROPEX e DTI	2014	2015	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

3.1.7 Políticas de Pós-Graduação

A pós-graduação na FURB tem por finalidade formar docentes e pesquisadores, proporcionando uma formação científica e cultural ampla e capacidade de pesquisa e inovação nos diferentes ramos do saber. Os níveis de formação desenvolvidos pela FURB no *stricto sensu* são: Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado. Além disso, a Universidade conta com diversos cursos de especialização (*lato sensu*), que são oferecidos regularmente ou sob demanda.

3.1.7.1 Pós-graduação *lato sensu*

A Política de Pós-Graduação *lato sensu* sofreu reformas significativas em 2012 e está regulamentada pela Resolução nº 014/2012, em substituição à nº 64/2009. Essa categoria de pós-graduação, em nível de especialização, presencial ou a distância, permanece sob a responsabilidade da Divisão de Pós-Graduação (DPG), subordinada à PROPEX.

De acordo com a Resolução nº 014/2012, em seu artigo 2º, são considerados objetivos gerais dos cursos de especialização da FURB:

- a) sistematizar e aprofundar conhecimentos específicos e refletir sobre a realidade local, regional, nacional e global;
- b) socializar conhecimentos existentes e trabalhar pela emancipação própria e dos outros, na melhoria da qualidade de vida;
- c) possibilitar o surgimento, nos diversos segmentos organizacionais e universitários, de lideranças com capacidade de pesquisa e inovação;
- d) propiciar a inserção da FURB na comunidade, a partir de uma educação problematizadora e projetos de curso socialmente responsáveis;
- e) propiciar agilidade às demandas formativas identificadas na sociedade, elaborando e aprovando novos cursos.

Os projetos de cursos de especialização podem ser propostos por qualquer docente da FURB ou por demandas oriundas da Pró-Reitoria responsável pela pós-graduação. Os resultados financeiros oriundos dos cursos de especialização devem ser revertidos na seguinte proporção:

- a) 40% (quarenta por cento) para o Departamento/ Unidade Universitária proponente do curso;
- b) 20% (vinte por cento) para o Fundo de Assistência ao Estudante (FAE);
- c) 10% (dez por cento) para a DPG;
- d) 10% (dez por cento) para o Fundo de Apoio à Pesquisa (FUNAPES);
- e) 5% (cinco por cento) para a BU;
- f) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Apoio à Cultura;
- g) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Apoio à Extensão (FAEX);
- h) 5% (cinco por cento) para investimento em tecnologia da informação e comunicação, destinados à atividade fim.

Os cursos de pós-graduação na FURB em 2013 foram:

Tabela 12 – Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Unidade Universitária/ Curso de Especialização
CCEAL
- Educação e Interculturalidade e o Bem Viver
- Educação Musical
- Alfabetização e Letramento
CCEN
- Tecnologias para o Desenvolvimento de Aplicações WEB
CCHC
- Filosofia
- Negócios da Moda
CCJ
- Direito Público - Módulo 1 - ESMESC
- Direito Aplicado - Módulo 2 - ESMESC
CCS
- Gestão Hospitalar e Serviços de Saúde
CCSA
- Assessoria Executiva Empresarial
- Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal
- Marketing Digital e Redes Sociais Web - Turma 1
- Contabilidade e Gestão Tributária
- Finanças e Controladoria
- Gestão Universitária
- Gestão de Pessoas
- Gestão Empresarial
CCT
- Projeto de Arquitetura Sustentável: Conservação e Uso Racional de Recursos Naturais
- Engenharia de Produção
- Engenharia de Segurança do Trabalho

Fonte: DPG/ PROPEX

3.1.7.2 Pós-graduação *stricto sensu*

A Política Institucional de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da FURB articula-se com a produção do conhecimento por meio da pesquisa científica, tecnológica, artística e cultural, estando, portanto, comprometida com o avanço do conhecimento humano. Nessa política, busca-se a excelência como forma de promover os avanços necessários à Universidade e à Sociedade. A busca pela excelência se dá pelo aumento da qualificação dos programas de pós-graduação junto à CAPES. A internacionalização da pós-graduação permite o intercâmbio com instituições estrangeiras, possibilitando a interação entre professores, estudantes e grupos de pesquisa dos diversos programas existentes na FURB.

Os programas de pós-graduação existentes são recomendados pela CAPES e apresentam uma organização baseada em um documento do comitê de área, o qual foi previamente submetido à avaliação e aprovado pela Instituição. O quadro docente divide-se em permanente – aqueles docentes constituintes do corpo principal do programa e que são avaliados trienalmente pela CAPES quanto a sua produção científica, orientações, inserção social, entre outras – e os colaboradores que, embora não orientem, colaboram com a produção científica.

A avaliação do programa ocorre de forma coletiva e a contribuição de cada docente permanente pode constituir-se em benefício ou não para o conceito final do programa. Para corrigir eventuais distorções, os programas possuem critérios de credenciamento e descredenciamento de docentes. Em cada programa, o Comitê de Área da CAPES estipula um mínimo de professores permanentes, o qual pode sofrer acréscimos em função do número de estudantes e das linhas de pesquisa aprovadas. A qualificação mínima exigida para a docência na pós-graduação é a de doutorado.

Quadro 8 – Mestrados e Doutorados: Conceito CAPES

Programa	Área de Avaliação	Nota		
		M	D	F
Administração	Administração (Administração, Ciências Contábeis e Turismo)	4		-
Ciências Contábeis	Ciências contábeis (Administração, Ciências Contábeis e Turismo)	4	4	-
Desenvolvimento Regional	Planejamento Urbano e Regional (Planejamento Urbano e Regional/ Demografia)	5	4	-
Educação	Educação (Educação)	4	-	-
Engenharia Ambiental	Ciências Ambientais	4	4	-
Engenharia Elétrica	Engenharia Elétrica (Engenharias IV)	2	-	-
Engenharia Florestal	Recursos Florestais e Engenharia Florestal (Ciências Agrárias I)	3	-	-
Engenharia Química	Engenharia Química (Engenharias II)	3	-	-
Ensino de Ciências Naturais e Matemática	Ensino (Ciências e Matemática)	-	-	4

Química	Química	3	-	-
Saúde Coletiva	Saúde	-	-	-

Fonte: Relatório de Atividades 2012/ COPLAN.

A PROPEX, como órgão decisório da política nesse campo, vem desenvolvendo esforços na manutenção e criação de fundamentos políticos que permitam avançar, por exemplo, na contratação de professores por concurso público, por intermédio dos departamentos com potencial latente nas áreas de pesquisa em desenvolvimento, criação de novos programas de pós-graduação e viabilização de espaços e tempo para maior dedicação dos pesquisadores. Como forma de apoio direto aos pesquisadores e aos grupos de pesquisa, ocorre o investimento em projetos de pesquisa (infraestrutura, taxas de bancada) e em bolsas de iniciação científica.

A formação de um Conselho Técnico - responsável pela proposição de políticas gerais para a pós-graduação e a coordenação geral do sistema *stricto sensu*, envolvendo os programas de pós-graduação e a PROPEX, têm ajudado a escolher os caminhos mais adequados para a melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas na pesquisa como um todo. A Universidade, por meio de seus Conselhos Superiores, vem atuando no sentido de permitir que a atividade de pesquisa e desenvolvimento tenha continuidade e possa ser o elo com as atividades de ensino e extensão, podendo contribuir de maneira significativa para o progresso científico e tecnológico da região e do país.

3.1.7.3 Desenvolvimento da pós-graduação

As propostas de desenvolvimento para a pós-graduação para o período de vigência deste PDI tomam por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA, e as rupturas identificadas no Planejamento da Reitoria, e do seu colegiado.

Quadro 9 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Pós-graduação *lato e stricto sensu*

Objetivo X – Fortalecimento das atividades de pós-graduação <i>lato sensu</i> na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
43) Expandir o número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> presenciais e de EaD	1) Incentivar os docentes para elaboração de projetos de cursos de especialização	Número de projetos de curso de especialização	Instituto FURB	2014	2015	
44) Integrar a pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação	1) Promover atividades (aulas magnas, palestras, seminários, fóruns de discussão, etc), integrando a pós-graduação <i>lato sensu</i> com a graduação;	Atividades de integração realizadas	PROEN	2014	2015	
	2) incentivar a participação de estudantes de graduação em disciplinas de cursos <i>lato sensu</i> na condição de ouvinte, revertendo as horas como AACCs.		Instituto FURB e Coordenadores de AACC	2014	2015	
Objetivo XI – Fortalecimento das atividades de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
45) Expandir o número de cursos de pós-graduação <i>stricto-sensu</i>	1) Elaborar o projeto do curso de Mestrado em Direito;	Apresentação de Aplicativo para Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação (APCN) /CAPES	DPG/PROPEX e área afim	2014	2015	
	2) elaborar o projeto do curso de Mestrado Acadêmico na área da saúde;	Apresentação de APCN/CAPES	DPG/PROPEX e área afim	2014	-	
	3) elaborar o projeto do curso de Mestrado Acadêmico na área das ciências biológicas e saúde.	Apresentação de APCN/CAPES	DPG/PROPEX e área afim	2014	-	
46) Institucionalizar órgão responsável pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	1) Consolidar a DPG como órgão responsável pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Lei alterada	DPG/PROPEX	2014	2015	

47) Ampliar a integração da pós-graduação <i>stricto sensu</i> com a graduação	1) Promover atividades integrando a pós-graduação <i>stricto sensu</i> com a graduação;	Integração realizada	DPG/PROPEX	2014	2015	
	2) promover alinhamento entre os TCCs, Projetos de Iniciação Científica, Dissertações e Teses, como meio de integração entre a graduação e a pós-graduação <i>stricto sensu</i> .					
48) Consolidar os Programas de Pós-Graduação <i>stricto-sensu</i> e verticalizar	1) Qualificar os programas de pós-graduação <i>stricto-sensu</i> para melhorar o conceito (notas) da CAPES para, no mínimo, 4;		DPG/PROPEX e área afim	2014	2015	
	2) elaborar o projeto do curso de Doutorado em Educação.	Apresentação de APCN/CAPES	DPG/PROPEX e área afim	2014	-	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.1.8 Política de Cultura

A proposição de uma Política de Cultura na FURB remete a uma provocação presente no cenário nacional em repensar o papel da universidade como produtora e disseminadora de artes e culturas, valorizando a produção artístico-cultural universitária e da comunidade, atribuindo-lhes articulação e importância na pesquisa, no ensino e na extensão. Cabe à universidade fomentar a criação de espaços que possibilitem acesso aos diferentes estilos e formas de arte e cultura a toda a comunidade universitária e seu entorno. A Política de Cultura no ensino superior e médio deve ser capaz de dialogar sobre ações que promovam o desenvolvimento das artes e das culturas, de modo continuado, em projetos voltados para a formação, pesquisa e extensão.

A Política de Cultura da FURB deverá estar alinhada com o objetivo do Plano Nacional de Cultura (PNC): assegurar o direito constitucional à cultura; a proteção e a promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, cabe destacar as competências estabelecidas para a Divisão de Cultura (DIC) na Resolução nº 41/2011, a qual cria a divisão e altera dispositivos da Resolução nº 35/2010 (estatuto):

- a) promover e articular uma Política Universitária de Cultura, por meio do diálogo com a comunidade universitária e sociedade;
- b) promover, divulgar e coordenar ações artísticas e culturais da FURB;
- c) organizar e difundir o acervo de obras de artes da FURB, em conjunto com a BU, depositária do acervo;
- d) elaborar a Agenda Cultural da FURB, buscando inserir ações culturais promovidas pela Universidade em calendários culturais externos;
- e) organizar e supervisionar a utilização dos espaços reservados para promoções artísticas e culturais;
- f) promover a integração, nas suas áreas de competência, com as unidades de ensino e demais órgãos da FURB;
- g) estimular e apoiar as ações externas, artísticas, culturais, técnicas e científicas de interesse da FURB e da sociedade;
- h) coordenar e apoiar administrativamente os grupos artístico-culturais da FURB;

- i) fomentar a realização regular de atividades extracurriculares e de educação continuada relacionadas à cultura e às artes;
- j) firmar parcerias com instituições públicas e privadas, no âmbito de suas competências;
- k) estimular, apoiar, editar e divulgar obras de valor cultural e científico, incluindo publicações periódicas e não periódicas, de acordo com plano e critérios editoriais estabelecidos pelo Conselho Editorial da FURB, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura.
- l) divulgar, distribuir e comercializar as publicações editadas pela FURB;
- m) promover o intercâmbio com outras editoras universitárias e manter convênios, contratos e acordos, na sua área de competência.

Entrando em seu cinquentenário, a Universidade vê sua produção cultural, com ações concretas e registradas de, no mínimo, 40 anos, cada vez mais forte, em quantidade e em qualidade, perceptível pela relação cultural que estabeleceu com a comunidade regional. Nesse sentido, faz-se importante a consolidação de diretrizes para ampliar essa relação.

3.1.8.1 Abrangência Cultural

Para estreitar a relação estabelecida entre a Universidade e a sociedade, convém o estabelecimento da abrangência cultural, conforme proposto a seguir:

- a) cultura e identidade – saberes e fazeres da maestria popular (processos, eventos e produtos);
- b) artes cênicas – dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística;
- c) artes integradas – ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística;
- d) artes plásticas – escultura, pintura, arquitetura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística;
- e) artes visuais – artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística;

- f) espaços de ciência – difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros;
- g) mídias – artes nas mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital;
- h) música – apreciação, criação e *performance*; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística;
- i) patrimônio cultural, histórico e imaterial – promoção, valorização e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares) e natureza imaterial (culinária e costumes do povo); assessoria à organização de museus, bibliotecas e centros culturais comunitários;
- j) arqueologia enquanto cultura;
- k) etnias;
- l) leitura e literatura;
- m) design e moda.

Destacam-se, na Tabela 13, as ações culturais realizadas entre 2010 e 2012, por meio de apoio institucional à música, ao teatro, às danças e esportes:

Tabela 13 – Resumo Atividades Culturais (2010 – 2012)

Atividades	2010	2010/ Atendidos	2011	2011/ Atendidos	2012	2012/ Atendidos
Exposições						
Científicas	--	--	2	420	03	161
Artísticas	07	1.428	6	631	09	981
Fotográficas	08	826	08	750	07	829
Evento de lançamentos de livros	02	145	02	180	07	383
Apresentações de dança*	44	130.600	29	80.000	13	44.570
Apresentações musicais						
Não vinculadas aos grupos de Extensão	03	430	07	480	05	569
Orquestra da FURB	09	4.000	14	4.648	10	6.400
Camerata de Violões	16	1.125	24	5.350	19	2.755
Coro Universitário	08	1.410	18	2.150	21	7.700
Apresentações teatrais	07	450	20	3.450	17	1.450
Intervenções artísticas	07	660	--	--		--
Oficinas	--	--	--	--	01	17
Palestras	--	--	01	--	01	23
Performances	--	--	01	60	--	--
Recital de poesias	01	70	01	60	--	--

Encontros culturais	01	80	--	--	--	--
Encontros acadêmicos	01	150	01	90	--	--
Mostra de vídeo/cinema	--	--	--	--	05	236
Seminários/simpósios	--	--	--	--	01	90
Sub total atividades da Divisão		141.374	134	98.269	119	66.164
Festival de Teatro*						
Espetáculos/apresentações	42	20.160	41	19.500	36	9.798
Oficinas/ workshop	10	220	13	280	14	453
Palestras (conversas)	03	240	06	600	03	320
Mostra de vídeo	05	360	01	160	04	200
Análise de espetáculos	08	720	12	1.450	12	1.320
APORTA (Encontro Estudantil de Artes Cênicas) – Festa Regional	-	-	01	28	01	45
Jornada	01	156	01	148	01	152
Sub total Festival		21.856	75	22.166	71	12.288
TOTAL	185	163.230	209	120.435	190	78.452

Fonte: DIC (PROPEX) - Relatório de Atividades 2012 (COPLAN)

* A partir de 2012, passamos a computar o público nos eventos culturais a partir de dados concretos de público presente e não pela capacidade dos lugares onde eles aconteciam. Além disso, no caso do FITUB, houve a redução de um dia de evento.

3.1.8.2 Desenvolvimento da Cultura

As propostas de desenvolvimento para a cultura para o período de vigência do PDI toma por base a intenção de consolidar e fortalecer as ações culturais, de modo especial institucionalizar o FITUB como um programa permanente de cultura.

Quadro 10 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Cultura

Objetivo XII – Consolidar as ações de cultura da FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
49) Criar e implementar a Política de Cultura	1) Criar a Política de Cultura da FURB;	Política elaborada	DIC e PROPEX	2014	2014	
	2) institucionalizar a Política de Cultura.	Política aprovada no CONSUNI	DIC e PROPEX	2014	2014	
50) Institucionalizar o FITUB como programa permanente de Cultura	1) Aprovar o FITUB como projeto permanente de Cultura no CONSUNI;	Projeto aprovado no CONSUNI	PROPEX	2014	2014	
	2) realizar o 27º FITUB;	Festival realizado 2014	DIC e PROPEX	2014	2014	
	3) realizar o 28º FITUB.	Festival realizado 2015	DIC e PROPEX	2015	2015	
51) Prover infraestrutura com as condições necessárias à preservação, à ampliação, à adequação, à acessibilidade e à construção para atividades culturais	1) Prever equipamentos culturais no Plano Diretor de Espaço Físico (PDEFI) – detalhamento	Espaços previstos no PDEFI	COPLAN e DIC	2014	2015	
52) Promover a proteção do patrimônio cultural	1) Valorizar, preservar e restaurar o patrimônio cultural da FURB;		Reitoria/ COPLAN e DIC	2014	2015	
	2) apoiar ações de preservação e restauro de patrimônio cultural público, quando pertinente à FURB;		Reitoria/ COPLAN e DIC	2014	2015	
	3) envolver a Universidade na elaboração e aplicação das políticas públicas relacionadas à cultura;		Reitoria/ COPLAN e DIC	2014	2015	
	4) criar o Museu do Brinquedo (brinquedoteca);		CCEAL/ DIC	2014	2015	
	5) criar o Museu de Ciências Naturais no campus 1 da FURB;					
	6) requisitar a gestão do Museu Fritz Muller para a FURB.					
53) Promover a difusão e circulação das criações artísticas e expressões culturais	1) Promover exposições científicas e artísticas, fotográficas;	Número de exposições realizadas	DIC	2014	2015	
	2) promover lançamentos de livros;	Número de livros	DIC/ Edifurb	2014	2015	

		lançados				
	3) promover apresentações do Grupo de Danças da FURB;	Número de apresentações realizadas	DIC	2014	2015	
	4) promover apresentações musicais (Orquestra FURB, Camerata de Violões, Coro universitário, entre outros);	Número de apresentações realizadas	DIC	2014	2015	
	5) promover apresentações teatrais;	Número de apresentações realizadas	DIC	2014	2015	
	6) promover eventos culturais (oficinas/workshops, palestras, performances, recitais de poesias, encontros acadêmicos, mostras de vídeo/cinema, seminários/simpósios, entre outros).	Número de eventos realizados	DIC	2014	2015	
54) Integrar a diversidade cultural nos currículos (ensino)	1) Incluir na revisão dos currículos.		PROEN	2014	2015	
55) Fortalecer os agentes de comunicação, informação e cultura	1) Fortalecer a Rádio e Televisão Educativa (RTE);		RTE e DIC	2014	2015	
	2) fortalecer a Edifurb, incentivando a criação e circulação de conhecimento;		DIC e PROPEX	2014	2015	
	3) fortalecer a agência experimental.		DIC e Agência Experimental	2014	2015	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.1.9 Políticas de Inovação

A partir da aprovação da Lei 10.973/2004, conhecida como Lei da Inovação, as instituições de ciência e tecnologia passaram a instituir suas políticas de inovação para regular as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, abrangendo temas como: propriedade intelectual, participação de criadores em ganhos econômicos, compartilhamento de infraestrutura para inovação, projetos cooperados e atividades de fomento da inovação, entre outros.

As primeiras discussões para a elaboração de uma Política de Inovação na FURB aconteceram durante o ano de 2007, quando foram iniciados os estudos no âmbito do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado ao extinto Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária da FURB (NUPEX), a partir das experiências de outras universidades e apoiando-se na lei federal. O tema foi retomado no ano de 2011, com a realização de uma série de eventos sobre inovação, aos quais, seguiram-se reuniões com representantes de diversas áreas da Universidade liderados pelo NIT. Considerando esse histórico, em 2012, apresentou-se uma proposta de Política de Inovação que reunisse os principais temas tratados nas discussões prévias e considerasse as experiências de outras instituições e o contexto atual da FURB.

A Política de Inovação da FURB, estabelecida pela Resolução nº 041/2012, de 22 de Outubro de 2012, baseia-se nas seguintes premissas: é fundamental a participação das instituições científicas e tecnológicas no processo de inovação tecnológica e social, por meio da cooperação entre a Universidade, o setor produtor de bens e serviços e outros agentes da sociedade; é estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país que as universidades estimulem, de forma institucionalizada, a transformação do conhecimento científico, técnico e tecnológico em produtos, processos e serviços, os quais gerem benefícios para a sociedade; é necessário estabelecer parâmetros a serem adotados no âmbito da FURB, para promover o estímulo à participação em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); e, finalmente, é necessário estabelecer procedimentos a serem adotados no âmbito da FURB, para assegurar a proteção da propriedade intelectual e a potencial obtenção de benefícios econômicos com o conhecimento gerado no âmbito da Instituição.

Os objetivos propostos para a Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da FURB são:

- a) estabelecer instrumentos de valorização à atividade inventiva desenvolvida no âmbito da Instituição;
- b) estabelecer critérios para a gestão dos direitos e obrigações associadas à proteção da propriedade intelectual, resultante das atividades do PD&I da FURB;
- c) regular a aplicação de contratos e outros instrumentos de transferência de tecnologia incidentes sobre a propriedade intelectual e outras formas de disponibilização da produção científica e tecnológica da FURB;
- d) regulamentar os critérios para participação dos criadores nos ganhos econômicos obtidos pela FURB com a transferência de tecnologia;
- e) definir instrumentos de incentivo aos pesquisadores envolvidos em projetos de inovação;
- f) definir os procedimentos para utilização da infraestrutura da FURB por terceiros para fins de PD&I;
- g) regular os procedimentos para desenvolvimento de projetos cooperados de PD&I;
- h) estabelecer as atribuições mínimas do NIT e do Comitê de Avaliação da Propriedade Intelectual e Inovação (CAPII) da FURB;
- i) estabelecer a possibilidade de participação da FURB em atividades de pré-incubação, incubação, parques tecnológicos, sociedade de propósito específico e outras iniciativas relacionadas à implantação e desenvolvimento de ambientes favoráveis à PD&I.

A Política de Inovação da FURB prevê que qualquer criação ou inovação resultante de atividades desenvolvidas com a utilização das instalações da FURB ou com o emprego de seus recursos, meios, dados, informações, conhecimentos e equipamentos poderá ser objeto de proteção dos direitos de propriedade intelectual, a critério da FURB, sendo a gestão executiva das atividades de inovação, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual da FURB exercida por seu NIT, sendo apoiada pelo CAPII, que funcionará como uma instância de caráter consultivo.

As questões de titularidade, divulgação da pesquisa e do sigilo, do encaminhamento do pedido de patente ou registro, da participação nos benefícios econômicos, do licenciamento e da transferência de tecnologia, dos projetos de cooperação científico-tecnológica e dos serviços, das atividades de pré-incubação, incubação e parques tecnológicos, do atendimento

ao inventor independente e da participação em sociedades de propósito específico são regulamentadas na Resolução nº 041/2012.

3.1.9.1 Desenvolvimento da Inovação

O tema inovação é muito recente na FURB, com apenas algumas atividades tendo sido realizadas. Destaca-se para a vigência desse PDI a participação da Universidade na implementação do Centro de Inovação Catarinense (Inova SC), prédio que será erguido em terreno cedido pela Universidade, com recursos do governo do Estado repassados por meio de convênio.

A figura 13 apresenta a maquete do Centro de Inovação, cuja área total será de 3.636 metros quadrados. A obra, orçada em R\$ 6,8 milhões, está prevista para iniciar no primeiro semestre de 2014, com prazo de execução de 18 a 24 meses. A estrutura vai reunir empresas e instituições que trabalham para promover a inovação, como o Instituto GENE, a própria FURB e o Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (BLUSOFT).

Figura 13 - Maquete do Centro de Inovação Catarinense em Blumenau.



Fonte: FURB. Fotos: Daniel Zimmermann

As metas a serem atingidas na área de inovação estão ainda na fase de implantação da política como um todo, visando o fortalecimento destas atividades na FURB.

Quadro 11 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Inovação

Objetivo XIII – Fortalecimento das atividades de inovação na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
56) Institucionalizar órgão responsável pela coordenação das atividades e da Política de Inovação na FURB	1) Consolidar o setor de inovação como órgão responsável pela coordenação das atividades e da Política de Inovação na FURB;	Lei alterada	PROPEX/Inovação	2014	2014	
	2) implementar o CAPII.	Comitê instituído	PROPEX/Inovação	2014	2014	
57) Fomentar o processo de inovação tecnológica e social por meio da cooperação entre a Universidade, o setor produtor de bens e serviços e outros agentes da sociedade	1) Criação das condições para aproximar o pesquisador do setor produtivo;	Número de projetos entre pesquisadores e setor produtivo.	PROPEX/Inovação/grupos de pesquisa	2014	2015	
	2) fomentar grupos de pesquisa em temas definidos pelo INOVASC.					
58) Participar da implementação do Centro de Inovação Catarinense nas dependências da Universidade	1) Contratar a execução do projeto do Centro de Inovação Catarinense nas dependências de imóvel cedido pela FURB.	Projeto contratado	PROPEX/Inovação	2014	2015	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

3.2 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE

A FURB, em sua Visão, firma um compromisso de “ser uma Universidade pública, reconhecida pela qualidade da sua contribuição na vida regional, nacional e global”. Em seus Valores, a Universidade se compromete em “[...] inovar nos processos de Internacionalização”. Fica evidenciado que a internacionalização é um objetivo da FURB e que há intenção de ampliação de seus acordos de cooperação internacional nas mais diversas áreas do conhecimento. Convém destacar a preocupação institucional em manter a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Atualmente, a Universidade mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior. Buscando promover a inovação, a sustentabilidade, a cultura, o bem estar social, a qualificação e a atualização do conhecimento, ela desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras, por meio de programas de intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas.

Quadro 12 - Acordos/Convênios Internacionais FURB

Instituição Estrangeira	Localidade	Observação
Universidad de Buenos Aires - Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo	Buenos Aires - Argentina	Convênio exclusivo para o curso de Arquitetura e Urbanismo
Universidad Nacional de La Plata	La Plata - Argentina	Convênio para os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia de Telecomunicações
Universidad Nacional de Rosario	Rosario - Argentina	
Universidad Nacional de Tres de Febrero	Palomar - Argentina	
Universidad Nacional de Tucumán	Tucumán - Argentina	
Universidad Austral de Chile	Valdivia - Chile	
Universidad del Pacífico	Santiago - Chile	
Universidad de Los Lagos	Osorno - Chile	
Universidad de Valparaíso	Valparaíso - Chile	
Universidad de Antioquia	Medellín - Colômbia	
Universidad Nacional de Colombia	Bogotá - Colômbia	Convênio entre o Departamento de Ciências Naturais da FURB (DCN) e a Faculdade de Medicina Veterinaria y de Zootecnia da Universidad Nacional de Colômbia
Universidad San Francisco de Quito	Quito - Equador	
Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA)	Asunción – Paraguai	
Université de Montréal	Montreal – Canadá	Convênio entre o DCN da FURB e o Departamento de Geografia da Université de Montreal
Universidad Autónoma del Estado de México	Toluca – México	Convênio para os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia de Telecomunicações
Universidad Autónoma de	Nuevo León - México	

Nuevo León		
Universidade de Macau	Macau – China	Convênio para os cursos do CCT
Universidade Metropolitana de Angola	Luanda – Angola	
Universidade Eduardo Mondlane	Maputo - Moçambique	
Jaipur National University	Jaipur – Índia	
Alanus Hochschule	Alfter bei Bonn - Alemanha	University of Arts and Social Sciences
Beuth Hochschule für Technik Berlin	Berlim – Alemanha	University of Applied Sciences
Ernst-Moritz-Arndt Universität Greifswald	Greifswald - Alemanha	
Fachhochschule Bingen	Bingen - Alemanha	University of Applied Sciences
Fachhochschule Kaiserslautern	Kaiserslautern - Alemanha	University of Applied Sciences
Fachhochschule Stralsund	Stralsund - Alemanha	University of Applied Sciences
Frankfurt School of Finance & Management	Frankfurt - Alemanha	
Hochschule Aschaffenburg	Aschaffenburg - Alemanha	
Hochschule für Wirtschaft und Recht Berlin	Berlim - Alemanha	Berlin School of Economics and Law
Hochschule Neubrandenburg	Neubrandenburg - Alemanha	University of Applied Sciences
Hochschule Offenburg	Offenburg - Alemanha	University of Applied Sciences
Hochschule Wismar	Wismar - Alemanha	University of Technology, Business and Design
Leibniz Universität Hannover	Hannover - Alemanha	Faculty of Electrical Engineering and Computer Science
Pädagogische Hochschule Weingarten	Weingarten - Alemanha	
Technische Universität Ilmenau	Ilmenau - Alemanha	University of Technology
Fachhochschule Technikum Wien	Viena - Áustria	
Roskilde University	Roskilde - Dinamarca	
University of Copenhagen	Copenhagen - Dinamarca	Convênio para os cursos do CCHC
Institut Supérieur de Gestion	Paris - França	
Universidad Cardenal Herrera	Moncada - Espanha	
Universidade de Vigo	Vigo - Espanha	
Universidad de Granada	Granada - Espanha	
Universitat de València	Valência - Espanha	
Avans Hogeschool	Breda - Holanda	
Università degli Studi di Trento	Trento - Itália	
Universidade do Algarve	Faro - Portugal	
Universidade da Beira Interior	Covilhã - Portugal	
Universidade do Minho	Braga - Portugal	
Universidade do Porto	Porto - Portugal	
Universidade de Lisboa	Lisboa - Portugal	
Instituto Piaget	Almada - Portugal	
Högskolan i Borås	Borås - Suécia	Convênio para os cursos do CCT
Högskolan i Halmstad	Halmstad - Suécia	
Université Panthéon-Assas Paris II*	Paris - França	Curso de Direito
Universidad de Veracruzana*	Veracruz - México	
Universitat de Girona*	Girona - Espanha	
Universitat Autònoma de Barcelona*	Barcelona - Espanha	

Universitat Rovira i Virgili*	Tarragona - Espanha
-------------------------------	---------------------

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI)

*IES estrangeiras conveniadas com a ACAFE

O fortalecimento da Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) é imprescindível, pois é esse órgão que promove a troca de experiências, o intercâmbio acadêmico, docente e técnico-administrativo, e o desenvolvimento de atividades relacionadas com o espírito de cooperação internacional. Além disso, é preciso capacitar servidores da FURB na fluência de idiomas, especialmente o inglês, bem como incluir o idioma na sinalização interna dos campi, de modo a proporcionar certa autonomia no deslocamento dos estrangeiros dentro da Universidade.

Em relação aos estudantes, a FURB pretende ampliar a oferta de disciplinas em inglês, atualmente restritas, mas não limitadas, a alguns cursos, bem como inserir o idioma em todos os PPCs, para que os estudantes possam vislumbrar a possibilidade de realizar intercâmbios internacionais. Além disso, intenciona viabilizar estágios em instituições e empresas aos estudantes.

Acadêmicos matriculados em curso de graduação da FURB estão aptos a se inscrever para participar de programas de intercâmbio. Essa participação é regulamentada de acordo com editais próprios e ofertas de programas específicos, os quais regem as condições necessárias.

Não obstante, a mobilidade de docentes e discentes vem sendo inserida nos PPCs, prevendo a possibilidade de cursar disciplinas em instituições estrangeiras de ensino superior pelo período de um ou dois semestres. Os créditos cursados no exterior, em que se obtiver aproveitamento, de acordo com as regras da instituição estrangeira ofertante das disciplinas, poderão ser convalidados na FURB, pelo colegiado de curso, mediante análise da documentação pertinente e de acordo com a resolução e normas específicas.

Quadro 13 – Mobilidade Acadêmica – Estudantes Encaminhados ao Exterior – 2013

País	Instituição de Destino	Vinculação com a FURB	Atividade	Nº estudantes	Período
Alemanha	Hochschule Offenburg	Comunicação Social	Estudo	1	1 semestre
		Engenharia de Produção		2	1 ano
	Hochschule für Wirtschaft und Recht Berlin	Administração	Estudo	1	1 semestre
		Direito		2	1 semestre
		Farmácia		1	1 semestre
Beuth Hochschule für Technik Berlin	Psicologia	Estudo	1	1 semestre	
	Moda		1	1 semestre	
Chile	Universidad de	Engenharia Civil	Estudo	1	1 semestre
	Universidad de	Design	Estudo	1	1 ano

	Valparaíso				
Espanha	Universitat de València	Fisioterapia	Estudo	1	1 semestre
Itália	Università degli Studi di Trento	Direito	Estudo	1	1 ano
Portugal	Universidade da Beira Interior	Arquitetura e Urbanismo	Estudo	1	1 ano
		Tecnólogo em Marketing		2	1 semestre
		Moda		2	1 semestre
		Moda		1	1 ano
	Universidade do Minho	Comunicação Social	Estudo	2	1 semestre
		Ciências Biológicas		1	1 semestre
		Direito		3	1 semestre
	Universidade do Porto	Educação Física	Estudo	3	1 semestre
		Engenharia Elétrica		1	1 semestre
		Engenharia Civil		1	1 semestre
Direito		1		1 semestre	
Medicina Veterinária		1		1 semestre	
Medicina Veterinária	1	1 ano			
Universidade Técnica de Lisboa	Administração	Estudo	1	1 semestre	
	Arquitetura e Urbanismo		2	1 semestre	
	Moda		1	1 semestre	
	Engenharia Florestal		1	1 semestre	
Suécia	Hogskölan i Halmstad	Administração	Estudo	2	1 ano
		Tecnólogo em Comércio Exterior		1	1 semestre
		Tecnólogo em Marketing		9	1 ano
		Tecnólogo em Marketing		1	1 semestre
	Parkskolan	Áreas diversas	Visita prática	7 5 prof.	2 semanas

Fonte: CRI

A FURB também recebe estudantes estrangeiros para cursar disciplinas nos currículos ofertados, conforme pode ser observado no quadro 14. O intercâmbio de discentes vindos do exterior para a FURB enriquece a formação acadêmica e cultural dos nossos estudantes e também do corpo docente.

O recebimento desses estudantes, sejam de convênios específicos ou não, permite a matrícula desses em nossa Instituição, sendo que esses processos são regulamentados apropriadamente. Os créditos cursados na FURB nos quais o estudante estrangeiro obtiver aproveitamento, de acordo com as regras dos PPCs em vigor e registrados em respectivo histórico escolar emitido pela FURB, poderão ser convalidados na instituição de origem do estudante, de acordo com as regras próprias.

Quadro 14 - Mobilidade Acadêmica – Estudantes Estrangeiros Acolhidos – 2013

País	Instituição de Origem	Vinculação com a FURB	Atividade	Nº estudantes	Período
Alemanha	Beuth Hochschule für Technik Berlin	Engenharia Elétrica	Estudo	1	1 ano
		Engenharia Química		1	1 semestre
		Engenharia de Produção		1	1 semestre
	Hochschule Aschaffenburg	Arquitetura e Urbanismo	Estudo	1	1 ano
		Engenharia Química	Estágio	2	1 semestre
Hochschule Offenburg	Engenharia Elétrica	Estágio	1	1 semestre	
Leibniz Universität Hannover	Engenharia Elétrica	Estágio	1	1 semestre	
Pädagogische Hochschule Weingarten	Tecnólogo em Comércio Exterior	Estágio	1	1 semestre	
Holanda	Avans Hogeschool	Tecnólogo em Comércio Exterior	Estudo	5	1 semestre
Portugal	Universidade do Porto	Engenharia Elétrica	Estágio	2	1 semestre
Suécia	Hogskölan i Halmstad	Administração	Estágio	6	4 meses
	Hogskölan i Borås	Tecnólogo em Comércio Exterior	Estudo	2	1 semestre
		Mestrado em Engenharia Elétrica	Estudo	2	3 meses
Parkskolan	Centro de Ciências da Educação	Visita prática	7 5 prof.	2 semanas	
México	Universidad Autónoma de Nuevo León	Engenharia Elétrica	Estudo	1	1 semestre
		Administração	Estudo	1	1 semestre
Costa Rica	Instituto Tecnológico de Costa Rica	Engenharia Florestal	Estudo e estágio	1	1 ano
Equador	Universidad San Francisco de Quito	Odontologia	Estágio	4	2 meses
Benim	PEC-G	Engenharia de Telecomunicações	Estudo	1	curso todo

Fonte: CRI

No que tange ao intercâmbio docente, entende-se como qualquer afastamento para a realização de estudos, pesquisas ou colaboração com outra instituição, incluindo-se nessa definição estágios de pós-doutorado, licenças sabáticas, bem como afastamentos decorrentes de programas oriundos de agências governamentais e órgãos de fomento nacionais e/ou internacionais. O intercâmbio docente tem por finalidade o desenvolvimento de atividades correlatas a docência, pesquisa e extensão na instituição de destino.

Por outro lado, faz-se necessária a organização de programas de docentes e pesquisadores visitantes, criando facilidades e estímulo para atrair docentes e pesquisadores estrangeiros de alta competência em suas áreas de atuação.

3.2.1 Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

A FURB aderiu oficialmente, no fim de 2011, ao CsF que oferece bolsas de estudo pelo governo federal. Esse programa é liderado pela CAPES e pelo CNPq, vinculados, respectivamente, ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O CsF é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

A mobilidade de intercâmbio é por um período de um ano, podendo estender-se por mais seis meses, no caso do estudante ser contemplado com uma bolsa de estudos para o aprendizado de uma língua estrangeira. Em 2013, a FURB consolidou a parceria com esse programa, enviando 15 (quinze) discentes para diversos países da Europa, Oceania e América do Norte, conforme quadro 15:

Quadro 15 – Programa Ciência sem Fronteiras – Estudantes Enviados 2013

Semestre	Curso	Instituição Estrangeira	País
2013 – II	Arquitetura e Urbanismo	University of Sydney	Austrália
	Ciência da Computação	Norwegian University of Science and Technology	Noruega
	Engenharia Civil	Technische Universität Dresden	Alemanha
	Engenharia Civil	University College London	Inglaterra
	Engenharia de Produção	Rochester Institute of Technology	EUA
	Engenharia de Produção	Aalto University School of Science	Finlândia
	Engenharia Florestal	University Northern British Columbia	Canadá
	Engenharia Química	University of Toronto	Canadá
	Engenharia Química	Hochschule Anhalt	Alemanha
	Engenharia Química	Fachhochschule Bingen	Alemanha
	Engenharia Química	Technische Universität Bergakademie Freiberg	Alemanha
	Medicina	Athlone Institute of Technology	Irlanda
	Medicina	Dublin Business School	Irlanda
	Medicina Veterinária	University College Dublin	Irlanda
Sistemas de Informação	The Catholic University of America	EUA	

Fonte: CRI

3.2.2 Desenvolvimento da Internacionalização e Mobilidade

Para o período de vigência deste PDI, há intenção da Universidade em ampliar a internacionalização e a mobilidade acadêmica. Para tanto, algumas ações precisam ser tomadas, tais como: ampliar o número de servidores docentes e técnico-administrativos com fluência em outros idiomas e ampliar o número de disciplinas ofertadas nos cursos em outros idiomas, bem como inserir o ensino do idioma inglês nos diversos cursos da FURB.

Quadro 16 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à internacionalização e mobilidade

Objetivo XIV – Consolidar as ações de internacionalização da FURB e ampliar os convênios de mobilidade						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
59) Revisar a política de mobilidade de docentes e estudantes	1) Propor nova Resolução para mobilidade de docentes e estudantes;	Minuta de Resolução	CRI	2014	2014	
	2) aprovar Resolução no CONSUNI.	Resolução aprovada no CONSUNI	CRI/CONSUNI	2014	2014	
60) Ampliar os convênios de mobilidade	1) Incentivar a internacionalização dos Programas de pós-graduação <i>stricto-sensu</i> junto à Capes;	Mobilidade/ intercâmbio inseridas na proposta dos programas	PROPEX, Mestrados e CRI	2014		
	2) estabelecimento de novo projeto de inovação em Saúde e Bem estar (Health Innovation) com a Halmstad University;	Convênio assinado	CRI e Entidades participantes	2014		
	3) renovação do Projeto Vinnova (Agência de Inovação) com Suécia entre Instituto SP, Boras University, Cidade de Boras, AMMVI, Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB) e FURB.	Convênio entre os participantes assinado	CRI e Entidades participantes	2014	2017	
61) Ampliar o número de servidores e estudantes com proficiência em língua estrangeira	1) Inserir, nas novas propostas de matrizes curriculares para os cursos de graduação, “áreas livres”/opcionalmente a serem preenchidas com disciplinas em idiomas;	Currículos alterados	PROEN/CRI/ PROAD/ FURB IDIOMAS/ CCEAL	2014	2014	
	2) facilitar o acesso dos servidores às disciplinas voltadas à proficiência em idiomas;	Servidores com proficiência em idioma	PROEN/CRI/ PROAD/ FURB IDIOMAS/ CCEAL	2014	2014	
	3) inserir, como componente curricular obrigatório, conteúdos que visem a proficiência, de pelo menos uma língua estrangeira nos cursos de graduação em que há necessidade desse domínio.	Currículos alterados	PROEN/CRI/ PROAD/ FURB IDIOMAS/ CCEAL	2014	2014	
62) Definir o papel do FURB Idiomas na internacionalização institucional	1) Transformar o FURB Idiomas em Unidade/Departamento de Ensino que permita sua organização e adequação do trabalho docente e estrutura física	Proposta aprovada no CONSUNI Lei alterada	PROEN/CRI/ PROAD/ FURB IDIOMAS/ CCEAL	2014	2014	

3.3 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE¹⁰

Existem ações de comunicação com a sociedade a partir da CCM, da RTE, do jornalismo institucional e da Ouvidoria.

3.3.1 CCM

A CCM é responsável pelas atividades de marketing institucional, eventos e formaturas, website, redes sociais e programa Interação.

3.3.1.1 Programa Interação

O Interação é um programa desenvolvido na Universidade, composto por uma série de eventos em que estudantes de escolas da região têm a oportunidade de participar de oficinas organizadas pelos cursos de graduação da Universidade, conversar com profissionais das áreas de atuação, obter informações sobre os cursos e o mercado de trabalho e, ainda, conhecer a estrutura da FURB. Tem como objetivo apresentar os cursos ofertados pela FURB e auxiliá-los na escolha da sua carreira profissional, com ações organizadas por professores e discentes.

O programa compreende o Interação FURB, para estudantes do ensino médio e comunidade em geral; o Interação Junior, para estudantes do ensino fundamental; e o Interação *Kids*, para estudantes da educação infantil. Nas tabelas 14, 15 e 16 são apresentados os principais resultados desse programa:

Tabela 14 – Programa Interação FURB (2008-2013)

Programa Interação	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alunos abordados	4.398	3.968	7.532	7.790	16.208	16.255
Palestras realizadas	85	71	77	119	103	114
Escolas visitas	52	38	43	76	138	143
Municípios visitados	15	16	15	25	27	32
Cadastros realizados	5.721	6.221	6.591	8.397	9.885	11.772
Evento Interação FURB - Setembro						
Alunos ensino médio	2.006	2.500	3.200	4.305	5.894	7.180
Escolas	77	110	116	154	143	184
Oficinas realizadas	111	137	305	327	366	477
Servidores e alunos envolvidos	627	700	750	800	771	805

Fonte: Programa Interação FURB da CCM.

Observações: os dados do evento Interação relacionam-se ao evento realizado em setembro de cada ano na FURB. As estatísticas de escolas e municípios referem-se à procedência dos alunos visitantes.

¹⁰ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Processo nº 11/2014

Tabela 15 – Vagas preenchidas x matriculados com cadastrado no Interação

Dados	2009	2010	2011	2012	2013
Vagas Preenchidas na FURB	1.663	1.568	1.685	1.893	1.823
Acadêmicos Matriculados no Interação	584	638	895	1.059	1.039
Resultado	35%	41%	53%	56%	57%

Fonte: Programa Interação FURB da CCM.

Tabela 16 – Comparativo de resultados das ações do Interação

Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Alunos visitados nas escolas	3.968	4.575	5.565	6.162	5.504
Inscritos no evento Interação FURB	3.231	3.935	4.305	5.795	7.180
Cadastros (alunos visitados e evento)	6.221	6.591	8.397	9.885	11.772

Fonte: Programa Interação FURB da CCM.

No ano de 2013, a FURB recebeu 7.200 inscrições de estudantes do ensino médio de escolas de diversas cidades do Vale do Itajaí para o evento presencial na FURB. Durante todo o ano, o programa Interação FURB também auxilia os estudantes do ensino médio na escolha da profissão, realizando para as turmas de terceiro ano das escolas de Blumenau e região a palestra “Escolha Profissional”, com informações sobre os cursos, profissões, apoio ao estudante e muito mais.

3.3.1.2 Revista Escolha Certa

A revista **Escolha Certa** é uma publicação anual da FURB com tiragem de 20 mil exemplares e elaborada pela CCM. Direcionada a estudantes do terceiro ano do ensino médio, que estão no momento da escolha profissional, a revista é distribuída nas escolas de Blumenau e região e também está à disposição da comunidade nas recepções e na Praça de Atendimento ao Estudante da FURB.

3.3.1.3 Redes Sociais

Nas redes sociais, a FURB compartilha notícias, informações e campanhas com todos que acompanham e se identificam com o que é produzido pela Universidade.

Tabela 17 – Redes Sociais

Facebook	Twitter	Youtube	Flickr	Blog
FURBoficial	@Furb_oficial	FURB TV	ETEVI	Blog da FURB
CulturaFURB	@etevi	Canal ETEVI	Interação FURB	Blog Etevi
CurtaEtevi	@furb_idiomas	Interação FURB	Galeria de Fotos FURB	Interação FURB
FURB.Idiomas	@furbtv			Halmstad here we go
intercambiofurb	@furbfm_oficial			PPG Engenharia Florestal
InteracaoFURB	@ceopsfurb			Sarau Eletrônico
FURBTV	@interacaofurb			Blog da FURB
Radio FURB FM	@fitub			Blog Etevi
FITUB				

Fonte: CCM

3.3.2 Jornalismo FURB

O jornalismo da FURB produz e distribui conteúdo, informações e imagens da Instituição à sociedade. É responsável pelo noticiário do website, com uma média de quatro notícias/dia, pela edição do boletim diário de notícias para a imprensa, pelo Blog FURB Na Mídia, pelo boletim informativo quinzenal (jornal – mural) e pela assessoria de imprensa com os órgãos de comunicação local e nacional.

O jornalismo da FURB atua internamente para um público de 16 mil pessoas – entre estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos – e, externamente, especialmente junto à comunidade regional e estadual, para cerca de 100 veículos de comunicação.

Além disso, o jornalismo está sempre à disposição da comunidade acadêmica e da imprensa para divulgar os eventos e projetos da Universidade e seus cursos de maneira transparente, ética e democrática. Para tanto, é possível sugerir pauta para as notícias do Website FURB, bastando preencher o formulário disponível no site da FURB.

3.3.3 Edifurb e Livraria Universitária

A FURB viabiliza a produção de publicações aprovadas pelo seu Conselho Editorial, consolidando-se como grande disseminadora do conhecimento no ambiente acadêmico. Desde 1986, a Edifurb publica livros e periódicos escritos por autores brasileiros e estrangeiros, que facilitam a socialização do conhecimento produzido na Universidade e na comunidade.

A Edifurb contribui para a maior interação da FURB com a sociedade brasileira, gerando a autonomia universitária necessária à produção de novos conhecimentos e firmando o compromisso da difusão do desenvolvimento social, político, cultural e econômico da população.

Além disso, a **Livraria Universitária** da FURB comercializa publicações editadas pela Edifurb e por outras 45 universidades que participam do Programa Interuniversitário de Distribuição de Livros (PIDL).

3.3.4 Revistas Científicas

As revistas científicas eletrônicas de divulgação da pesquisa e produção acadêmica de graduação e programas de pós-graduação, geradas na Universidade, integram o Portal de Periódicos FURB. A Universidade alcançou a classificação das suas revistas pelo índice Qualis, da Capes, qualificando as publicações e a produção acadêmica da Instituição. O Portal roda no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), desenvolvido especificamente para a construção e gestão de periódicos científicos que são reconhecidos pela Capes.

Quadro 17 – Revistas Científicas Eletrônicas

Revista	Descrição
Atos de Pesquisa em Educação	Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da FURB
Dynamis	Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática
Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação	Revista científica dos cursos de Letras, Artes e Comunicação da FURB
O Teatro Transcende	Revista do Departamento de Artes da FURB que divulga a produção científica ligada à área das artes cênicas - teatro e dança.
Journal of Mathematical Modelling and Application	Revista do Centro de Referência de Modelagem Matemática no Ensino (CREMM), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática da FURB
Modelagem na Educação Matemática	Revista do Centro de Referência de Modelagem Matemática no Ensino (CREMM), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática da FURB
Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional	Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB
Revista de Estudos Ambientais	Revista do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da FURB
Revista de Negócios	Revista do Programa de Pós-Graduação em Administração da FURB
Revista Jurídica	Revista do CCJ da FURB
Revista Universo Contábil	Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FURB

Fonte: PROPEX

3.3.5 RTE

A RTE propõem-se a executar serviços de radiodifusão educativa, a produzir e veicular programas educativos, culturais, esportivos, científicos e noticiosos de televisão e rádio, sem finalidade lucrativa. A direção e a fiscalização das atividades da RTE são a

Diretoria Executiva e o Conselho de Programação, cuja constituição e competências são definidas em instrumentos próprios.

Estão inseridas na RTE as atividades desenvolvidas pela FURB FM, FURB TV e a TV Universitária (TUB).

3.3.5.1 FURB FM: uma rádio diferenciada

A FURB FM objetiva atender o público que aprecia músicas de qualidade sem apelos ou intervenções comerciais, com cuidadosa seleção musical. Sua programação é diversificada; entre os gêneros musicais destacam-se MPB, rock, reggae, blues, jazz e música erudita. Como rádio educativa, apoia a promoção de eventos artísticos e culturais, além de difundir ações de estímulo à cidadania. Abrange boa parte da região do Vale do Itajaí, a partir de Blumenau.

Toda a programação da FURB FM 107,1 está aberta a sua sugestão, pelos meios eletrônicos de contato e diretamente com os programas pelo e-mail de cada um deles. Os programas produzidos pela FURB FM podem ser observados no quadro 18:

Quadro 18 – Programas Produzidos pela FURB FM

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO
Vertentes	Programa dedicado à divulgação de um gênero musical que mescla diversas influências, tendo como base a improvisação do jazz e a energia eletrificada do rock. As criações arrojadas de Miles Davis e da Mahavishnu Orchestra no início da década de 70 levaram o jazz a uma nova dimensão, conquistando, além do público cativo do jazz, também os amantes do rock.
Alles Blues	Programa voltado ao blues, com foco na evolução do gênero desde sua pré-história na África Ocidental, onde germinou, passando pelos Estados Unidos, onde floresceu e espalhou suas sementes, até chegar ao estágio atual: ouvido e produzido por todos os cantos do mundo.
Casinha Cabocla	Programa de rádio Casinha Cabocla, é fruto de uma verdadeira paixão pela viola caipira e pelas coisas da roça. No programa são resgatadas as modas de viola, com a apresentação de músicas cantadas e produzidas pelas duplas que foram sucesso nos anos 40 a 70.
Batuque na Cozinha	Programa com a proposta de fazer o resgate dos compositores e intérpretes do samba tradicional, dando destaque a esse ritmo, resgatando sua importância na música brasileira e mundial. No Batuque são narradas histórias envolvendo os vários elementos associados ao samba, desde a alimentação e os instrumentos musicais até as várias divisões do ritmo musical genuinamente brasileiro.
Clássicos de Ontem e de Hoje	Programa com o intuito de estimular o gosto pelo gênero da música erudita, pela apresentação, ao ouvinte, dos momentos e da história em torno de cada composição, tornando esses momentos ricos em emoção. Utilizando uma linguagem simples, descontraída e didática, Graf busca discorrer sobre histórias e fatos que contribuíram para a construção da obra à época de sua elaboração, além de explicar a técnica musical.
Linha Campeira	Linha Campeira representa a exaltação da música e da cultura gaúcha. Oferecido gratuitamente às emissoras de caráter educativo, universitário e comunitário sediadas no Estado de Santa Catarina, tem produção independente.

Fonte: RTE

A programação musical da FURB FM é intercalada com notícias da Universidade, como o Minuto FURB, agenda cultural, avisos de utilidade pública, entre outras informações de cunho educativo, cultural e informativo. Também apresenta diariamente, em duas edições, o jornal Clip Notícias, onde relata as principais notícias dos acontecimentos da região, do Brasil e do Mundo, que sejam relevantes a nossa região.

3.3.5.2 FURB TV

A FURB TV foi a primeira geradora de conteúdos essencialmente educativos no estado de Santa Catarina, veiculando programas que priorizam a cultura e os valores da região, assim como atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. A programação com inclusão social, espaço para as informações da região, sem ideias prontas e impostas, faz da FURB TV um canal voltado para o saber informar e formar a todos.

Com conteúdo produzido localmente ou por meio da sua parceria com o canal educativo TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta, a programação da FURB TV é transmitida para Blumenau e cidades do Vale do Itajaí por sinal aberto, canal 13 e também pelas operadoras de TV por assinatura – canais 06 da Net e 11 da BTV. . Os programas produzidos pela FURB FM podem ser observados no quadro 19:

Quadro 19 – Programas Produzidos Pela FURB TV

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO
Cidadania em Debate	Programa do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (Sinsepes), que discute temas sociais de interesse da população; educação, religião, meio ambiente e a sociedade em geral são colocados num debate, o qual conta com a opinião de especialistas.
Edição Local	Telejornal diário com as principais notícias de Blumenau e região de forma reflexiva e diferenciada. O Edição Local busca trazer outro olhar sobre os fatos do cotidiano.
FURB Notícias	O FURB Notícias é um programete, veiculado logo após o Edição Local, que apresenta as informações sobre as atividades acadêmicas nas diferentes áreas do conhecimento e os eventos da Universidade de Blumenau.
Hardsoft Informática na TV	O programa traz os principais assuntos ligados à informática. Os especialistas participantes esclarecem dúvidas relacionadas ao mundo dos computadores.
Missa Dominical	Transmissão da celebração eucarística realizada aos domingos, na Catedral São Paulo Apóstolo de Blumenau.
Plug In	É o espaço dos estudantes do curso de Comunicação Social – Publicidade & Propaganda – da FURB. O programa é produzido pelos discentes sob a responsabilidade do professor Djalma Patrício, e procura mostrar o cotidiano dos profissionais de comunicação, assim como a inserção da publicidade nas diversas áreas e nos veículos de comunicação, alternando com momentos de cultura e informação.
TV Empresa	Programa semanal que aborda os aspectos empresariais e administrativos. Empreendedorismo, temas atuais de economia, negócios, administração e perfil de empresas fazem parte desse cardápio de apresentações e entrevistas.

Fonte: RTE

Em 2015 deverá também ter seus sinais transmitidos em sistema digital HDTV pelo canal 22-UHF, pois em fevereiro de 2014 teve seu projeto aprovado junto ao Ministério das Comunicações.

3.3.5.3 TV Universitária (TUB)

A Televisão Universitária de Blumenau (TUB) é um importante veículo de comunicação para a difusão do fazer acadêmico, exclusivo nas operadoras de televisão por assinatura de Blumenau. Trata-se de um canal universitário reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas na cidade de Blumenau, a partir das bases da educação, da extensão comunitária e da pesquisa; dá voz e imagem à diversidade de atores e pontos de vista acadêmicos, científicos, humanistas e de pesquisa social.

A composição da grade é mista, com uma programação produzida localmente e a programação nacional do Canal Futura. Os canais de exibição são: canal 15 da NET e 42 da BTV.

3.3.6 Ouvidoria

A Ouvidoria atua como um canal de comunicação entre a comunidade e a Universidade, focando sua atuação na mediação de conflitos.

A Ouvidoria acolhe e analisa opiniões, sugestões, reclamações e problemas – da sociedade e da comunidade acadêmica – referentes à FURB e toda sua estrutura. Atua como um canal de comunicação que prima pelo equilíbrio nas relações e na solução das divergências, focando sua atuação na mediação de conflitos. São atribuições da Ouvidoria:

- a) atuar no pós-atendimento, na mediação de conflitos entre o cidadão e a Instituição;
- b) avaliar a procedência das solicitações, encaminhando-as aos setores competentes para a devida apreciação e resposta;
- c) acompanhar as providências adotadas, cobrando soluções;
- d) dar o devido retorno ao interessado de forma ágil e desburocratizada;
- e) avaliar a Instituição no exercício da autocrítica e da reflexão;
- f) mapear e localizar eventuais falhas nos procedimentos da Instituição;
- g) propor a adoção de providências ou medidas para a solução de problemas, quando necessário.

3.3.7 Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na área de comunicação

A FURB executa diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão na área da Comunicação. Cabe ressaltar em sua estrutura administrativa o CCHC e o Departamento de Comunicação, ao qual estão subordinados os cursos de Comunicação Social (Publicidade & Propaganda) e Jornalismo. Destacam-se, no quadro 20, alguns desses projetos:

Quadro 20 – Projetos institucionais na área da comunicação

PROJETO	DESCRIÇÃO
Projeto Focus	Desenvolvido no âmbito da disciplina Pesquisa em Publicidade e Propaganda, é realizado a cada semestre, constituindo-se num importante e referenciado banco de dados. Suas descobertas, mais do que permitir o autoconhecimento da população da cidade, vêm contribuindo para o campo da publicidade, uma vez que revelam informações que podem colaborar para a realização de estratégias de comunicação e marketing com maior grau de assertividade. O Projeto Focus investiga os mais diferentes e variados assuntos que constituem a vida, a cultura e o dia a dia da população e da cidade, acumulando informações inéditas e atualizadas da população de Blumenau. É uma iniciativa realizada com sucesso e de forma cooperada com empresas, profissionais, professores e estudantes de Comunicação Social. Em suas 14 edições, já pesquisou temas que vão desde os sonhos e objetos de desejo do blumenauense; sua autoimagem; até questões relativas a hábitos de mídia e lazer, percepções sobre os cenários político e econômico nacionais.
Revista Job!	Publicada a cada seis meses, é desenvolvida no âmbito da disciplina Planejamento Visual e Produção Gráfica Publicitária, com integração teórica das disciplinas das áreas temáticas de Redação Publicitária e Produção Publicitária. É um veículo de comunicação impresso que firma um compromisso de contribuição para o desenvolvimento regional da área de comunicação, explicitado pela geração e socialização do conhecimento e, principalmente, pelo poder de agregação de diferentes interesses: da Universidade, em proporcionar a experiência prática aos estudantes; das empresas e outras entidades, caracterizadas como público-alvo, que constituem excelentes interlocutores e resultam em fontes de informação. A Revista Job! foi lançada em 2003 e já foram produzidas 16 edições.
Rinha	Desenvolvida anualmente no âmbito da disciplina Técnicas de Relações Públicas em Publicidade e Propaganda, trata-se de uma gincana acadêmica com abrangência estadual organizada pelos estudantes e professores. A temática das provas inclui técnicas de comunicação e ações sociais de arrecadação de alimentos, que posteriormente são doados para uma instituição filantrópica. Até 2011 já foram realizadas nove edições da Rinha, com a participação de mais de mil estudantes de diferentes instituições de ensino superior de Publicidade de Santa Catarina. Durante a gincana, a troca de informações, a análise e a crítica de experiências são constantes. Destacam-se, nesta atividade, a socialização e a interdisciplinaridade do conhecimento.
Talento Universitário	Desenvolvido anualmente no âmbito da disciplina Técnicas de Relações Públicas em Publicidade e Propaganda, trata-se de um concurso entre acadêmicos de Comunicação do Estado de Santa Catarina que abrange categorias como fotografia, peça gráfica, campanha publicitária, internet, charge, áudio e vídeo. Os trabalhos inscritos são julgados por profissionais do mercado que têm a oportunidade de conhecer talentos em diferentes áreas de atuação. Em sua 17ª edição, o Talento Universitário é um dos mais prestigiados encontros de comunicação do Estado e já envolve todas as instituições de ensino superior que oferecem curso de Publicidade e Propaganda de SC. Recebeu, por duas vezes, o prêmio de melhor evento

	acadêmico no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). Empresas dos mais diversos setores e portes, especialmente de comunicação e marketing, reconhecem-no como a maior exposição de talentos jovens de Santa Catarina.
Comunicação para o Desenvolvimento Social	Projeto de extensão que visa dar assessoria de comunicação para ONGs da região, constitui atividade integrada às áreas temáticas de Criação Publicitária, Estratégias de Comunicação e Produção Publicitária. O envolvimento dos estudantes se dá através do desenvolvimento de campanhas que posteriormente são veiculadas em meios de comunicação da região. O projeto existe desde 2005 e já foram beneficiadas mais de 30 entidades da região como a Casa São Simeão e a Organização Não Governamental (ONG) São Roque.
PLUG IN	Projeto de extensão que visa à produção e veiculação de um programa de televisão. A operacionalização conta com a participação de acadêmicos e professores do curso de Publicidade e Propaganda da FURB. É veiculado semanalmente na FURB TV desde 1998. Dentro de sua concepção, o Plug In trabalha conceitos das áreas temáticas de Redação Publicitária e Produção Eletrônica.
Informação e Cidadania	Projeto de extensão que visa à produção e veiculação de programetes de rádio, contendo informações de interesse comunitário, buscando o exercício da cidadania e melhoria na qualidade de vida da população. Veiculado na FURB FM, integra conteúdos das disciplinas de Redação Publicitária e Produção Publicitária em Rádio.
Republika – Agência Experimental de Publicidade e Propaganda.	Possibilitar ao estudante a vivência real de uma agência de propaganda, favorecendo a indissociabilidade entre teoria e prática é o objetivo da agência. Auxiliar os professores das disciplinas das áreas temáticas Produção Publicitária, Estratégias de Comunicação e Criação Publicitária. A Republika propicia a relação entre o ambiente acadêmico e o mercado profissional, através da produção de materiais de comunicação para a utilização no ambiente interno da Universidade e para entidades sem fins lucrativos. Atua juntamente as disciplinas da área temática de estratégias de comunicação.
Projeto Panorama	Desenvolvido no âmbito da disciplina Estudos do Consumo em Propaganda, o projeto se propõe a criar e manter um banco de dados contínuo acerca do mercado publicitário do Vale do Itajaí, investigando diferentes aspectos: dinâmica do mercado, expectativas/manutenção/desenvolvimento de equipe, atitudes do consumidor frente à propaganda, entre outros aspectos. Essas informações têm origem em diferentes dimensões: consumidor, anunciantes, veículos de comunicação, agências de publicidade, empresas de serviços em comunicação. Nessas dimensões, por sua vez, as informações têm impacto econômico na medida em que darão subsídio aos profissionais para a tomada de decisão, quais sejam geração de emprego, desenvolvimento profissional, manutenção de equipe, prospecção de novas contas, e outras. O Panorama permite, aos profissionais e à academia, conhecer, de fato, o mercado publicitário regional e, a partir deste conhecimento, incidir no seu desenvolvimento. O projeto é pioneiro no mercado publicitário catarinense.

Fonte: CCHC

3.3.8 Portal da Transparência

A Lei nº 12.527, sancionada pela presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem como propósito regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e tornar possível uma maior

participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

A FURB, como instituição de direito público, garante o acesso irrestrito a informações sobre seus atos administrativos por meio do Portal da Transparência. Nesse portal é possível acessar a agenda da Reitoria, bem como obter dados orçamentários da Universidade, acessar as publicações legais, dados funcionais e remuneração dos servidores dentre outros assuntos. Informações que não estejam disponíveis podem ser solicitadas via e-mail arquivocmu@furb.br.

3.3.9 Desenvolvimento da Comunicação com a Sociedade

As propostas de desenvolvimento para a comunicação institucional com a sociedade para o período de vigência deste PDI tomam por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA, e as rupturas identificadas no Planejamento da Reitoria, do colegiado da Reitoria.

Percebendo a importância da comunicação com a comunidade, a Reitoria instituiu por meio da Portaria n. 306/2012 o GT para elaborar a Política Pública de Comunicação da FURB, com representantes das diversas unidades de ensino, do Departamento de Comunicação, CCM, RTV, BU, DCE, Associação de Imprensa do Médio Vale do Itajaí e UFSC. Esse GT formulou a minuta *Política Pública de Comunicação*, que fundamentou a informação como um direito do cidadão e o acesso a ela como uma obrigação das organizações e instituições públicas, priorizando os interesses máximos da sociedade, a democracia, a ética, o respeito ao pluralismo e à diversidade, a transparência, a socialização da informação e do conhecimento, pautando as suas ações na verdade e na real ocorrência dos fatos.

O GT deliberou, também, a criação do Conselho de Comunicação da FURB com diversas atribuições, entre elas a elaboração de um plano de ação de comunicação da Universidade e de uma nova estrutura de comunicação, com a proposta de criação da Secretaria Integrada de Comunicação, subordinada à Reitoria e com duas divisões: RTE e Assessoria de Jornalismo Institucional. O Conselho de Comunicação será órgão consultivo e normativo da comunicação consoante a Política Pública de Comunicação da FURB.

Em 2014, as estruturas RTE e o Jornalismo deverão formular uma proposta de atuação conjunta, passo importante para a criação da Secretaria Integrada de Comunicação.

Quadro 21 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à comunicação com a sociedade

Objetivo XV – Institucionalizar a Política de Comunicação da FURB e consolidar as ações de comunicação com a sociedade						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
63) Institucionalizar a Política de Comunicação da FURB até novembro de 2014	1) Elaborar a proposta de Política de Comunicação a partir de um GT de Comunicação;	GT Institucionalizado	Reitoria	2014	2014	
	2) aprovar, no CONSUNI, a Política de Comunicação Institucional;	Política aprovada	GT de Comunicação/ CONSUNI	2014	2014	
	3) institucionalizar a Secretaria Integrada de Comunicação.	Alteração da Lei	Reitoria	2014	2014	
64) Consolidar ações de comunicação com a sociedade em 2014	1) Ampliar o número de atendimentos em jobs para o público interno da FURB;	Ações de comunicação realizadas.	CCM	2014		
	2) lançar o Guia de Fontes ao público interno e externo da Universidade;		CCM	2014	2014	
	3) concretizar a entrega do Perfil Institucional (Revista FURB), um <i>flyer</i> por curso da FURB (47 diferentes tipos - número de cursos da Instituição);		CCM	2014	2014	
	4) elaborar vídeos para atender as demandas (formaturas, endomarketing, recepção calouros e perfil Institucional);		CCM	2014	2014	
	5) ampliar a produção de informações institucionais para divulgação na RTE FURB.		Jornalismo/RTE	2014	-	
65) Aproximar as ações de comunicação da Universidade com o DCE	1) Elaborar a logomarca do FUCEA 10 para o DCE da FURB;	Logomarca aprovada pelo DCE.	CCM	2014	2014	
	2) divulgar as ações desenvolvidas pelo DCE;	Ações divulgadas	CCM	2014	2014	
	3) realizar parceria na elaboração do FUCEA, com patrocínio institucional de show com banda nacional Titãs.	Show realizado	CCM	2014	2014	
66) Realizar ações inerentes ao aniversário de 50 anos da FURB em 2014	1) Realizar campanha de mídia externa e interna referente aos 50 anos da FURB;	Campanha veiculada	CCM	2014	2014	
	2) realizar evento de entrega de troféus aos ex-reitores e ex-prefeitos da cidade de Blumenau;	Evento realizado	CCM	2014	2014	

	3) realizar evento aos servidores da Universidade (jantar);	Evento realizado	CCM	2014	2014	
	4) realizar evento no dia do trabalhador, junto ao Parque Vila Germânica;	Evento realizado	CCM	2014	2014	
	5) realizar ação de comunicação junto aos semáforos (agradecimento à comunidade por participarem da Universidade);	Ação realizada	CCM	2014	2014	
	6) elaborar o editorial do jornal de Santa Catarina;	Editorial publicado	CCM	2014	2014	
	7) publicar a Revista Digital e impressa - 50 anos;	Revista publicada	CCM	2014	2014	
	8) realizar evento aos estudantes – show com banda nacional.	Show realizado	CCM	2014	2014	
Objetivo XVI – Consolidar as ações do Programa Interação FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
67) Aumentar a aproximação da Universidade com os estudantes e as instituições de ensino médio	1) Ampliar o Programa Interação em número de escolas visitadas (ensino médio);	Número de Escolas Visitadas	CCM	2014	-	
	2) ampliar o número de estudantes abordados com a divulgação da Revista Escolha Certa (elaborada e diagramada pela CCM), no total de 20.000 exemplares;	Número de exemplares distribuídos	CCM	2014	-	
	3) definir estratégias de interação com o público alvo (estudantes do ensino médio) junto ao Facebook e demais mídias interativas.	Estratégias estabelecidas e descritas	CCM	2014	-	
Objetivo XVII – Definir um Plano de Comunicação e Atendimento da PROEN						
68) Definir estratégias e meios e comunicação e práticas e processos de atendimento da PROEN	1) Agendamento com diretores e coordenadores de curso;	Atas das reuniões	PROEN	2014	2014	
	2) atualização da homepage e redes sociais da PROEN;	Homepage e redes sociais atualizadas	PROEN	2014	2016	
	3) acompanhamento das demandas de melhorias no Espaço Físico através do formulário automático AVA;	Demandas acompanhadas	PROEN	2014	2016	
	4) analisar a possibilidade de fixação de salas por turma;	Salas organizadas	PROEN	2014	2016	

	5) aproximação da PROEN com AMMVI e Secretaria Municipal de Educação.	Aproximação realizada	PROEN	2014	2016	
69) Ampliar a publicidade das ações dos projetos especiais Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), PARFOR, PET, Novos Talentos, entre outros) em 2014	1) Ampliar a forma de comunicação das ações dos projetos especiais, com a comunidade interna e externa da FURB		PROEN/ CCM	2014	-	
Objetivo XVIII – Consolidar as ações da Ouvidoria						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
70) Institucionalizar o Processo Ouvidoria	1) Descrever o processo de atendimento da Ouvidoria (recepção das demandas, encaminhamentos, registros, avaliação);	Processo mapeado	Ouvidoria/ Escritório de Gestão de Projetos (EGP)	2014	-	
	2) dar publicidade ao Regimento Interno da Ouvidoria;	Regimento da Ouvidoria publicado	Ouvidoria/ EGP	2014	-	
	3) adequar a ferramenta tecnológica de registros recebidos pela Ouvidoria (geração de relatórios de desempenho).	Ferramenta disponibilizada	Ouvidoria/ DTI	2014	-	
71) Monitorar e avaliar, semestralmente, a efetividades das ações e encaminhamentos da Ouvidoria	1) Melhorar a infraestrutura tecnológica da Ouvidoria (protocolo de ocorrências e de solução e relatórios)		Ouvidoria/ DTI	2014	-	
Objetivo XIX – Fortalecer o compromisso com a transparência nos processos e atos institucionais						
72) Ampliar a transparência nos processos e atos institucionais	1) Divulgar as decisões colegiadas através das atas das reuniões;	Atas registradas no sistema de gerenciamento eletrônico de documentos (DOCS)	Colegiados	2014	2014	
	2) disponibilizar o resultado de licitações no portal da transparência da FURB;	Resultados disponíveis	PROAD/ DAM/ DTI	2014	2014	
	3) manter objetivos, metas e ações da DAM atualizados no Sharepoint.	Software atualizado	PROAD/ DAM/ EGP	2014	2014	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.4 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES¹¹

A FURB disponibiliza um conjunto de serviços específicos que contribuem para a integração social, acadêmica e profissional dos estudantes.

3.4.1 Divulgação dos cursos da FURB

A FURB é uma das mais representativas instituições de ensino superior do sul do Brasil, ofertando cursos de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu* (mestrado e doutorado). A comunidade acadêmica é composta por aproximadamente 14.000 pessoas, sendo que dessas, 12.000 são discentes.

Os cursos e ações da Universidade são divulgados por meios eletrônicos, digitais e impressos, presentes na comunidade também por meio da constante atualização de seu site e na transmissão de informações por meio das mídias sociais. A Universidade conta também com programas que proporcionam orientação profissional, pela realização de ações diretas nas escolas de ensino médio de Blumenau e região. Essas ações acontecem por meio de palestras, visitas e entrega de materiais de divulgação, conforme já descritos anteriormente.

3.4.2 Interação FURB

O Interação é um programa desenvolvido na Universidade, dirigido aos estudantes da educação básica, com o objetivo de apresentar os cursos ofertados pela FURB e auxiliá-los na escolha da sua carreira profissional, com ações organizadas por professores e discentes, possibilitando interagir com as mais diversas áreas de atuação.

O programa compreende o Interação FURB, Interação Júnior e o Interação Kids. No ano de 2013, a FURB recebeu 7.200 inscrições de estudantes do ensino médio de escolas de diversas cidades do Vale do Itajaí.

3.4.3 Formas de ingresso no ensino superior na FURB

Os processos de ingresso na graduação são regulamentados por editais que, dentre os critérios para o ingresso, exigem, por parte do candidato, a conclusão de ensino médio ou equivalente. Existem diferentes formas de acessar o ensino superior na FURB, conforme quadro 22:

¹¹ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Parecer nº 12/2014 ao Processo nº 11/2014.

Quadro 22 - Processos de ingresso no ensino superior na FURB

Forma de Ingresso	Descrição	Regulamentação
Vestibular	Aberto aos portadores de certificado de conclusão do ensino médio, o vestibular é a principal forma de ingressar nos cursos de graduação. As inscrições são pela internet e as provas acontecem em junho e dezembro de cada ano, em várias cidades catarinenses, como também em Curitiba e Porto Alegre. Há cursos que permitem ingresso somente via vestibular.	Edital ACADE
ENEM	É o acesso por meio do boletim de desempenho no ENEM, o qual é um exame individual realizado em todo o Brasil, com o objetivo de avaliar os conhecimentos dos estudantes que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio. É válido somente para alguns cursos, conforme edital específico.	Edital ENEM
Histórico Escolar	Está aberto aos portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente ou diploma de curso superior devidamente reconhecido. É válido apenas para alguns cursos. Trata-se de um edital específico, por meio do qual se divulgam as datas e os procedimentos normativos para inscrição, seleção e matrícula de ingressantes nos cursos de graduação da FURB, oferecidos em regime regular.	Edital Processo Seletivo Especial, da PROEN.
Acesso FURB	O candidato pode se matricular no curso com vagas disponíveis. As inscrições e matrículas (por ordem de chegada) são abertas para o Acesso FURB - com publicação da lista de cursos com vaga - logo após a realização das matrículas dos candidatos aprovados no Vestibular FURB, Histórico Escolar e Enem.	Para se inscrever e realizar matrícula, o candidato deve comparecer no período previsto, na Praça de Atendimento ao Estudante (Bloco A, Campus 1).
Reingresso	É a forma, destinada ao estudante da FURB, de retornar os estudos no mesmo curso em que houve a desistência.	Publicação semestral e/ou anual. Edital de solicitação de vagas (complementação) da PROEN, pelo qual são divulgadas as datas e os procedimentos normativos para a complementação de vagas para os cursos de graduação da FURB, oferecidos em regime regular.
Reingresso por transferência interna	É a forma, destinada ao estudante da FURB, de retornar os estudos em outro curso , diferente daquele do qual desistiu.	
Transferência Externa	Destinada a estudantes regularmente matriculados no semestre letivo ou com matrícula trancada em um curso de graduação de outra IES que desejam ingressar em um dos cursos de graduação oferecidos pela FURB, na forma da legislação vigente.	
Transferência Interna	Destinada a estudantes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em um curso de graduação da FURB que desejam trocar de curso (ou turno) na Instituição.	
Diplomado	Destinado a candidatos com diploma de curso de graduação, devidamente reconhecido na forma da legislação vigente, que desejam ingressar em outro curso de graduação, sem necessidade de realizar novo vestibular.	Publicação semestral e/ou anual. Edital de solicitação de vagas (complementação) da PROEN, pelo qual são divulgadas as datas e os procedimentos normativos para a complementação de vagas para os cursos de graduação da FURB, oferecidos em regime regular.
Aluno Especial	Aluno especial é aquele matriculado em disciplina(s) isolada(s) dos cursos de graduação da FURB, com vistas à obtenção de certificado de aprovação em disciplina, não caracterizando vínculo com nenhum curso de graduação. Está aberto aos portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente ou diploma de curso superior devidamente reconhecido.	

A recepção e integração dos calouros, as quais ocorrem nos dois períodos de ingresso anual e possibilitam que os novos estudantes conheçam a estrutura da Universidade, está regulamentada pela Resolução nº 004/2014, de 29 de janeiro de 2014. Nessa oportunidade, a Pró-Reitoria de Ensino e as Unidades Universitárias orientam os ingressantes sobre aspectos acadêmicos e demais programas institucionais. Essa Resolução, em seu segundo artigo, também regulamenta a questão do trote, ficando proibidas atividades que “possam implicar em constrangimento, humilhação, zombaria, violência ou agressão física, moral ou psicológica, dentro ou fora dos campi da FURB”.

No período de vigência deste PDI, a PROEN pretende definir um projeto de atendimento e relacionamento com os estudantes, de modo especial para a recepção e integração dos calouros, em conjunto com os diversos setores da Universidade, de modo a qualificar suas práticas e difundir os canais de comunicação entre os estudantes e a FURB.

3.4.4 Assuntos estudantis e estímulos à permanência

A FURB possibilita aos seus discentes o acesso a diversos programas de apoio e serviços que contribuem e estimulam sua permanência na Universidade. Mediante a concessão de bolsas e descontos nas mensalidades, tais programas são coordenados e acompanhados pela CAE, órgão da administração superior responsável pela elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos estudantes, em parceria com outras Unidades da Instituição.

O apoio aos discentes abrange vários programas, projetos e benefícios, os quais podem ser acessados, em sua maioria, pelo cadastro socioeconômico, forma pela qual o acadêmico comprova que se encontra com dificuldades financeiras, podendo inscrever-se para concorrer ao recebimento de bolsas nos seguintes programas:

- a) bolsas de estudo: Artigo 170; Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) - Artigo 171 e FUNDOSOCIAL;
- b) bolsas de pesquisa: PIPE/Artigo 170;
- c) estágio interno.

É condição para acesso aos programas estar matriculado e atender aos requisitos e às disposições de cada edital específico, assim como do edital de cadastro socioeconômico lançado semestralmente.

3.4.4.1 Programas de apoio financeiro

As bolsas de estudo são recursos destinados ao custeio de parte das mensalidades dos discentes economicamente carentes, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 23 – Programas de apoio financeiro (bolsas de estudo)

Programa	Descrição	Regulamentação
Artigo 170	As bolsas de estudo do Artigo 170 são recursos destinados ao custeio de parte das mensalidades de acadêmicos economicamente carentes, que foram aprovados no Cadastro Socioeconômico e obtiveram os mais baixos índices de classificação (pontuação) dentro dos limites estipulados em Edital. Os percentuais podem variar de 25% a 100% das mensalidades, desde que não ultrapasse o limite de 30 créditos financeiros por bolsa. As bolsas provenientes do Art. 170 são gerenciadas pela FURB e mantidas com recursos provenientes do orçamento do Estado.	Artigo 170 da Constituição Estadual e Lei Complementar nº 281/2005 e Lei Complementar nº 296/2005. Obs.: Universitário cidadão - beneficiados com esse programa devem cumprir 20 horas semestrais de atividades de extensão.
Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) - Artigo 171	O programa de bolsas do FUMDES prevê a concessão de bolsas de estudo a estudantes economicamente carentes com verbas do Governo do Estado. O valor da bolsa de estudo corresponde à mensalidade integral do estudante selecionado (matrículas e mensalidades). O valor máximo da bolsa não pode superar 02 salários mínimos. A bolsa será concedida pelo prazo de duração do curso em que o estudante selecionado estiver matriculado.	Cadastro socioeconômico
FUMDES – Artigo 171 - Licenciatura	O FUMDES, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, é o programa do governo do Estado para fomentar o desenvolvimento e as potencialidades regionais. As vagas são destinadas prioritariamente aos professores em exercício nos sistemas públicos de ensino, sem formação em nível superior.	Edital específico para cada curso
Programa de Bolsas de Estudo do Fundo de Desenvolvimento Social (FUNDOSOCIAL)	O FUNDOSOCIAL prevê a concessão de bolsas de estudo integrais a estudantes com “absoluta incapacidade de pagamento” pela aquisição de vagas remanescentes junto às Instituições de Ensino Superior. O valor da bolsa de estudo corresponde à mensalidade integral do estudante selecionado (considerando matrículas e mensalidades) e a bolsa será concedida pelo prazo de duração do curso em que o estudante selecionado estiver matriculado.	Cadastro socioeconômico

Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE)	O PROESDE, do Governo Estadual, objetiva promover a melhoria das regiões pela educação superior, a partir de cursos de graduação estratégicos para o desenvolvimento regional. O valor da bolsa de estudo é de 70% sobre o valor da mensalidade integral (matrícula e mensalidades) em 2013 e 100% do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional, carga horária total de 200 horas, ministrado aos sábados e cuja participação é obrigatória.	Edital específico
40% Pedagogia, Matemática, Serviço Social e Ciências Sociais (FURB)	Esse programa incentiva a demanda pelos cursos de formação de professores e de demanda social e concede bolsa de estudo de 40% do valor das mensalidades para os cursos de Pedagogia, Matemática, Serviço Social e Ciências Sociais.	Para participar, não é necessário fazer a inscrição no cadastro socioeconômico; o benefício é concedido automaticamente a partir da matrícula até a conclusão do curso - desde que seja atendida a Resolução nº 33/2009.

Fonte: CAE

Além das bolsas de estudo, a FURB conta com outras modalidades de bolsas de pesquisa e apoio, que se acessam por meio da participação do discente em atividades e projetos de pesquisa, extensão, estágio, monitoria, entre outras, conforme quadro 24:

Quadro 24 – Programas de apoio financeiro (bolsas diversas)

Programa/ Bolsas	Descrição	Regulamentação
PIBIC/ CNPq	São 51 bolsas pagas pelo CNPq. Os projetos têm duração de 12 meses e iniciam em agosto de cada ano. No PIBIC/CNPq o estudante deve dedicar-se apenas às atividades acadêmicas, sendo vedada a realização de outras atividades como estágio, monitoria ou emprego. Para atuar nesse programa o estudante não precisa ter cadastro socioeconômico.	Editais
PIBIC/ FURB	São 40 bolsas com recursos próprios. Os projetos têm duração de 12 meses e iniciam em agosto de cada ano. No PIBIC/FURB o estudante pode acumular as atividades de pesquisa com um estágio remunerado, desde que tenha a anuência do orientador. Para atuar nesse programa o estudante não precisa ter cadastro socioeconômico.	Editais
PIBITI/ CNPq	São 11 bolsas pagas pelo CNPq. Nesse programa os projetos devem estimular os estudantes ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação; eles têm duração de 12 meses e iniciam em agosto de cada ano. No PIBITI/CNPq o estudante deve dedicar-se apenas às atividades acadêmicas, sendo vedada a realização de outras atividades como estágio, monitoria,	Editais

	emprego etc. Para atuar nesse programa o estudante não precisa ter cadastro socioeconômico.	
PIPE/Artigo 170)	No Programa de Incentivo à Pesquisa, a FURB possui aproximadamente 70 bolsas que são pagas pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Os projetos têm duração de 10 meses e iniciam em março de cada ano. No PIPE/Artigo 170 o estudante pode atuar em outras atividades além da bolsa de IC, desde que tenha a anuência do orientador.	Para atuar nesse programa o estudante precisa ter cadastro socioeconômico aprovado e com pontuação menor ou igual ao limite determinado pela CAE para bolsas de IC.
Bolsa de pesquisa de projeto aprovado (com bolsa) em agência de fomento	Formalização e cadastramento de estudantes que realizam atividades de pesquisa e recebem bolsa por meio de projeto de pesquisa aprovado em agência de fomento, empresa, etc. Essa formalização permite a contratação de um seguro contra acidentes pessoais durante a vigência do projeto. A vigência da bolsa é indicada pelo coordenador do projeto e deve obedecer à vigência do projeto. A dedicação do estudante às atividades de pesquisa deve ser acordada com o coordenador do projeto. Se os recursos financeiros do projeto são geridos pela FURB, o coordenador do projeto deve solicitar à PROPEX o pagamento da bolsa e deve comunicar, imediatamente, qualquer mudança ocorrida na equipe de bolsistas do projeto.	Agência de fomento determina as regras de concessão de bolsa
Programa de Bolsas de Extensão	São 40 bolsas para participação em projetos de extensão comunitária (de relevância social, ambiental, cultural ou econômica) que permitem a redução dos valores das mensalidades para os acadêmicos.	Resolução nº 24/2004
Bolsas de Extensão: Esportes	O projeto de incentivo ao esporte amador é voltado, simultaneamente, para o benefício da comunidade e para a formação de equipes competitivas, a partir da parceria entre a FURB e a Fundação Municipal de Desportos (FMD) de Blumenau. Oferecer bolsas de graduação e ensino médio aos atletas que integram as equipes.	Resolução nº 22/2012
Bolsas de Extensão: Cultura	As atividades dos acadêmicos instrumentistas, cantores, bailarinos e artistas dos grupos estáveis de produção artística (Camerata de Vilões, Orquestra, Coro, Grupo Folclórico de Danças Alemãs, Grupo de Teatro Phoenix e Orquestra)	Resolução nº 93/2004
Estágio Interno	Alternativa de aprendizado prático, especialmente para os acadêmicos que não têm experiência no mercado de trabalho, e também uma forma de obter desconto nas mensalidades. Os estagiários desenvolvem atividades	Podem participar desse programa, os estudantes matriculados na FURB, que atendam aos requisitos das vagas – publicadas na página dos Classificados da FURB – e a legislação que regulamenta o

	técnicas nos diversos setores da FURB. O valor da bolsa é de 16 créditos financeiros mensais, descontados diretamente das mensalidades e auxílio transporte.	programa. O tempo máximo de permanência como estagiário é de 02 anos.
Estágio interno no Serviço Judiciário	Estágio interno, exclusivo para os acadêmicos de Direito, desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ/FURB). É uma alternativa de aprendizado prático das rotinas de um escritório de advocacia, unindo a prática à teoria. O valor da bolsa é de 16 créditos financeiros mensais, descontados diretamente das mensalidades, e auxílio transporte.	Podem participar desse programa, os estudantes matriculados no curso de Direito da FURB, que atendam aos requisitos das vagas – publicadas na página dos Classificados da FURB – e à legislação que regulamenta o programa. O tempo máximo de permanência como estagiário é de 02 anos.
Programa Novos Valores	O Programa Novos Valores do Governo do Estado, é uma forma de estágio não obrigatório e tem a finalidade de assegurar oportunidade de aprendizado para inserção no mercado de trabalho do estudante residente no Estado de Santa Catarina e matriculado em curso regular de ensino médio, educação profissional, ensino superior e educação especial, a partir dos 16 anos de idade.	Decreto 781, de 25 de janeiro de 2012 (Governo do Estado de SC)
Programa de Educação Tutorial (PET) – Biologia	Promove a formação ampla e de qualidade dos participantes, estimulando a melhoria do ensino de graduação, fornecendo uma formação acadêmica de excelente nível de qualificação, científica e criticamente, para a atuação acadêmica e/ou profissional futuras. Os bolsistas do PET desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão durante 20 horas semanais e recebem bolsa mensal no valor de R\$ 360,00, paga diretamente ao bolsista. O programa é financiado pelo MEC e Secretaria de Educação Superior (/SESu.)	A seleção é feita por meio de edital específico – envolvendo entrevista, dinâmica de grupo, análise de currículo, dentre outros – e é exclusiva para estudantes de Ciências Biológicas.
PET Saúde	Destinado aos acadêmicos dos cursos da Saúde e Serviço Social, buscando a melhoria do atendimento e da formação de graduação na saúde. Os bolsistas do PET Saúde atuam em atividades de pesquisa e extensão junto à equipe de saúde e comunidade durante 20 horas semanais e recebem bolsa mensal no valor de R\$ 360,00, paga diretamente ao bolsista. O programa é financiado pelo MEC e Ministério da Saúde (MS).	A seleção ocorre internamente.
Bolsas do PIBID	O programa incentiva a formação de docentes em nível superior para a educação básica, concedendo bolsas de iniciação à docência para estudantes regularmente matriculados nos cursos de licenciatura da FURB.	A seleção do PIBID é regulamentada por edital específico.
Bolsas de Monitoria	Objetiva ampliar a interação entre professores e acadêmicos no processo ensino-aprendizagem, bem como	O concurso é regulamentado por edital específico.

	oportunizar ao acadêmico aprofundamento de estudos e complementação da formação acadêmica. O monitor deve dispor de 4 horas diárias para as atividades, recebendo bolsa de 24 créditos financeiros mensais descontados diretamente das mensalidades.	
Bolsas no Laboratório de Computação Científica (LCC)	É um programa semelhante ao de monitoria, porém direcionado somente aos acadêmicos das engenharias, arquitetura e design. Os bolsistas no LCC realizam atividades durante 4 horas diárias e recebem bolsa de 24 créditos financeiros mensais, descontados diretamente das mensalidades.	Para participar da seleção para as vagas, o acadêmico deve atender às normas determinadas em edital lançado pelo CCT.
Desconto Fidelidade	Benefício concedido ao estudante da graduação ou pós-graduação que concluiu o ensino médio na ETEVI ou curso superior na FURB e também ao que possui parentes em primeiro grau estudando atualmente na ETEVI ou na FURB.	Resolução nº 135/2001
Bolsas de pesquisa para pós-graduação	São bolsas de pesquisa previstas para os programas <i>stricto sensu</i> ofertados pela FURB e pela CAPES (bolsas de demanda).	Resolução nº 56/2008
	Dispõe sobre a gratuidade em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de mestrado, ofertados pela FURB, para estudantes da Instituição com o melhor desempenho no ENADE.	Resolução nº 93/2013

Fonte: FURB

Cabe destacar que as bolsas de monitoria, além de fomentar a permanência de estudantes com dificuldades financeiras, constituem um serviço essencial e fundamental para a permanência de outros estudantes, tais como aqueles que possuem dificuldades de aprendizagem ou superdotação, para que, com esse apoio, possam avançar em seus estudos na Instituição.

No quadro 25 são descritas as formas de financiamento estudantil:

Quadro 25 – Programas de apoio financeiro (financiamento estudantil)

Programa/ Bolsas	Descrição	Regulamentação
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	O FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar as mensalidades de estudantes que não tenham condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. Atualmente o FIES é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	Acessar o SisFIES e informar os dados solicitados. Validar suas informações na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA), em sua instituição de ensino. Comparecer a um agente financeiro do FIES. (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil).

Credito Educativo Municipal (CREDUC)	O CREDUC é um financiamento estudantil instituído pela Lei Municipal nº 6.844/2005, com os recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Blumenau (PMB).. Destina-se a financiar até 70% do valor da semestralidade dos estudantes dos cursos de graduação da FURB.	Lei Municipal nº 6.844/2005
--------------------------------------	---	-----------------------------

Fonte: DAF/ PROAD

A FURB firmou, ainda, convênio com a CAPES no PARFOR. Este, na modalidade presencial, é um programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III, do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, implantado em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior. Tem como objetivo induzir e fomentar a oferta de educação superior gratuita e de qualidade para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que esses profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no país. Para concorrer à vaga nos cursos ofertados, os professores devem: a) realizar seu cadastro e pré-inscrição na Plataforma Freire; b) estar cadastrado no Educacenso¹² na função docente ou tradutor intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) na rede pública de educação básica; e c) ter sua pré-inscrição validada pela Secretaria de Educação ou órgão equivalente a que estiver vinculado.

Além disso, uma alternativa implantada no Processo de Contas a Receber, com objetivo de reduzir a inadimplência e ajudar o estudante com dificuldade financeira, é o Programa de Conta-Corrente, no qual o acadêmico pode pagar, no mínimo, 50% das mensalidades (exceto a matrícula) durante o semestre, e ao final deste, pagar o saldo devedor, ou, ainda, negociá-lo conforme os critérios da Instituição.

3.4.4.2 Programa de inclusão e permanência acadêmica (PIPA)

A FURB presta assistência aos seus discentes por meio de ações que estimulem sua permanência e minimizem as dificuldades passíveis de interferir no processo de aprendizagem. Um desses programas é o PIPA, cujo objetivo é instituir e garantir ações

¹² O Educacenso é um sistema on-line que visa manter um cadastro único em uma base de dados centralizada no Inep de: escolas, turmas, alunos, docentes/ auxiliares de educação infantil, profissionais/ monitores de atividade complementar, possibilitando maior rapidez na atualização das informações, por utilizar diretamente a Internet.

integradas de apoio às demandas e necessidades estudantis que representem riscos potenciais ou efetivos à sua inclusão e ou prosseguimento nos cursos da Universidade.

São atendidos pelo PIPA discentes em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social, com deficiência e/ou outras demandas que exijam a ação da Universidade no sentido de garantir sua permanência e sucesso. Atendendo às diretrizes do MEC, o PIPA, composto atualmente por profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia, prevê o acolhimento, a avaliação e a proposição de alternativas e/ou recursos para esses acadêmicos, bem como seu acompanhamento, além da orientação e qualificação da atuação docente e técnico-administrativa da Universidade.

O PIPA está organizado em duas vertentes: o apoio psicossocial ao estudante e o AEE, de acordo com o quadro 26:

Quadro 26 – PIPA

Ações	Objetivos
Apoio Psicossocial ao Estudante	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer acolhimento e escuta qualificada às demandas estudantis; • elaborar, quando necessário, os Planos de Inclusão e Permanência Estudantil, instrumento destinado ao planejamento de ações a partir das particularidades apresentadas por cada estudante; • interagir com a rede de apoio primário do estudante, mobilizando-a como importante recurso nas ações executadas; • oferecer apoio aos segmentos estudantis que enfrentam problemas pessoais prejudiciais a sua convivência e permanência na Universidade; • construir referência institucional de apoio psicossocial aos estudantes.
AEE	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar ações voltadas a atender às necessidades dos estudantes com deficiência, disponibilizando e organizando recursos humanos e materiais demandados; • interagir com a rede de apoio primário do estudante, mobilizando-a como importante recurso nas ações executadas; • construir referência institucional de apoio especializado aos estudantes; • ofertar ações que promovam a acessibilidade e atendam ao público-alvo da educação especial.

Fonte: CAE

3.4.5 Organização Estudantil

A representação acadêmica na FURB surgiu com as primeiras turmas da Faculdade de Ciências Econômicas, já instituída como Diretório Acadêmico (DA), atrelado à Diretoria.

A preocupação da maioria dos universitários da FURB, apesar de alguns militarem pelas questões nacionais, estava mais na base da estrutura física dos DAs – uma sede única

que os organizasse no mesmo espaço – e num espaço de convivência social para os estudantes – o Restaurante Universitário (RU). Tais reivindicações tornaram-se a preocupação comum dos vários grupos acadêmicos, fazendo com que deixassem de lado as diferenças políticas e ideológicas durante a realização de tal projeto. Ambas as reivindicações acabaram se concretizando em 1974, quando uma casa de dois andares próxima à atual Biblioteca foi construída, sendo que na parte térrea funcionava o RU (com autonomia e administrado pelos acadêmicos). Essa sede foi construída com recursos dos próprios diretórios no decorrer dos anos; o prédio sofreu alterações/adaptações, até ser demolido em 2003.

Apesar disso, a instalação da Associação dos Diretórios Acadêmicos não foi tão fácil e descomplicada, inicialmente vista com desconfiança pela Reitoria, visto que a estratégia prevista pelas medidas do regime militar com reflexos na Fundação dava ênfase à descentralização dos estudantes, e não em sua concentração, reunindo todos os DAs das Faculdades num mesmo espaço.

O DCE surgiu dessa reunião dos DAs e ganhou legalidade e corpo jurídico em 1976. O Festival Universitário da Canção (FUC), criado em 1975, passou a ser a grande válvula de escape para manifestações contra a ditadura e a favor da democracia e da abertura política, tornando o FUC uma espécie de evento-manifestação camuflado, visto a letra das músicas estarem sujeitas à censura federal. Tais festivais ocorreram durante a segunda metade dos anos 70 até meados da década de 80, sendo que nos anos 90 praticamente não se realizou nenhum evento semelhante, voltando ao calendário recentemente.

O movimento estudantil da FURB começou já pelo estigma dos DAs sob a tutela da Reitoria e atrelados ao MEC, ou seja, sem autonomia, por força do contexto da ditadura militar, só conseguindo sua autonomia em 1979, através da Lei 6.680/79 do MEC e Resolução 06/79 da FURB, que previa eleições diretas para o DCE.

Somente no início dos anos 80, o movimento estudantil na FURB adquiriu um aspecto mais combativo. Muito disto se deve à crescente tendência em todo o país para a abertura política e redemocratização. Por outro lado, a FURB cresceu ainda mais institucionalmente e abriu novos cursos, aumentando seu orçamento que precisava cada vez mais de estudantes pagantes para incrementar sua receita. O resultado, somado à crise econômica que se seguiu ao desastre “Milagre Brasileiro” e à crise do petróleo no mundo todo, foi o aumento das mensalidades em índices insuportáveis para muitos estudantes, causando muitas greves e boicotes promovidos pelo DCE.

As reivindicações do DCE nos anos 80, até o reconhecimento da FURB como Universidade em 1986, foram manifestadas com mais garra e vontade que nos anos 70, mas a

grande maioria não foi atendida. Pior, perderam a grande conquista dos anos 70, o RU, devido à suposta má administração dos representantes acadêmicos do DCE em 1979, fazendo com que o restaurante passasse a ser administrado pela Reitoria e funcionasse com licitação pública a partir de 1980.

Outra das reivindicações foi à luta pela estabilização ou federalização da FURB para que o ensino fosse gratuito, a qual também nunca foi atendida. Já em meados dos anos 70, a própria Reitoria enviou um processo de federalização para Brasília, sem resultados favoráveis ao pedido.

Diante de todas as tentativas frustradas para tornar o ensino universitário na FURB gratuito, a questão do aumento das mensalidades passou a ser a bandeira de luta mais utilizada pelos acadêmicos. O período de negociações do referido aumento era cercado de tensões e conflitos entre o DCE e a Reitoria, causando alguns exaltados boicotes ao pagamento das mensalidades.

Outro momento em que os vários grupos acadêmicos se juntaram foi durante o reconhecimento da FURB como Universidade, em 1986. Desde o início dos anos 80, o DCE em suas manifestações pela abertura política, pedia eleições diretas para Reitor, ou seja, com a participação de todos os estudantes. Quando ocorreu a redemocratização em 1985, diante do fracasso das “Diretas Já” para a presidência nacional, os acadêmicos se empenharam ainda mais em manifestações pela eleição direta para Reitor. Com o processo de reconhecimento da Universidade sendo discutido nas reuniões da Reitoria, os representantes acadêmicos, em conjunto com alguns professores da oposição e representantes dos funcionários, conseguiram que nos novos estatutos da FURB fosse incluída a votação direta.

Em 1992, o DCE da FURB participou de passeata do movimento “Fora Collor”. Essas manifestações fizeram acreditar que a geração “cara pintada”, como foi apelidada pela imprensa, traria um ressurgimento dos movimentos estudantis.

Tal como define Roberto Diniz Saut, primeiro presidente do DCE, ao dizer que “até a própria UNE hoje no Brasil não consegue mobilizar o estudante para determinadas bandeiras, a não ser na radicalidade de uma necessidade tão grande e social que emerge o movimento.”¹³

¹³ SAUT, Roberto Diniz. *Entrevista concedida a Liane Kirsten Sasse*. Blumenau, 20/08/2001.

3.4.5.1 DCE

O DCE é a entidade máxima de representação estudantil dentro da Universidade, cabendo-lhe: diligenciar no aperfeiçoamento do nível de ensino, apresentando sugestões que visem ao melhor aproveitamento dos discentes; assegurar ao corpo discente meios para a realização de programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; atender aos anseios dos acadêmicos, desempenhando seu papel nos órgãos colegiados da FURB, como o CEPE, o CONSUNI e demais conselhos.

Por intermédio de indicações, o DCE participa de reuniões de comissões e sessões de conselhos institucionais na discussão e solução de assuntos de suma importância, como repasse das verbas públicas, negociação de mensalidades, autoavaliação institucional, atualização do PDI, entre outros.

Em 2012, após estudos e debates detalhados do Estatuto Social do Diretório Central do Estudante, diante da necessidade de modernização do mesmo, inclusive para adequação às regras do Código Civil de 2002, diante da impraticabilidade do cumprimento das disposições vigentes (estabelecidas no ano 1976), seja pela inexistência do órgão denominado “Conselho Deliberativo”, seja por conta da obscuridade da redação e das lacunas verificadas sobre as regras para alteração estatutária, convocou-se uma assembleia geral extraordinária no dia 26 de outubro para aprovar as alterações do novo Estatuto Social.

Ao longo dos anos o DCE tem promovido diversas ações que contemplam os estudantes, tais como o ressurgimento dos festivais da canção, com a denominação alterada para Festival Universitário da Canção, Cultura e Arte (FUCCA). O DCE também se faz presente, por meio de representações, em discussões junto aos conselhos universitários, comissões, ações culturais, como a Terça Cultural e as Geladeirotecas, entre outras. Também mobilizaram os estudantes nos movimentos em prol da federalização da FURB e na reformulação do edital para o RU, concretizado em 2014.

3.4.5.2 Os Centros Acadêmicos (CA) e Diretórios Acadêmicos (DA)

Cada curso de graduação da Universidade possui um CA ou um DA. Essas instâncias, formadas unicamente por discentes, representam os estudantes do seu respectivo curso perante o Colegiado de Curso, o Colegiado do Departamento ao qual o curso está vinculado e sua Unidade Universitária (Centro). Elas contribuem, também, na formação acadêmica, pelo planejamento e execução de Jornadas ou Semanas Acadêmicas ligadas à sua área.

3.4.6 Intercâmbios¹⁴

A FURB mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior. Buscando promover a inovação, a sustentabilidade, a cultura, o bem-estar social, a qualificação e a atualização do conhecimento, a Universidade desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras por meio de programas de intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas.

3.4.7 Acompanhamento dos Egressos

Em 2005 foi implantada a Central de Ex-Alunos da FURB, com o objetivo de manter uma comunicação permanente com os estudantes egressos da graduação, oferecendo benefícios e vantagens para reatar ou manter o vínculo com a Universidade.

Para se associar à Central de Ex-Alunos, e ter seu cartão de associado, é necessário pagar o valor de meio crédito financeiro vigente na data da associação, sendo necessária a renovação a cada 06 meses. O egresso associado tem direito aos seguintes benefícios:

- a) acesso ao acervo da BU, com empréstimo de até 02 obras pelo prazo de 07 dias;
- b) desconto de 5% em curso de pós-graduação em nível de especialização;
- c) desconto de 5% em curso de curta duração na EDECON da FURB;
- d) desconto de 20% em curso de língua estrangeira no FURB Idiomas;
- e) acesso exclusivo às vagas de emprego e estágio dos Classificados FURB oferecidas por empresas interessadas em contratar profissionais formados pela Universidade;
- f) acesso à postagem de anúncios de compra e venda nos Classificados FURB.

A FURB mantém, ainda, a comunicação permanente com seus estudantes egressos, divulgando cursos de formação continuada ou de pós-graduação. Na participação desses ex-estudantes são concedidos descontos nas mensalidades, dependendo do curso pretendido.

¹⁴ As propostas institucionais para internacionalização e mobilidade são abordadas no capítulo 3.2 desse PDI.

Quadro 27 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao relacionamento com os estudantes

Objetivo XX – Consolidar o relacionamento institucional com seus discentes egressos						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
73) Promover relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos	1) Institucionalizar uma Política de Acompanhamento dos Egressos FURB;	Política aprovada no CONSUNI.	Reitoria	2014	2015	
	2) criar uma base de dados com informações atualizadas dos egressos;	Base de dados consolidada.	CCM	2014	2015	
	3) institucionalizar um canal de comunicação entre a FURB e os seus egressos.	Canal de comunicação institucionalizado.	CCM	2014	2015	
Objetivo XXI – Garantir a acessibilidade aos servidores e discentes com necessidades especiais						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
74) Consolidar as ações de acessibilidade em 2014	1) Institucionalizar a Política de Acessibilidade dos espaços físicos;	Política aprovada no CONSUNI	COPLAN/ CAE/ PROEN/ DAC	2014	2014	
	2) acompanhar as necessidades/dificuldades dos discentes que possuem deficiências;	Necessidades mapeadas	CAE/ PROEN	2014	-	
	3) adequar as ações da PROEN e da CAE às necessidades e exigências da comunidade universitária em termos de acessibilidade e disponibilidade dos serviços;	Ações adequadas	CAE/ PROEN	2014	-	
	4) envolver os cursos de graduação na busca de soluções e alternativas que apoiem a permanência dos acadêmicos com deficiências.	Número de projetos dos cursos relacionados à acessibilidade	CAE/ PROEN	2014	-	
Objetivo XXII – Consolidar as ações de atendimento ao estudante						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
75) Consolidar o Projeto de Recepção de Calouros, em 2014	1) Definir o projeto para a recepção e integração dos calouros da FURB;	Projeto institucionalizado	PROEN	2014	2014	
	2) disponibilizar material e treinamento para as coordenações dos cursos;	Coordenadores de curso capacitados	PROEN	2014	2014	
	3) divulgar para a comunidade universitária etapas e procedimentos da recepção.	Divulgação realizada	PROEN	2014	2014	

76) Institucionalizar o PIPA	1) Reativar o GT HumanizaFURB para discutir e implantar a Política Institucional de Inclusão;		PROEN/CAE	2014	-	
	2) institucionalizar a Política Institucional de Inclusão Social;	Política aprovada no CONSUNI	PROEN/CAE	2014	-	
	3) regulamentar o PIPA;	Programa institucionalizado	PROEN/CAE	2014	2014	
	4) implantação do trabalho de AEE;	AEE institucionalizado	PROEN/CAE	2013	-	
	5) implantação da Política de atendimento aos temas transversais;	Política institucionalizada	PROEN/CAE	2014	-	
	6) regulamentar o serviço de interprete de LIBRAS;	Serviço regulamentado	PROEN/CAE	2014	2014	
	7) elaborar protocolo de encaminhamento para o serviço de AEE aos docentes e coordenadores;		PROEN/CAE	2014	2014	
	8) formação semestral aos docentes que lecionam em turmas com estudantes deficientes;	Docentes capacitados	PROEN/CAE	2014	2015	
	9) formação em LIBRAS aos estudantes surdos.	Formação institucionalizada	CAE	2014	2015	
77) Institucionalizar a Política de Ingresso e Permanência (acompanhamento) discente	1) Estabelecer uma política de ingresso e permanência dos discentes na FURB;	Política institucionalizada	PROEN	2014	2014	
	3) ampliar as vagas de ingresso pelo ENEM;	Número de vagas	PROEN	2014	2014	
	4) estabelecer política de quotas;	Política institucionalizada	PROEN	2014	2014	
	5) regulamentar vagas ociosas;	Política institucionalizada	PROEN	2014	2014	
	6) divulgar atividades de atendimento aos estudantes pela CAE;	Divulgação realizada	PROEN/ CAE	2014	2015	
	7) divulgar formas de financiamento estudantil.		PROEN/ CAE	2014	2015	
78) Institucionalizar Programa de Apoio Pedagógico aos Estudantes	1) Elaborar projeto Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes	Programa institucionalizado	PROEN/ CAE	2014	2015	
79) Institucionalizar um processo sistemático de humanização dos ambientes de aprendizagem.	1) Criar “sala modelo”, humanizada, com equipamentos de videoconferência e tecnologias educacionais	Sala modelo concebida	PROEN	2014	2014	

Objetivo XXIII – Consolidar as relações institucionais com os campos de estágio e as ações do Núcleo de Estágios

Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
80) Regular e acompanhar os Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios	1) Regular os estágios e adequar ou revogar políticas existentes (Res. 92/2004).	Proposta aprovada no CEPE	PROEN/CAE	2014	-	
	2) adequar os PPCs dos cursos ao regulamento aprovado;	PPCs adequados	PROEN	2014	-	
	3) estruturar o Núcleo de Estágios com portfólio de ações, incluindo licenciaturas, voltadas ao acompanhamento dos estágios obrigatórios e não obrigatório;.	Núcleo de estágios e estágios organizados	PROEN/CAE	2014	-	
	4) organizar os estágios das licenciaturas para o ano;			2014	-	
	5) eleger a coordenação geral dos estágios.			2014	-	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

4 SUSTENTABILIDADE¹⁵

Um dos grandes desafios enfrentados pela humanidade nas últimas décadas é o problema socioambiental. No final da década de 1960, grupos de cientistas iniciaram as críticas a respeito dos efeitos prejudiciais do impacto das atividades econômicas sobre o meio ambiente, provocado pelo desenvolvimento industrial acelerado e o consequente crescimento econômico ocorrido após a segunda guerra mundial.

O engajamento da Organização das Nações Unidas (ONU) nos diversos fóruns mundiais contribuiu para a promoção de temas ligados à sustentabilidade. Entre esses eventos internacionais, destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Estocolmo, em 1972, e na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, de cujos resultados um dos principais foi a publicação da Agenda 21, na qual o capítulo 36 trata da “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento” e é destinado a propostas que promovam um ensino reorientado para o desenvolvimento sustentável, o aumento da consciência pública e a promoção do treinamento.

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento finalizou, em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum”, o qual apontou a necessidade de conciliar crescimento econômico com os problemas sociais e ambientais causados pelos padrões de produção e consumo insustentáveis. Nesse relatório é apresentado o conceito mais difundido de desenvolvimento sustentável, “(...) aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988).

A conferência de Estocolmo, em 1972, em seu princípio dezenove, chamou a atenção para a importância da educação ambiental em todos os níveis e a Declaração de Tbilisi (1977) foi o primeiro grande evento internacional em favor da educação ambiental. Os princípios da declaração abordam as estratégias e as ações orientadoras que são adotadas até hoje. A declaração menciona a importância de a educação ambiental se dirigir a todos os grupos de idades e categorias profissionais, entre os quais técnicos e cientistas, cujas pesquisas e práticas especializadas constituirão a base de conhecimentos sobre os quais se sustentarão a educação, a formação e a gestão eficaz relativas ao ambiente. Foi a primeira declaração internacional para o meio ambiente, em um contexto do ensino superior (WRIGHT, 2002).

¹⁵ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Parecer nº 12/2014 ao Processo nº 11/2014.

Em 1990, presidentes, reitores e pró-reitores de universidades de todas as regiões do mundo, interessados nas questões ambientais, assinaram uma declaração inédita, no Centro Europeu da Universidade de Tufts, em Talloires, na França. Nessa declaração, apontam-se as universidades como desenvolvedoras de papel crucial na educação, na investigação, na formação de políticas e na troca de informações necessárias à concretização desses objetivos. Declara-se, ainda, a importância dos líderes universitários na garantia e no apoio à mobilização dos recursos internos e externos, de forma que suas instituições respondam a esse desafio urgente. Essa declaração estimulou outras declarações, como a de Halifax, em 1991, no Canadá, e a de Swansea, em 1993, que também trataram desse tema (WRIGHT, 2002).

A Declaração de Halifax foi assinada em dezembro de 1991, em Halifax, no Canadá, por representantes seniores da Associação Internacional das Universidades, da Universidade Unida das Nações e da Associação das Universidades e Faculdades do Canadá, com a presença de 20 presidentes de universidades de várias partes do mundo. Nesse encontro, foram discutidas ações a serem tomadas pelas universidades; entre as principais, destacam-se: utilizar os recursos intelectuais da universidade para incentivar uma compreensão melhor, por parte da sociedade, dos perigos físicos, biológicos e sociais que o planeta Terra enfrenta, realçando a capacidade da universidade de ensinar e praticar princípios sustentáveis, para aumentar o interesse ambiental e a compreensão da ética ambiental por parte da faculdade, dos estudantes e do público em geral (KRAEMER, 2004).

Essas declarações fortalecem o entendimento de a universidade ser, entre as várias organizações, aquela a quem compete ensinar, pesquisar e viabilizar a ação transformadora na sociedade, por meio de seus saberes, razão pela qual desempenha um importante papel nessas transformações necessárias no âmbito do desenvolvimento sustentável.

A partir do conceito de desenvolvimento sustentável, o sociólogo inglês John Elkington criou o *Triple Bottom Line*, conhecido no Brasil como o tripé da sustentabilidade, cuja concepção consiste em ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. O *Triple Bottom Line* é mundialmente referenciado desde então.

Essa compreensão, no entanto, vem sendo fortemente criticada devido ao seu paradoxo, uma vez que o modelo capitalista vigente é estimulado pela alta competitividade, e suas ações nem sempre refletem atitudes socialmente justas ou ambientalmente corretas.

Desse modo, as universidades são chamadas à responsabilidade na formação de líderes e modelos econômicos diversos que invoquem ações socialmente justas e ambientalmente corretas.

4.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social se constitui em uma elaboração conceitual da sociologia e diz respeito a um conjunto de valores aceito pela sociedade e que determina o comportamento tanto de pessoas quanto de organizações. A responsabilidade social seria, portanto, a assimilação, pelas organizações, de valores orientadores do comportamento social.

Um conjunto mais amplo de valores e que norteia os caminhos de todos é a Ética. A responsabilidade social está vinculada a um comportamento ético aceito pelas organizações, servindo de ideário de comportamento para todos os grupos sociais. Dessa forma, aceitando todo o conjunto de comportamentos éticos indispensáveis à convivência humana, pode-se sustentar que a responsabilidade social é a forma de gestão definida pela ética e transparência da instituição nos relacionamentos e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais, fomentando ações culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

No Brasil, a forma de medição da responsabilidade social iniciou em 1997 com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). As organizações precisam comprometer-se com a sociedade com ações duradouras com vistas ao bem-estar da comunidade na qual estão inseridas. Portanto, a transparência das ações com a comunidade e por meio dela, é indispensável.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, determina a responsabilidade social das instituições de ensino, especialmente no que se refere à sua contribuição quanto à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, itens amplamente contemplados nas políticas institucionais internas.

Atualmente, as políticas públicas na área educacional têm dado ênfase ao desenvolvimento sustentável, à área ambiental e à saúde. Além desses campos, constitui-se em objetivos das políticas a transversalidade no tocante às questões étnico-raciais e a promoção de ações que visam à inclusão de pessoas com deficiência, com necessidades educacionais especiais e em situação de vulnerabilidade social.

A responsabilidade social da FURB manifesta-se na oferta de um ambiente propício à formação integral do ser humano, com uma educação eticamente comprometida com o seu entorno, a cidadania, o conhecimento, a visão crítica e estratégica, e o atendimento às necessidades e demandas contemporâneas, por meio de uma estrutura educacional inovadora

e diferenciada, contribuindo para um desenvolvimento que propicie melhor qualidade de vida para o indivíduo e a sociedade.

Como universidade pública, a responsabilidade social da FURB está presente em todas as suas atividades. Expressa-se na maneira como faz o relacionamento com seus estudantes, nas políticas de ingresso e permanência, nas formas de incentivo, na divulgação da cultura, na sugestão e criação de políticas públicas, e na gestão de seu patrimônio material e humano, ou seja, em programas e projetos tanto na área do ensino como na da pesquisa e da extensão, com vistas ao desenvolvimento da comunidade.

Como modo de ilustrar o desenvolvimento nessa área, os projetos abaixo permitem vislumbrar, especialmente no que diz respeito à inclusão social, algumas ações importantes que propiciam a melhoria das condições de vida das pessoas menos favorecidas social e economicamente:

- a) surgimento de políticas públicas criadas em decorrência de projetos e participação da FURB;
- b) presença de representantes da FURB em conselhos diversos que participam das decisões, inclusive relacionados a políticas públicas, com destaque para o Fórum Mundial dos Direitos Humanos, onde a FURB está presente;
- c) preocupação crescente com o acesso e permanência dos deficientes;
- d) implantação de programas de melhoria de qualidade de vida para os servidores;
- e) benefício-instrução aos servidores e seus dependentes;
- f) plano de carreira para servidores docentes e técnico-administrativos;
- g) acesso da comunidade externa à biblioteca;
- h) manutenção do número de estudantes beneficiados nos programas de apoio aos estudantes;
- i) incentivo aos programas sociais para manutenção e permanência do estudante na FURB;
- j) criação e manutenção de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), visando à qualificação acadêmica e profissional nas áreas relacionadas à socioeconomia e à sociopolítica, capacitando profissionais, técnicos e cientistas vinculados à administração pública – municipal, estadual ou federal – e ao setor privado, bem como profissionais liberais;
- k) estímulo aos estudantes da educação básica no acesso à Universidade, como nos programas Interação FURB, Interação Júnior e Interação Kids;

- l) oferta de cursos para atender às necessidades sociais, como, por exemplo, pelo PROEP, que congrega um conjunto de atividades, sobretudo cursos ofertados para a terceira idade;
- m) oferta de programas continuados de extensão, envolvendo projetos executados em diversas áreas temáticas (comunicação, cultura, direitos humanos, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho), envolvendo um número aproximado de 500 mil pessoas; mantém, também, vários projetos culturais, como por exemplo: Camerata de Violões, Coro FURB, Orquestra, Dança Alemã, Grupo de Teatro, FITUB, etc.
- n) prática desportiva (diversas modalidades e horários) para os discentes e os servidores da FURB; alguns estudantes podem acessar as bolsas-esportes;
- o) programa Interação, com visitas da FURB às escolas e promoção do evento presencial na Universidade; caracteriza-se como um trabalho de orientação profissional, educacional e de formação, motivando os jovens a ingressarem no ensino superior;
- p) FURB TV e FURB FM: rádio e televisão educativas, inserções de informações de utilidade pública, promoção da cultura e da arte, da pesquisa, da extensão, etc.;
- q) espaços para exposições gratuitas dos artistas locais;
- r) nivelamento em Matemática (atualmente nas engenharias);
- s) cursos para a comunidade carente (ex.: informática);
- t) publicações da Editora FURB;
- u) gestão ambiental, reestruturação da Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), tratamento dos resíduos sólidos (encaminhamentos) e perigosos;
- v) adesão da FURB aos programas estaduais, municipais e federais de formação de profissionais, tais como o PARFOR, FUMDES, PIBID, bolsas de Iniciação Científica, entre outros;
- w) programa de formação continuada (professores da educação básica);
- x) DCE: DCE solidário, FUCCA;
- y) biblioteca: amplo acesso à comunidade, inclusive aos portais de outras universidades, arquivos digitais, acervo físico, espaço infantil no local; digitalização de documentos institucionais (como os relatórios de atividades); apoio a cinco bibliotecas escolares, das quais uma municipal;
- z) manutenção dos grupos culturais: levar a arte à comunidade;

- aa) preservação do patrimônio material e cultural, da memória, de materiais que entram em desuso no passar dos anos (tecnologias, por exemplo), dos bens imóveis;
- bb) Feira de Economia Solidária, na qual se oportuniza aos empreendimentos coletivos e solidários e aos artesãos locais, apresentarem seus trabalhos e sua arte, suas criações e seus produtos;
- cc) FITUB: hoje com visibilidade nacional e reconhecimento internacional;
- dd) internacionalização da FURB e Universidade Sem Fronteiras, as quais possibilitam aos discentes a troca de experiências no ensino e na cultura;
- ee) convênio com prefeituras para controle populacional de animais (ex. Pomerode); controle de zoonoses;
- ff) campanhas dos cursos (Ex. Medicina Veterinária: doação de alimento para animais abandonados; Medicina: campanha de doação de sangue, etc.);
- gg) Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu (CEOPS), responsável pelo monitoramento e previsão do tempo, monitoramento dos níveis do rio e previsão hidrológica, laudos técnicos, pesquisa em meteorologia e hidrologia e simulados de enchente.

A responsabilidade social da FURB, assim como as ações e os projetos desenvolvidos, não se restringem aos que foram descritas neste PDI. Ressalta-se a necessidade de ampliar a divulgação dessas realizações para a comunidade, de modo a demonstrar quanto a Universidade faz pelo seu entorno regional.

4.2 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002, define educação ambiental como os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, (...) essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa lei institui a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, entre eles a educação superior, sendo desenvolvida como prática educativa integrada, de modo transversal, contínuo e permanente, preferencialmente

não implantada como disciplina específica, exceção concedida aos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando então, é facultada a criação de disciplina específica. Prevê, nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, a incorporação de conteúdo o qual trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas, além de mencionar que deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas e obriga ao cumprimento da Agenda 21.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a qual institui o SINAES, determina a responsabilidade social das instituições de ensino, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social e a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – itens amplamente contemplados nas políticas institucionais internas.

As políticas públicas na área educacional têm dado ênfase ao desenvolvimento sustentável, à área ambiental e à saúde. Além desses campos, constituem-se em objetivos das políticas: a transversalidade no tocante às questões étnico-raciais e a promoção de ações que visem à inclusão de pessoas com deficiência, com necessidades educacionais especiais e em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a qualidade de vida é parte do compromisso assumido pela FURB desde 1998, com a criação de um Comitê de Implantação do Sistema de Gestão Ambiental (CISGA), pela Portaria n.º 261 de 1998. Para atender às exigências de um SGA bem consolidado, o Comitê de implantação foi desdobrado em uma câmara técnica, voltada a aspectos técnicos de controle ambiental e economia de recursos, e uma câmara interdisciplinar, relacionada com questões amplas de comunicação e envolvimento da comunidade universitária. A primeira tarefa das câmaras foi conduzir a avaliação ambiental e o processo de definição da política ambiental.

Em dezembro de 1999, o SGA da FURB foi regulamentado pela Resolução n.º 195/1999. A partir dessa resolução, surgiu a CMA, os Responsáveis Ambientais (RA) e os Agentes Ambientais (AA). A CMA é um órgão de assessoramento à administração superior da FURB, na condução da política ambiental. Sua atuação é transversal e integrativa de funções de diferentes órgãos da administração superior. Os RAs foram atuantes em nível de Pró-Reitorias, Unidades Universitárias e órgãos suplementares, com função executiva no cumprimento da política ambiental. Os AAs foram atuantes em departamentos, divisões, seções e laboratórios, cumprindo tarefas específicas de proteção e controle ambiental, de acordo com os programas de gestão ambiental e com a supervisão do RA correspondente.

Quando estudantes se dispunham a assumir atividades no âmbito do seu subsetor, eram chamados de Agentes Ambientais Voluntários.

A aprovação da Política Ambiental da FURB, pela da Resolução n.º 14/2000, de 07 de fevereiro de 2000, demonstra o reconhecimento da importância da proteção ambiental e da economia dos recursos naturais globais e, visando à melhoria contínua da qualidade de vida atual e futura, é assumida uma postura ambientalmente consciente e responsável, expressa pelos seguintes princípios:

- a) **envolvimento:** ser uma Instituição que considera a cultura ambiental no desenvolvimento e nos resultados de suas atividades, transmitindo e estimulando a conscientização ambiental a todos os integrantes da comunidade interna e externa;
- b) **cumprimento da lei:** cumprir a legislação ambiental em todos os seus campi e, sempre que possível, adotar critérios mais rigorosos aos fixados em lei;
- c) **formação:** oportunizar educação e treinamento às comunidades interna e externa no que se refere à melhoria contínua da qualidade ambiental;
- d) **administração de materiais:** adquirir-los com critérios ambientais, promover a reciclagem e descartar adequadamente os materiais permanentes e de consumo, usar racionalmente, inclusive a água e energia envolvidas nas atividades diárias da Instituição, desde que não implique a perda da qualidade do serviço;
- e) **publicidade:** tornar pública essa política ambiental, as ações corretivas e os resultados decorrentes da sua implementação;
- f) **gestão ambiental:** manter permanentemente o Sistema de Gestão Ambiental com o objetivo de monitorar as atividades administrativas, do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em março de 2000, foram elaborados objetivos e metas ambientais para serem alcançados em um período de três anos. Em 2003, os objetivos e metas foram atualizados para o ano de 2006, permanecendo os mesmos até hoje.

A partir dos princípios ambientais da Universidade, foram elaborados quatro programas descritos a seguir:

Programa de Gestão de Resíduos Sólidos: instituído no ano 2000, o programa compreende a separação, coleta e encaminhamento para reciclagem de resíduos como papel, plástico, metais e vidro gerados na Universidade. A partir da sua instituição, a coleta seletiva e a

destinação dos resíduos passaram a acontecer de forma sistemática: os resíduos são coletados nas lixeiras coloridas específicas e encaminhados para a Central de Resíduos Recicláveis da FURB. Foi elaborada uma cartilha educativa para esse programa, a qual tem como objetivo tornar pública a Política Ambiental e o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da FURB e orientar a comunidade no que diz respeito à geração, separação e destinação de resíduos sólidos recicláveis, rejeitos e resíduos orgânicos;

Programa Gestão de Resíduos Perigosos: implantado em 2001, nos laboratórios, clínicas e biotérios da FURB que geram ou manipulam resíduos perigosos, incluindo os resíduos de serviços de saúde, o programa visa a minimizar o impacto ambiental causado pelo descarte de resíduos perigosos, reduzir os riscos na manipulação e no armazenamento, evitando o seu acúmulo, e reduzir o uso de produtos perigosos. Prevê, também, a classificação segundo a NBR 10.004/04, segregação, pré-tratamento, rotulagem, transporte e destinação ao aterro industrial dos resíduos perigosos. Foram criadas duas cartilhas educativas para atender esse programa. As duas têm o objetivo de minimizar os impactos ambientais causados pelo descarte dos resíduos classificados como perigosos e melhorar a qualidade de vida dos estudantes e servidores da Universidade, em todos os setores que manipulam ou geram resíduos perigosos e no setor de serviços de saúde;

Licenciamento Ambiental: com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental, a FURB detectou a necessidade de promover o Licenciamento Ambiental de suas atividades junto ao órgão ambiental de Santa Catarina, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA). Com base nesses projetos, a Universidade obteve, em 2002, suas primeiras Licenças Ambientais Prévias (LAP) e, em 2004, obteve as Licenças Ambientais de Instalação (LAIs). Uma vez implantados todos os controles previstos nas licenças de instalação, a FURB obteve as Licenças Ambientais de Operação (LAOs) em 2007. Assim, a Instituição tem o total controle sobre os impactos por ela causados, estando em conformidade com a legislação ambiental pertinente;

Programa de Água e Energia: implantado em 2005, visa o dimensionamento correto da carga térmica para cada ambiente; a adequação de projetos elétricos antigos à nova realidade; a troca de torneiras antigas por modelos automáticos em diversos ambientes; o controle das entradas de água e energia da Universidade e a coleta semestral de 500 m³ de esgotos das fossas, filtros e resíduos das caixas de gordura nos campi da FURB. Para orientar e esclarecer

os servidores e estudantes da FURB sobre a água, seus usos, sua importância, seu ciclo e dados estatísticos, foi elaborada uma cartilha educativa, a qual serve para orientar sobre medidas simples que cada servidor deve tomar para contribuir com o uso racional de água na Universidade. Outra cartilha foi criada para subsidiar as atividades educativas do programa “Gestão de Água e Energia”, a qual pretende orientar e esclarecer os servidores da FURB sobre o uso racional de energia na Instituição, além de apresentar tópicos relacionados à história da energia, curiosidades, dados estatísticos, cálculos de consumo de energia, dicas práticas, entre outros. Ambas as cartilhas foram resultados do projeto “Uso Racional de Água e Energia” desenvolvido no âmbito do Programa “Construindo Atividades Participativas em Educação Ambiental” e foram aprovadas pelos editais n.º 01/04 e 01/05, respectivamente, da PROERC e Programa de Apoio à Extensão (PAEX).

Apesar de todas as cartilhas educativas serem voltadas para a Instituição, visam ajudar a alcançar um desenvolvimento mais sustentável fora da Universidade também, conscientizando e qualificando os cidadãos formadores de opinião de amanhã. As cartilhas de todos os programas podem ser encontradas com facilidade na página eletrônica da FURB.

No ano 2000, ocorreu a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da FURB, o qual tem o papel integrador das ações ambientais na Universidade. O SGA está estruturado com a CMA, órgão permanente de assessoramento à administração superior da FURB. Com o encerramento da primeira fase de implantação do SGA em 2002, foi elaborado um manual desse sistema, o qual teve sua primeira atualização em 2005.

Atualmente a FURB possui onze projetos de pesquisa que tratam da temática socioambiental, distribuídos em nove linhas de pesquisa e seis programas de pós-graduação. Para o período de vigência deste PDI, ressalta-se a necessidade de reestruturação da CMA, reorganização do SGA e ampliação da divulgação das ações socioambientais realizadas pela FURB.

Quadro 28 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade social e ambiental

Objetivo XXIV – Consolidar ações de inclusão, acesso e acessibilidade, de cooperação e de inserção social						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
81) Institucionalizar o Programa de Nivelamento e Capacitação Discente	1) Aprovar, no CONSUNI, a Política de Nivelamento em disciplinas básicas para os discentes;	Política aprovada no CONSUNI	PROEN	2014	-	
	2) criar nivelamento em Português;	Programa consolidado	PROEN	2014	-	
	3) criar nivelamento em Física;					
	4) criar nivelamento em língua estrangeira;					
5) ampliar nivelamento em Matemática.						
82) Ampliar ações de inclusão, acesso e acessibilidade, de cooperação e de inserção social	1) Desenvolver atividades de conscientização e respeito a diferenças sociais, étnicas, de gênero, culturais e de sexualidade	Ações desenvolvidas	PROEN/CAE	2014	-	
83) Qualificar a alimentação dos estudantes/ servidores da FURB (refeições balanceadas a um custo baixo)	1) Implantar o RU da FURB	RU em funcionamento na FURB	Reitoria/PROAD	2014	-	
84) Desenvolver ações de caráter social, preventivo e de apoio ao tratamento de dependentes de substâncias químicas	1) Criar um Programa de Prevenção e Apoio ao Tratamento de Dependentes de Substâncias Químicas (tabaco/cigarro, álcool, drogas ilícitas);	Programa institucionalizado	CAE/ PROAD	2014	-	
	2) implementar o Programa de Prevenção e Apoio ao Tratamento de Dependentes de Substâncias Químicas;		CAE/ PROAD	2014	-	
	3) promover a reintegração do assistido às suas atividades acadêmicas, ao trabalho, à família e à sociedade.		CAE/ PROAD	2014	-	
85) Ampliar a prestação de serviços à comunidade a partir da atividade de pesquisa e extensão	1) Incentivar os pesquisadores a oferecer os resultados de pesquisa e extensão como prestação de serviços	Serviços prestados	PROPEX/ Instituto FURB	2014	-	

86) Estimular o desenvolvimento de atividades dos centros/DAs com a comunidade	1) Incentivar os estudantes a desenvolverem atividades (serviços, palestras, debates, etc.) a partir da organização estudantil	Atividades realizadas	DCE	2014	-	
Objetivo XXV – Consolidar as ações institucionais de Responsabilidade Social						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
87) Ampliar a publicidade de ações de responsabilidade social e ambiental desenvolvidas pela FURB	1) Sistematizar as ações realizadas pela FURB em responsabilidade social;	Ações descritas no Relatório de Atividades (anual)	COPLAN	2014	-	
	2) elaborar o Balanço Social anualmente;	Balanço Social elaborado	Gabinete da Reitoria	2014	2014	
	3) publicar o Balanço Social e Ambiental de acordo com os princípios da ISO 26.000;	Balanço Social publicado	Gabinete da Reitoria	2014	2014	
	4) trabalhar com a área de comunicação social para melhorar a visibilidade e conhecimento da responsabilidade social da FURB por parte da comunidade interna e externa.	Ações divulgadas	Reitoria/ CCM	2014	-	
88) Contemplar estratégias para incorporação dos princípios que norteiam a responsabilidade social pela comunidade interna	1) Introduzir na formação institucional a temática responsabilidade social;	Temática prevista na formação	PROEN/ PROAD/ DGDP	2014	-	
	2) prever nos Planos Departamentais (PDs) estratégias para o desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho para a incorporação e apreensão dos princípios que norteiam a responsabilidade social, sobretudo com relação à Governança Institucional, direitos do consumidor e envolvimento e desenvolvimento da comunidade;	Desenvolvimento humano e profissional previsto nos PDs	Departamentos/ COPLAN	2014	-	
	3) instituir práticas trabalhistas e condições de trabalho das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Práticas institucionalizadas	PROAD/ DGDP	2014	-	

	(especialmente no que tange segurança e acompanhamento da saúde do trabalhador);					
	4) combater a corrupção e melhorar controles internos.	Ações realizadas	Reitoria/ PROAD	2014	-	
89) Introduzir componentes curriculares específicos para desenvolver a responsabilidade social no ensino	1) Envolver estudantes de graduação e pós-graduação em pesquisas sobre responsabilidade social (ampliá-la, dando à comunidade universitária a responsabilidade como coparticipantes nos programas de coleta de óleo, coleta seletiva, etc.)		PROEN/ PROPEX/ Programas de pós-graduação	2014	-	
90) Consolidar ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região	1) Estimular o desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região;	Projetos desenvolvidos	Reitoria/ DIC	2014	2015	
	2) executar ação emergencial na Casa Salinger para assegurar as condições de restauro;	Ação emergencial realizada	Reitoria	2014	2015	
	3) restaurar a casa Salinger e o galpão anexo, conforme projeto aprovado no Conselho do Patrimônio Histórico;	Casa restaurada	Reitoria	2014	2015	
	4) institucionalizar a gestão do Museu Fritz Muller e criar o Museu de Ciências Naturais;	Espaços culturais criados	PROEN/ CCEN/ DCN	2014	-	
	5) organizar o Museu dos Brinquedos.		PROEN/ CCEAL	2014	-	
91) Ampliar a participação da Universidade no desenvolvimento de políticas públicas	1) Realizar inventário das políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela FURB;	Inventário realizado	PROPEX	2014	-	
	2) incentivar a elaboração de projetos que visem a criação de políticas públicas.	Número de projetos	PROPEX	2014	-	
Objetivo XXVI – Consolidar ações de Responsabilidade Ambiental na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	

92) Reestruturar a CMA	1) Indicar membros dos setores da FURB para serem representantes na Coordenadoria de Meio Ambiente;	Portaria publicada	Reitoria	2014	-	
	2) estimular o desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental;	Número de projetos	CMA	2014	-	
	3) coordenar as ações, programas e projetos socioambientais no ensino, na pesquisa e na extensão;		PROPEX	2014	-	
	4) propiciar programas e projetos de extensão voltados a comunidade acadêmica e regional, que viabilizem a promoção e a educação ambiental;		PROPEX/ DAEX	2014	-	
	5) incentivar a produção do conhecimento sobre as questões ambientais, dentro da Universidade e na região em que atua;		PROPEX/ DAEX	2014	-	
	6) atualizar as políticas ambientais da FURB, tendo como referência a Lei nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009 (Plano Nacional de Mudança Climática), Normas Brasileiras (ABNT) e internacionais (ISO 26.000).	Políticas atualizadas	CMA / Reitoria	2014	-	
93) Reorganizar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	1) Rever os procedimentos institucionalizados do atual SGA/FURB.	SGA reorganizado	CMA / Reitoria	2014	-	
	2) propor novos encaminhamentos com relação à educação ambiental;					
	3) indicar AAs;					
	4) promover ações continuadas de incentivo, conscientização e esclarecimento sobre a prática responsável e a utilização adequada dos resíduos gerados na Universidade;					
	5) integrar o SGA aos outros sistemas de gestão, como o de Responsabilidade Socioambiental (RSA).					

94) Ampliar a divulgação das ações socioambientais realizadas pela FURB	1) Criar um sistema para comunicar e divulgar as ações socioambientais realizadas pela FURB;	Ações socioambientais publicadas	CMA / Reitoria	2014	-	
	2) mensurar e acompanhar de forma padronizada as ações da FURB na gestão ambiental, sistematizando a evolução dos indicadores ano a ano;					
	3) publicar em modelo padronizado as ações de responsabilidade socioambiental utilizando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) - T15 – informações de natureza social e ambiental – ou adotar o modelo do relatório de sustentabilidade do <i>Global Report Initiative</i> (GRI), adotado pelas principais universidades no mundo.					
95) Contemplar estratégias para incorporação dos princípios que norteiam a responsabilidade ambiental pela comunidade interna	1) Introduzir na formação institucional a temática responsabilidade ambiental;	Temática inserida na formação institucional	PROAD/ DGDP/ CMA	2014	-	
	2) estabelecer cursos de atualizações na reciclagem de materiais, tratamento de resíduos laboratoriais, descarte adequado, entre outros temas que a CMA considerar importante;	Número de cursos realizados	CMA/ PROEN/ DGDP	2014	-	
	3) prever nos PD estratégias para o desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho, para a incorporação e apreensão dos princípios que norteiam a responsabilidade ambiental, sobretudo com relação a práticas ambientais equilibradas e sustentáveis, e envolvimento e desenvolvimento da comunidade;	Estratégias previstas nos PD	Departamentos/ COPLAN	2014	-	
	4) realizar campanhas para redução e separação de lixo, e de economia de água, energia, papel e demais materiais	Campanhas realizadas	CMA/ CCM	2014	-	

	de expediente;				
	5) fornecer, subsidiar ou incentivar o uso de copos de vidro, ou equivalente, para água e café;		CMA/ CCM/ Reitoria	2014	-
	6) substituir, gradativamente, condicionadores de ar, lâmpadas e outros eletrônicos que desperdicem energia;	Ações realizadas	PROAD/ DAC	2014	-
	7) utilizar tecnologia, no setor de arquitetura, para construções que possam utilizar energia solar;	Ações realizadas	PROAD/ DAC	2014	-
	8) construir composteiras para transformar a maravalha dos biotérios em composto, para uso na jardinagem, reduzindo custos e lixo produzido;	Ações realizadas	PROAD/ DAC	2014	-
	9) instalar cisternas para captação da água da chuva para limpeza de calçadas, fachadas, jardinagem e uso no biotério central localizado nos campi da FURB;	Ações realizadas	PROAD/ DAC	2014	-
	10) planejar edificações com maior aproveitamento da luz natural, diminuindo o consumo de energia elétrica;	Projetos de edificações	PROAD/ DAC COPLAN	2014	-
	11) incentivar o desenvolvimento, junto aos cursos, de pequenos veículos elétricos que possam circular nos campi levando e trazendo materiais de escritório, limpeza e demais demanda;.	Ações realizadas	CMA/ Reitoria	2014	-
	12) inserir a permacultura, bioconstrução, adaptação de edificações para captação/armazenamento de água da chuva, e geração/coleta/ tratamento de esgoto nas discussões institucionais na área ambiental;	Ações realizadas	CMA/ Reitoria/ PROEN/ PROAD/ COPLAN	2014	-
	13) implantar/aplicar o conhecimento				

	obtido com a “Casa-Modelo” nos campi da FURB (itens que seriam de utilidade institucional e teriam seu fator multiplicador, envolvendo aspectos além da sustentabilidade).					
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

4.3 RESPONSABILIDADE FISCAL

Está em vigor, desde 5 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual se constitui no principal instrumento regulador das contas públicas do país. Essa lei provoca uma mudança na cultura institucional no que concerne ao trato com o dinheiro público, dinheiro da sociedade. Trata-se de uma lei complementar que, regulamentando o artigo 163 da Constituição Federal, estabelece as normas orientadoras das finanças públicas no país. “Ela objetiva aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”, segundo Khair (2000).

Na prática, estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal os Poderes Executivo, Legislativo, inclusive Tribunais de Contas, e Judiciário, bem como o Ministério Público e os órgãos da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais subordinadas. Nesse sentido, a FURB, embora instituição pública não auditada pelo Tribunal de Contas, tem se esforçado para adequar suas políticas orçamentárias àquelas praticadas pelo poder público municipal, bem como atender às regras da LRF.

Cabe registrar que, na administração pública, o instrumento de planejamento e controle da área financeira é o orçamento público, onde são estimadas as receitas e fixadas as despesas. Esse processo é definido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, o qual institui, como instrumento de planejamento governamental, o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além da Constituição Federal de 1988, a administração pública está ligada à Lei nº 4.320/64, que determina as normas gerais para o balanço e orçamentos públicos, devendo ser seguida pelos órgãos públicos da União, Estados e Municípios. O equilíbrio entre as receitas e despesas públicas é fundamental, e, por isso, os gestores públicos devem ter suas prioridades traçadas claramente, ou seja, não deve haver gastos desnecessários que extrapolem o orçamento.

4.3.1 PPA, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual na FURB¹⁶

O planejamento geral do orçamento da FURB é consolidado pela COPLAN, por meio da previsão das receitas e a fixação das despesas. O processo inicia-se com o PPA,, posteriormente é encaminhado para a LDO, e pela LOA para a PMB. A COPLAN é o órgão

¹⁶ Baseado no TCC de Vieira e Ressel (2012)

responsável pelo PPA e pela LDO, enquanto que à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) compete o detalhamento orçamentário (LOA).

O PPA da Universidade é elaborado na mesma linha da PMB: são definidas grandes linhas, de acordo com uma análise dos ambientes interno e externo, para traduzir essas informações em um número macro, com técnicas estatísticas, aplicação da inflação e novos desafios. A vigência desse PPA segue o mesmo cronograma da PMB, com revisão a cada dois anos.

A elaboração da LDO da FURB acontece a partir do PPA, bem como de outras reflexões sobre a realidade atual, adequando os números antes informados no PPA, com base no ambiente interno e externo da Instituição. Ressalta-se que o PPA define os grandes números e objetivos e é mais quantitativo que qualitativo, enquanto na LDO é feita a comparação à situação atual e são definidos os números do orçamento e os investimentos necessários para atingir os objetivos, o que no PPA não é clarificado.

A elaboração da previsão das receitas é fortemente influenciada pelo histórico de exercícios anteriores. Também são previstos os projetos de pesquisa, os quais recebem repasses vinculados para as despesas. As receitas correntes abarcam as receitas de serviços (como pagamento de mensalidade pelos estudantes, receitas de serviços executados), transferências governamentais, recuperação da dívida, entre outras. As receitas de serviços são previstas baseadas em variáveis como quantidade de estudantes, relação com o mercado, valor do crédito financeiro (base para o cálculo das mensalidades) e abertura de novos cursos. Posteriormente são orçadas as demais receitas com base no histórico e receitas previstas de projetos especiais e repasses governamentais.

O PPA da Universidade é aprovado pelo CONSUNI e deve ser encaminhado durante o período de vigência do primeiro exercício financeiro do mandato do prefeito. Sendo assim, a Universidade encaminhou seu PPA vigente em Julho de 2013.

A LDO, que compreende as metas e prioridades da Universidade para o exercício financeiro subsequente, é elaborada pela Coordenadoria de Planejamento, encaminhada à Reitoria e levada para o CONSUNI para aprovação. O prazo de encaminhamento da LDO para a prefeitura cumpre-se em março de cada ano.

A LOA é construída por cada unidade orçamentária, sendo depois consolidada pela PROAD, com assessoria da COPLAN. O processo de detalhamento do orçamento é realizado por meio do cadastramento no módulo Orçamento do sistema ERP. É encaminhada para a Reitoria que, por sua vez, leva à aprovação pelo CONSUNI. Por fim, é enviada para a Câmara

Municipal de Vereadores para aprovação e inclusão no orçamento da Prefeitura, cujo prazo de encaminhamento cumpre-se em agosto e é orientado pela LDO.

4.3.2 Sustentabilidade Financeira

A FURB, como universidade pública, deve oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade a todos que a procuram. Como as demais organizações, a Universidade disponibiliza recursos financeiros para garantir a operacionalização de suas atividades.

Ainda que seja uma universidade pública, a FURB tem uma significativa dependência dos recursos provenientes da cobrança de mensalidades acadêmicas e receitas de serviços, conforme pode-se observar na Tabela 18

Tabela 18 – Resumo das Receitas (2010-2012)

Receitas	2010		2011		2012	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita Tributária *	0	0,00%	0	0,00%	7.572.851	5,28%
Receita Patrimonial	797.983	0,66%	1.235.203	0,95%	1.484.174	1,03%
Receita de Serviços	97.560.189	80,95%	102.747.290	78,68%	109.380.685	76,20%
Transferências Correntes	12.943.486	10,74%	15.825.873	12,12%	13.839.476	9,64%
Outras Receitas Correntes	9.203.838	7,64%	10.783.997	8,26%	11.275.885	7,85%
Receitas de Capital	15.000	0,01%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS	120.520.497	100%	130.592.363	100%	143.553.072	100%

* Receita tributária: o IRRF até 2011 era classificado com Transferências da União. A partir de 2012, por solicitação da Prefeitura Municipal de Blumenau, passou a ser classificado como Receita Tributária.

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

Esse fato aumenta a responsabilidade de seus dirigentes em relação à gestão de seus recursos financeiros, uma vez que está sujeita à concorrência das instituições privadas. Com isso, a garantia de sua sustentabilidade financeira deve estar fundamentada no equilíbrio necessário entre a receita e a despesa. A

Tabela 19 apresenta o resumo das despesas:

Tabela 19 – Resumo das Despesas (2010-2012)

Despesas	2010		2011		2012	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Ensino Superior	117.730.952	97,45%	120.628.746	95,71%	135.479.169	97,07%
Ensino Médio	1.588.775	1,32%	2.625.387	2,08%	2.026.528	1,45%
Rádio e TV Educativa	920.800	0,76%	1.218.328	0,97%	785.662	0,56%
Material Bibliográfico	322.031	0,27%	268.254	0,21%	313.089	0,22%
Obras e Instalações	246.746	0,20%	1.294.014	1,03%	964.718	0,69%
TOTAL DAS DESPESAS	120.809.305	100%	126.034.728	100%	139.569.165	100%

Despesa Liquidada

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

Tal equilíbrio exige da Universidade o desenvolvimento de um plano de sustentabilidade institucional que contemple a aplicação de um sistema de custos totais eficiente, capaz de explicitar os custos diretos e indiretos por atividade, capaz também de permitir um controle rigoroso sobre os gastos necessários.

Além dos aspectos relacionados a controle de gastos, o plano deverá, também, contemplar a diversificação das fontes de financiamento e de captação de receitas capaz de:

- a) garantir o financiamento adequado, tanto para manter os atuais cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, como também para criar políticas de expansão;
- b) garantir a disponibilização de todos os recursos tangíveis e intangíveis necessários à excelência do desenvolvimento de suas atividades;
- c) ser uma universidade capaz de manter e atrair profissionais altamente qualificados.

A eficiência na gestão dos recursos da FURB é representada pela execução do orçamento, conforme pode ser observado na Tabela 20:

Tabela 20 – Evolução da despesa orçamentária (2009-2012)

Ano	Orçamento	Executado	Evolução Exec./Orç.
2009	120.564.362,13	129.455.117,73	7,37%
2010	135.067.700,00	120.809.305,12	-10,56%
2011	138.399.999,74	127.524.379,01	-7,86%
2012	129.126.300,00	139.569.165,47	8,09%

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

Além da eficiência na gestão dos recursos próprios, a FURB deverá também, ampliar sua capacidade de captar recursos por meio de convênios e agências de fomento, de modo a permitir o financiamento das atividades de pesquisa, extensão e cultura. Faz-se necessária a definição de uma coordenadoria de captação de recursos para as áreas de cultura, esporte, inovação, bem como buscar patrocínios para programas institucionais, como o CEOPS, para a RTE, o Índice de Variação Geral de Preços (IVGP), entre outros, a partir de bases legais para IES públicas.

Os recursos cuja origem está nos projetos encaminhados pelos pesquisadores e extensionistas podem ter cunho individual ou institucional. Atualmente, o EGP atua junto aos coordenadores de projetos e suas equipes na fase final de captação e nas fases de

planejamento, execução e finalização dos seus planos, estruturando e validando uma metodologia de gerenciamento de projetos. O EGP objetiva intermediar a relação entre pesquisadores e/ou setores proponentes de projetos da FURB com órgãos externos de financiamento e setores administrativos internos da Instituição, acompanhando e promovendo a facilitação da execução administrativa e financeira de projetos com fomento público externo, assegurando o cumprimento de prazos previstos em propostas aprovadas e seguindo as diretrizes e normas internas e externas da Instituição Ressalta-se que o EGP não executa o projeto (aplicação técnica), mas acompanha e controla a execução dos procedimentos, auxiliando na efetividade das metas e produtos propostos quando da submissão dos mesmos, gerando históricos (registros) institucionais.

4.3.2.1 Prestação de Serviços

A estruturação de um instituto especializado na prestação de serviços é uma maneira de viabilizar a captação de recursos utilizando as *expertises* existentes na Universidade. Entende-se por prestação de serviços a realização de ensaios e serviços padronizados nas áreas tecnológicas (análises físico-químicas, microbiológicas, cromatográficas, entre outros) que ofereçam à sociedade soluções técnico-científicas, visando o seu desenvolvimento socioeconômico.

O Instituto FURB viabiliza parcerias com a iniciativa privada, o terceiro setor e o poder público com o objetivo de aproximar a Universidade dos diversos setores da sociedade, por meio da atuação cooperada e do acesso à estrutura interna da Instituição, representada pelos seus professores, pesquisadores, técnicos e infraestrutura laboratorial. Funciona como um canal de acesso do mercado e da sociedade aos conhecimentos gerados na Universidade, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a promoção da qualidade de vida.

O Instituto FURB oferece os seguintes serviços:

- a) serviços laboratoriais: estrutura própria para realização de ensaios e serviços padronizados nas áreas tecnológicas (análises físico-químicas, microbiológicas, cromatográficas, entre outros);
- b) pós-graduação lato sensu: gestão comercial e coordenação operacional – oferta dos cursos de Especialização da FURB;
- c) EDECON: gestão comercial e coordenação operacional na oferta dos cursos sequenciais;

- d) concursos: gestão comercial e coordenação operacional de concursos públicos da iniciativa privada e pública;
- e) consultoria, assessoria e pesquisas: pelos professores e pesquisadores da Instituição nos mais variados campos do conhecimento.

A política da qualidade do Instituto FURB quanto à prestação dos serviços laboratoriais está em “Assumir o compromisso de identificar as necessidades dos clientes para atender e superar suas expectativas. Para tanto, contamos com uma equipe capacitada e comprometida com o sistema da qualidade laboratorial, garantindo a confiabilidade dos serviços prestados”.

4.3.2.2 Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI

Por meio do seu processo de planejamento, a FURB deve garantir o equilíbrio financeiro e cumprir a sua missão e visão estratégica.

Quadro 29 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade fiscal

Objetivo XXVII – Consolidar ações que visem garantir a sustentabilidade econômica e financeira institucional no longo prazo						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
96) Implantar o Gerenciamento de Custeio por Atividades em 2014	1) Desenvolver um sistema específico de geração de informações de custos por atividade;	Sistema desenvolvido	COPLAN	2014	2014	
	2) analisar o custo das atividades/produtos desenvolvidos pela FURB;	Relatórios disponibilizados	COPLAN	2014	2014	
	3) reduzir custos da atividade- meio e de custeio.	Processos revisados	COPLAN/ Escritório de Processos	2015	2015	
97) Diversificar as fontes de recursos	1) Ampliar as receitas de serviços e tornar esta atividade superavitária;	Resultados financeiros com prestação de serviços	Instituto FURB	2014	2015	
	2) ampliar a oferta de cursos de educação continuada;	Número de cursos de educação continuada	Instituto FURB	2014	2015	
	3) ampliação do número de cursos técnicos de nível médio integrado;	Número de cursos técnicos de nível médio integrado	Instituto FURB	2014	2015	
	4) ampliar a oferta de cursos sequenciais e superiores de tecnologia;	Número de cursos sequenciais e superiores de tecnologia	Instituto FURB/ PROEN	2014	2015	
	5) ampliar fontes de financiamento externas para a pesquisa e extensão;		PROPEX/ Instituto (captação)	2014	2015	
	6) ampliar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu;	Número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	Instituto FURB	2014	2015	
	7) desenvolver cursos de EaD;	Número de cursos na modalidade EaD	PROEN	2014	2015	
	8) ampliar o encaminhamento de projetos de pesquisa aos órgãos de fomento;	Número de projetos encaminhados para captação de recursos externos	PROPEX	2014	2015	
	9) captar recursos para execução de atividades de cultura (FITUB, Camerata, etc.);	Número de projetos encaminhados para captação de recursos externos	PROPEX/ Instituto (captação)	2014	2015	
	10) ampliar o número de estudantes na participação de disciplinas na condição de aluno especial.	Número de estudantes matriculados como aluno especial	PROEN	2014	2015	
98) Instituir metodologia de provisão de precatórios e	1) Criar metodologia de provisionamento de precatórios e	Metodologia institucionalizada	DACP/ PROAD	2014	2014	

processos (orçamento)	processos;					
	2) sistematizar o controle dos precatórios.	Controle sistematizado	DACP/ PROAD	2014	2014	
99) Resolver as pendências com o Instituto GENE	1) Conciliar os bens doados e bens existentes e relacionar os faltantes/danificados;	Balanço dos bens	DACP/ Patrimônio	2014	2014	
	2) levantar valor da dívida efetiva do Instituto GENE com a FURB;	Termo de confissão de dívida novado	DACP/ DAF	2014	2014	
	3) elaborar os termos de doação entre as instituições (termo de doação. Instituto GENE-FURB e FURB-Intituto GENE);	Termo de doação instituído	DACP/ PROAD/ Procuradoria Geral da Furb (PROGEF)	2014	2014	
	4) encaminhar processos ao CONSUNI.	Processo patrimonial modelado	DACP/ PROAD	2014	2014	
Objetivo XXVIII – Qualificar os procedimentos contábeis da FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
100) Adequar a contabilidade da FURB às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	1) Instituir GT;	Portaria publicada	DACP/ Comissão (GT)	2014	2014	
	2) reconhecer, mensurar e evidenciar os bens móveis, imóveis e intangíveis.	Levantamento patrimonial completo	DACP/ Patrimônio	2014	2014	
101) Adaptar a tabela de eventos contábeis ao novo modelo de Plano de Contas Aplicável ao Setor Público (PCASP)	1) Registrar de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	Conciliação e registro dos fatos	DACP/ Patrimônio	2014	2014	
102) Adequar o plano de contas da FURB ao novo modelo PCASP	1) Adaptar o plano de contas da FURB ao novo modelo de plano de contas aplicável ao setor público – PCASP, volume IV –, do manual de contabilidade aplicada ao setor público da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);	Modelo TCE-SC adaptado	DACP/ Comissão (GT)	2014	2014	
	2) Aplicar o plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais – Modelo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC).		DACP/ Comissão (GT)	2014	2014	

103) Adaptar as rotinas operacionais e de registro contábil a serem desenvolvidas nos sistemas informatizados de contabilidade, finanças e orçamento	1) Reconhecer, mensurar e evidenciar os créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Créditos reconhecidos, mensurados e evidenciados	PROAD/ DACP/ DTI	2014	2015	
	2) reconhecer, mensurar e evidenciar as obrigações e provisões por competência;	Obrigações reconhecidas, mensuradas e evidenciadas	PROAD/ DACP/ DGDP COPLAN	2014	2015	
	3) reconhecer, mensurar e evidenciar os ativos de infraestrutura;	Ativos de infraestrutura reconhecidos, mensurados e evidenciados	PROAD/ DACP	2014	2015	
	4) implementar a Contabilidade de Custos da Contabilidade Pública.	Sistema implementado	PROAD/ DACP	2014	2014	
104) Sistematizar o controle de dívida ativa	1) Adequar os sistemas de contabilidade com a Divisão de Administração Financeira (DAF) e com PROGEF	Sistema adequado	PROAD/ PROGEF/ DTI	2014	2014	
105) Adequar os empenhos ao período da execução orçamentária	1) Institucionalizar regra para adequação dos empenhos ao período do exercício orçamentário	Regra institucionalizada	COPLAN/ PROAD/ DACP/ DAM	2014	2015	
106) Adaptar os balanços, demonstrativos e anexos previstos nos manuais e demais normas contábeis aplicadas ao setor público	1) Considerar os demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Manual implementado	PROAD/ DACP	2014	2015	
Objetivo XXIX – Qualificar os procedimentos de gestão financeira da FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
107) Apoiar a viabilização de investimentos	1) Definir, junto à PROAD, as necessidades de investimentos institucionais;	Necessidades definidas	PROAD/ DAF	2014	2015	
	2) agendar e realizar reunião com agentes de crédito (após definição de necessidades de investimentos);	Reuniões realizadas	PROAD/ DAF	2014	2015	
	3) submeter processo (análise de investimentos e financiamentos) ao CONSUNI.	Processo aprovado CONSUNI	PROAD/ DAF	2014	2015	
108) Adequar os registros do programa de fidelidade	1) Revisar o programa de fidelidade (falhas no código)	Programa revisado	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2015	
109) Padronizar informações sobre os valores dos cursos da	1) Analisar as informações repassadas para a Secretaria de Expediente e	Informação padronizada	PROAD/ DAF/ CAE	2014	2015	

FURB	Documentação (SED) dos cursos de licenciaturas (de modo especial aqueles com desconto de 40%);					
	2) padronizar informações sobre os valores dos cursos da FURB.		PROAD/ DAF/ CAE	2014	2015	
110) Sistematizar o reajuste das mensalidades da pós-graduação		Reajuste sistematizado	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2015	
111) Reduzir a inadimplência (passivos)	1) Rever critérios de negociação dos passivos;	Critérios analisados	PROAD/ DAF	2014	2015	
	2) analisar e atualizar a resolução 22/2011 (recuperação de créditos antigos);	Resolução revisada	PROAD/ DAF	2014	2015	
	3) encaminhar proposta de Resolução para recuperação de créditos antigos ao CONSUNI;	Resolução aprovada no CONSUNI	PROAD/ DAF	2014	2015	
	4) instituir o programa "Inadimplência Zero";	Número de estudantes com dificuldade financeira inseridos no programa	PROAD/ DAF/ CAE	2014	2015	
	5) inserir estudantes no programa "Inadimplência Zero".		PROAD/ DAF/ CAE	2014	2015	
112) Centralizar serviços de execução e gestão financeira	1) Absorver o faturamento dos serviços prestados, encerrando essas atividades no Instituto	100% do faturamento realizado pela DAF	PROAD/ DAF/ Instituto	2014	2014	
113) Instituir prestação de serviços bancários	1) Apresentar as necessidades da FURB e formalizar as decisões: limite de valor de documentos financeiros (R\$ 2.000,00), horário de atendimento e baixa integrada com sistema;		PROAD/ DAF	2014	2014	
	2) solicitar parecer da PROGEF quanto à possibilidade de instalação de lotérica nos Campi da FURB;	Parecer emitido	PROAD/ DAF/ PROGEF	2014	2014	
	3) contratar prestação de serviços bancários na FURB;	Serviços contratados	PROAD/ DAF	2014	2014	
	4) migração das carteiras de cobrança, contas, assinaturas e outros para o novo banco.		PROAD/ DAF	2014	2014	
114) Qualificar o sistema financeiro	1) Instituir o boleto único para várias parcelas;	Boleto único recebido pelo banco e baixa realizada com	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2014	

		sucesso				
	2) alterar o sistema de novação de dívida;	Novações recebidas pelo banco e baixas realizadas	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2014	
	3) incluir as cartas de aviso do Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) para todos os graus de ensino, no ORACLE;	Cartas incluídas	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2014	
	4) digitalizar documentos no sistema de contas a receber;	Documentos digitalizados	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2014	
	5) implantar a possibilidade de receber pagamentos de mensalidades através de cartões de crédito;	Recebimento das mensalidades (desejáveis) através de cartões	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2014	
	6) automatizar a gestão do CREDUC;	CREDUC automatizado	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2014	
	7) atualizar os relatórios financeiros de acordo com as novas normas financeiras da FURB;	Relatórios atualizados	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2014	
	8) atualizar o resumo de matrícula no que tange a questões financeiras.	Resumo de matrícula atualizado	PROAD/ DAF/ DTI	2014	2014	
115) Revisar as resoluções institucionais com vinculação ao setor	1) Analisar e propor alterações nas resoluções institucionais que regulamentam atividades e ações	Resoluções atualizadas	PROAD/ DAF	2014	2014	
Objetivo XXX – Consolidar ações que visem garantir a elaboração participativa do orçamento da Universidade						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
116) Institucionalizar a elaboração participativa do orçamento	1) Descrever e dar publicidade ao Processo de Elaboração do Orçamento da FURB (PPP, LDO e LOA);	Processo descrito e publicado	COPLAN/PROAD/ EGP	2014	2014	
	2) mapear e documentar o processo da execução do orçamento;	Processo descrito e publicado	PROAD/ DACP/ EGP	2014	2014	
	3) capacitar membros da administração setorial (coordenadores de curso, chefes de departamentos, diretores de unidades) e servidores para a elaboração do orçamento;	Número de servidores capacitados	COPLAN/PROAD/ DACP	2014	2015	
	4) capacitar membros da administração setorial (coordenadores de curso, Chefes de Departamentos, Diretores de	Número de servidores capacitados	COPLAN/PROAD/ DACP	2014	2015	

	Unidades) e servidores para a execução do orçamento.					
	5) permitir o cadastramento do detalhamento orçamentário por Unidade Orçamentária.	Cadastramento do detalhamento realizado	PROAD/ DACP	2014	2014	
Objetivo XXXI – Consolidar a gestão de projetos por meio do EGP						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
117) Melhorar os processos de gestão de projetos com captação de recursos	1) Institucionalizar o EGP/FURB;	Escritório institucionalizado	PROAD	2014	-	
	2) definir uma coordenadoria de captação de recursos para cultura, esporte, inovação, patrocínio para programas tais como CEOPS, RTE, IVGP, entre outros.	Coordenadoria definida	PROAD	2014	2014	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

5 POLÍTICAS DE GESTÃO¹⁷

As políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas consideram o plano de carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos, a qualificação dos recursos humanos da FURB, seu desenvolvimento profissional, as formas de apoio à capacitação, bem como as políticas relacionadas à constituição e à organização administrativa e acadêmica da Universidade.

5.1 POLÍTICAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES DOCENTES E TECNICO-ADMINISTRATIVOS

Antes de ser uma instituição estruturada por meio de prédios, processos e legislações, a FURB é um espaço de pessoas movidas por valores e sentimentos, no qual muitos constroem a história de formação profissional, e outros, a história de uma vida. O gerenciamento das pessoas que trabalham na Instituição, docentes e técnico-administrativos, é da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEPE), definida pelo processo CONSUNI nº 017/2013, aprovado em 12/09/2013, através do Parecer nº 20/2013/CONSUNI, que tratou da reestruturação da DGDP, conferindo-lhe um papel mais estratégico, tendo vinculação direta à Reitoria no organograma da FURB e possibilitando investimentos para sua implantação.

O quadro 30 apresenta a organização da SEGEPE, cujas competências foram organizadas em quatro núcleos a partir de 2014: Rotinas Trabalhistas, Desenvolvimento Humano, Atenção à Saúde e Alocação e Movimentação.

Quadro 30 - Organização da Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Núcleo	Competências
Rotinas Trabalhistas	Gerenciar as atividades de administração de pessoal, as rotinas trabalhistas, a folha de pagamento e alimentar e manter o banco de dados funcionais.
Desenvolvimento Humano	Gerenciar as atividades de desenvolvimento e ações voltadas à permanência e valorização dos servidores, com vistas à potencialização do servidor, no âmbito de trabalho, em consonância com a legislação vigente. Uma das competências é a gestão do clima organizacional.
Atenção à Saúde	Desenvolver e implementar políticas de atenção e promoção à saúde e à segurança do trabalho.
Alocação e Movimentação de Pessoal	Gerenciar as atividades de planejamento, matriciamento e alocação de servidores, executar ações voltadas à sistematização de procedimentos relativos à movimentação de servidores, implementando estratégias e desenvolvendo diretrizes que estabelecem as práticas gerenciais, de acordo com as especificações dos cargos do quadro de pessoal.

Fonte: DGDP

¹⁷ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Parecer nº 18/2014 ao Processo nº 17/2014.

Os servidores da FURB possuem planos de carreira distintos, de acordo com suas funções de docentes ou técnico-administrativos. A Tabela 21 permite visualizar a quantidade de servidores da Instituição em cada categoria:

Tabela 21 – Servidores da FURB (2009-2013)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013
Docentes	835	847	822	788	848
	59%	60%	58%	60%	58%
Técnico-administrativos (TA)	581	562	583	522	608
	41%	40%	42%	40%	42%
TOTAL	1416	1409	1405	1310	1456

Fonte: DGDGP/ Relatório de Atividades COPLAN 2013.

* Posição de 31/12 de cada ano, exceto 2014 (posição de maio). Docentes são considerados professores da graduação, ETEVI e FURB Idiomas.

O regime jurídico (estatuto) e os planos de carreira dos servidores da FURB estão institucionalizados e regulamentados através de leis complementares municipais, a saber:

Quadro 31 – Regulamentação dos planos de carreira dos servidores e Estatuto

Legislação	Data	Disposição
Lei Complementar nº 660	28 de novembro de 2007	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, suas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 743	19 de março de 2010	Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da FURB e dá outras providências.
Lei Complementar nº 744	19 de março de 2010	Institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas.
Lei Complementar nº 897	22 de julho de 2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 744/2010.
Lei Complementar nº 745	19 de março de 2010	Institui o Estatuto do Magistério Público Municipal de Blumenau da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, estabelecendo regras relativas ao quadro respectivo, ao regime de trabalho e aos planos de carreiras, e dá providências correlatas e complementares.
Lei Complementar nº 898	22 de julho de 2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 745/2010.
Lei Complementar nº 746	19 de março de 2010	Dispõe sobre as regras para a aplicação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais aos servidores da FURB e providências correlatas.
Resolução nº 55/2013	25 de setembro de 2013	Regulamenta o Regime de Trabalho de Tempo Integral (TI) no Magistério Superior da FURB.

Fonte: www.furb.br (intranet) – Portal do Servidor, Estatuto do Servidor.

As regras de contagem de pontos para enquadramento inicial e progressão na carreira para os professores da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante estão normatizadas na Resolução nº 37/2010.

5.1.1 Corpo Docente

Segundo a Lei Complementar Municipal nº 745/2010, o corpo docente da FURB da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante compreende os professores efetivos, os temporários e os visitantes, sendo:

- a) professores efetivos: docentes admitidos mediante aprovação em Concurso Público de Títulos e Provas e em regime estatutário;
- b) professores temporários: docentes contratados mediante aprovação em processo seletivo público simplificado, para atividades temporárias de ensino, conforme regulamento e em regime contratual;
- c) professores visitantes: docentes que desempenham atividades específicas, conforme regulamento e em regime contratual.

Tabela 22 – Docentes por categoria funcional (2009-2013)

Ano/Semestre		Efetivos		Substitutos		Visitantes		TOTAL
UNIVERSIDADE								
2009	I	466	56%	359	43%	9	1%	834
	II	450	55%	353	43%	9	2%	812
2010	I	435	54%	365	45%	9	1%	809
	II	425	52%	380	47%	10	1%	815
2011	I	424	53%	369	46%	12	1%	805
	II	419	53%	362	46%	10	1%	791
2012	I	428	52%	386	4%	7	1%	821
	II	431	56%	328	43%	7	1%	766
2013	I	422	52%	390	47%	5	1%	817
	II	421	52%	388	47%	7	1%	816
ETEVI								
2009		14	61%	9	39%	0	0%	23
2010		19	59%	13	41%	0	0%	32
2011		19	61%	12	39%	0	0%	31
2012		16	73%	6	27%	0	0%	22
2013		15	47%	17	53%	0	0%	32

Fonte: DGDP, Relatório de Atividades COPLAN 2013.

Observação: Universidade – professores que atuam em graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e FURB Idiomas. ETEVI – professores que atuam somente no ensino médio.

Tabela 23 – Docentes em TI, parcial e horistas (2009-2013)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013
TI c/ dedicação exclusiva	38 4,55%	32 3,78%	30 3,65%	30 3,8%	28 3,3%
TI s/ dedicação exclusiva	157 18,80%	156 18,42%	146 17,76%	137 17,39%	130 15,33%
Tempo parcial – 20h	13 1,56%	11 1,30%	11 1,34%	10 1,27%	9 1,07%
Tempo parcial – horista	627 75,09%	648 76,51%	635 77,25%	611 77,54%	681 80,3%
TOTAL	835 100%	847 100%	822 100%	788 100%	848 100%

Fonte: DGDP / Relatório de Atividades COPLAN 2013.

Observação: foram considerados os docentes da Universidade, ETEVI e FURB Idiomas. Dados referem-se à posição de 31/12 de cada ano.

Os docentes da educação superior são lotados nos departamentos e os do ensino médio e profissionalizante na ETEVI. O ingresso no quadro do Magistério da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante é precedido por Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento efetivo de cargos em vaga não preenchida, caracterizada e com carga horária mínima. A abertura de concurso é proposta pelas Unidades Universitárias, em caso da Educação Superior, ou pela ETEVI e deve ter aprovação do CEPE.

Conforme a

Tabela 23, um pequeno número de docentes percebe adicional de dedicação exclusiva, correspondente a 20% do valor PQ1, valores nominais de R\$ 1.303,54. Todos esses adicionais foram concedidos por ato discricionário da Reitoria (últimos atos de 2009), ou por ocupação de cargos de direção ou pela dedicação a pesquisa, esses quando da inexistência da pós-graduação estruturada em programas de mestrado e doutorado. A Lei Complementar nº 45/2010 disciplina o adicional de TI nos arts. 24, 25 e 26. Os critérios de concessão, renovação e exclusão do adicional de dedicação exclusiva aguardam normatização em regulamento próprio.

Quadro 32 – Critérios de ingresso e progressão na carreira docente

Legislação	Disposição	Capítulo	Descrição
Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010	Institui o Estatuto do Magistério Público Municipal de Blumenau da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, estabelecendo regras relativas ao quadro respectivo, ao regime de trabalho e aos planos de carreiras, e dá providências correlatas e complementares.	Capítulo I	Disposições preliminares
		Capítulo II	Do corpo docente da FURB
		Capítulo III	Das atribuições do professor do quadro
		Capítulo IV	Do quadro, da lotação e das vagas
		Capítulo V	Do ingresso e do enquadramento
		Capítulo VI	Da carreira do magistério superior
		Capítulo VII	Da carreira do magistério do ensino médio e da educação profissionalizante
		Capítulo VIII	Da progressão na carreira
		Capítulo IX	Dos regimes de trabalho
		Capítulo X	Das atividades
		Capítulo XI	Da remuneração
		Capítulo XII	Dos deveres e das responsabilidades e do regime disciplinar
		Capítulo XIII	Da Comissão Permanente da Carreira do Magistério (CPCM)
		Capítulo XIV	Disposições gerais e transitórias
Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010	Dispõe sobre as regras de contagem de pontos para enquadramento inicial e progressão na carreira para os professores da educação superior e do ensino médio e educação profissionalizante e dá outras providências.		
Resolução nº 36/2007	Dá nova redação à Resolução que “Aprova as normas para Concurso Público de provimento de cargos docentes na Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I, II e III, e dá outras providências”.		
Resolução nº 34/2012	Dispõe sobre as normas para realização de processo seletivo público e simplificado para contratação de professor temporário para desenvolver atividades de ensino superior na FURB.		

Resolução nº 36/2012	Aprova as normas para concurso público de provimento de cargos de Professor de Nível Médio/Profissionalizante, Administrador Escolar, Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional na Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante – ETEVI –, na forma dos Anexos I, II, III e IV, e dá outras providências.
----------------------	--

Fonte: www.furb.br (intranet) – Portal do Servidor, Relatório de Atividades COPLAN 2012.

A Carreira do Magistério Superior é a organização e a disposição dos professores da categoria de Exercício Permanente do Corpo Docente em 9 (nove) referências, designadas pela sigla “PQ”, organizadas em PQ01 a PQ09, que obedecem a um sistema de pontuação específico. Para o quadro de Carreira do Magistério do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante há uma classe representada pela sigla "EM", distribuída em nove referências, EM1 a EM9, obedecendo a um sistema de pontuação específica.

No magistério da educação superior, do ensino médio e da educação profissionalizante, a progressão de uma referência para a imediatamente superior dar-se-á em função de critérios de comprovada titulação acadêmica, progressivamente maior, e dos méritos decorrentes das atividades de administração, ensino, pesquisa, extensão e da produção científica, artística ou cultural desenvolvidas pelos docentes, critérios esses definidos em resolução.

5.1.2 Corpo Técnico-Administrativo

De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 744/2010, em seu art. 3º, o plano de carreiras para os servidores técnico-administrativos da FURB visa “...incentivar o corpo funcional da entidade à continuada e crescente qualificação, de modo a assegurar a eficiência do serviço e o permanente aperfeiçoamento do seu trabalho de prestação de serviços à comunidade usuária”. E, segundo o artigo 4º “as carreiras são organizadas em grupos de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e a ordem de complexidade de suas atribuições, em estreita correlação com as finalidades da Instituição”.

Quadro 33 – Critérios de ingresso e progressão na carreira de TA

Legislação	Disposição	Capítulo	Descrição
Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010	Institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas.	Capítulo I	Disposições preliminares
		Capítulo II	Do plano de carreiras técnico-administrativas
		Capítulo III	Do plano de carreira
		Capítulo IV	Dos critérios gerais da administração de recursos humanos
		Capítulo IV Seção I	Da nomeação e enquadramento

		Capítulo IV Seção II	Da promoção
		Capítulo IV Seção III	Da comissão permanente de carreira
		Capítulo V	Disposições finais

Fonte: www.furb.br (intranet) – Portal do Servidor

Os cargos ficam divididos nos seguintes grupos ocupacionais:

- a) nível superior;
- b) técnico de nível médio;
- c) administrativo;
- d) apoio e manutenção.

O Grupo Ocupacional Nível Superior (GNS) abrange os cargos cujas tarefas requerem conhecimentos teóricos e práticos de nível superior, representando o limite ascensional para os servidores públicos em suas carreiras.

O Grupo Ocupacional Técnico de Nível Médio (GNM) compreende os cargos que exigem conhecimentos técnicos, em nível de ensino médio.

O Grupo Ocupacional Administrativo (GAD) congrega os cargos que exigem conhecimentos, em nível de ensino médio, ligados ao âmbito administrativo e organizacional.

O Grupo Ocupacional Apoio e Manutenção (GAM) reúne cargos cujas tarefas requerem ensino fundamental e o conhecimento prático, limitados a uma rotina de trabalho.

5.1.3 Política de capacitação e qualificação dos docentes e técnico-administrativos

A Universidade conta atualmente com docentes e servidores técnico-administrativos em diferentes níveis de titulação, conforme se pode observar nas tabelas a seguir:

Tabela 24 – Titulação dos docentes (2009-2013)

Ano/Semestre	Graduado		Especialista		Mestre		Doutor*		TOTAL	
UNIVERSIDADE										
2009	I	43	5%	209	25%	388	46%	194	24%	834
	II	42	5%	211	26%	365	45%	194	24%	812
2010	I	49	6%	206	25%	366	45%	195	24%	809
	II	51	6%	209	26%	362	44%	193	24%	815
2011	I	48	6%	182	23%	372	46%	203	25%	805
	II	44	6%	181	23%	363	46%	197	25%	785
2012	I	36	4%	204	25%	378	46%	203	25%	821
	II	23	3%	178	23%	361	47%	204	27%	766
2013	I	18	2%	196	24%	392	48%	211	26%	817
	II	9	1%	191	23%	396	49%	220	27%	816
ETEVI										

Ano/Semestre	Graduado		Especialista		Mestre		Doutor*		TOTAL
2009	7	30%	9	40%	7	30%	0	0%	23
2010	8	25%	13	41%	11	34%	0	0%	32
2011	1	3%	12	39%	18	58%	0	0%	31
2012	2	9%	9	41%	11	50%	0	0%	22
2013	15	47%	8	25%	9	28%	0	0%	32

Fonte: DGDP/ PROAD.

Observação: na coluna Doutor consideraram-se também os livre-docentes

Tabela 25 – Titulação de servidores técnico-administrativos (2009-2013)

Grau de instrução		2009		2010		2011		2012		2013	
Ensino fundamental	Incompleto	37	6,37%	32	5,7%	30	5,15%	19	3,64%	22	3,62%
	Completo	23	3,96%	17	3,0	18	3,09%	17	3,26%	18	2,96%
Ensino médio	Incompleto	10	1,72%	10	1,7%	10	1,72%	9	1,73%	7	1,16%
	Completo	99	17,04%	106	18,9%	134	22,98%	129	24,71%	136	22,37%
Ensino superior	Incompleto	88	15,15%	77	13,7%	76	13,04%	61	11,69%	89	14,63%
	Completo	187	32,19%	190	33,8%	171	29,33%	156	29,88%	179	29,44%
Especialização	Incompleto	12	2,07%	11	2,0%	10	1,72%	7	1,34%	9	1,48%
	Completo	85	14,63%	83	14,8%	92	15,78%	88	16,86%	101	16,62%
Mestrado	Incompleto	5	0,86%	4	0,7%	3	0,51%	2	0,38%	2	0,33%
	Completo	33	5,68%	30	5,3%	38	6,52%	32	6,13%	42	6,9%
Doutorado	Incompleto	1	0,17%	1	0,2%	0	0,00%	0	0%	0	0%
	Completo	1	0,17%	1	0,2%	1	0,17%	2	0,38%	3	0,49%
TOTAL		581	100%	562	100%	583	100%	522	100%	608	100%

Fonte: DGDP/ PROAD.

Para atender as demandas de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos servidores, a FURB estabelece a política de formação continuada de curta duração por meio da Resolução N° 060/2012, de 19 de dezembro de 2012, com os seguintes princípios e diretrizes:

Princípios:

- indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- compromisso com os interesses coletivos;
- democratização e socialização dos conhecimentos;
- formação contínua.

Diretrizes:

- democratização do acesso;
- flexibilização dos processos de formação;
- desenvolvimento do servidor como sujeito singular e profissional do serviço público em consonância com os objetivos institucionais;
- articulação da formação com os processos de avaliação interno e externo;
- compromisso com a formação e o desenvolvimento contínuo de lideranças.

Tabela 26 – Participação na Formação Institucional – 2013 I

Categorias	Servidores	Participantes	Percentual
TI – Estatutário	340	65	19,12
TI – Estatutário	161	97	60,25
Tempo Parcial Horista (TPH) – Estatutário	272	116	42,65
Administrativo Temporário – CLT	228	23	10,09
TPH- CLT	357	82	22,97
TPH- 20 HORAS – Estatutário	10	4	40,00
Cargo em Comissão	11	8	72,73
Administrativo Temporário - LC 746 – Cont. adm.	16	8	50,00
TPH - LC 746 – Cont.adm.	47	21	44,68
Total	1.442	424	29,40

Fonte: DGDP/ Período: 01/01 a 30/06/2013.

Tabela 27 – Participação na Formação Institucional – 2013 II

Categorias	Servidores	Participantes	Percentual
TI – Estatutário	331	43	12,99
TI – Estatutário	158	86	54,43
TPH – Estatutário	271	106	39,11
Administrativo Temporário – CLT	258	9	3,49
TPH – CLT	400	98	24,50
TPH – 20 HORAS – Estatutário	9	2	22,22
Cargo em Comissão	11	7	63,64
Administrativo Temporário – LC 746 – Cont. adm.	8	1	12,50
TPH-LC 746 – Cont. adm..	10	6	60,00
Total	1.456	358	24,59

Fonte: DGDP /. Período: 01/07 - 31/12/2013.

Para cursos de longa duração, a FURB possui as seguintes resoluções específicas:

Quadro 34 – Plano de qualificação do servidor

Benefício	Beneficiado	Descrição	
Plano de Qualificação do Servidor	Docentes ETEVI	Resolução nº 05/2008	Normatiza o apoio institucional à capacitação de docentes do Quadro da ETEVI.
	TA	Resolução nº 17/2008	Regulamentação de benefício institucional para servidores técnico-administrativos cursarem pós-graduação <i>stricto sensu</i> nos programas da FURB.
	TA e docentes	Resolução nº 26/2008	Regulamenta o Projeto de Capacitação Linguística para Servidores da FURB.
	TA	Resolução nº 30/1997	Fixa novas condições de afastamento de servidores técnico-administrativos para cursar pós-graduação, mestrado e doutorado, e dá outras providências.
	Docentes	Resolução nº 11/2014 (revoga a Resolução 52/2008)	Fixa a Política de Capacitação Docente, em nível <i>stricto sensu</i> , e estabelece normas e prazos de afastamento dos docentes do quadro do magistério superior da FURB para programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e estágio pós-doutoral.

Fonte: www.furb.br (intranet) – Portal do Servidor, Benefícios.

A Resolução nº 05/94, de 03 de maio de 1994, disciplina o abatimento sobre os encargos educacionais, em cursos oferecidos pela FURB (FURB Idiomas, ETEVI e Graduação), a serem pagos por servidores, seus cônjuges e filhos.

A Resolução nº 13/97, de 28 de maio de 1997, disciplina o abatimento previsto na Resolução nº 05/94 para o segundo curso de graduação, oferecido na FURB, a todos os seus servidores, desde que seja em área afim às atividades que exercem.

5.1.4 Avaliação de desempenho dos servidores

A avaliação de desempenho apresenta-se como uma ferramenta capaz de potencializar o processo de gestão pública. Sua implantação e manutenção requerem apoio maciço da administração superior, articulação com todos os sujeitos envolvidos, bem como a integração com os demais processos da gestão de pessoas.

5.1.4.1 Avaliação de desempenho docente

Conforme projeto da Política de Avaliação de Desempenho Docente, apresentado em 2012 pela PROEN, a avaliação constitui em uma prática com função de diagnosticar e fornecer indicadores do desempenho dos docentes em suas funções, tornando-se, assim, uma estratégia para repensar as decisões relativas às mudanças e melhorias na qualidade do desenvolvimento profissional.

O exercício da docência na educação superior exige:

- a) competência técnica decorrente da formação específica no âmbito da graduação e pós-graduação;
- b) competência pedagógica, que compreende o conjunto de saberes necessários para organização do trabalho docente;
- c) experiência, resultado do fazer profissional em campos específicos ou no exercício da docência;
- d) envolvimento com a IES e com o curso.

A articulação entre essas competências, a busca pela formação contínua e a avaliação do desempenho docente constituem elementos essenciais para melhor qualificação da docência na Educação Superior e qualifica os processos de ensinar e aprender, na medida em

que fornece subsídios para reflexão sobre as práticas pedagógicas e para a organização de programas de formação.

A avaliação do docente no processo de ensino-aprendizagem da graduação envolve o acompanhamento de atividades como:

- a) o cotidiano da sala de aula (relação professor-estudante, metodologias de ensino, procedimentos de avaliação da aprendizagem);
- b) os instrumentos institucionais (planos de ensino, diários de classe);
- c) a autoavaliação da prática do professor;
- d) a participação em programas de formação didático-pedagógica.

A avaliação docente constitui-se de um instrumento diagnóstico, cujo objetivo central é fornecer subsídios e criar possibilidades para a reflexão e a reorganização da prática pedagógica. Nesse sentido, o programa de formação contínua docente é o espaço permanente para essa reflexão.

A avaliação docente contempla as instâncias dos colegiados de cursos, acadêmicos e o próprio professor. No período de estágio probatório, conforme definido no Estatuto do Servidor, Lei Complementar nº 660/2007, a avaliação de desempenho é feita com base na Resolução nº 18/2010.

5.1.4.2 Avaliação de desempenho do servidor técnico-administrativo

A partir do entendimento dos objetivos e das expectativas que o servidor técnico-administrativo possui em relação ao trabalho que desenvolve, a avaliação de desempenho pressupõe a identificação dos fatores de fragilidade profissional e institucional. Portanto, a avaliação não deve ser um processo unilateral, no qual a chefia avalia o subordinado e remete a ele a responsabilidade sobre seu desempenho. É por meio da avaliação de desempenho, articulada à análise das atividades e à revisão das rotinas, que as necessidades de formação e atualização dos conhecimentos, em todas as áreas, são identificadas.

A Lei Complementar nº 744/2010 institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas. A sessão II, artigos 21 a 24 instituem o benefício da promoção funcional aos servidores técnico-administrativos da FURB, que se dá em decorrência de merecimento apurado em avaliação de desempenho, por mérito do servidor na busca por formação/capacitação, tais como horas em cursos de atualização e aperfeiçoamento, conclusão de curso de graduação ou de cursos de pós-graduação, entre outros, e também por tempo de serviço.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar nº 744/2010, a avaliação de desempenho para a promoção funcional levará em conta os seguintes critérios:

- a) conduta ética;
- b) disciplina;
- c) relacionamento interpessoal;
- d) eficiência.

No artigo 23 da mesma lei está definido que, na avaliação de desempenho, realizada pela comissão permanente na forma de regulamento próprio, será adotado questionário que considere a natureza das atividades desempenhadas pelo servidor, observadas as seguintes características:

- a) objetividade e adequação dos processos e instrumentos de avaliação, ao conteúdo ocupacional das carreiras;
- b) periodicidade semestral;
- c) contribuição do servidor para consecução dos objetivos do órgão;
- d) comportamento observável do servidor em questão de assiduidade, pontualidade, disciplina, relacionamento, conduta pessoal e outros correlatos.

A referida Comissão Permanente da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da FURB, citada no artigo 23 e instituída no artigo 25, tem como atribuições: acompanhar a implantação e regular o funcionamento do plano de carreira; elaborar o regulamento e os instrumentos da avaliação de desempenho, para fins de promoção funcional dos servidores; analisar e decidir sobre os requerimentos e recursos dos servidores quanto à pontuação, valoração dos cursos e os resultados da avaliação de desempenho; elaborar os formulários para os requerimentos referentes à carreira.

De acordo com o Relatório de Autoavaliação 2009-2011, publicado pela CPA da FURB em 2013, a Resolução nº 27/97 define o regulamento para avaliação do desempenho do servidor público técnico-administrativo da FURB, bem como a ficha da referida avaliação. Uma nova proposta de resolução foi submetida ao CONSUNI em 2011, e foi retirada de pauta pelo SINSEPES. Em 2013, novamente a matéria voltou a discussão e aguarda encaminhamento ao CONSUNI pela comissão constituída.

No período de estágio probatório, conforme definido no Estatuto do Servidor, Lei Complementar 660/2007, a avaliação de desempenho é feita com base na Resolução nº 18/2010.

Quadro 35 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoas

Objetivo XXXII – Adequar os processos de gestão de pessoas aos sistemas utilizados						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
118) Adequar os processos de gestão de pessoas aos sistemas utilizados até dezembro de 2014	1) Adequar a FURB ao eSocial até dezembro 2014;	Sistema de coleta de dados integrado com o sistema VetoRH/Rubi	SEGEPE/PROAD	2014	2014	
	2) otimizar as rotinas dos sistemas de folha de pagamento;	Rotinas otimizadas	SEGEPE/PROAD	2014	2014	
	3) informatizar o registro de carreira dos servidores.	Registro sistematizado	SEGEPE/PROAD	2014	2014	
Objetivo XXXIII – Implementar a política de saúde do servidor						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
119) Revitalizar o programa "Vida em Equilíbrio" em 2014	1) Realizar um diagnóstico sobre a "qualidade de vida" no trabalho com todos os servidores efetivos da FURB;	Instrumento/questionário aplicado	SEGEPE	2014-2	Anual	
	2) elaborar periodicamente laudos referente à segurança e saúde dos servidores em todos os ambientes da Instituição;	Laudos disponíveis	DGPD	2014-2	Anual	
	3) propor e implementar ações que visem a preparação de servidores em vias de aposentadoria para a nova fase da vida;	Ações realizadas	SEGEPE	2014-2	Anual	
	4) avaliar e implementar ações com base no resultado da pesquisa de qualidade de vida realizada em outubro de 2013;	Ações implementadas	SEGEPE/COPLAN	2014	2014	
120) Criar o serviço de atenção à Saúde: Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	1) Definir espaço físico para o SESMT;	Espaço definido	SEGEPE/COPLAN	2014	2014	
	2) nomear e dar posse aos servidores aprovados em concurso público;	Servidores nomeados	SEGEPE/Reitoria	2014	2014	
	3) elaborar o plano de trabalho para o setor;	Plano de trabalho concluído e aprovado	SEGEPE/PROAD	2014	2014	
	4) adquirir e implantar sistema de gestão.	Sistema instalado, customizado e em funcionamento	SEGEPE/PROAD	2014	2014	
Objetivo XXXIV – Institucionalizar critérios de alocação e movimentação de pessoas						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	

121) Definir a Matriz de Alocação de Pessoal Técnico-Administrativo	1) Mapear as competências de cada unidade da estrutura acadêmico-administrativa da FURB;	Competências mapeadas	SEGEPE/ PROAD	2014-2	-	
	2) mapear as competências (conhecimentos, experiência profissional) dos servidores técnico-administrativos para alocação mais assertiva nas unidades da FURB (quadro de vagas);	Competências mapeadas	SEGEPE/ PROAD	2014-2	-	
	3) institucionalizar uma política de adequação do perfil técnico-administrativo às vagas (atividades) da FURB (formação e experiência).	Política institucionalizada	SEGEPE	2014-2	-	
	4) regularizar o quadro efetivo de pessoal técnico- administrativo;	Quadro técnico-administrativo regularizado	SEGEPE/PROAD	2014	-	
	5) aplicar a Instrução Normativa (IN) 06/2011 para remoção dos servidores técnico-administrativos.	IN aplicada	SEGEPE/PROAD	2014	-	
122) Integrar e qualificar os novos servidores	1) Estabelecer as atividades de integração e de formação profissional dos servidores admitidos em 2013 e 2014 (docentes e TAs)	Programa de integração e de formação estabelecido	SEGEPE/PROAD	2014	-	
123) Aplicar critérios de seleção e admissão para servidores técnico-administrativos temporários	1) Institucionalizar critérios para seleção e admissão de servidores técnico-administrativos temporários;	Critérios institucionalizados	SEGEPE/PROAD	2014	2015	
	2) institucionalizar o processo seletivo para servidores técnico-administrativos temporários, conforme os moldes do que ocorre com os PSPS dos docentes;	Processo seletivo institucionalizado	SEGEPE/PROAD	2014	2015	
	3) propor legislação de contratação para projetos, convênios e contratos, específica para a FURB.	Legislação aprovada	SEGEPE/PROAD	2014	2015	
124) Adequar as contratações emergenciais às situações previstas nas normas	1) Aplicar os critérios de seleção e admissão de docentes regulamentados na Instituição	Critérios aplicados	SEGEPE/PROAD	2014	-	
125) Planejar as vagas para docentes com Regime de trabalho TI e Regime de Tempo Parcial (TP) até 2015	1) Implementar a Resolução de Regime de Trabalho de TI, com base nos planos departamentais;	Resolução implementada	SEGEPE/PROAD	2014	2015	
	2) deliberar sobre a criação de Regime de	Alteração de Lei	SEGEPE	2014	2014	

	Tempo Parcial 10, 20 e 30 horas;	Complementar				
	3) deliberar sobre o Regime de TPH, visando à extinção do mesmo para os docentes efetivos.	Altera Lei Complementar	SEGEPE	2014	2015	
Objetivo XXXV – Consolidar as ações de desenvolvimento humano e profissional						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
126) Institucionalizar a Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos.	1) Aprovar, no CONSUNI, o instrumento de Avaliação de Desempenho de Servidores Técnico-Administrativos;	Avaliação aprovada no CONSUNI	SEGEPE	2014-2	Anual	
	2) Realizar Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-administrativos	Avaliação realizada	SEGEPE	2014-2	Anual	
127) Institucionalizar a Avaliação de Desempenho dos Servidores Docentes.	1) Aprovar, no CONSUNI, o instrumento de Avaliação de Desempenho de Servidores Docentes	Avaliação aprovada no CONSUNI	SEGEPE	2014-2	Anual	
128) Pesquisa de clima organizacional.	1) Identificar as necessidades de desenvolvimento profissional dos servidores técnico-administrativos	Necessidades identificadas	SEGEPE	2014	-	
129) Implementar o Núcleo de Políticas de Formação (NUPOF)	1) Estruturar equipe do NUPOF	Equipe estruturada	SEGEPE	2014	2014	
130) Ampliar a participação dos servidores e as temáticas da formação institucional	1) Aperfeiçoar as vias de comunicação/divulgação das formações institucionais;	Formações divulgadas	PROEN	2014	2014	
	2) organizar a oferta anual do Seminário de Integração dos Professores Ingressantes;	Oferta organizada	PROEN	2014	2014	
	3) criar um portfólio de cursos/temas a serem ofertados, considerando as demandas do PDI, os PPCs e as demandas sociais;	Portfólio aprovado	PROEN	2014	2014	
	4) criar GT com profissionais da DPE sobre temas relacionados ao ensino superior.	GT instituído	PROEN	2014	2015	
131) Intensificar a formação em metodologias e tecnologias inovadoras de ensino-aprendizagem (PROEN)	1) Consolidar um projeto de formação permanente em metodologias e tecnologias inovadoras que qualifiquem os docentes nos processos de ensino-aprendizagem;	Projeto aprovado	PROEN	2014	2014	
	2) levantamento de informações a respeito de metodologias e tecnologias inovadoras de	Informações disponibilizadas para	PROEN	2014	2014	

	ensino-aprendizagem;	consulta				
	3) realizar fóruns sobre forma de uso de metodologias e tecnologias inovadoras de ensino-aprendizagem;	Fóruns realizados	PROEN	2014	2014	
	4) implantar o projeto.	Projeto implantado	PROEN	2014	2015	
132) Qualificação docente	1) Institucionalizar a Política de Capacitação Docente;	Política aprovada no CONSUNI	Reitoria	2014	2014	
	2) criar condições para que não existam professores com apenas a graduação.					
133) Implementar ações de gestão e desenvolvimento de pessoas programadas para 2014	1) Operacionalizar formação - Excelência em Atendimento (compartilhada com a ACAFE)	Formação implantada com público definido	SEGEPE	2014	2014	
	2) realizar os eventos em homenagem ao servidor aposentado ou com 25 ou 30 anos de serviço (“ Eu Levo a FURB no Coração”);	Calendário estabelecido	SEGEPE	2014	2014	
	3) organizar o arquivo da SEGEPE (higienizar e catalogar material para o CMU);	Arquivo organizado	SEGEPE	2014	2014	
	4) rever critérios para a concessão de empréstimo consignado (propor alteração com base nas experiências anteriores vividas por servidores e a SEGEPE);	Novos critérios implantados	SEGEPE	2014	2014	
	5) divulgar os horários dos servidores no portal da transparência (definir a forma de apresentação, principalmente docentes e ocupantes de cargos administrativos);	Informação disponibilizada	SEGEPE	2014	2014	
	6) disponibilizar a consulta de carga horária mensal para os docentes;	Informação disponibilizada	SEGEPE	2014	2014	
	7) elaborar um código de ética do servidor	Código proposto	SEGEPE	2014	2014	
	8) Elaborar norma acerca de mídia social (norma estabelecendo limites para o uso da mídia social no local de trabalho)	Norma estabelecida	SEGEPE	2014	2014	
	9) Regulamentar critérios de concessão, renovação e exclusão do adicional de dedicação exclusiva (DE)	Resolução aprovada ou alteração de lei	SEGEPE	2014	2014	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

5.2 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

A organização administrativa e acadêmica da FURB está prevista no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, disposta na Lei Complementar nº 743, de 19 de Março de 2010 e homologada pela Resolução nº 35/2010, de 28 de Junho de 2010. Os estatutos e regimentos da Universidade podem ser observados no quadro 36:

Quadro 36 – Estatutos e regimentos da Universidade

Legislação	Data	Disposição
Resolução nº 129/2001	20 de dezembro de 2001	Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo.
Lei Complementar nº 660	28 de novembro de 2007	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, suas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 743	19 de março de 2010	Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau e dá outras providências.
Lei complementar nº 744	19 de março de 2010	Institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas.
Lei Complementar nº 745	19 de março de 2010	Institui o estatuto do magistério público municipal de Blumenau da educação superior, do ensino médio e da educação profissionalizante, estabelecendo regras relativas ao quadro respectivo, ao regime de trabalho e aos planos de carreiras, e dá providências correlatas e complementares.
Lei Complementar nº 746	19 de março de 2010	Dispõe sobre as regras para a aplicação do estatuto dos servidores públicos municipais aos servidores da FURB, e dá providências correlatas.
Resolução nº 35/2010	28 de junho de 2010	Homologa o Estatuto da FURB, na forma do Anexo.
Decreto Municipal nº 9.199/2010	30 de junho de 2010	Homologa o Estatuto da FURB.
Resolução nº 41/2011	26 de agosto de 2011	Cria a DIC e altera dispositivos da Resolução nº 35/2010.
Decreto Municipal nº 9.473/2011	19 de setembro de 2011	Homologa alterações no Estatuto da FURB, constantes na Resolução nº 41/2011.
Resolução nº 26/2012	28 de junho de 2012	Altera o art. 12 da Resolução nº 35/2010, relativamente à composição do CONSUNI.
Decreto Municipal nº 9.751/2012	06 de julho de 2012	Homologa alterações no Estatuto da FURB, constantes na Resolução nº 26/2012.
Resolução nº 67/2013	24 de outubro de 2013	Altera os arts. 114 e 117 da Resolução nº 35/2010, relativamente à prorrogação de mandatos.
Decreto Municipal nº 10.164/2013	31 de outubro de 2013	Homologa alterações no Estatuto da FURB, constantes na Resolução nº 67/2013.
Resolução nº 87/2013	02 de dezembro de 2013	Altera o inciso I, do Art. 75, da Resolução nº 35/2010, relativamente à mudança de denominação do CCE para CCEAL.
Decreto Municipal nº 10.295/2014	10 de março de 2014	Homologa alterações no Estatuto da FURB, constantes na Resolução nº 87/2013.

Fonte: www.furb.br/e-furb

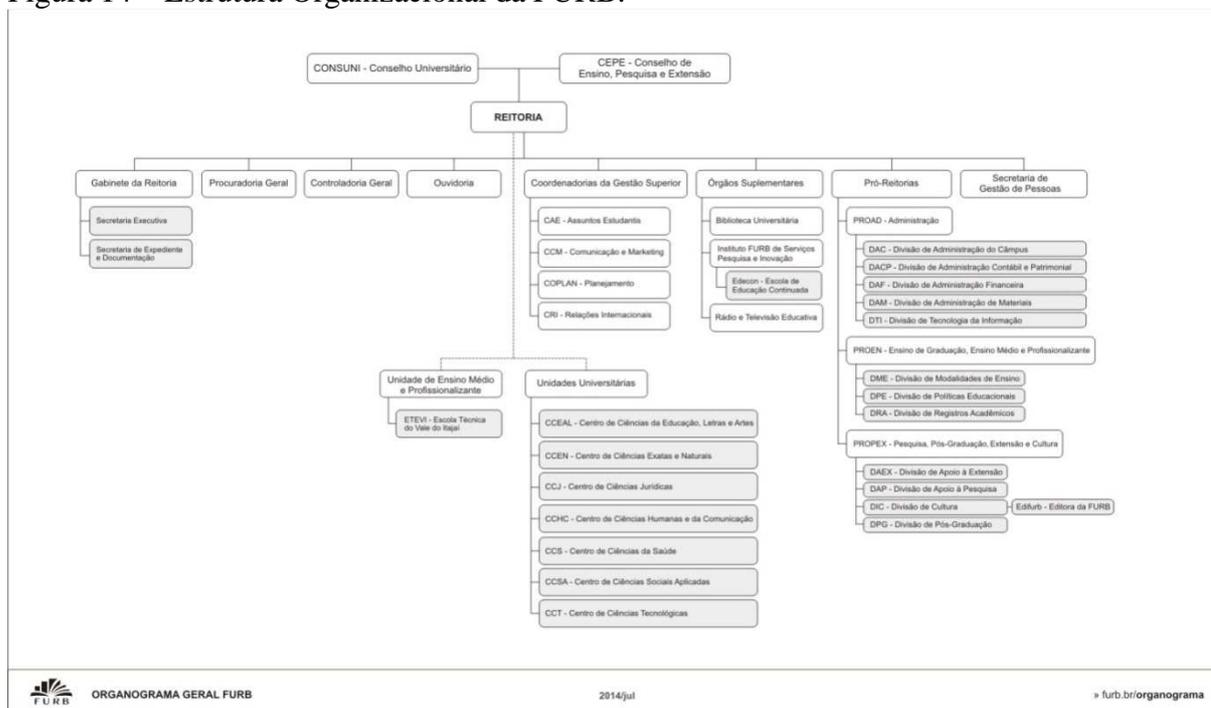
5.2.1 Constituição e Organização Administrativa

A administração da FURB executa-se em nível superior e em nível setorial, cuja estrutura organizacional é composta da seguinte forma:

- a) CONSUNI;
- b) CEPE;
- c) Reitoria e unidades subordinadas;
- d) Unidades Universitárias;
- e) Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.

A Figura 14 representa a estrutura organizacional:

Figura 14 – Estrutura Organizacional da FURB.



Fonte: www.furb.br

5.2.1.1 Órgãos de deliberação coletiva

Os órgãos de deliberação coletiva são o CONSUNI e o CEPE.

5.2.1.1.1 CONSUNI

O CONSUNI é o órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira da FURB. No quadro 37 se visualiza a composição e as competências desse conselho:

Quadro 37 - Composição e atribuições do CONSUNI

Resolução nº 35/2010	
COMPOSIÇÃO*	Competências (Artigo 13º)
I – Reitor, que o presidirá;	<p>I – examinar, discutir, reformar e aprovar:</p> <p>a) o Estatuto, o Regimento Geral e dos demais órgãos, assim como demais documentos legais da FURB, no que lhe for pertinente;</p> <p>b) a Política Geral e Universitária da FURB;</p> <p>c) o Orçamento Anual e PPA da FURB;</p> <p>d) aprovar diretrizes orçamentárias para o exercício seguinte, a serem fixadas até o final do mês de maio de cada ano;</p> <p>e) a Política Salarial de seu Pessoal, na conformidade da legislação pertinente;</p> <p>f) o Relatório Anual de Atividades;</p> <p>g) o Balanço Geral da FURB;</p> <p>h) as tabelas de taxas, custas e anuidades escolares;</p> <p>i) alterar o Estatuto da FURB, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros;</p> <p>j) elaborar, reformar e aprovar o seu Regimento;</p> <p>II – estabelecer diretrizes, para a execução de atividades relacionadas com:</p> <p>a) administração financeira, contábil e auditoria;</p> <p>b) administração patrimonial;</p> <p>c) administração de pessoal;</p> <p>d) serviços gerais;</p> <p>III – promover avaliação das atividades da FURB;</p> <p>IV – deliberar sobre as competências e atribuições das Unidades Universitárias, da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, dos Departamentos, dos Órgãos Suplementares e das Pró-Reitorias, pelo voto de dois terços (2/3) dos seus membros, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010;</p> <p>V – aprovar a criação, locação ou extinção de cursos;</p> <p>VI – deliberar sobre o veto do Reitor, no prazo de quinze (15) dias, a contar do seu recebimento, só podendo rejeitá-lo pelo voto de dois terços (2/3) dos seus membros, em escrutínio secreto;</p> <p>VII – aprovar a intervenção do Reitor na administração setorial, obedecidos aos princípios constantes deste Estatuto;</p> <p>VIII – normatizar e apreciar proposições de concessão de títulos e honrarias;</p> <p>IX – apreciar e deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre matéria omissa neste Estatuto e no Regimento Geral da FURB;</p> <p>X – normatizar e apreciar proposições de consulta direta da comunidade universitária sobre assuntos relevantes pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros.</p>
II – Vice-Reitor;	
III – 03 (três) Pró-Reitores;	
IV – Diretor da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante;	
V – Diretores das Unidades Universitárias;	
VI – ex-Reitores da FURB em atividade na Instituição;	
VII – 02 (dois) representantes docentes por Unidade Universitária;	
VIII – 02 (dois) representantes docentes por Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante;	
IX – 01 (um) representante docente dos órgãos subordinados à Reitoria, indicado pelo Reitor;	
X – 01 (um) representante docente dos programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , indicado pelo Conselho Técnico de Pós-Graduação;	
XI – 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos;	
XII – 01 (um) representante dos servidores inativos da FURB;	
XIII – 04 (quatro) representantes discentes da graduação, indicados pelo DCE;	
XIV – 01 (um) representante discente dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ;	
XV – 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau – SINSEPES;	
XVI – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;	
XVII – 01 (um) representante da Associação Empresarial de Blumenau (ACIB);	
XVIII – 01 (um) representante do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau;	
XIX – 01 (um) representante da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI).	
§ 1º Os membros indicados nos incisos I, II, III, IV, V e VI são natos.	
§ 2º Os membros indicados nos incisos XI, XII e XIV são eleitos por seus pares, através de eleição direta.	
§ 3º Os membros indicados nos incisos VII e VIII são eleitos por seus pares.	
§ 2º Os membros do CONSUNI, exceto os membros natos e os representantes discentes, têm mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.	
§ 2º Os membros discentes do CONSUNI têm mandato de 01 (um) ano.	

Fonte: FURB, 2012

* Alterada pela Resolução nº 026/2012 (Decreto nº 9.751, de 06 de julho de 2012)

5.2.1.1.2 CEPE

O CEPE é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da FURB em matéria de ensino, pesquisa e extensão. No quadro 38, visualizam-se a composição e as competências desse conselho.

Quadro 38 – Composição e atribuição do CEPE

Resolução nº 35/2010	
Composição (Art. 16º)	Competências (Artigo 13º)
I - Reitor, que o presidirá;	I – propor e implementar as políticas de ensino, pesquisa e extensão; II – autorizar o funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação, cursos sequenciais, cursos de extensão e cursos técnicos, bem como a sua locação, extinção, suas vagas, planos e modificações; III – propor a criação, desmembramento, fusão e extinção de Unidades Universitárias, Departamentos e da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante; IV – fixar normas complementares às do Regimento Geral da FURB sobre processo seletivo para ingresso de estudantes no ensino superior, currículos e programas, horários e turnos de funcionamento, matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, avaliação da aprendizagem, bem como sobre o calendário acadêmico, estágios curriculares e outros assuntos, em matéria de sua competência; V – regulamentar o credenciamento, seleção, admissão, capacitação, avaliação e a distribuição de carga horária do pessoal docente para o ensino médio e profissionalizante, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão; VI – aprovar a abertura de vagas para concurso público de provas ou de provas e títulos e homologar os resultados; VII – aprovar o currículo pleno dos cursos do ensino médio e profissionalizante, de graduação e de pós-graduação; VIII – deliberar sobre o veto do Reitor, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, só podendo rejeitá-lo pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, em <i>escrutínio</i> secreto; IX – elaborar, reformar e aprovar o seu Regimento; X – apreciar e deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre matéria omissa neste Estatuto ou no Regimento Geral da FURB, no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Nas suas faltas e impedimentos, a Presidência é exercida pelo Vice-Reitor.
II - Vice-Reitor;	
III - Pró-Reitores das áreas de ensino, de pesquisa e de extensão;	
IV – 02 (dois) representantes docentes de cada Unidade Universitária;	
V – 01 (um) representante discente por Unidade Universitária;	
VI – 02 (dois) representantes docentes da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.	
§ 1º Os membros mencionados nos incisos I, II e III são natos; § 2º Os membros indicados nos incisos IV, V e VI são eleitos por seus respectivos pares, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.	

Fonte: FURB, 2010

5.2.1.2 Órgão executivo

A Reitoria é exercida pelo Reitor, eleito pela comunidade acadêmica entre os professores do quadro com mais de 08 (oito) anos de atividade docente na FURB e nomeado pelo Prefeito Municipal de Blumenau para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a

reeleição para um único período imediatamente subsequente. É o órgão máximo de direção da FURB, aos quais se subordinam todos os seguintes órgãos:

I – Gabinete da Reitoria:

- a) Secretaria de Expediente e Documentação
- b) Secretaria Executiva

II – PROGEF;

III – Controladoria Geral

IV – Ouvidoria

V – Pró-Reitorias e suas divisões subordinadas:

- a) PROAD
- b) PROPEX
- c) PROEN

VI – Coordenadorias da Gestão Superior:

- a) CCM
- b) COPLAN
- c) CRI
- d) CAE

VII – SEGEPE

VIII – Órgãos Suplementares:

- a) Instituto FURB de Serviços, Pesquisa e Inovação;
- b) BU
- c) RTE

O Gabinete da Reitoria, unidade de apoio institucional e estratégico da Reitoria, tem por finalidade propiciar ao Reitor e Vice-Reitor os elementos necessários ao trabalho diário e as condições operacionais indispensáveis ao exercício de suas funções.

A Procuradoria Geral é órgão de natureza permanente, vinculada diretamente ao Reitor, exercendo as funções de consultoria jurídica e assessoramento da Reitoria e dos demais órgãos superiores da Administração, das Unidades Universitárias e da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.

A Controladoria Geral é o órgão destinado, precipuamente, a acompanhar, controlar e fiscalizar a gestão econômica financeira, contábil, orçamentária e patrimonial da FURB.

A Ouvidoria é órgão de atendimento e proposição, atuando como canal de comunicação entre a Instituição e os usuários, focando sua atuação na mediação de conflitos.

À PROAD competem a organização, a coordenação e a execução das atividades administrativas e operacionais de suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

À PROPEX cabe promover e estimular as atividades docentes e discentes da Instituição relacionadas à pesquisa e à extensão, no nível de ensino médio e profissionalizante, na graduação e na pós-graduação, facilitando a definitiva integração dessas.

À PROEN cabe elaborar e implementar, em conjunto com as Coordenadorias de Colegiados de Cursos de graduação e da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, as políticas de ensino de graduação, ensino médio e profissionalizante da FURB, coordenando-as e supervisionando-as.

A CCM é responsável pelas atividades de jornalismo e de marketing institucional, porém sinaliza-se a criação de uma estrutura integrada de comunicação.

A COPLAN é responsável pela análise da evolução da FURB e pela proposição, ao Reitor, de políticas, diretrizes e metas para o desenvolvimento das ações no campo físico, administrativo e econômico-financeiro da Instituição.

A CRI tem como finalidade a troca de experiências, intercâmbio acadêmico, docente e técnico-administrativo e desenvolvimento de atividades relacionadas com o espírito de cooperação internacional.

A CAE é responsável pela elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos estudantes da FURB, em parceria com outras Unidades da Instituição.

A SEGEPE é responsável pela gestão dos recursos humanos da Universidade, gestão do clima organizacional, desenvolvimento e implementação de políticas de atenção e promoção à saúde e à segurança do trabalho, gestão de movimentação e alocação de servidores.

O Instituto FURB (Serviços, Pesquisa e Inovação) órgão suplementar de natureza técnico-científica, exerce a interface da FURB com a comunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão em programas interdisciplinares e para a prestação de serviços.

A BU é o órgão responsável pela gestão dos recursos bibliográficos e documentais necessários às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da FURB.

A RTE, instituição mantida pela FURB, sem finalidade lucrativa, propõe-se a executar serviços de radiodifusão educativa, produzindo e veiculando programas educativos, culturais, esportivos, científicos e noticiosos de televisão e rádio.

5.2.1.3 Unidades de Ensino Médio e Universitárias

5.2.1.3.1 Unidades Universitárias

As Unidades Universitárias, também denominadas de Centros e constituídas de um conjunto de departamentos de áreas afins, são responsáveis pelo ensino de graduação, estando agrupadas em áreas do conhecimento:

- a) CCEAL;
- b) CCS;
- c) CCEN;
- d) CCHC;
- e) CCJ;
- f) CCSA;
- g) CCT.

A administração, em nível setorial, das Unidades Universitárias, se efetivará através de:

- a) Conselhos de Unidade Universitária;
- b) Direções de Unidade Universitária;
- c) Departamentos.

O Conselho de Unidade Universitária é o órgão deliberativo e consultivo da Unidade Universitária.

A Direção de Unidade Universitária, órgão executivo, é exercida pelo Diretor e Vice-Diretor, professores do quadro, eleitos pela comunidade acadêmica da Unidade, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.

O Departamento é a menor fração da estrutura da Unidade Universitária para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e da distribuição de pessoal.

5.2.1.3.2 Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante

A Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, também denominada Escola Técnica do Vale do Itajaí e/ou designada pela sigla ETEVI, é uma instituição com autonomia didática, administrativa e disciplinar, vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, para ministrar o ensino médio e a educação profissionalizante da FURB, observando-se a legislação vigente.

O órgão deliberativo da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante é o Conselho da Unidade. O órgão executivo da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante é a Direção da Unidade. A administração, em nível setorial da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, se efetivará através de:

- a) Conselho da Unidade;
- b) Direção da Unidade.

O Conselho da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante é o órgão deliberativo e consultivo da Unidade. A Direção, órgão executivo da Unidade, é exercida pelo Diretor e Vice-Diretor, professores do quadro, eleitos pela comunidade acadêmica da Unidade, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.

5.2.1.4 Organograma Geral da FURB

A Figura 15 apresenta o organograma institucional.

5.2.2 Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI

Com base nas necessidades atuais da Universidade e com o intuito de qualificar a execução de seus processos, destaca-se a intenção da FURB em rever sua estrutura administrativa.

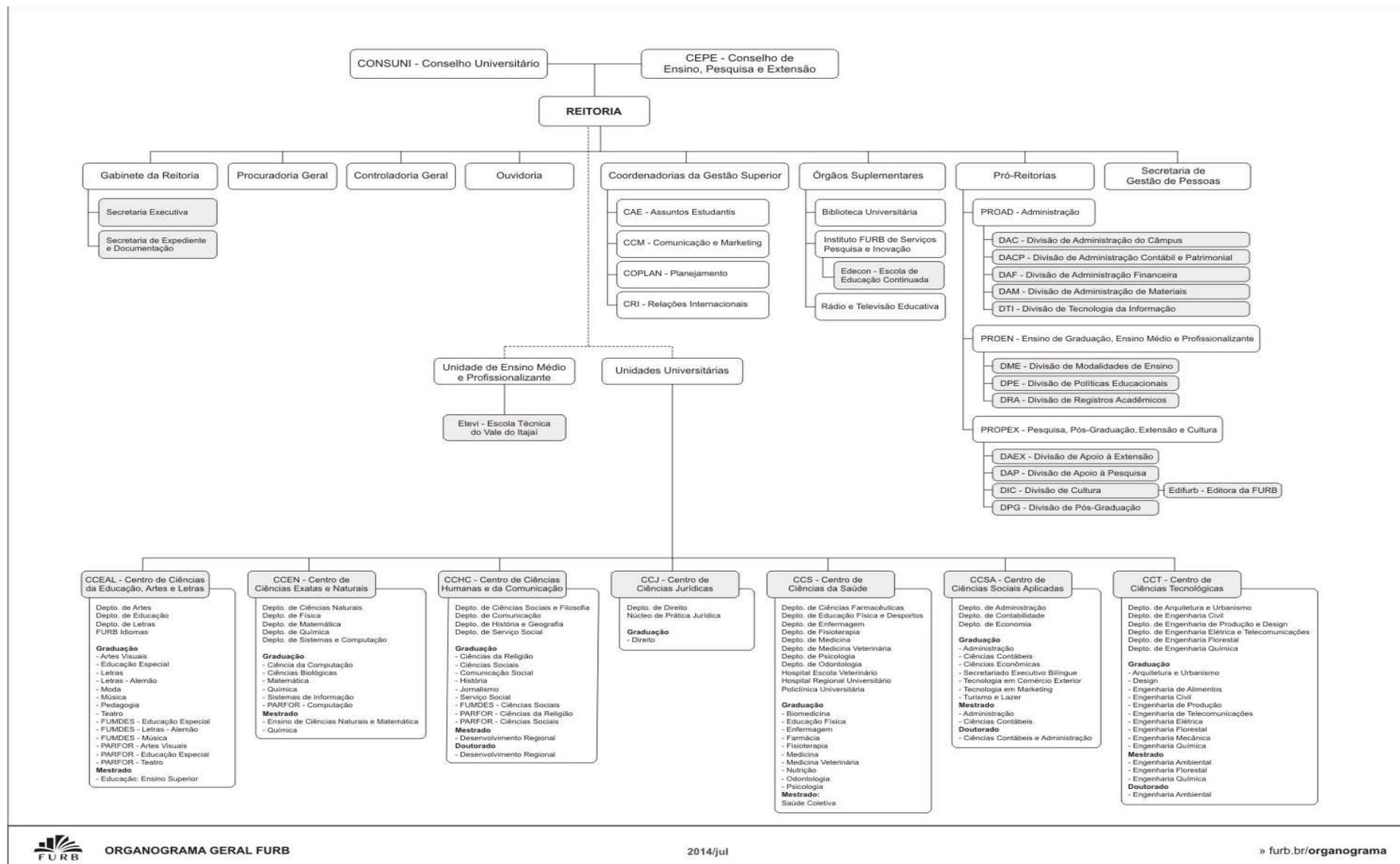


Figura 15 – Organograma FURB
Fonte: FURB, 2014

Quadro 39 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à constituição e organização administrativa e acadêmica

Objetivo XXXVI – Analisar a estrutura administrativa da FURB e propor adequações						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
134) Analisar a estrutura administrativa da FURB e propor adequações em 2014	1) Analisar a necessidade de criação de uma PROERC;	Lei alterada	Reitoria	2014	2015	
	2) reorganizar a gestão superior;					
	3) criar a estrutura integrada de comunicação;					
	4) institucionalizar um órgão de gestão de pessoas vinculado diretamente ao Reitor (conforme tramitado no CONSUNI: Processo nº 017/2013, aprovado em 12/09/2013 através do Parecer nº 20/2013/CONSUNI)					

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

5.2.3 Gestão por Processos

Os processos constituem o elo entre a estratégia estabelecida pela FURB e as pessoas que nela realizam suas atividades. Entende-se por processos o fluxo das atividades que tramitam horizontalmente no organograma institucional, realizadas por seus servidores, em sincronismo com a estratégia estabelecida pela comunidade universitária nesse PDI. A dimensão dos relacionamentos estabelecidos no fluxo horizontal agrega valor aos produtos e serviços, agilizando os macroprocessos e criando um sincronismo organizacional.

A FURB, em 2001, experimentou a primeira iniciativa de implementar a Gestão por Processos. Com viés de ação estratégica, pensou-se em uma “(...) *estrutura organizacional e de responsabilidades destinada a implementar grupos de estudos para análise e melhoria de processos da FURB.*” Essa iniciativa passou por uma série de ajustes e de aperfeiçoamentos e culminou na implantação na metodologia do Sincronismo Organizacional, que tem por foco o diagnóstico de *gaps* ou rupturas de um processo com objetivo de alinhar pessoas, estratégias e processos.

Em 2013, a FURB iniciou a implantação do Escritório de Gestão por Processos, vinculado à PROAD, responsável pela revisão da política de gestão por processos, pela gestão do portfólio de processos da Universidade, disseminando a metodologia e capacitando colaboradores da FURB.

Quadro 40 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à gestão de projetos e gestão de processos

Objetivo XXXVII – Consolidar a Gestão dos Projetos Especiais da PROEN						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Observação
				Início	Fim	
134) Fomentar o envolvimento e participação da FURB em programas como PIBID, PARFOR, PET, Novos Talentos, Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE), entre outros	1) Estimular o envolvimento dos servidores na captação de recursos externos (programas);	Recursos captados	PROEN	2014	2014	
	2) agendar reuniões com entidades ligadas à Educação ou que possam contribuir, como a AMMVI e Secretaria Municipal de Educação;	Reuniões realizadas	PROEN	2014	2014	
	3) criar processo de verificação periódica de editais disponíveis e adequados à FURB.	Processo instituído	PROEN	2014	2014	
136) Qualificar a gestão dos Projetos da PROEN	1) Realizar acompanhamento dos projetos (PIBID, PARFOR, LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), PET e da secretaria executiva de apoio a projetos;	Projetos acompanhados	PROEN	2014	2014	
	2) criar uma coordenação geral do PIBID em função da aprovação do novo projeto;	Coordenação institucionalizada	PROEN	2014	2014	
	3) elaborar relatórios semestrais.	Relatório publicado	PROEN	2014	2014	
Objetivo XXXVIII – Consolidar a gestão setorial e as práticas dos NDEs						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
137) Atualizar as composições e chefias dos NDEs e colegiados de forma sistemática	1) Propor uma política de organização e trabalho dos NDEs;	NDES e colegiados de curso em funcionamento (atas, registros)	PROEN	2014	2014	
	2) divulgar as composições dos colegiados e NDEs;		PROEN	2014	2014	
	3) divulgar as alternâncias de membros dos NDEs (um terço a cada 3 anos);		PROEN	2014	2014	
	4) orientar os envolvidos nos processos eleitorais em termos de prazo e representatividade;		PROEN	2014	2014	
	5) analisar/ avaliar as práticas dos NDEs.		PROEN	2014	2014	
138) Institucionalizar a Política de Departamentalização das	1) Propor uma Política de Departamentalização das Disciplinas	Resolução aprovada	PROEN	2014	2014	

Disciplinas	(articulada com as orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e CNPq)					
Objetivo XXXIX – Consolidar a gestão de processos por meio do Escritório de Processos						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
139) Institucionalizar a Gestão por Processos	1) Institucionalizar o Escritório de Processos;		PROAD	2014	2014	
	2) identificar as atividades/ processos críticos;		PROAD/ EGP	2014	2014	
	3) redesenhar processos/ produtos crítico;.	Processos identificados	PROAD/ EGP	2014	2015	
	4) implantar programa de melhoria de processos.	Processos redesenhados	PROAD/ EGP	2014	2015	
140) Mapear os processos de Suprimentos	1) Analisar e modelar o processo de suprimentos	Processo levantado	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	
141) Estruturar as atividades de elaboração de orçamentos na Divisão de Administração de Materiais (DAM)	1) Centralizar a elaboração de orçamentos para estimativas de preços das licitações	Proposta de estrutura e funcionamento do processo aprovada	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	
142) Normatizar procedimentos relativos aos processos de contratação de bens e serviços	1) Elaborar manual de procedimentos de compras;	Manual elaborado	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	
	2) elaborar manual de procedimentos de licitação;	Manual elaborado	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	
	3) elaborar manual de procedimentos de almoxarifado;	Manual elaborado	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	
	4) elaborar manual de procedimentos de importação;	Manual elaborado	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	
	5) disponibilizar manuais no SharePoint.	Manuais disponíveis	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	
143) Normatizar os procedimentos relativos a gestão, acompanhamento e fiscalização dos contratos, atas de registros de preços e documentos equivalentes	1) Elaborar manual para os gestores de contratos;	Manual elaborado	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	
	2) fazer treinamento dos gestores.	Número de gestores capacitados	PROAD/ EGP/ DAM	2014	2015	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

6 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL¹⁸

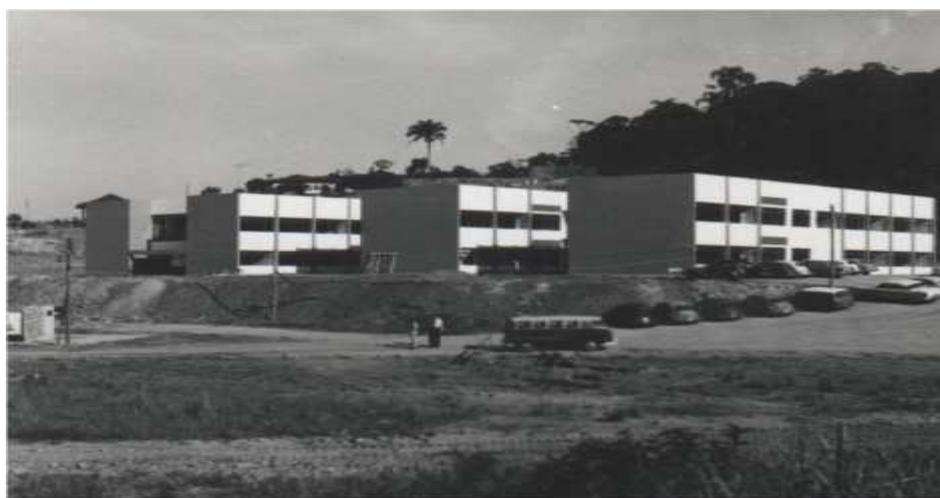
O processo de expansão das atividades da FURB se reproduz nas suas infraestruturas física e de TIC, as quais têm se desenvolvido para atender às demandas do ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e cultura. Ampliar, manter e qualificar a infraestrutura institucional tem sido uma preocupação constante no sentido de proporcionar condições de excelência para o desenvolvimento das atividades fins e de apoio na Universidade.

Dentre as necessidades da comunidade acadêmica, no que diz respeito à adequação e à qualificação da infraestrutura, merece destaque a questão da acessibilidade. Proporcionar a máxima autonomia na mobilidade de estudantes e servidores com deficiências é um compromisso da FURB, tornando democrático o acesso aos seus espaços bem como inovando nos processos de humanização, de ensino-aprendizagem e nas soluções para atendimento às demandas da sociedade.

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

O desenvolvimento da infraestrutura física da FURB pode ser dividido em três períodos: estruturação, crescimento e qualificação. No primeiro período, que vai até a construção de seu campus próprio (Campus 1), no ano de 1969, a preocupação foi de conseguir os meios necessários para garantir um mínimo necessário para o funcionamento de seus cursos. A figura 16 mostra foto desse Campus, quando de sua inauguração.

Figura 16 – Construção dos Blocos A, B, C do Campus 1 em 1969



Fonte: CMU

¹⁸ Aprovado pelo CONSUNI por meio do Parecer nº 18/2014 ao Processo nº 17/2014.

No segundo período, que foi entre 1990 até 2002, a FURB voltou-se para a ampliação de sua infraestrutura, para acompanhar o crescimento no número de cursos e vagas, mais notadamente a partir de seu reconhecimento como Universidade, em 1989. A Instituição cresceu em área construída, com ênfase na estruturação de salas de aula e laboratórios de ensino.

O terceiro período, de qualificação, iniciou-se com a aprovação do projeto de desenvolvimento institucional da infraestrutura pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no ano de 2002. Com um financiamento de R\$ 14,2 milhões, o projeto objetivou a qualificação da infraestrutura laboratorial, de ensino e de pesquisa. No âmbito desse projeto esteve a ampliação da BU, construção de laboratórios de ensino e pesquisa na área tecnológica, construção do novo Ambulatório Universitário e instalação do Núcleo de Atividades Aquáticas.

No ano de 2008, a Universidade, por meio do Conselho de Administração (CONSAD) autorizou a reversão do Campus 4 para o Governo do Estado (Lei Nº 14.785/ALESC, de 15 de julho de 2009), onde funcionavam os cursos de Ciências da Computação e Sistemas da Informação, com a desconcentração de suas atividades nos campus 1 e 3. A venda do referido campus visou diminuição de custos de manutenção e, principalmente, atender a reivindicação dos estudantes daqueles cursos, que desejavam estar junto dos outros cursos no campus principal.

Atualmente, a FURB possui uma área de aproximadamente 807 mil m², sendo cerca de 96 mil m² de área construída distribuídas em diversos campi, conforme Tabela 28:

Tabela 28 – Áreas de terrenos e áreas construídas por campus da FURB (2013)

Unidade	Área Terreno	Área Construída	Observação
Campus 1	104.667,69	59.627,63	
Campus 2	45.657,57	17.286,30	
Campus 3	8.975,45	9.888,01	
Campus 5	286.560,08	7.942,78	
Campus 6	41.391,64	544,08	Desativado
Antena	800,00	144,40	
Área Fidelis	104.669,50	0,00	Não há construções nesse campus
Campus Bugio	45.731,00	0,00	Não há construções nesse campus
FUNPIVI	165.000,00	0,00	Sem informação sobre as áreas
Fórum Universitário	-	1.129,24	
TOTAL	807.037,95	96.562,44	

Fonte: Sistema Espaço Físico – 2013 (informações em 31/13) e Projetos Campi – DAC

Os campi da Universidade estão distribuídos pela cidade de Blumenau e na região, com infraestruturas em Gaspar, Indaial, Timbó, conforme detalhado no quadro 41:

Quadro 41 – Unidades da Fundação Universidade Regional de Blumenau

CAMPUS	ENDEREÇO	ATIVIDADE PRINCIPAL
CAMPUS 1 BLUMENAU	CENTRAL Rua Antônio da Veiga, 140 C. Postal 1507 – Bairro Victor Konder 89012-900 – Blumenau/SC Fone (47) 3321-0200 / Fax (47) 3322-8818	Administração e Órgãos Suplementares, Unidades Universitárias (exceto CCT), laboratórios, cursos de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , ETEVI, RTE, biblioteca central, Complexo Desportivo.
	BLOCO M Rua Antônio da Veiga, 105 Bairro Victor Konder – Blumenau/SC	Reitoria, Procuradoria Geral, Coordenadoria de Planejamento, CCM.
	GALPÃO DA ARQUITETURA Rua São Paulo, 1.430. Bairro Victor Konder – Blumenau/SC	Departamento e Laboratórios de Arquitetura e Urbanismo e salas de Aula.
CAMPUS 2 BLUMENAU	Rua São Paulo, 3250 Bairro Itoupava Seca – 89030-800 – Blumenau/SC Fone (47) 3221-6000 / Fax (47) 3221-6001	CCT, laboratórios e cursos de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> da área tecnológica.
CAMPUS 3 BLUMENAU	Rua São Paulo, 2171 Bairro Itoupava Seca – 89030-000 – Blumenau/SC Fone: (47) 3321-7300	Laboratórios – cursos de graduação: CCS, Clínica de Odontologia, Instituto FURB, EDECON, cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>
CAMPUS 4 BLUMENAU	Rua Samuel Morse, 768 Bairro Fortaleza – 89058-010 – Blumenau/SC	Complexo de Saúde: Hospital Regional Universitário (HRU), Policlínica Universitária, HEV, Biotério Central. Clínica de Fisioterapia
CAMPUS 5 Gaspar	Rodovia Jorge Lacerda, s/nº 89110-000 – Gaspar/SC - Fone (47) 3332-0238	Desativado
Antena	Rua Muenchen, s/n – lote 165 – Ponta Aguda – Blumenau/SC	Antena TV
Fidelis	Rua Hermann Lange s/nº Blumenau – SC	Estação Ecológica
Campus Bugio	Bairro Encano do Norte – Indaial/SC	Primatologia
FUNPIV I (Timbó)	Estrado dos Tiroleses, s/nº – Tiroleses 89120-000 – Timbó/SC – Tel.: (47) 3382-0512	Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí (FUNPIVI)

Fonte: Divisão de Administração Contábil e Patrimonial (DACP)

No que concerne à infraestrutura, a Universidade tem buscado constante qualificação, especialmente no que diz respeito à manutenção de suas antigas construções. Existe demanda pela ampliação da área física devido ao crescente número de turmas e cursos transferidos para o turno noturno, ampliação na oferta de cursos de graduação, mestrados e doutorados, educação continuada, novas estruturas laboratoriais, entre outros.

6.1.1 PDEFI

Compreendendo que o espaço físico influencia diretamente no desenvolvimento de atividades cotidianas, e essas ambiências, construídas ou não, podem favorecer ou reprimir sensações e interações com a comunidade universitária, a FURB, por meio da COPLAN e do Programa de Extensão Construir¹⁹, vem organizando o PDEFI, numa elaboração coletiva com os diversos segmentos da comunidade acadêmica. Nesse sentido, e considerando a relevância de ações de planejamento e não apenas de gestão do espaço, a institucionalização do PDEFI é uma estratégia para orientar a ocupação com qualidade ambiental, sustentabilidade e planejamento macro e em longo prazo. Trata-se de uma mudança de paradigmas: as ações de interferência espacial devem estar pautadas numa política institucional.

A IN nº 001/2011, instituiu o protocolo para solicitação de intervenção no espaço físico da FURB, e em 2012 esta IN foi alterada para introduzir a utilização do sistema de protocolo eletrônico do ERP da FURB, através da IN 003/2012. As intervenções são caracterizadas pelas seguintes tipologias:

- a) **reforma interna:** alteração da estrutura física, envolvendo deslocamento/colocação de paredes, divisórias, piso, forro, instalação elétrica e outras estruturas internas;
- b) **alteração de layout:** alteração, sem impacto na estrutura física, no posicionamento de mobiliário, como mesas, balcões e outros;
- c) **móveis:** confecção de móveis novos ou reforma de móveis existentes;
- d) **ampliação em obra existente:** acréscimo de área física, pela incorporação de espaço físico existente;
- e) **transferência de local:** mudança do setor para outro espaço físico existente;
- f) **ampliação com obra a construir:** acréscimo de área física em edifício a ser construído nos terrenos da FURB;
- g) **novo espaço:** solicitação de área construída (sala) para nova atividade.

¹⁹ O PROGRAMA CONSTRUIR integra atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da arquitetura e de serviços correlatos, desenvolvendo projetos de arquitetura de equipamentos comunitários e, promovendo palestras sobre questões ambientais. O objetivo geral do programa é integrar as atividades acadêmicas e técnico-científicas, possibilitando aplicação na prática dos conhecimentos transmitidos pela Universidade, em particular pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharias Civil e Elétrica. Tem como público-alvo comunidades organizadas, especialmente as desfavorecidas social e economicamente, e a comunidade acadêmica (docentes e discentes) da graduação da FURB. Os projetos vinculados ao Programa Construir são: Projeto Planejar: produção arquitetônica; Projeto Estruturar: produção complementar; Projeto Conscientizar: qualidade ambiental dos espaços urbanos e construídos; esses projetos prestam serviços à sociedade civil e oferecem estágio supervisionado aos alunos envolvidos.

Todos os protocolos registrados desde o início do gerenciamento foram digitalizados e inseridos no protocolo eletrônico, conforme a seguir:

Tabela 29 – Protocolos de Espaço Físico*

Ano	Quantidade	Finalizados	Pendentes
2012	179	127	52
2013	93	23	70
2014	12	4	8

Observações:

*cadastro de todos os protocolos em suporte papel, desde 2011.

Dados de Janeiro à Julho/2014.

Fonte: ERP – Sistema de Protocolo – posição em 10/07/2014.

6.1.1.1 Macrozoneamento: princípios e diretrizes gerais

O estudo do macrozoneamento para a infraestrutura física da FURB tem como causa primária a necessidade de atender às demandas de espaço físico observadas nos campi da Universidade. Os princípios e diretrizes desse macrozoneamento baseiam-se em critérios técnicos e contribuições da comunidade acadêmica através de questionários, além da participação em reuniões de apresentação e fóruns.

São princípios para a Política de Espaço Físico Institucional da FURB:

- a) integração das políticas de espaço físico da Universidade com as políticas urbanas municipais;
- b) composição entre os espaços dos campi e seu entorno urbano imediato, fortalecendo a relação entre a comunidade interna e externa;
- c) integração entre edificações e espaços abertos;
- d) humanização das ambiências institucionais, priorizando áreas de convivência;
- e) processo contínuo de planejamento de espaço físico (ambientes construídos e não construídos).

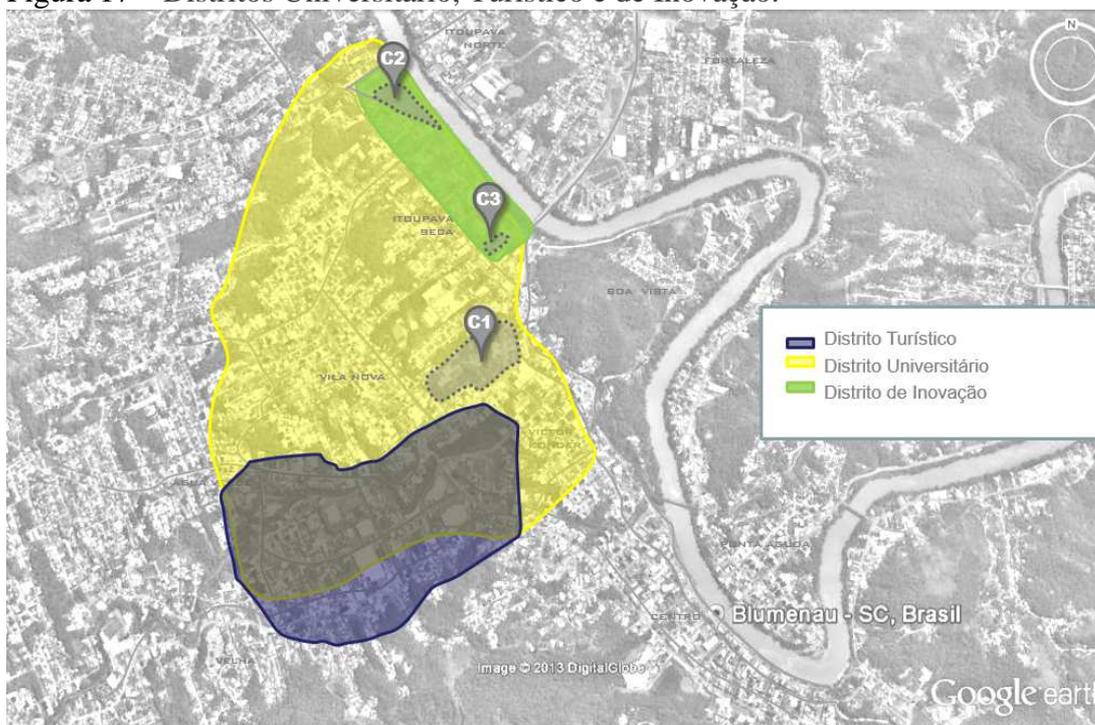
Para nortear as ações relacionadas à questão espacial, foram estabelecidas diretrizes gerais, que serão detalhadas a seguir.

6.1.1.2 Diretrizes gerais de integração da Política de Espaço Físico da Universidade com as políticas urbanas municipais: Distrito Universitário e Mobilidade

No entorno dos campi 1, 2, 3 estão os bairros Itoupava Seca, Vila Nova e Victor Konder. Visando fortalecer e consolidar o caráter universitário em seu entorno, é objetivo implantar a instituição legal, no Plano Diretor Municipal, de um Distrito Universitário, que permitirá:

- a) estimular as características desejáveis ao crescimento da área;
- b) valorizar os elementos urbanos articuladores e estratégicos entre os campi 1, 2 e 3;
- c) promover a articulação/continuidade das propostas entre os distritos Universitário, Turístico e de Inovação (vinculação às políticas municipais), conforme Figura 17;
- d) intervir, facilitando a mobilidade entre distritos.

Figura 17 – Distritos Universitário, Turístico e de Inovação.



Fonte: Google Earth, 2014. Edição: Equipe Técnica PDEFI.

Considerando a localização dos Campi 1, 2 e 3 da FURB em área urbana, já consolidada e a atratividade de fluxos/deslocamentos que gera, a Universidade tem papel fundamental na proposição de ações que visem à melhoria na mobilidade urbana, que priorizem os transportes alternativos (a pé e cicloviário) e o transporte coletivo, em detrimento do transporte motorizado individual. Dessa forma, são diretrizes sustentáveis para mobilidade na FURB e entorno:

- a) priorizar e qualificar rotas caminháveis, e implantar rotas cicláveis no entorno dos Campi 1, 2 e 3 principalmente visando à integração entre os mesmos e outros elementos estruturadores do espaço urbano existentes (públicos e privados);
- b) integrar o uso da bicicleta com o transporte público, integrando os terminais urbanos nas rotas cicláveis e dotando-os de paraciclos seguros;
- c) construir bicicletários e prover paraciclos nas vias públicas e nos campi;
- d) implantar nova linha de ônibus caracterizada como **Linha Universitária**, que conecte os campi da FURB, inicialmente prevendo a abrangência dos Campi 1, 2 e 3, justificada para atender a comunidade universitária num raio de aproximadamente três km, num circuito diferenciado das linhas existentes, para o estímulo ao uso do transporte coletivo e redução da “dependência” do transporte motorizado (automóvel);
- e) priorizar o transporte coletivo no uso do espaço público viário;
- f) melhorar a qualidade dos ônibus (com acessibilidade e incentivar o uso de energia limpa);
- g) priorizar a implantação do sistema de miniterminal pré-pago próximo aos campi e/ou qualificar os pontos de paradas existentes;
- h) implementar medidas de moderação do tráfego motorizado, identificando no entorno dos campi os pontos para aplicação de conceito *traffic calming*²⁰;
- i) rever a política de exigências de vagas de estacionamento para os terrenos da FURB, estimulando os acadêmicos ao uso de transporte alternativo e coletivo, em “troca” de ampliar áreas de convivência e de sociabilidade visando a espaços de integração com a comunidade interna e externa.

A implementação dessas diretrizes, uma vez aprovadas nas instâncias institucionais da FURB (Conselhos), devem ser tratadas em consonância com as políticas municipais, a fim de sua incorporação em estratégias de planejamento, como o Plano Diretor Municipal.

²⁰ *Traffic calming* é uma tradução literal da palavra alemã *Verkehrsberuhigung*. Consiste em implementar ações em estradas, ruas ou avenidas, com o intuito de retardar, reduzir e/ou desacelerar o tráfego motorizado, melhorando a segurança para pedestres e ciclistas.

6.1.1.3 Diretrizes gerais para a Política de Espaço Físico da Universidade

6.1.1.3.1 Identidade e concentração das áreas de conhecimento

A legibilidade na Universidade e nos seus campi deve ser facilitada, tanto externa quanto internamente. Para tanto, propõe-se incorporar a identidade de cada campus à sua nomenclatura, facilitando a identificação por seus usuários (acadêmicos e comunidade externa), a partir das atividades predominantes desenvolvidas, e não apenas por sequência numérica romana, conforme figura 18.

Nesse sentido, priorizar a alocação de atividades acadêmicas ou administrativas afins, em espaços próximos, permite maior funcionalidade, ou seja, a integração das atividades de uma mesma natureza, criando núcleos/áreas de conhecimento ou de atividades. Implica, inclusive, priorizar a nucleação espacial dos cursos na distribuição de salas de aula, considerando a facilitação/potencialização de suas dinâmicas específicas.

Figura 18 – Identidade/ nomenclatura proposta para os campi

CAMPUS 1	CAMPUS CENTRAL
CAMPUS 2	CAMPUS TECNOLÓGICO
CAMPUS 3	INSTITUTO FURB
CAMPUS 5	CAMPUS SAÚDE
CAMPUS 7	FUNPIVI
FIDÉLIS	ESTAÇÃO ECOLÓGICA FIDÉLIS
INDAIAL	CAMPUS BUGIO

Fonte: organizado pela equipe do PDEFI

6.1.1.3.2 Ambiências construídas e não construídas

Considerando o processo institucional de geração de ambiências ao longo dos anos, evidenciado na Figura 19, é primordial o estabelecimento de diretrizes na composição de ambiências mais humanizadas e sustentáveis.

Figura 19 – Ambiências da FURB



Fonte: Edição pela equipe técnica

Embora cada campus tenha enfoques diferenciados, são diretrizes comuns para constituição de ambiências na FURB:

- estruturar e ou reorganizar todos os campi, buscando uma qualificação ambiental da paisagem (ambientes construídos e não construídos);
- atender às normas de acessibilidade, de segurança contra incêndio, de programação visual/sinalização e demais normas pertinentes;
- reservar espaços para convívio, tanto nas novas edificações quanto nas reorganizações e revitalizações de espaços existentes;
- requalificar e revitalizar os patrimônios históricos construídos, especialmente os blocos iniciais do Campus 1 e as edificações históricas do Campus 2, independente do tombamento das mesmas, a fim de manter e valorizar esses espaços como identidade dos campi;
- priorizar, no projeto de novas ambiências (construídas ou não construídas) ou na revitalização de ambiências existentes, a utilização de uma linguagem contemporânea, funcional e de qualidade estética, adaptada ao contexto em que se insere;
- adotar conceitos de arquitetura bioclimática nos projetos de novas edificações, buscando soluções tecnológico-sustentáveis (tanto construtivas, como de funcionamento), associadas às atividades de ensino-pesquisa-extensão universitárias;
- afirmar a unidade projetual de conjunto/paisagem, porém com a garantia da identidade de cada intervenção;

- h) projetar novas edificações, pensando não apenas nas necessidades atuais, mas vislumbrando usos e demandas futuras, bem como a possibilidade de ambientes com maior flexibilidade;
- i) readequar as edificações já consolidadas, de uma forma gradual, para adaptarem-se às novas medidas de qualificação ambiental.

A elaboração de uma Política de Ambientes de Aprendizagem é fundamental para pesquisa e planejamento futuros (inclusive prevendo adaptações tecnológicas), além de estabelecer características mínimas às atividades de ensino, propor modulações de atendimento às diferentes capacidades e uma unidade no tratamento visual aos ambientes (o que não significa igualdade).

Espaços livres e de socialização devem ser entendidos como os ambientes externos não edificados da Instituição. A apropriação adequada destes espaços perpassa por:

- a) implantar/transformar os espaços externos dos campi de forma gradual em parques urbanos e revitalizar os espaços de socialização já existentes com objetivo de propiciar em espaço articulador e de integração social – interface de comunicação com a comunidade externa;
- b) criar/qualificar/humanizar os espaços livres voltados para o convívio;
- c) valorizar e incentivar atividades acadêmicas em espaços livres de forma a adotar espaços com qualidade e infraestruturas adequadas e específicas;
- d) integrar os espaços de socialização dos campi com os do entorno;
- e) apoiar, em consonância com políticas municipais, a implantação dos parques lineares ao longo do Ribeirão da Velha (Vila Germânica até Prefeitura) e rio Itajaí-Açu (da Ponte do Tamarindo até a Ponte Santa Catarina), entendidos como: a) um espaço de convívio e lazer e b) alternativa segura e agradável à mobilidade urbana – características que representam melhoria na qualidade de vida.

6.1.1.3.3 Diversificação de ofertas de serviços

Distribuir serviços pelos campi, gerando pontos de encontro e trocas, que agreguem facilidade às áreas de convívio dos campi, pressupõe:

- a) propiciar a oferta de serviços de conveniência e comércio no âmbito do campus, conforme prioridades específicas a cada campus;
- b) diversificar as opções de alimentação nos campi: variações de faixas de preço e tipos de comida;
- c) propor a alocação estratégica dos pontos de alimentação, considerando os fluxos e permanência da comunidade acadêmica, propiciando centralidades/pontos de vitalidade em edifícios e espaços livres;
- d) realizar enquetes para entender as necessidades de serviços e comércio prioritários para a comunidade acadêmica.
- e) incentivar a diversificação de oferta de comércio e serviços nas ruas do entorno dos campi, no intuito de disponibilizar a comunidade acadêmica e aos acadêmicos residentes na região opções diversas e adequadas ao contexto urbano;
- f) apoiar e auxiliar a reconstituição da Associação dos Comerciantes da Rua Antônio da Veiga, e de formação de outras associações das demais ruas do entorno dos campi;
- g) enviaar esforços junto à municipalidade para a implantação do Distrito de Inovação no entorno dos Campi 2 e 3.

6.1.1.4 Diretrizes gerais para a gestão da Política de Espaço Físico da Universidade: elaboração, implantação e gestão do PDEFI

Entendida a necessidade de uma Política de Espaço Físico para a FURB, a principal diretriz deverá ser o desenvolvimento do Plano Diretor do Espaço Físico (PDEFI) da FURB, sendo, para tanto, necessário:

- a) disponibilizar técnicos de arquitetura e engenharia, capacitados e instrumentalizados para as atribuições de planejamento, elaboração, gestão, implementação e acompanhamento do PDEFI, diretamente vinculados a COPLAN, articulada com a equipe da Divisão de Administração do Campus (DAC);
- b) disponibilizar técnicos de arquitetura e engenharia, capacitados e instrumentalizados para as atribuições de projetos e manutenções/conservações das edificações e instalações, diretamente vinculados à DAC, e articulados à COPLAN;

- c) qualificar permanentemente a equipe destinada ao planejamento/qualificação dos espaços físicos institucionais;
- d) viabilizar a gestão participativa do PDEFI, visando à continuidade das ações iniciadas a partir da revisão do PDI;
- e) constituir grupos de trabalho, junto aos setores da FURB, para desempenhar atividades específicas relacionadas ao PDEFI, tais como assessorias em legislação, melhorias de infraestrutura, entre outros.

A partir do desenvolvimento do PDEFI, é necessário promover ações estratégicas para a sua implementação, como:

- a) fortalecer os Conselho de Usuários visando à implementação, à gestão e ao monitoramento das ações estabelecidas no PDEFI;
- b) promover sistemática de avaliação e monitoramento do PDEFI;
- c) elaborar estudos urbanísticos, arquitetônicos e financeiros, complementares à aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor (operações urbanas consorciadas, direito de preempção), para viabilizar a implementação e execução das diretrizes definidas no PDEFI;
- d) contratar levantamento planialtimétrico georreferenciado de todos os campi da FURB, incluindo as edificações e redes de infraestrutura, e implantação das informações em sistema de geoprocessamento;
- e) implantar política de consulta prévia de espaço físico para qualquer projeto de pesquisa e/ou extensão vinculado à Instituição que necessite de novo espaço físico ou adaptação do existente (inclusive pela chegada de equipamentos, alteração de rede de infraestrutura, entre outros);
- f) adotar a política de desenvolvimento de estudos de viabilidade, de impacto ambiental ou de vizinhança para análise de demandas de novas intervenções/edificações, como subsídio à tomada de decisão;
- g) realizar cursos de capacitação para qualificação das equipes de campo responsáveis pela manutenção/conservação dos espaços institucionais (cursos de temáticas diversas: assentamento de pavimentação, confecção de pisos drenantes, noções de hidráulica e elétrica, paisagismo, etc.);
- h) promover concursos/maratonas de projetos (forma de atender as demandas e prestigiar os acadêmicos em formação);

- i) aperfeiçoar o processo de acompanhamento dos protocolos eletrônicos no atendimento a necessidades espaciais dos campi;
- j) definir critérios de priorização de atendimento das solicitações de intervenções espaciais.

6.1.2 Desenvolvimento da infraestrutura física

O diagnóstico e estudo das necessidades ambientais revelam as prioridades de intervenção em cada campus e suas diretrizes gerais estão apresentadas no quadro 42:

Quadro 42 – Prioridades e Diretrizes para Macrozoneamento por Campus

Campus	Prioridade de Intervenção	Diretrizes para Macrozoneamento
Central (1)	Qualificação, Reorganização e Ampliação Espacial	<p>Reduzir os estacionamentos para veículos entre edifícios, limitando também a circulação dentro do perímetro do campus, de forma a valorizar o convívio e evitar conflitos com pedestres; reorganizar os estacionamentos, priorizando estacionamento vertical e com definição de taxa pelo uso;</p> <p>incentivar o uso de transporte público e/ou alternativo, através da disponibilização de infraestrutura de apoio (terminais de pré-embarque, bicicletários, rota de ônibus universitária, entre outros);</p> <p>propor novas conexões e reestruturação das ruas existentes no entorno do campus, e priorizando o acesso aos pedestres, ciclistas e usuários de transporte coletivo, em articulação com políticas municipais;</p> <p>definir parcelas urbanas (terrenos) a serem adquiridos para expansão e estruturação do campus;</p> <p>identificar viabilidade de novas edificações, potenciais construtivos e propor usos e atividades para as mesmas, considerando demandas atuais e futuras;</p> <p>integrar espaços internos e externos;</p> <p>redefinir eixos de circulação, centralidades e marcos visuais;</p> <p>criar novos espaços de convívio e requalificar os existentes;</p> <p>criar novas conexões entre a parte alta (Blocos R, S, T) e a parte baixa do Campus 1;</p> <p>definir novos espaços multiuso (auditórios) e qualificar os existentes, considerando como premissa a flexibilidade dos espaços (tanto em capacidade como arranjos);</p> <p>revitalizar as edificações existentes, por manutenção ou adequação, seja de ordem estética ou de atendimento às normas de acessibilidade e de segurança contra incêndios, entre outras;</p> <p>revitalizar e valorizar os monumentos institucionais;</p> <p>criar Museu de Ciências Naturais no Bloco T, Campus 1.</p>

Tecnológico (2)	Ampliação e Qualificação Espacial	<p>Reduzir os estacionamentos para veículos entre edifícios, limitando também a circulação no perímetro do campus, de forma a valorizar o convívio e evitar conflitos com pedestres; reorganizar os estacionamentos, priorizando estacionamento vertical e com definição de taxa de uso;</p> <p>incentivar o uso de transporte público e/ou alternativo, através da disponibilização de infraestrutura de apoio (terminal de pré-embarque, bicicletários, rota de ônibus universitária, integração com rede cicloviária proposta pelo município);</p> <p>criar novas conexões e estruturar as ruas existentes no entorno do campus, priorizando o acesso aos pedestres, ciclistas e usuários de transporte coletivo, em articulação com políticas municipais;</p> <p>conectar o campus com o entorno através de parque urbano na Área de Preservação Permanente;</p> <p>definir parcelas urbanas (terrenos) a serem adquiridos para expansão do campus, priorizando o terreno entre a Casa Salinger e a Casa Zadrozny, permitindo a integração do conjunto (Casa Strauss);</p> <p>identificar viabilidade de novas edificações, potenciais construtivos e propor usos e atividades para as mesmas considerando demandas atuais e futuras, priorizando a inserção do RU, da biblioteca e do auditório com maior capacidade;</p> <p>integrar espaços internos e externos;</p> <p>reorganizar a ocupação dos blocos a partir das transferências de atividades para novas edificações;</p> <p>criar novos espaços de convívio e requalificar os existentes;</p> <p>definir novos pontos de lanchonetes/cafés, ampliando a oferta no campus;</p> <p>revitalizar o auditório existente (espaço multiuso);</p> <p>valorizar as edificações históricas da Estrada de Ferro Santa Catarina;</p> <p>restaurar a edificação principal e o galpão aos fundos do conjunto Salinger e construção de teatro, configurando como Espaço Cultural Casa Salinger;</p> <p>adequar todas as edificações às normas de acessibilidade e de segurança contra incêndios.</p>
Instituto FURB (3)	Readequação de Usos e Qualificação Espacial	<p>Potencializar o campus como conexão com a comunidade e ampliar os serviços oferecidos pela FURB à comunidade;</p> <p>melhorar/ requalificar o acesso de pedestre e veículos pelos usuários estudantes, servidores e comunidade ao campus;</p> <p>priorizar a sinalização externa e interna do campus;</p> <p>integrar a área de lanchonete do pavimento térreo com o pátio externo, gerando um novo espaço de convivência;</p> <p>promover o paisagismo do pátio, dotando-o de equipamentos e mobiliários adequados ao convívio;</p> <p>reorganizar as ambiências internas, na medida da transferência de atividades para o Campus 5;</p> <p>adequar todas as edificações às normas de acessibilidade e de segurança contra incêndios;</p> <p>implantar espaço multiuso.</p>
Saúde (5)	Estruturação e Ampliação Espacial	<p>Consolidar o campus como referência regional em saúde;</p> <p>edificar as instalações laboratoriais, de ensino, pesquisa, sala de professores, para transferência dos cursos da área da saúde (CCS) para esse campus;</p> <p>edificar ala administrativa setorial e de serviços e conveniências acadêmicas (biblioteca, praça de atendimento, área de alimentação);</p> <p>ampliar o HRU;</p> <p>prever a aquisição das parcelas urbanas em frente ao terreno</p>

		<p>atual do Campus 5, com testada para rua Samuel Morse, para abrigar o Centro de Eventos do Vale do Itajaí;</p> <p>implantar um parque urbano ao longo do ribeirão, do acesso 1 ao acesso 2 do campus, aberto à comunidade local e regional e à comunidade acadêmica, integrando a área de eventos e o campus, conectadas através de nova via paralela ao ribeirão;</p> <p>prever nova via que margeie o parque, entre os acessos, como forma de garantir acesso público e facilitar áreas de embarque e desembarque na estrutura de eventos;</p> <p>prever novas instalações laboratoriais e de ensino do curso de Engenharia Florestal próximo ao HEV;</p> <p>prever expansão das instalações do curso de Medicina Veterinária, para atendimento de grandes animais, e implementação de laboratórios;</p> <p>definir local para edificação de prédio para marcenaria, serralheria, área administrativa e depósito da DAC e acervo de baixa circulação (depósito) da BU;</p> <p>considerar as restrições definidas a partir da passagem da linha de alta tensão proposta pela Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) para a lateral do acesso 2 ao campus;</p> <p>todas as intervenções edificadas ou não devem gerar o mínimo de impacto possível, além de oportunamente tirar partido estético do cenário;</p> <p>articular junto ao município uma maior oferta de horários de transporte coletivo à região, na medida em que ocorra a consolidação do cenário planejado;</p> <p>incorporar o Campus 5 na Linha Universitária proposta para o Distrito Universitário, nos horários de entrada e saída de turnos de ensino.</p>
FUNPIVI (7)	Reorganização Espacial	Reestruturar e reformar as atuais estruturas utilizadas pela FUNPIVI para adequação às atividades de ensino, pesquisa, extensão, atendendo aos cursos de Medicina Veterinária, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Turismo e Lazer.
Campus Bugio	Novas Edificações	Área de pesquisa e ensino voltada aos primatas pertencentes ao gênero <i>Alouatta</i> e animais silvestres, atendendo os cursos de Ciências Biológicas e Medicina Veterinária.
Estação Ecológica Fidélis	Preservação	Área destinada à pesquisa, atendendo os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.

Fonte: Organizado pela equipe do PDEFI

Quadro 43 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física

Objetivo XL – Institucionalizar o PDEFI e consolidar as ações relacionadas						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
144) Institucionalizar o PDEFI em 2014	1) Diagnosticar as demandas da comunidade universitária de espaço físico (questionário, fóruns presencial e virtual do PDI);	Diagnóstico realizado	COPLAN	2013	2014	
	2) aprovar proposta do PDEFI no CONSUNI;	PDEFI aprovado no CONSUNI	Reitoria	2014	2014	
	3) atender as demandas de espaço físico existentes que chegam via protocolo eletrônico;	Número de protocolos pendentes	COPLAN/PROAD/DAC	2014	2014	
	4) estruturar equipe técnica para as atribuições de planejamento, elaboração, gestão, implementação e acompanhamento do PDEFI, diretamente vinculada à COPLAN, e articulada com a equipe de execução da DAC;	Equipe estruturada	COPLAN/PROAD	2014	2014	
	5) efetivar os Conselhos de Usuários dos campi 1, 3 e 5.	Atas das reuniões dos Conselhos de Usuários	Reitoria/ Conselhos de Usuários dos campi	2014	2014	
145) Regularizar as matrículas dos imóveis dos diversos campi da FURB	1) Fazer o levantamento da situação atual da documentação de todos os imóveis da FURB;	Matrículas de imóveis regularizadas	COPLAN	2014	2014	
	2) atualizar as matrículas dos imóveis da FURB;		COPLAN/ PROAD/ PROGEF	2014	2014	
	3) transferir as matrículas e imóveis da FURB que estão em nome da Prefeitura de Blumenau;		Reitoria/ COPLAN/ PROGEF	2014	2014	
	4) regularizar a posse/matricula de imóveis com decreto de desapropriação;		COPLAN/ PROAD/ PROGEF	2014	2014	
	5) contratar levantamento topográfico georreferenciado de imóveis e edificações;	Levantamento topográfico realizado	COPLAN/ PROAD	2014	2014	
	6) contratar serviço de retificação e unificação de áreas dos terrenos/ imóveis da FURB.	Serviço contratado	COPLAN/ PROAD	2014	2014	
146) Obter alvarás de bombeiros e licenças	1) Contratar assessoria técnica;	Assessoria técnica contratada	DAC/ PROAD	2014	2014	

	2) Adequar os campi às exigências legais.		DAC	2014	2016	
Objetivo XLI – Consolidar ações de manutenção preventiva e de conservação das instalações físicas						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
147) Institucionalizar plano de manutenção preventiva e conservação das instalações físicas	1) Estabelecer um plano de manutenção e conservação das instalações físicas;	Plano aprovado no CONSUNI	PROAD/DAC	2014	2014	
	2) aprovar o plano de manutenção preventiva e conservação das instalações físicas no CONSUNI;		PROAD/DAC	2014	2014	
	3) realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes.	Check list realizado	PROAD/DAC	2014	2014	
148) Definir um processo sistemático de manutenção dos ambientes de aprendizagem (espaço físico)	1) Atualizar, em termos de tecnologia, os projetores multimídia;	Ambientes qualificados	PROEN	2014	2014	
	2) requalificar a infraestrutura atual das salas de aula (quadros, cortinas, projetores, caixas de som, iluminação, carteiras e cadeiras, piso, tela, acessibilidade);		PROEN/PROAD	2014	2014	
	3) revitalizar/ adequar os ambientes de aprendizagem às necessidades de cada curso;		PROEN/PROAD	2014	2014	
	4) elaborar manual com padrões para as salas de aulas, com indicadores de qualidade de referência.	Manual aprovado	PROEN	2014	2014	
149) Implementar medidas de melhoria da rede elétrica	1) Aprimorar a iluminação de emergência.	Sistema de iluminação de emergência instalada	PROAD/ DAC	2014	2014	
	2) readequar as instalações elétricas do Campus 1 (Blocos A-G e biblioteca);	Redução no consumo de energia.	PROAD/ DAC	2014	2014	
	3) implementar o programa "Eficiência Energética";	Projeto de eficiência aprovado pela CELESC	PROAD/ DAC	2015	-	
	4) implantar programa de conscientização de economia de energia elétrica;	Programa em execução	PROAD/ DAC/ CMA	2014	-	
150) Implantar melhorias da rede hidráulica e de esgoto nos diversos campi	1) Integrar a ligação hidráulica de todos os blocos à caixa d'água central;	Melhorias implementadas	PROAD/ DAC	2015	-	
	2) corrigir e complementar o sistema hidráulico preventivo;		PROAD/ DAC	2015	-	
	3) ligar a rede de esgoto da FURB à rede		PROAD/ DAC	2015	-	

	pública (Odebrecht Ambiental).					
Objetivo XLI – Executar as demandas de manutenção e conservação das instalações físicas da Universidade						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
151) Implementar melhorias na infraestrutura institucional para comemoração dos 50 anos da FURB	1) Elaborar projeto de revitalização e iluminação das fachadas do Campus 1 (“50 anos”);	Projeto aprovado pela comissão dos 50 anos e gestão superior	COPLAN/ PROAD/ DAC	2014	2014	
	2) executar os serviços de iluminação conforme projeto;	Serviços executados	PROAD/ DAC	2014	2014	
	3) executar a pintura dos prédios do Campus 1, conforme projeto de revitalização.	Pintura realizada	PROAD/ DAC	2014	-	
152) Concluir obras no Complexo Esportivo e entorno (ginásios, piscinas e rua Iguape)	1) concluir calçada na rua Iguape;	Calçada concluída	PROAD/ DAC	2014	2014	
	2) melhorar a sinalização do estacionamento do ginásio;	Sinalização renovada	PROAD/ DAC	2014	2014	
	3) concluir reforma da piscina (colocar raias/boias e equipamentos de retorno da água).	Equipamentos instalados	PROAD/ DAC	2014	2014	
153) Implementar melhorias na pavimentação	1) Melhorar o calçamento do acesso aos ginásios;		PROAD/ DAC	2014	2014	
	2) melhorar o calçamento do estacionamento principal do Campus 1;		PROAD/ DAC	2014	2014	
	3) melhorar a drenagem das áreas pavimentadas (jardins de chuva);					
	4) pintar as faixas para pedestres do Campus 1;		PROAD/ DAC	2014	2014	
	5) organizar o calçamento do Campus 5 (regularizar vala aberta, entre outros por conta da instalação do sistema de esgoto).		PROAD/ DAC	2014	2014	
154) Executar reformas e obras diversas nos diversos campi e novos espaços	1) Programar as diversas atividades de recuperação das instalações existentes, consoante cronograma da DAC;	Cronograma apresentado pela DAC	DAC	2014	2014	
	2) adequar espaço do acervo da Taxidermia;	Acervo adequado	PROAD/DAC	2014	2015	
	3) concluir o Data Center, Campus 1;	Data Center concluído	PROAD/DAC	2014	2015	
	4) concluir o prédio do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPGEF) e Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal (PPGEA);	Conclusão das estruturas	PROAD/DAC	2014	2015	
	5) construir o Laboratório de Engenharia Florestal – viveiro (desenvolver o projeto,	Laboratório concluído	PROAD/DAC	2014	2015	

	licitar e executar a obra);					
	6) implantar Museu de Ciências Naturais, Bloco T;	Implantação concluída	PROAD/ CCEN/DCN	2015	2015	
	7) revitalizar e criar novos espaços de convivência.	Elaborar projetos e implantação dos mesmos	COPLAN/DAC	2014	2015	
155) Restaurar Casa Salinger e Galpão	1) Executar ação emergencial na Casa Salinger para assegurar as condições de restauro;	Ação emergencial executada	Reitoria/ COPLAN/ DAC	2015	2015	
	2) captar recursos via Lei Rouanet (Lei n. 8.313, de 23 de Dezembro de 1991) e de incentivos estaduais;	Recursos captados	Reitoria/ COPLAN/ Instituto FURB (captação de recursos)	2015	2015	
	4) restaurar a casa Salinger e o galpão anexo, conforme projeto aprovado no Conselho do Patrimônio Histórico.	Casa e galpão restaurados	Reitoria/ COPLAN	2015	2015	
156) Viabilizar o espaço físico para construção do prédio do curso de Arquitetura e Urbanismo	1) Implementar ações para viabilizar o espaço físico para a construção do prédio do curso de Arquitetura e Urbanismo	Estrutura concluída	DAC/Arquitetura e Urbanismo	2014	2014	
157) Finalizar o Biotério Central no Campus 5	1) Finalizar o Biotério Central no Campus 5;	Estrutura concluída	DAC/CCEN/DCN	2014		
158) Qualificar espaços acadêmico-administrativos nos diversos campi	2) reformar os auditórios, coberturas, salas de aula, laboratórios, etc.	Reformas concluídas	PROAD/DAC	2014	2014	
159) Transferir os setores do Bloco M para blocos do Campus 1	1) Reformar o hall do Bloco A;	Hall reformado	PROAD/DAC	2014	2014	
	2) definir prioridades de transferências dos demais setores do Bloco M.	Setores transferidos	COPLAN/PROAD	2014	2014	
160) Investir na infraestrutura do ensino médio	1) Melhorar a estrutura e o espaço físico da ETEVI, com espaço adequado e seguro;	Reformas concluídas	ETEVI/ PROAD/ APP	2014	2016	
	2) discutir com a comunidade acadêmica nova localização para a ETEVI.	Definição do local e elaboração dos projetos	COPLAN/DAC/ETEVI	2014	2015	
Objetivo XLIII- Consolidar ações de melhoria na segurança e saúde da comunidade universitária						
161) Qualificar a sinalização da Universidade, tanto para deslocamento interno e externo	1) Realizar diagnóstico de sinalização existente e catalogar (ficha técnica);	Manual aprovado	COPLAN	2014	2014	
	2) propor o Manual de Sinalização e Identidade Visual da FURB para toda a Universidade e aprovar no CONSUNI;		COPLAN			
	3) prever na sinalização os idiomas português e inglês, bem como o Braille;	Idioma inglês inserido nas placas de sinalização	COPLAN	2014	2015	
	4) implementar as ações de sinalização dos	Sinalização	PROAD/ DAC	2014	2015	

	campi, baseadas no Manual de Sinalização e Identidade Visual da FURB;	implementada				
	5) melhorar a sinalização para acessar os diversos campi da FURB.		PROAD/DAC	2014	2015	
162) Institucionalizar a Política de Segurança	1) Estabelecer e aprovar a política de segurança, especialmente normatização para segurança de laboratórios e instalações especiais da FURB;	Política aprovada no CONSUNI	PROAD/DAC	2014	2015	
	2) realizar Laudo Ambiental sobre as questões de acústica, iluminação, ventilação, etc. nas salas de aulas;	Laudo realizado	PROAD/DAC/ SEGEPE	2014		
	3) implantar projeto de segurança (vigilância eletrônica) substituindo 50% dos postos de vigilância (atualmente terceirizada).	Projeto implantado	PROAD/DAC	2014	2014	
163) Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para atender recomendações do MEC (avaliação)	1) Realizar diagnóstico sobre o atendimento dos espaços físicos para atividades acadêmico-administrativas conforme os indicadores de excelência na avaliação de cursos e avaliação institucional / MEC;	Diagnóstico realizado	COPLAN/CPA/ PROAD/DAC	2015		
	2) adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para gestores setoriais, docentes e estudantes;	Espaços adequados	COPLAN/CPA/ PROAD/DAC	2015		
	3) adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas: prover espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).	Espaços adequados	COPLAN/CPA/ PROAD/DAC	2015		
164) Adequar o espaço físico para atendimento dos discentes deficientes	1) Institucionalizar diretrizes de adequação do espaço físico aos deficientes;	Política institucionalizada	CAE/PROEN/COPLAN	2014	2015	
	2) adequar as instalações para pessoas com deficiências (rampas, banheiros, entre outros);	Instalações adequadas	COPLAN/PROAD/DAC	2014	2015	
	3) inserir nas portas (de salas de aulas, laboratórios, salas administrativas, banheiros) placa de sinalização em Braille;	Braille inserido na sinalização de espaços	COPLAN/PROAD/DAC	2014	2015	
	4) implantar piso podotátil em todos os campi, adequando condições de acessibilidade;	Piso podotátil instalado em todos os campi	COPLAN/PROAD/DAC	2014	2015	
	5) adequar equipamentos e mobiliário às	Equipamentos e	COPLAN/PROAD/DAC	2014	2015	

	necessidades dos discentes deficientes;	mobiliários adequados				
	6) adequar a funcionalidade das instalações sanitárias aos usuários deficientes (altura da pia, no que tange à abertura de portas, etc.).	Instalações sanitárias adequadas	COPLAN/PROAD/DAC	2014	2015	
Objetivo XLIV – Consolidar ações de Manutenção Preventiva e de conservação de Equipamentos						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
165) Institucionalizar o plano de manutenção preventiva e corretiva de Equipamentos da FURB	1) Elaborar e aprovar plano de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos da FURB	Plano aprovado no CONSUNI	PROAD/ DAC	2015		
166) Institucionalizar plano de expansão e/ou atualização de equipamentos dos laboratórios e demais setores de apoio ao ensino, pesquisa e extensão	1) Elaborar e aprovar plano de expansão e/ou atualização de equipamentos dos laboratórios e demais setores de apoio ao ensino, pesquisa e extensão	Plano aprovado no CONSUNI	PROEN/ PROPEX/ PROAD	2015	2015	
Objetivo XLV – Adquirir equipamentos de apoio às atividades de manutenção, conservação e serviços auxiliares						
167) Adquirir equipamentos de apoio às atividades de manutenção, conservação e serviços auxiliares	1) Planejamento da aquisição dos equipamentos e aquisição desses, conforme disponibilidade orçamentária.	Plano aprovado pela PROAD	PROAD/ DAC/ DAM	2014		
Objetivo XLVI – Estruturar e ampliar o espaço físico do Campus 5 para atender as atividades acadêmicas e administrativas dos cursos e outras demandas da área da saúde						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
168) Edificar as instalações de ensino, pesquisa e espaços para os servidores, para transferência dos cursos da área da saúde (CCS) para esse campus	1) Fazer os projetos das instalações laboratoriais de ensino do CCS;	Edificações concluídas	CCS/COPLAN/DAC	2014	2015	
	2) captar recursos para viabilizar as edificações.			2015	2015	
169) Edificar ala administrativa setorial e de serviços e conveniências acadêmicas (biblioteca, praça de atendimento, área de alimentação)	1) Fazer os projetos da ala administrativa setorial;	Edificações concluídas	COPLAN/DAC	2015	2015	
	2) fazer os projetos da ala de serviços e conveniências acadêmicas (biblioteca, praça de atendimento, área de alimentação);			2015	2015	
	3) captar recursos para viabilizar as edificações.			2015	2015	

170) Projetar a qualificação e a ampliação do HRU.	1) Fazer os projetos de qualificação e ampliação do HRU;	Edificações concluídas	CCS/COPLAN/DAC	2015	2015	
	2) adequar ambientes do hospital de acordo com exigências da vigilância sanitária;			2014	2014	
	3) captar recursos para viabilizar as edificações.			2015	2015	
171) Projetar a qualificação e a ampliação do HEV	1) Pintar o Ambulatório/HEV;	Ações implementadas	CCS/COPLAN/DAC	2014	2015	
	2) pavimentar a via de acesso ao HEV;			2015	2015	
	3) adequar o HEV para grandes animais.			2014	2015	
Objetivo XLVII - Estruturar e realizar ampliação espacial do Campus 5 para atender outras demandas acadêmicas e administrativas institucionais.						
172) Prever instalações laboratoriais e de ensino do curso de Engenharia Florestal, próximo ao HEV	1) Elaborar projetos e executar as instalações laboratoriais e de ensino do curso de Engenharia Florestal	Edificações concluídas	CCT/COPLAN/DAC	2014	2015	
173) Definir local para edificação de prédio para demandas institucionais	1) Definir local para as edificações: DAC e depósito da biblioteca.	Locais definidos e instituídos pelo PDEFI	PROAD/COPLAN/DAC	2014	2015	
				2014	2015	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

6.2 INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) é “o órgão responsável pela administração dos recursos de informática necessários às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da FURB”, conforme a Resolução nº. 35/2010. A DTI surgiu em 1968, quando foi criado o Instituto de Planejamento e Processamento de Dados (IPLAN), passando por diversas denominações e alterações organizacionais, ficando atualmente vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

Do ponto de vista da organização administrativa, além da DTI, existem diversas outras estruturas responsáveis por processos e recursos envolvendo tecnologia da informação e comunicação (TIC), notadamente laboratórios nas Unidades Universitárias, com destaque para o Laboratório de Computação Científica (LCC), ligado ao CCT; Laboratório de Computação e Informática (LCI) e Laboratório de Ensino e Aprendizagem (LEA), ligados ao Departamento de Sistemas e Computação (DSC); Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), ligado ao CCJ; além de áreas administrativas como PROEN, BU e COPLAN.

Em 2007 foi criado o Conselho de TIC por meio da Resolução nº 22/2007, que normatizou a utilização dos recursos de TIC da FURB. Esse conselho é o órgão normativo e consultivo que propõe políticas de uso dos recursos de informática.

A rápida mudança de arquiteturas tecnológicas, softwares e a introdução em larga escala de dispositivos móveis demanda uma equipe atualizada e em constante sincronia com tais mudanças, de modo a prover um suporte adequado na introdução dessas novas tecnologias na Instituição.

Atualmente, a DTI enfatiza seu escopo de atuação e responsabilidade na gestão administrativa dos recursos e ativos de TIC, estando subdividida, internamente, em seis grupos de trabalho e três coordenadores, que atuam na gestão dos processos, a saber: Suporte Técnico; Apoio ao Usuário; Desenvolvimento de Sistemas; Telefonia e Comunicação; Central de Impressões e Central de Serviços de TIC.

Quadro 44 – Grupos de trabalho e gestão dos processos de TIC

Unidade	Processo	Atribuições
DTI	Suporte Técnico	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a estrutura da rede de dados (lógica e física); - manter as bases de dados corporativas (base de dados Oracle); - manter a comunicação por meio eletrônico (e-mail); - manter os servidores de aplicações corporativas (Form, Gestão de Pessoas, ERP); - manter a estrutura de gerenciamento de identidade (<i>Active</i>

		<p><i>Directory</i>);</p> <ul style="list-style-type: none"> - manter a estrutura do AVA; - dar apoio técnico e estrutural para projetos de ensino e extensão; - planejar e prover a capacidade de recuperação de informações em caso de pane ou desastre (cópias de segurança e redundância).
	Desenvolvimento de Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e manter os sistemas corporativos desenvolvidos internamente (Sistemas Acadêmico e Financeiro, principalmente, mas totalizando mais de 60 sistemas); - apoiar e gerenciar a implantação de sistemas licenciados de terceiros que compartilham informações com a base de dados da Instituição (ERP e Gestão de Pessoas); - dar apoio técnico e estrutural para projetos de ensino e extensão.
	Apoio ao Usuário	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer o cadastro e a manutenção da infraestrutura de microinformática da Instituição; - fazer o cadastro e gerência do licenciamento de <i>software</i>; - capacitar o corpo técnico da Instituição no uso de <i>softwares</i> diversos, através de treinamento; - dar apoio técnico e estrutural para projetos de ensino e extensão; - gerenciar os usuários, as políticas de segurança e de acesso a recursos da rede; - realizar monitoramento preventivo e proativo de segurança da rede de dados; - gerenciar servidores de terminais acadêmicos e administrativos.
	Telefonia e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a infraestrutura de telefonia analógica; - gerenciamento dos contratos de serviços de telefonia e rateio dos custos dos mesmos.
	Central de Impressões	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o serviço de impressões em grandes volumes através da Central de Impressões; - fazer fotocópias na biblioteca central (Campus 1 e 3).
	Central de Serviços de TIC	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o <i>Call Center</i> para resolução de dúvidas, prestando suporte e manutenção da infraestrutura de microinformática (<i>hardware e software</i>); - monitorar indicadores de desempenho de todos os processos de atendimento que envolva TIC, buscando melhorar o tempo de atendimento e a qualidade dos procedimentos; - divulgar, interna e externamente, os serviços e procedimentos relacionados à TIC, e realizar acompanhamento gerencial dos serviços: custos e capacitação.
COPLAN	<i>Business Intelligence</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e realizar a manutenção e evolução de sistemas de apoio à decisão; - elaborar e manter portais de informação; - elaborar relatório <i>ad hoc</i>.
BU		<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a manutenção dos equipamentos do Laboratório de Uso Geral
CCT	LCC	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a manutenção dos equipamentos dos ambientes de aprendizagem.
Depto. Sistema e Computação	LCI e LEA	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a manutenção dos equipamentos dos ambientes de aprendizagem
PROEN		<ul style="list-style-type: none"> - Manter o AVA; - fazer a manutenção de processos do Sistema de Registro Acadêmico; - fazer a manutenção dos equipamentos dos ambientes de

		aprendizagem; - realizar a Avaliação Institucional e elaborar concurso público.
CCJ	NPJ	- Fazer a manutenção dos equipamentos dos ambientes de aprendizagem

Fonte: Organizado pela COPLAN e DTI

A infraestrutura tecnológica é mantida pela DTI, compartilhada pelas demais estruturas e está descrita no quadro 45:

Quadro 45 – Grupos de trabalho e gestão dos processos de TIC

Rede	Característica	Composição
Wide Área Network (WAN)	Rede de comunicação de longa distância, cobre uma área geográfica grande.	É composta por dois links de dados, uma operadora de 100 Mbps e outra operadora de 80 Mbps. O hardware utilizado para fazer a conexão com a Internet e a rede FURB é um roteador e o protocolo utilizado é o IP-Internet Protocol. Os 3.500 computadores conectados na rede LAN e os 6.500 dispositivos móveis conectados na rede Wireless utilizam a rede WAN para acessar a Internet.
Local Área Network (LAN)	Rede local, podendo ser definida como uma rede de comunicação que interconecta uma variedade de dispositivos e fornece um meio para a troca de informação entre esses dispositivos, dentro de uma área geográfica relativamente pequena, como um campus universitário.	A rede de computadores da FURB é formada pela rede LAN dos Campi 1, 2, 3 e 5, sendo interconectados através de uma Rede – MAN de Blumenau, com interfaces de 1 Gbps. Cada rede LAN de cada campus tem a topologia em estrela com um backbone de 100 Mbps interligando todos os blocos através de fibra óptica.
Metropolitan Área Network (MAN)	Rede metropolitana – nome dado às redes que ocupam o perímetro de uma cidade.	
Wireless Local Área Network (WLAN)	Rede Wireless, também conhecida como rede sem fio.	A rede wireless da FURB é composta por vários pontos de acesso (padrão 802.11g), distribuídos pelos Campi 1, 2, 3 e 5 da FURB e conectados na rede local. Os usuários de TIC, para terem acesso aos serviços da rede sem fio, devem-se autenticar com um nome de usuário válido no serviço de Diretório do AD-Active Directory no domínio furb.br, para ter acesso aos serviços da rede FURB e à Internet.

Fonte: DTI

A união das tecnologias WAN, LAN, MAN e WLAN formam a Rede de Computadores da FURB.

A DTI mantém a sala de equipamentos Data Center na qual hospeda os equipamentos de infraestrutura de TIC, e onde mantém e armazena sistemas e informações de vital

importância para a Instituição. A infraestrutura de equipamentos e sistemas hospedados nessa sala são:

- a) subsistema de armazenamento de dados (storage), com capacidade bruta instalada de 11 TB, onde estão armazenadas informações da Instituição;
- b) hospedagem de 81 servidores que executam diversos serviços: Banco de Dados Oracle, SQL Server e MySQL, Servidor de Aplicação WEB, Aplicações/programas Oracle Forms, Aplicações/programas Thema, ERP, Aplicações/programas Sênior Gestão de Pessoas, correio eletrônico, sistema de backup (servidor e 30 Autoloader LTO01), serviço de Terminal, serviços como Active Directory, DNS-Domain Name System, WINS-Windows Internet Name Service, DHCP-Dynamic Host Configuration Protocol, NTP (Network Time Protocol), CRM Dynamics, controle do Laboratório de Análises Clínicas (LAC), registro do atendimento odontológico (PRODENT), Microsoft Sharepoint, registro de dados do Antivírus Cooperativo (McAfee EPO), Business Intelligence (BI)/ COPLAN e Microsoft Update Services;
- c) Equipamentos de rede central (roteadores, Switch Ethernet, Switch Fiber Channel), equipamentos de rede de borda (roteadores, Switch Ethernet), equipamentos NO-BREAK e o sistema de climatização;
- d) Equipamentos de telefonia: *gateway* de conexão com as operadoras de telefonia.

O Apoio ao Usuário é responsável pelo cadastro e inventário do hardware e software da FURB. Atualmente mais de 800 softwares são registrados e são inventariados, através de uma ferramenta específica, envolvendo mais de 2.700 microcomputadores. Esse GT também atende a mais de 3.000 solicitações anuais relacionadas a dúvidas, intervenções no hardware e software, e acompanhamento de serviços terceirizados, dos 3500 equipamentos de informática do parque tecnológico institucional.

Por meio da Resolução 22/2007, a FURB instituiu a política de controle de licenciamento de software. Atualmente os procedimentos de instalação são gerenciados pela DTI e executadas pelo corpo técnico, salvo em casos específicos, onde o usuário pode ser autorizado através da assinatura do “termo de administrador”.

Atualmente, os grandes desafios da TIC se concentram em ações pontuais que visam à eliminação dos sistemas manuais, ainda em uso na Instituição, automatizando processos e informatizando dados que estão sendo manipulados fora de sistemas. Para isso, é necessária a

integração dos sistemas existentes na Instituição, que permitam a comunicação dos dados e a padronização das informações, bem como acesso em uma única base de dados, e a normatização das atividades da Instituição.

Adicionalmente, a Universidade tem o desafio de promover a racionalização dos usos dos recursos de TIC, especialmente a Internet, o uso da rede interna e link de dados, a exemplo das ações já executadas relacionadas ao processo de impressão e fotocópias, que permitiram o efetivo gerenciamento dessa atividade.

Com relação à gestão de TIC, os desafios giram em torno da criação de um mecanismo de investimentos e atualização que **permita traçar e priorizar objetivos estratégicos institucionais**, e que garanta a atualização **contínua e permanente** de todos os recursos de TIC: infraestrutura comum e também todas as áreas necessárias à gestão, ao funcionamento da Universidade e seus vários processos e serviços.

Quadro 46 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação

Objetivo XLVII – Institucionalizar o Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC)						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
174) Institucionalizar o PDTIC	1) Elaborar um PDTIC;	PDTIC elaborado	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) Aprovar PDTIC no CONSUNI.	PDTIC aprovado	PROAD/DTI	2014	2014	
175) Definir as políticas institucionais de TIC na Instituição	1) Institucionalizar a Política de Contingência e a Política de Definição de Riscos (A18);	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) elaborar e implementar um projeto de segurança da informação aderente à norma ISO/IEC 17799:2000 (A18);	Política definida e documentada.	PROAD/DTI	2014	2015	
	3) revisar a Política de Dados Setoriais;	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	
	4) definir Política Institucional para Gerenciamento de Atualização de Ativos e Softwares;	Política definida e documentada.	PROAD/DTI	2014	2014	
	5) definir e documentar Política de Utilização de Terminais (A24);	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	
	6) definir e documentar Política de Controle de Software e TERMO DE RESPONSABILIDADE (A25);	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	
	7) definir e documentar Política de Impressão (A26);	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	
	8) definir e documentar Política de Aquisição de TIC (considerando A28);	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2012	2014	
	9) definir e documentar Política de Acesso a Conteúdos, com objetivo de otimizar a utilização de recursos computacionais e de rede, principalmente;	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	
	10) definir e documentar Política de Gestão de Pessoal Técnico, com objetivo de permitir uma coordenação hierarquizada, centralizada sempre que possível e maior aproveitamento do	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	

	corpo técnico institucional;					
	11) definir e documentar Política de Desenvolvimento de Software, com objetivo de otimizar recursos de licenciamento, esforços de manutenção e de atualização (inclusive A32);	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	
	12) definir e documentar Política de Acesso aos Sistemas Institucionais, com objetivo de uniformizar as formas de acesso e prover a segurança exigida para os sistemas e processos.	Política definida e documentada	PROAD/DTI	2014	2014	
Objetivo XLVIII – Atualizar a infraestrutura física (hardware)						
176) Implantar o Data Center de acordo com normas técnicas exigidas	1) Concluir e executar o projeto do sistema de climatização (A20);	Projeto concluído	PROAD/DTI	2013	2014	
	2) preparar infraestrutura de Data Center para suportar serviços na nuvem (A19);	Infraestrutura concluída	PROAD/DTI	2014	2015	
	3) projetar e executar sistema de iluminação e de energia ininterrupta: <i>no-break</i> e gerador (A20);	Projeto concluído	PROAD/DTI	2014	2014	
	4) projetar e executar sistema de controle de acesso e segurança (A20);	Projeto executado	PROAD/DTI	2014	2014	
	5) projetar e executar sistema de cabeamento estruturado UTP e Óptico (A20);	Projeto executado	PROAD/DTI	2014	2014	
	6) projetar e executar sistema de combate de incêndio (A20).	Projeto executado		2014	2014	
177) Atualizar o sistema de armazenamento (storage)	1) Dimensionar a atualização tecnológica do sistema de armazenamento de dados, com ampliação de sua capacidade, inclusive para atender novas demandas (virtualização, BU, RTE);	Comunicação corporativa, estrutura de virtualização e armazenagem de dados adequados para demandas institucionais	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) adquirir e implantar sistema de armazenamento de dados conforme projeto técnico.	Sistema implantado	PROAD/DTI	2014	2014	
178) Implantar solução para consolidação de servidores (virtualização)	1) Dimensionar estrutura de hardware e software para virtualização de servidores (A19);	Estrutura dimensionada	PROAD/DTI	2014	2014	

	2) adquirir estrutura de hardware e software para virtualização de servidores (A19);	Estrutura adquirida	PROAD/DTI	2014	2014	
	3) implantar a estrutura de virtualização e substituir todos os servidores físicos existentes no Data Center do Bloco A por servidores virtuais, quando possível.	Estrutura de virtualização implementada	PROAD/DTI	2014	2015	
179) Melhorar o sistema e o servidor de Backup	1) Dimensionar recursos necessários para backup das novas caixas postais (A11) e dos sistemas de virtualização (A13);	Recursos dimensionados	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) adquirir e implantar atualização (hardware e software) de sistema de backup.	Hardware e software implantados	PROAD/DTI	2014	2014	
180) Aprimorar a rede a distância (WAN)	1) Adquirir roteador com capacidade ampliada;	Roteador adquirido	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) contratação de link de dados;	Contratação realizada	PROAD/DTI	2014	2014	
	3) implantar controle de aplicação para regerar utilização de link de dados (A7);	Capacidade de limitação de banda para aplicações não essenciais estabelecida	PROAD/DTI	2015	2015	
	4) dimensionar/adquirir Firewall de rede para suportar demanda de dispositivos conectados internamente (A7);	Links com 100% de uso, sem a perda de pacotes por incapacidade de processamento do Firewall	PROAD/DTI	2014	2015	
	5) promover mecanismos de monitoramento eficientes (A7).	Pelo menos 90% dos problemas de utilização previstos antecipadamente e ações corretivas ou preventivas disparadas dentro do menor tempo possível	PROAD/DTI	2015	2015	
	6) Implantar serviços de IDS e antivírus de perímetro (A10)	Estrutura monitorada e protegida	PROAD/DTI	2015	2015	
181) Aprimorar a rede local (LAN)	1) Atualizar backbone de 100Mbps para 10Gbps (A8);	100% do backbone com velocidade de 10 Gbps	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) ampliar capacidade dos ativos de rede (A8, A19);	100% dos ativos de rede atualizados	PROAD/DTI	2014	2014	
	3) criar redundância de acesso ao	Link de redundância	PROAD/DTI	2014	2014	

	datacenter para blocos críticos da FURB (anel de fibra óptica) (A8);	implantado entre o Bloco A e Bloco S do Campus 1				
182) Aprimorar a rede wireless (WLAN)	1) Comprar rede wireless gerenciável - controller (A9);	Interferência entre access points eliminada e acesso à rede e número de usuários otimizados	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) ampliar a capacidade de Access Points: cobertura de sinal e acréscimo de clientes (A9).	Rede wi-fi preparada para 12.000 conexões	PROAD/DTI	2014	2015	
183) Atualizar servidores (não contemplados na virtualização)	1) Atualizar hardware e software de serviços de infraestrutura de rede (FrontEnd Exchange, DNS externo, gerenciamento de rede) que não serão contemplados na virtualização (A12)	Listagem de 100% dos servidores com o hardware atualizado	PROAD/DTI	2014	2014	
Objetivo XLIX – Atualizar a infraestrutura lógica (software)						
184) Aprimorar os serviços de comunicação	1) Atualizar correio eletrônico para versão mais recente (A11);	Servidores e estudantes providos de caixas postais em tamanho e versões compatíveis com a necessidade institucional	PROAD/DTI	2014	2015	
	2) definir medidas de orientação e facilidades para tornar o correio eletrônico da FURB ferramenta única de comunicação institucional, principalmente para servidores (A11);	Utilização pela FURB exclusivamente do e-mail FURB.BR como ferramenta de comunicação institucional; todos os servidores possuem caixa postal interna habilitada, propiciando confiabilidade com a integração a serviços de mensagens, portal e tramitações	PROAD/DTI	2014	2015	
	3) Implantar Anti-Spam (A10).	Comunicação Institucional protegida do envio indesejado de mensagens	PROAD/DTI	2014	2014	
185) Atualizar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) (Oracle) A29	1) Adquirir licenciamento e hardware necessário (servidores e storage);	Banco de dados atualizado e licenciado para a equipe de desenvolvimento	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) homologar aplicações existentes;	Todas as aplicações	PROAD/DTI	2014	2014	

		existentes homologadas para nova versão do Database				
	3) homologar aplicações terceirizadas.	Todas as aplicações terceirizadas homologadas para nova versão do Database	PROAD/DTI	2014	2014	
186) Atualizar ferramentas de Desenvolvimento (Oracle A31).	1) Adquirir licenciamento;	Ferramenta de desenvolvimento necessária atualizada e licenciada para a equipe de desenvolvimento	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) capacitar equipe técnica;	Integrantes da equipe capacitados na nova ferramenta	PROAD/DTI	2014	2014	
	3) converter e migrar sistemas existentes.	Todos os sistemas atualizados	PROAD/DTI	2015	2015	
187) Atualizar a infraestrutura de autenticação.	1) Atualizar equipamentos;	Todos os equipamentos de autenticação atualizados e dimensionados à demanda	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) atualizar sistemas operacionais e serviços relacionados;	Todos os equipamentos de autenticação atualizados e dimensionados à demanda	PROAD/DTI	2014	2014	
	3) homologar sistemas atuais na nova estrutura;	Todos os sistemas atuais funcionando corretamente na nova infraestrutura	PROAD/DTI	2014	2014	
	4) capacitar a equipe técnica.	Pelo menos 04 técnicos de suporte capacitados nas novas versões	PROAD/DTI	2014	2014	
188) Aprimorar o gerenciamento e controle de rede	1) Utilizar monitoramento, ferramentas e controles de rede com objetivo de maximizar a eficiência operacional (A15);	Eficiência operacional maximizada	PROAD/DTI	2015	2015	
	2) adquirir ferramentas para análise física da rede FURB (A16);	Ferramenta adquirida	PROAD/DTI	2015	2015	
	3) atualizar softwares e hardwares utilizados para gerenciamento de rede (monitores, analisadores, Sistema de	Software e hardware atualizados	PROAD/DTI	2015	2015	

	Gerenciamento (A16).					
189) Atualizar sistema de gestão de serviços para ampliar sua abrangência e permitir a criação da Central de Serviços Consolidados (CSC)	1) Atualizar licenciamento da ferramenta	Ferramenta de gestão de serviços atualizada (atualmente autômatos ASM 2009) e implantada em sua última versão	PROAD/DTI	2014	2014	
190) Realizar o estudo sobre a utilização de dispositivo móvel em nível institucional	1) Delimitar necessidades da Instituição;	Necessidade estabelecida	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) identificar usuários;	Usuários identificados	PROAD/DTI	2014	2014	
	3) definir a capacidade de absorção da estrutura atual;	Capacidade definida	PROAD/DTI	2014	2014	
	4) adequar e alinhar diretivas de sistemas, conexões, segurança, suporte pontual.	Diretivas alinhadas e adequadas	PROAD/DTI	2014	2014	
200) Ampliar abrangência dos sistemas de gerenciamento de estações (centralização)	1) Manter soluções de gerenciamento de estações, antivírus e autenticação atualizados e ampliar sua abrangência a todos os equipamentos da Universidade (A21)	Sistemas de gerenciamento ativos e 100% dos equipamentos institucionais monitorados	PROAD/DTI	2012	2014	
201) Atualizar o sistema de gestão de pessoas (Rubi).	1) Atualizar softwares de gestão de pessoas;	Sistema RUBI atualizado para versão 5.8.3	PROAD/DTI	2014	2014	
	2) implantar módulos adicionais (medicina e segurança no trabalho);	Módulos instalados e equipe utilizando as novas funcionalidades	PROAD/DTI	2014	2014	
	3) adequar requisitos de hardware exigidos pela nova versão.	Requisitos adequados	PROAD/DTI	2014	2014	
Objetivo L – Manter a formação da equipe atualizada						
202) Definir perfis de analistas de negócio (A33)	1) Definir e documentar perfil de analistas (Negócio - A33).	Todos os sistemas (terceirizados ou não) com analista responsável e conhecedor de sua operacionalização e integração (gestão macro)	PROAD/DTI	2014		
	2) Definir mecanismo de apoio e acompanhamento técnico dos sistemas terceirizados.	Mecanismo de apoio à operação desses sistemas implantado pela DTI para	PROAD/DTI	2014		

		auxiliar na aderência desses sistemas aos processos institucionais				
203) Realizar a capacitação/formação técnica de pessoal permanentemente	1) Levantar necessidades de capacitação e elaborar plano de capacitação contínua que contemple as áreas de atendimento, desenvolvimento e suporte.(A27);	Necessidades determinadas	PROAD/DTI			
	2) Propor que a carreira de servidores de nível médio contemple a evolução do aprendizado técnico.(A4).	Proposta protocolada junto à SEGEPE	PROAD/DTI			
Objetivo LI – Desenvolver o Sistema de Gestão Universitária (SGU)						
204) Desenvolver o SGU	1) Elaborar projeto, com base na definição e mapeamento de todos os processos	Processos das rotinas institucionais que envolvem estudantes e servidores 100% mapeados	PROAD/DTI	2014	20014	
	2) montar e qualificar equipe necessária;	Equipe estruturada e com tempo de dedicação total ao SGU.	PROAD/DTI	2014	20014	
	3) definir diretrizes de desenvolvimento (funcionamento e definição de papéis da equipe, padrões, etc.)	100% das diretrizes necessárias para otimização do processo de desenvolvimento mapeadas e documentadas	PROAD/DTI	2014	20014	
	4) elaborar cronograma, envolvendo todas as equipes de desenvolvimento da FURB.	Cronograma elaborado	PROAD/DTI	2014	20014	
Objetivo LII – Reestruturar e qualificar o atendimento da DTI						
205) Reestruturar e qualificar o atendimento da DTI	1) Definir modelo de governança de TIC e expandir melhores práticas no atendimento, rotinas de manutenção, desenvolvimento e projetos, tanto na DTI quanto nos outros prestadores de da FURB (A1);	Modelo definido	PROAD/DTI	2014	2015	
	2) dimensionar a equipe de TIC para atender às expectativas institucionais: desenvolvimento, atendimento (A6);	Quantidade de processos de TIC alinhados à necessidade do negócio, com relação ao tempo esperado de atendimento	PROAD/DTI	2014	2014	

	3) implantar a CSC (A6), com definição de métricas e análise dos resultados nos serviços prestados (A3).	100% dos serviços oferecidos pela DTI solicitados e acompanhados via sistema	PROAD/DTI	2014	2014	
206) Rediscutir a identidade única e o cartão de identificação	1) Viabilizar a identidade única e mecanismos de gestão de contas e senhas centralizados;	Processo único e documentado, para qualquer grau de ensino	PROAD/DTI	-	-	
	2) melhorar senha institucional.	Todos os usuários utilizando senhas alfanuméricas	PROAD/DTI	2012	2014	
207) Implantar Sistema de Captação de Recursos para Cultura	1) Implantar sistema de captação de recursos para cultura, aderente à legislação vigente	Sistema implantado	PROAD/DTI	-	-	
208) Implantar certificação digital de documentos e processos	1) implantar projeto de certificação digital de documentos e processos	Projeto implantado	PROAD/DTI	-	-	
209) Implantar sistema de Ordem de Serviço (DAC e Instituto)	1) Implantar sistema de controle de ordens de serviço	Sistema implantado	PROAD/DTI	2014	2014	
210) Implantar salas para equipamentos de rede e servidores nos campi	1) Implantar salas de datacenter nos campi 1 (bloco R), 2 e 3	Salas equipadas	PROAD/DTI	2014	2014	
211) Modernizar sistema de telefonia	1) Implantar sistema de telefonia, substituindo antigas centrais telefônicas e ramais analógicos, provendo serviços de colaboração	Sistema implantado	PROAD/DTI	2014	2014	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

6.3 INFRAESTRUTURA DE BIBLIOTECA

Em relação à Biblioteca, a FURB encontra-se em situação de excelência, conseguida por meio de uma estratégia de longo prazo. Esta estratégia está calcada na premissa de que o amplo acesso ao conhecimento atualizado é fundamental para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse sentido, a Biblioteca da FURB conta, ao final de 2013, com 152.796 títulos de livros (com 276.474 volumes) e 5.855 títulos de periódicos. Esse acervo permitiu um volume de 995.250 empréstimos. Além do acesso ao acervo físico, a Biblioteca permite acesso a diversas bases de dados e a diversos periódicos através do portal da CAPES, que tem contribuído para o desenvolvimento da pesquisa na Instituição. O excelente trabalho da biblioteca pode ser visualizado pelo nível de aprovação dos estudantes na avaliação institucional (92%). A Tabela 30 destaca os principais números da BU:

Tabela 30 – BU em números (2010-2013)

BU	2010	2011	2012	2013
Consultas ³	321.993	127.914	68.215 ¹	49.387 ¹
Empréstimos	1.296.499	1.173.202	1.042.355	995.250
Livros (títulos)	148.425	147.257	144.786	152.796
Livros (volumes)	273.554	271.590	267.617	276.474
Periódicos (títulos)	5.855	5.528	5.682	5.855
Outros materiais bibliográficos (exemplares) ⁴	169.391	159.228	138.571	115.240
Consultas via WEB	1.259.461	1.098.466	1.350.507	1.001.358
Acesso à página da Biblioteca	299.585	268.165	_____ ²	_____ ²
Empréstimo/usuário	73	92	88	67
Consulta/usuário	18	8	4	3
Usuários que utilizaram os empréstimos	13.465	12.730	11.880	11.510
Usuários com vínculo ativo	17.729	16.073	15.367	14.744
Investimento em material bibliográfico	322.859,98	274.627,29	271.835,27	320.220,24

Fonte: BU

* Periódicos = nacionais (4869) e internacionais (986).

¹ Foram somadas as consultas tanto de livros como de periódicos.

² Essa informações não estão mais disponíveis devido ao fato da página da biblioteca ser gerenciada pela CCM.

³ No item "Consultas", a equipe da BU avalia a queda dos números como reflexo do avanço de buscadores integrados (ex. Google) e do maior acesso à internet em nossa região.

⁴ No item "Outros materiais bibliográficos (exemplares)", a equipe da BU avalia a queda dos números em função do desbastamento (avaliação e descarte) de exemplares da coleção de "recortes de jornais".

A Política de Desenvolvimento de Coleções da BU da FURB está regulamentada através da Resolução nº 046/2012, de 06 de Novembro de 2012, e tem por finalidade orientar o processo de seleção e aquisição de obras do acervo, sejam elas provenientes de compra, doação ou permuta, bem como orientar o remanejamento e descarte das mesmas. Além dessa política, a biblioteca também regulamenta a utilização das salas de estudo e o serviço de

empréstimo, cujos documentos podem ser acessados através do site da biblioteca, no link Regulamentos e Políticas.

O acervo para empréstimo é composto por: Coleção Geral (CG), monografias, dissertações, teses e folhetos, e para realizar o empréstimo de obras é necessário utilizar *login* e senha de identificação pessoal FURB. A biblioteca possui, ainda, convênios que permitem o empréstimo a usuários sem vínculo com a FURB.

É possível consultar o acervo no sistema da BU da FURB da seguinte forma:

Quadro 47 – Composição e atribuição do CEPE

Consulta ao acervo via sistema	Descrição
Busca rápida	Permite recuperar determinado documento por autor, título ou assunto, por meio de uma expressão de busca.
Busca avançada	Além das opções autor, título e assunto, este modo de busca contém a opção “livre” e a possibilidade de formulação de expressões combinando essas opções de busca com o uso dos operadores e, ou e não. Se desejar, poderá refinar a pesquisa selecionando o tipo de material desejado (coleção) e a biblioteca depositária.
Busca numérica	Permite fazer buscas através do número da obra no sistema ou do número de registro. O número da obra no sistema identifica exclusivamente cada título cadastrado no acervo da biblioteca, enquanto o número de registro identifica o exemplar e/ou volume físico da obra. O número de registro é o que se encontra na etiqueta de código de barras.
Busca de periódicos	Permite fazer a busca no acervo de periódicos da BU através do título, recuperando informações como classificação, localização, número, volume e fascículos da coleção disponíveis no acervo.

Fonte: BU

A BU mantém duas unidades setoriais, localizadas no Campus 2 e no Campus 3. Também é oferecido ao usuário o serviço de empréstimo entre bibliotecas, possibilitando que o livro chegue até o leitor sem que ele se desloque entre os campi da FURB. Para o empréstimo de obras, devem-se observar os seguintes prazos:

Quadro 48 – Prazos para empréstimos de obras

Categoria de usuário	Quantidade de obras	Prazo de empréstimo
Estudante de graduação Estudante de ensino médio Servidor técnico-administrativo Servidor aposentado Usuário especial	Até 7 obras	7 dias
Estudante de pós-graduação (presencial)	Até 10 obras	15 dias
Estudante EDECON/convênios	Até 5 obras	7 dias
Cadastrados na Central de Ex-Alunos	Até 2 obras	7 dias
Servidor docente	Até 15 obras	15 dias
Unidade administrativa da FURB	Até o 1º dia útil do próximo semestre letivo	

Fonte: BU

- As obras da Coleção Especial (CE) podem ser emprestadas por um dia.
- As obras da Coleção de Reserva (CR) podem ser retiradas uma hora antes do encerramento do expediente da biblioteca, devendo ser devolvidas até às 8h do próximo dia útil.

Além disso, a renovação, a devolução e a reserva, que são serviços relacionados com o empréstimo de obras, podem ser realizadas da seguinte forma:

Quadro 49 – Serviços relacionados com o empréstimo de obras

Serviços	Descrição
Renovação	Pode ser feita on-line (pela internet, nos terminais de consulta ou nos terminais de renovação) e localmente, no serviço de empréstimo, com a apresentação da obra. É permitida tantas vezes quantas forem necessárias, desde que a obra não esteja reservada por outro usuário.
Devolução	A operação de devolução de obras emprestadas poderá ser feita em qualquer unidade da BU.
Reserva	A reserva de obras pode ser feita desde que não haja exemplares disponíveis na mesma na biblioteca. É realizada nos terminais de consulta, no Serviço de Empréstimo ou pela internet. Uma vez devolvidas, as obras reservadas ficam à disposição do usuário que as reservou por 24h. É possível também reservar obras entre as bibliotecas. Para tanto, a obra requerida deve estar disponível na biblioteca de origem, possibilitando que o livro chegue até o usuário sem que ele se desloque entre os campi da FURB.

Fonte: BU

O usuário é responsável pelas obras em seu poder e tem a obrigação de devolvê-las dentro do prazo. Caso isto não ocorra, está sujeito a penalidades (multa por atraso), conforme regulamentação da BU.

Os estudantes de EaAD podem realizar empréstimo de livros na BU. Para isso, deverão enviar um e-mail para comut@furb.br, solicitando cadastro, fornecendo seu nome completo, endereço residencial completo, CPF, telefones e e-mail para contato. O empréstimo de obras para esses acadêmicos está organizado da seguinte forma:

Quadro 50 – Serviços relacionados com o empréstimo de obras para estudantes de EaD-FURB

Serviço	Descrição
Empréstimo	Para emprestar um livro, o estudante de EaD-FURB, deve primeiro verificar se a obra está disponível no site da biblioteca furb.br/biblioteca . Os estudantes residentes em Blumenau devem dirigir-se à BU com o <i>login</i> e a senha, que serão fornecidos no e-mail e retirar o livro. Os estudantes de outras regiões também receberão senha e <i>login</i> , entretanto, na impossibilidade de vir retirar o material pessoalmente, poderão solicitar o empréstimo pelo e-mail comut@furb.br , fornecendo os dados do livro e o endereço residencial para o envio.
Prazo de devolução	Prazo de 15 dias, a contar da data do envio do material. Cabe ao estudante arcar com as despesas de recebimento e devolução. Quando não houver reserva, os livros poderão ser renovados através do site.
Biblioteca Digital	Aos estudantes de EaD-FURB também está destinado o uso da Biblioteca Digital da FURB, com o acesso às bases de dados via Virtual Private Network (VPN) » furb.br/bibliotecadigital .
Parte de obras	Também está previsto ao usuário EaD-FURB o envio de partes de obras bibliográficas, desde que respeitando a Lei 9.610/1998. Essa solicitação deverá ser encaminhada pelo e-mail comut@furb.br , com a referência completa do material requisitado.

Fonte: BU

Cabe destacar que existe a possibilidade de sugestões de aquisição, que permite aos usuários sugerir obras a serem adquiridas pela biblioteca, preenchendo os campos autor, título e editora da obra, ou ainda o *International Standard Book Number* (ISBN). Essas sugestões, bem como a quantidade de exemplares a serem adquiridos, serão avaliados de acordo com as normas e políticas de seleção da biblioteca.

A estrutura da biblioteca é preparada com ambientes totalmente climatizados, espaços para estudo individual e em grupos, Auditório Padre Orlando Maria Murphy com capacidade para 155 pessoas, Espaço Multimídia, acesso a diversos serviços pela internet, Laboratório de Informática e Central de Impressões. Outros serviços são oferecidos:

Quadro 51 – Serviços oferecidos pela Biblioteca

Serviços	Descrição
Orientação bibliográfica	Oferece informações sobre o uso da base bibliográfica, localização de publicações, manuseio de obras de referência e apresentação de trabalhos acadêmicos.
Visita orientada	Tem por objetivo familiarizar os usuários com a organização e funcionamento geral da BU, distribuição física do acervo e dos catálogos, serviços e produtos disponíveis.
Elaboração de ficha catalográfica	A “Catalogação na Fonte” é a elaboração da ficha catalográfica impressa no verso da página de rosto de um livro, tese ou dissertação. Essa ficha, recomendada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), deve ser feita quando a obra está em fase de impressão e é obrigatória para efeito de depósito legal. O serviço é prestado gratuitamente à comunidade acadêmica. Para a comunidade externa - editoras e outras instituições - tem um custo de 2,5 créditos financeiros.
CMU	O CMU, vinculado à BU, tem por finalidade uniformizar a

	produção documental e os procedimentos que envolvem a gestão arquivística de documentos da FURB, em decorrência do exercício de suas atividades. O CMU/FURB tem sob sua custódia os documentos (gráficos e iconográficos) e peças museológicas oriundos das unidades/setores da Instituição, que apresentam valor informativo, administrativo, probatório, científico, histórico e cultural.
Comutação Bibliográfica (COMUT)	O serviço de COMUT permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos (artigos de periódicos, teses, dissertações, anais de eventos, relatórios técnicos, etc.) disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras ou internacionais. Esse serviço é exclusivo para fins acadêmicos e de pesquisa. Para utilizar o COMUT, basta formalizar o pedido através do e-mail comut@furb.br informando a referência completa do material desejado. Todos os usuários, mesmo fazendo os pedidos de artigos através da biblioteca, devem cadastrar-se no sistema da rede Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do programa de COMUT.
Vídeos de treinamento	Os usuários FURB podem assistir gratuitamente, em seu computador, a mais de 200 vídeos de treinamento nas áreas: administrativo-financeira, estratégia, marketing, qualidade, recursos humanos, segurança e vendas. Para acessar os vídeos de treinamento é necessário solicitar uma senha de acesso através do e-mail comut@furb.br , informando nome completo e nome de usuário. Os vídeos da TV Treinamento são produzidos e disponibilizados pela Link Quality, linkquality.com.br , e a FURB possui assinatura deste serviço.
Laboratório Geral de Informática	O Laboratório Geral de Informática da BU, localizado no nível 4 do Campus 1, está à disposição dos usuários FURB para acesso à pesquisa científica, tecnológica e de interesse acadêmico.
Capacitação de usuários	A BU promove cursos de capacitação em grupo e orientação individualizada a usuários dos cursos da FURB.

Fonte: BU

A BU oferece, também, os seguintes cursos:

Quadro 52 – Serviços oferecidos pela Biblioteca

Curso	Descrição
Acesso a bases de dados	O acesso a bases de dados é disponível de forma on-line, interdisciplinar e/ou por área específica com o objetivo de ajudar o usuário a: <ul style="list-style-type: none"> • conhecer os sistemas de recuperação da informação, arquitetura das bases de dados e a organização da informação nas diferentes áreas do conhecimento; • ter competência para elaborar sua estratégia de busca usando os conectores booleanos; • ampliar seus conhecimentos dos recursos disponíveis na biblioteca eletrônica.
Normatização de trabalhos acadêmicos	Orientação a usuários quanto à normatização de monografias e dissertações, referências, artigos de periódicos, resenhas críticas e resumos, de acordo com a Resolução nº 36/2003 da FURB que aprova o uso das normas da ABNT como padrão para a elaboração de trabalhos acadêmicos, no âmbito da FURB.
Assessoria individual	Para tirar dúvidas quanto à normatização de trabalhos acadêmicos, elaboração de referências, citações, artigos científicos, resenhas, resumos, etc., o usuário pode agendar um horário individual ou em grupo.

Fonte: BU

Os portais de busca acessíveis através da BU são:

Quadro 53 – Serviços oferecidos pela biblioteca

Portal	Descrição
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) FURB	A BDTD da FURB disponibiliza, via web, as teses e dissertações, em texto completo, produzidas pelos mestrandos e doutorandos dos programas de pós-graduação da FURB. A FURB integra o consórcio BDTD nacional.
BDTD Brasileira	O IBICT coordena o projeto da BDTD, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro em meio eletrônico e a publicação de teses e dissertações por essa referido meio. Em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de Ciência e Tecnologia (C&T) publique suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior - com a base internacional da Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD), dando maior visibilidade à produção científica nacional.
Portal de Periódicos da FURB	Apresenta os periódicos voltados para a divulgação da pesquisa e produção acadêmicas, ligados aos departamentos de graduação e programas de pós-graduação da FURB.
Portal de Periódicos da CAPES	O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Conta com um acervo de cerca de 27 mil títulos com texto completo, 500 bases referenciais com resumo e/ou textos completos, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, estatísticas, obras de referência, normas técnicas, arquivos abertos e redes de <i>e-prints</i> , teses e dissertações, conteúdo audiovisual e outras fontes. O acesso aos periódicos da CAPES é restrito ao grupo FURB. Para acessá-lo fora da Universidade, conecte-se à rede FURB através da VPN.
Scientific Electronic Library Online (SciELO)	SciELO – Biblioteca Científica Eletrônica em Linha – é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Especialmente desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e, particularmente, na América Latina e no Caribe, o modelo proporciona uma solução eficiente, para assegurar a visibilidade e o acesso universal a sua literatura científica.
SciFinder Scholar	O SciFinder Scholar é uma ferramenta de busca desenvolvida para ser utilizada pelo usuário final. Apresenta uma interface de fácil utilização, com ferramentas intuitivas, que permitem ao pesquisador executar suas próprias buscas, de forma eficiente e econômica.
UpToDate	A base UpToDate é uma grande comunidade clínica no mundo, dedicada a sintetizar conhecimento para clínicos e pacientes. Esta comunidade inclui mais de 4 mil médicos clínicos, com funções de autores, editores e revisores, e mais de 400 mil usuários. É baseada em evidências confiáveis e é imparcial. Fornece informações que não são influenciadas por interesses comerciais.

Fonte: BU

Contando com rampas de acesso, elevador, terminal de consultas e banheiros adaptados, a BU permite acesso facilitado para cadeirantes e portadores de necessidades especiais. Os deficientes visuais também podem usufruir de alguns volumes em sistema Braille. Para os usuários de baixa visão, a BU tem à disposição uma lupa eletrônica.

A BU, em parceria com a CAE e com a PROEN, procura adequar sua infraestrutura e serviços às demandas apresentadas pela comunidade universitária, para o melhor atendimento aos deficientes,, proporcionando uma real acessibilidade à informação.

No que tange à cultura, a BU também conta com programação cultural, sendo algumas atividades realizadas em parceria com a DIC da Universidade. A biblioteca central possui espaços destinados à divulgação cultural, destacando-se o Salão Angelim, que recebe, em média, dez exposições anuais de artistas de renome nacional. Também nos níveis 01 e 03, há espaços destinados a essa finalidade. Ainda em parceria com a DIC, está em fase de conclusão uma sala multiuso com 30 lugares, no nível 06 da biblioteca central, para projeção de filmes e realização de oficinas.

É importante destacar que a BU conta com uma coleção de obras de arte (Pinacoteca) e conta com um acervo de cerca de 350 peças de artistas de renome nacional e internacional. Outros espaços diferenciados na biblioteca central devem ser evidenciados, como o Espaço de Literatura Infantil, com acervo de aproximadamente 1394 títulos de livros infantis e infanto-juvenis, bem como o Espaço de Xadrez, um projeto que proporciona prática desta atividade em parceria com a Fundação Municipal de Desportos de Blumenau.

Tendo em vista que a maior parte das pessoas está cada vez mais usando a Internet como fonte de informação, um grande desafio hoje está na digitalização do acervo e ampliação dos acessos da comunidade, via Internet e presencial. Alinhavado a essa perspectiva, a Biblioteca também tem como objetivo ampliar a Política de Acesso Aberto na Universidade, por meio da viabilização do Repositório Institucional de produção intelectual da FURB (RI-FURB). A proposta de acesso aberto, prática internacional, visa dar publicidade às produções científicas das IES, proporcionando ganhos para o ensino, a pesquisa e a extensão, culminando com o Portal de Acesso Aberto da FURB.

6.3.1 CMU

O CMU/FURB, vinculado à BU, tem por finalidade uniformizar a produção documental e os procedimentos que envolvem a gestão arquivística de documentos da FURB, em decorrência do exercício de suas atividades.

O CMU tem sob sua custódia os documentos (gráficos e iconográficos) e peças museológicas oriundos das unidades/setores da Instituição, que apresentam valor informativo, administrativo, probatório, científico, histórico e cultural.

Desde o ano de 2010, com a implantação do Sistema de ERP, o CMU administra os módulos DOC\$ e PRO\$ (abertura e tramitação de processos). Nesse processo é responsável pela capacitação dos usuários, configuração dos processos, acompanhamentos diários e ajustes quando necessários. Além disso, é de responsabilidade do CMU a guarda física de documentos, em espaço climatizado, com temperatura e umidade controladas.

No decorrer dos anos, o CMU vem sendo uma unidade de referência para as pesquisas administrativas e algumas acadêmicas. Suas atividades de apoio à gestão superior, orientando diversas unidades, têm demandas crescentes no papel da gestão dos documentos e na ampliação e implantação de novos processos.

O seu grande desafio é manter sua autonomia nos serviços prestados e ampliar os mesmos para todas as unidades da Instituição e consolidar-se como unidade de referência de apoio da administração superior, passando, de fato, a ser um órgão que desempenha as funções de gestão dos documentos da FURB.

Tabela 31 – Composição do acervo e de algumas atividades desenvolvidas pelo CMU²¹

Tipo de material/atividade		2010	2011	2012	2013
Processos recebidos, montagem eletrônica, classificados, cadastrados agregados somente ao Sistema ERP – somente suporte eletrônico	CEPE	197	248	311	133
	CONSAD	16	03	00	---
	CONSUNI	17	24	12	45
Fotografias recebidas, classificadas, cadastradas e agregadas ao acervo	Suporte papel	09	54	42	15
	Digitais	916	1378	627	713
Acompanhamento diário de registros de documentos, de diversas unidades, no ERP (DOC\$)		15929	14218	17499	13018
Acompanhamento diário de abertura e tramitação de		383	473 ²²	864 ²³	859 ²⁴

²¹ Atualizado pela servidora do CMU/Arquivo Liane Kirsten Sasse, em 11/2013.

²² Além dos processos eletrônicos dos Conselhos Superiores, em 07/2011 a Procuradoria Geral adotou o ERP, módulo PRO\$ para abertura e tramitação de seus processos/consultas.

²³ Em 2012, foram implementados os processos eletrônicos do espaço físico.

²⁴ Em 2013, foram implementados os processos eletrônicos: DPG, DGDP, PROEN.

processos, de diversas unidades , no ERP (PRO\$)				
Registros de CDs/DVDs e fitas VHS	1670	195	418	233
Registros realizados para atender demandas da gestão superior (convênios, atas de conselhos, documentos da PROAD, relatórios acadêmicos, pareceres da PROGEF, entre outros)	1954	3270	2896	1751
Fotografias emprestadas / consultadas	2960	1958	3970	2922
Atendimentos presenciais individualizados	736	1532	1291	1099
Treinamentos com agendamentos	60	75	80	74
Exposições	00	01	02	06
Palestras/cursos/visitas	03	04	03	03
Pesquisas – levantamento de dados	04 ²⁵	10 ²⁶	30 ²⁷	25 ²⁸
Acervo recebido/conferido e eventuais procedimentos de higienização, arranjo, classificação por fundo	1.037cxs	374 cxs	1043cxs	667cxs
Avaliação/seleção para eliminação/descarte de documentos seguindo a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) da FURB	222 cxs	227cxs	330cxs	289cxs

Fonte: CMU

Tabela 32 – Composição de acessos ao endereço eletrônico do CMU

Total	2011	2012	10/2013
Acervo jornais	167	466	821
Acervo museológico	137	327	451
Apresentação	277	274	301
Catálogo	321	391	346
CMU	2586	4654	3768
Contato	162	1217	480
Dossiês históricos	----	464	532
Entrevistas	550	449	297
Exposições virtuais	597	1134	611
Galeria dos reitores	262	241	313
Gestão arquivística	848	879	1478
Histórico FURB	237	388	396
Histórico do CMU	249	252	284
Linha do tempo	313	343	373
Links	185	371	296
Publicações legais	---	219	367

Fonte: CMU.

Obs.: Elaborado em final de abril de 2011, disponibilizado dentro da página da BU, que disponibiliza dados/documentos referentes à história da FURB e de gestão arquivística.

²⁵ ETEVI, 35 Anos do Curso de Educação Física, Grupo Teatral Phoenix, FURB/TV, entre outras de menor volume.

²⁶ Bluvolei, Laboratório de Microbiologia, ETEVI, 25 anos do Curso de História, 35 Anos da Formatura da Turma de Administração, Laboratório de Línguas, Atualização Linha do Tempo, Relógio do Sol, Biografia Prof. Almerindo Brancher e Produção Científica do Prof. Arlindo Bernart.

²⁷ Pesquisa Histórica FURB para o PDI, Pesquisa Fotográfica do 1º Festival Universitário de Teatro de Blumenau (FUTB) ao 22º FITUB, 40 Anos do Serviço Judiciário, 44 Anos da BU, 48 Anos da FURB, Peças de Nelson Rodrigues apresentadas em diversos FUTBs e FITUBs, Talento Universitário, Gincana Rinha, 20 Anos do Lançamento do PROEP.

²⁸ Martinho Cardoso da Veiga, 45 Anos da BU, Grupo de Dança da FURB, 27 Anos EdiFURB, ABLU-HAND, Departamento de Letras, Curso de Ciências Biológicas, Biotério, 20 Anos de Atividades do PROAP/PROEP, Pesquisa referente aos homenageados do Programa Eu Levo a FURB no Coração, Celso Mário Zipf, Alcides de Abreu, entre outras de menor volume.

6.3.2 Desenvolvimento da Biblioteca

As propostas de desenvolvimento para a Biblioteca deste PDI estão baseadas nas recomendações dadas pela CPA no processo de autoavaliação 2009-2011, bem como as rupturas identificadas durante os fóruns do PDI.

Quadro 54 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Biblioteca

Objetivo LIII – Institucionalizar o Portal Acesso Aberto FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
212) Institucionalizar o Portal de Acesso Aberto da FURB até 2015	1) Implementar e consolidar o RI-FURB;	Portal implementado	BU	2014	Set./2015	
	2) implementar e consolidar repositórios temáticos.	Repositórios implementados	BU	2014	Out./2015	
Objetivo LIV – Qualificar o Espaço Físico da Biblioteca Central e das Setoriais						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
213) Ampliar o atual espaço físico das Setoriais do Campus 2 e Campus 3	1) Viabilizar nova biblioteca setorial do Campus 2, respeitando as diretrizes do Plano Diretor do Campus;	Biblioteca nova viabilizada	BU, COPLAN e PROAD	2014	Dezembro/2015	
	2) viabilizar ampliação da biblioteca setorial do Campus 3, respeitando as diretrizes do Plano Diretor do Campus.	Biblioteca ampliada viabilizada	BU, COPLAN e PROAD	2014	Dezembro/2015	
214) Atender espaços de estudos em grupo e individual nas bibliotecas setoriais com o padrão da biblioteca central	1) Adequar as instalações das bibliotecas setoriais (Campus 2 e 3) ao padrão da biblioteca central (Campus 1) para estudos individuais;	Bibliotecas padronizadas	BU, COPLAN e PROAD	2014	Dezembro/2015	
	2) adequar as instalações das bibliotecas setoriais (Campus 2 e 3) ao padrão da biblioteca central (Campus 1) para estudos em grupos;	Salas de estudo instaladas.	BU, COPLAN e PROAD	2014	Dezembro/2015	
	3) ampliar a quantidade de salas de estudo na biblioteca central.	Novas salas de estudo instaladas	BU, COPLAN e PROAD	2014	Dezembro/2015	
215) Readequação dos espaços da biblioteca central	1) Adequar a acessibilidade;	Acessibilidade adequada	BU e PROAD	2014	Dezembro/2015	
	2) inserir espaços culturais (sala de projeções);	Espaços culturais instalados	BU, DIC e PROAD	2014	Dezembro/2014	
	3) reformular o Laboratório Geral de Informática;	Laboratório Geral de Informática reformulado	BU e PROAD	2014	Maió/2015	

	4) instalar placas de sinalização que atendam aos idiomas inglês e espanhol;	Sinalização instalada	BU, COPLAN e PROAD	2014	Dezembro/2015	
	5) instalar uma cafeteria.	Cafeteria instalada.	BU, COPLAN e PROAD	2014	Dezembro/2015	
216) Apoiar a inclusão digital dos usuários da BU	1) Viabilizar acesso à internet de alta qualidade para até 1.000 acessos simultâneos.	Usuários conectados	BU e DTI/PROAD	2014	Dezembro/2015	
217) Reformar a claraboia e cobertura da biblioteca antiga	1) Contratar projeto externo para reforma da claraboia;	Projeto aprovado	PROAD/ DAC	2014	2014	
	2) licitar a execução da obra da cobertura;	Licitação concluída e prestador contratado	PROAD/ DAC	2014	2014	
	3) executar a obra.	Obra concluída	PROAD/ DAC	2014	2014	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, B de S; ALMEIDA FILHO, N. de. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Edições, Almedina, 2008.

BERNSTEIN, B. **A estrutura do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes. 1996.

CANÁRIO, Rui. **A escola tem futuro?** das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FURB. Reitoria. **Resolução nº 35/2010**. Blumenau, 2010.

IBGE. **Mapas de caracterização geral do Brasil**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/brasil/viewer.htm>>. Acesso em 02 de maio 2011.

IBGE. **Censo da população, 2010**. Acesso em: 22 abr. 2011. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/total_populacao_santa_catarina.zip>.

IBGE. **Informações sobre as cidades brasileiras, 2008**. Acesso em: 22 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

PEREIRA, E.M. de A. Pós-modernidade: desafios à Universidade. In: SANTOS FILHO, J.C. e Moraes, S.E. (Org.) **Escola e universidade na pós-modernidade**. Campinas: Mercado de Letras. 2000.

_____. Universidade e currículo: paradigmas e estruturação. In: ALMEIDA, M de L. P. e PEREIRA, E.M. de A (Org.) **Políticas educacionais de ensino superior no século XXI**: um olhar transnacional. Campinas,SP: Mercado de Letras, 2011. p. inicial – final.

_____. Educação geral: com qual propósito? In: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **Universidade e educação geral**: para além da especialização. Campinas: Alínea. 2007. p. inicial – final.

_____. Educação geral: com qual propósito? _____ (Org.). In: **Universidade e Educação geral**: para além da especialização. Campinas: Alínea, 2007, p. 63-91.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de responsabilidade fiscal**: guia de orientação para as prefeituras. Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000. 144p.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**: educação, comunicação, mídia clássica, internet, tecnologias digitais, arte, mercado, sociedade e cidadania. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2010.

VEEN, Wim; Bem, VRAKKING. **Homo zappiens**: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VIEIRA, Carla de Cássia Nardelli; RESSEL, Carla de Lima Gonetek. **Práticas de gestão orçamentária das IPES: um estudo comparativo entre UFSC, UDESC E FURB.** Florianópolis, 2012.